

VOLUME 6
NÚMERO 1
2020

socio
logias
plurais

Revista discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná | ISSN 2316-9249

Universidade Federal do Paraná
Reitor: Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca
Vice-Reitoria: Prof^ª. Dr^ª. Graciela Bolzón de Muniz

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Coordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Bridi
Vice-Cordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Marlene Tamanini

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Diretora: Prof^ª. Dr^ª. Lígia Negri
Vice-Diretor: Prof. Dr. Rodrigo Rodriguez Tavares

Apoio
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR
e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior (CAPES)

SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR.
Campus Reitoria, Curitiba, v. 6, n. 1, jan. 2020. Semestral. ISSN: 2316-9249.

Comissão Editorial Executiva

Ana Carolina de Andrade Ferreira, Ana Julia Guilherme, Eduardo Russo Ramos, Henrique da Costa Valério Quagliato, Kamille Brescansin Mattar, Patricia dos Santos Dotti do Prado e Sabrina Cesar Freitas.

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Augusto Michelato Ghizelini (UFES), Prof^ª. Dr^ª. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar), Prof. Dr. Antônio Fernandes Nascimento Junior (UFLA), Prof^ª. Dr^ª. Carolina Cravero (UNR), Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCar), Prof^ª. Dr^ª. Gisele Rocha Cortes (UFPB), Prof. Dr. João Feres Júnior (UERJ), Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar), Prof. Dr. Josnei Di Carlo (UFPR/UFSC), Prof^ª. Dr^ª. Larissa Maves Pelucio Silva (UNESP), Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP), Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza (UFPR), Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro (UNIFESP), Prof^ª. Dr^ª. Rosane Rosa (UFMS), Prof. Dr. Ruy Braga (USP), Prof^ª. Dr^ª. Simone Meucci (UFPR), Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCar), Prof^ª. Dr^ª. Vânia Penha Lopes (Bloomfield College), Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior (UFPR), Prof. Me. George Gomes Coutinho (UFF) e Prof^ª. Ma. Paula Grechinski (UNICENTRO).

Diagramação

Eduardo Russo Ramos e Ana Carolina de Andrade Ferreira

Capa e Crédito de Imagem

Sabrina Cesar Freitas

Endereço Sociologias Plurais

Coordenação Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rua General Carneiro, 460, 9º andar, Ed. D.

Pedro I, Curitiba - PR

revistas.ufpr.br/sclplr | facebook.com/SociologiasPluraisUFPR sociologiasplurais@gmail.com

SUMÁRIO

Apresentação

Henrique da Costa Valério Quagliato

4

Artigos

Conceitos fundamentais para leitura do campo esportivo pela perspectiva teórica bourdiesiana

Igor Alexandre Silva

Wanderley Marchi Júnior

8

O desolador cenário migratório do Triângulo Norte da América Central: limites e perspectivas no âmbito humanitário

Joseane Mariéle Schuck Pinto

29

A representação como herança: uma análise biográfica dos eleitos para as Assembleias Legislativas no Brasil em 2018

Philippe Chaves Guedon

45

Ocupação das escolas em 2015 e 2016: uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes

Daniel Leonel da Rocha

61

Prêmio Florestan Fernandes

A ação sindical e a precarização do trabalho: o caso dos Shoppings Centers

Isabella Bino da Silva

87

A antropologia frente às cotas raciais: notas sobre um debate entre intelectuais

Alexandre Plautz Lisboa

110

Fragmentos da história: os Xetá no projeto Memória Indígena

Ana Clara Ferruda Zilli

135

Espaço Graduação

“A água é pra vida e não pra morte”: crítica sociológica do modelo de desenvolvimento econômico na Amazônia Setentrional

Vinícius Barriga Santos

159

Mulheres nos Slam's: de musas a poetas

Ana Claudia Antunes Brizola

Bruna Lourenso

183

Lista de pareceristas

203

APRESENTAÇÃO

Em 2020, a Revista Sociologias Plurais publica o primeiro número de seu sexto volume. Entre artigos produzidos por graduandos/as, pós-graduandos/as, a atual edição conta com nove trabalhos que advêm de cinco instituições diferentes.

O volume é aberto pela seção de artigos produzidos por estudantes de pós-graduação – que conta com dois textos resultantes de trabalhos apresentados no X Seminário Nacional de Sociologia & Política da UFPR. Escrito por Igor Alexandre Silva Bueno e Wanderley Marchi Júnior, *Conceitos fundamentais para leitura do campo esportivo pela perspectiva teórica bourdieusiana* inicia a sessão trazendo um trabalho que pretende apresentar, mediante a realização de uma pesquisa bibliográfica, os principais conceitos bourdieusianos para análise e interpretação do campo esportivo contemporâneo. Como demonstram os autores, Pierre Bourdieu propõe uma sociologia do esporte de caráter não substancialista, como um fim em si mesmo, e, evitando tratar a análise dos esportes como dimensão subsumida de imperativos políticos e econômicos, intenciona a adesão do esporte a análise de outros campos sociais.

Em seguida, é apresentado o artigo *O desolador cenário migratório do Triângulo Norte da América Central: limites e perspectivas no âmbito humanitário*, de Joseane Mariéle Schuck Pinto. Discutido dentro do *Seminário Nacional de Sociologia & Política*, o texto nasce da proposta de construção de um estudo sobre a caravana de migrantes, originária do Triângulo Norte da América Central, composto por El Salvador, Honduras e Guatemala, cenários de graves crises humanitárias do século XXI. Utilizando-se das ferramentas sociológicas propostas por Manuel Castells, a investigação se constrói através da análise documental nacional e internacional sobre o tem – especialmente artigos de periódicos internacionais especializados. O trabalho revela que a falta de consenso bases políticas relacionadas ao tema da migração nos países para onde o rumam esses indivíduos – o que agrava as restrições e punições com as quais se deparam em seus novos destinos.

Também fruto das discussões ocorridas no Seminário proposto pela UFPR em 2019, *A representação como herança: uma análise biográfica dos eleitos para as Assembleias Legislativas no Brasil em 2018*, de Philippe Chaves Guedon, pretende verificar

a existência da reprodução da representação política dentro das famílias que detém ou detiveram poder em seus respectivos estados. Examinando a composição da Assembleia Legislativa e sua composição oriunda do último período eleitoral. Visando demonstrar a importância do elemento familiar para a continuação de estudos sobre representação política, o texto apresenta uma perspectiva teórico-metodológica que aproxima os estudos genealógicos com o institucionalismo dos estudos de recrutamento partidário.

O último artigo dessa seção é *Ocupação das escolas em 2015 e 2016: uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes*, escrito por Daniel Leonel da Rocha. A partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema das ocupações, considerando trabalhos publicados em revistas acadêmicas e textos publicadas em dois jornais de grande circulação, O Globo e a Folha de São Paulo, o autor analisa as ações dos estudantes durante as ocupações do médio da década. O resultado desse exame indica a existência de um repertório de ação não convencional mobilizado em grande medida por valores pós-materialistas e pró-democrático na construção de debates sobre a luta por uma educação pública de qualidade, a utilização das redes sociais e aplicativos de mensagem como ferramenta de mobilização e a disputa em torno do discurso sobre a legitimidade da ação estudantil.

Contemplados com o Prêmio Florestan Fernandes, concedido às melhores monografias defendidas por alunos da graduação em Ciências Sociais da UFPR no último ano, os próximos três artigos surgem como fruto de trabalhos de conclusão de curso e formam a segunda sessão do periódico. O primeiro dos textos, de autoria de Isabella Bino da Silva, é *A ação sindical e a precarização do trabalho: o caso dos Shoppings Centers*. No texto, a autora analisa o incipiente histórico de reivindicações e ações dos sindicatos dos comerciários, assim como, as contradições que marcam as experiências dos trabalhadores do Shopping Centers na forma como lidam com a extensa jornada de trabalho, os baixos salários e a precarização de sua ocupação profissional. O estudo revela a fragilidade da organização desse tipo e, por outro lado, o desinteresse de trabalhadores e trabalhadoras pelo sindicato, em parte devido a suas relações individuais com o patronato deste setor econômico.

Em seguida, *A antropologia frente às cotas raciais: notas sobre um debate entre intelectuais*, de Alexandre Plautz Lisboa, apresenta o debate ocorrido dentro da disciplina acerca das cotas raciais do Ensino Superior brasileiro. A partir de uma revisão

bibliográfica que se debruça sobre livros e artigos acadêmicos, o autor discute os principais argumentos de um debate marcado por fortes divergências entre os pesquisadores no crucial momento em que cabia aos próprios docentes implementar ou não uma política de reserva de vagas em suas universidades nacionais. Conclui-se que antropólogos partilham de noções distintas acerca do significado dos conceitos de raça e racismo, além de possuírem diferentes relações com o movimento negro e com o desenvolvimento recente de suas pautas.

Por fim, *Fragments da história: os Xetá no projeto Memória Indígena*, de Ana Clara Ferruda Zilli e Edilene Coffaci de Lima, se debruça sobre o Projeto Memória Indígena (PMI), que esteve em desenvolvimento de 1985 a 1989. Analisando registros auditivos que pertencem ao acervo do projeto e hoje se encontram no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, o trabalho pretende discutir a presença do povo Xetá dentro do PMI. Como resultado, foram encontradas narrativas de um processo de rememoração das trajetórias individuais e coletivas, vivenciadas pelos interlocutores da etnia, durante e após o contato violento com os brancos, processo que resultou no desmembramento, exílio e genocídio desse povo.

A última seção da revista se dedica aos artigos produzidos por alunas e alunos da graduação na área das Ciências Sociais. O *Espaço Graduação* deste volume conta com dois trabalhos. O primeiro deles tem o título “*A água é pra vida e não pra morte*”: crítica sociológica do modelo de desenvolvimento econômico na Amazônia Setentrional. Escrito por Vinícius Barriga Santos, o texto tem o intuito de analisar e avaliar os impactos socioambientais e econômicos facejados pela população de Ferreira Gomes, município do estado do Amapá, decorrentes da construção das usinas hidrelétricas F. Gomes, C. Nunes e C. Caldeirão, ao longo do Rio Araguari. Focando-se na dimensão da territorialidade, o artigo propõe uma análise crítica do modelo desenvolvimentista imposto à região amazônica.

O segundo trabalho da seção, *Mulheres nos Slam's: de musas a poetas*, foi produzido por Ana Claudia Antunes Brizola e Bruna Lourenso. O artigo aborda a inserção das mulheres na cultura a partir de sua participação no Movimento Slam – organizado em torno de apresentações de poesias marcadas pela crítica social e denúncia de desigualdades de gênero, raça e classe. A construção da pesquisa se pauta pelos relatos de 12 entrevistadas de diferentes regiões, sexualidades, religiões, profissões, raças e classes,

e também pela participação em uma das edições do “Slam das Gurias” localizado no centro de Curitiba. A partir da perspectiva das mulheres que participam desse conjunto de eventos, o artigo busca compreender as vivências e a construção de significados de cada uma das poetisas através do entendimento de suas subjetividades socialmente localizadas – expressas nos textos que declamam.

Tendo ciência da diversidade e riqueza dos temas apresentados no presente volume, a Revista Sociologias Plurais espera que os textos que compõem esta edição possam desencadear debates e provocações produtivas aos leitores e leitoras.

Henrique da Costa Valério Quagliato
Comissão Editorial Executiva

Conceitos fundamentais para leitura do campo esportivo pela perspectiva teórica bourdieusiana

Igor Alexandre Silva Bueno¹

Wanderley Marchi Júnior²

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

O esporte é um dos fenômenos socioculturais que mais se transforma na sociedade atual. Suas mudanças ocorrem em processo contínuo e estão atreladas diretamente à sociedade em que se insere. Por essa razão, compreender o lugar das atividades esportivas contribui de forma significativa para uma possível interpretação da realidade social, visto que elas abrangem vários setores como a saúde, educação, o mundo dos negócios, entre outros. Nesse sentido, o propósito deste artigo – apoiado pela CAPES – é apresentar, mediante a pesquisa bibliográfica, os principais conceitos bourdieusianos para análise e interpretação do campo esportivo contemporâneo. Destacamos que essa é uma dentre muitas possíveis leituras teóricas das manifestações esportivas. Entretanto, percebemos que a perspectiva analítica de Pierre Bourdieu preconiza uma forma particular de entender o esporte em sua totalidade e polissemia de significados.

Palavras-chave: Esporte; Teoria dos Campos; Pierre Bourdieu; Campo esportivo.

ABSTRACT

Sport is one of the sociocultural phenomena that changes most in today's society. Their changes occur in the continuous process and are directly linked to the society in which they find themselves. For this reason, understand the place of sports activities that contribute to a possible interpretation of social reality, as they cover various sectors such as health, education, business, among others. In this sense, the objective of this article is presented, using a bibliographical research, the main Pierre Bourdieu's concepts for analysis and interpretation of the contemporary sports' field. We emphasize that this is one of the many possible theoretical readings of sports manifestations. However, we realize that Pierre Bourdieu's analytical perspective advocates a particular way of understanding sport in its initiation and polysemy of meanings.

Keywords: Sport. Field theory. Pierre Bourdieu. Sport Sociology.

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisador das temáticas relacionadas à Sociologia do Esporte.

² Professor titular da Universidade Federal do Paraná.

Introdução

O esporte é um dos fenômenos sociais e culturais que mais apresenta transformações, tem sua evolução e valores atrelados à sociedade em que se insere, está em contínuo processo de constituição e reformulação. É também uma manifestação sociocultural que sofre influências múltiplas, como por exemplo, da mídia, da economia e da política (MARQUES, 2015; BARBANTI, 2012).

Na contemporaneidade, as atividades esportivas ocupam espaço significativo na vida das pessoas, está presente em aspectos relacionados com a saúde, a estética, o consumo, para citar alguns exemplos. A presença do esporte pode ser verificada em praticamente todas as classes sociais. É, de fato, uma atividade abrangente da vida em sociedade (STIGGER, 2002).

Devido a sua abrangência e presença nos contextos sociais, compreender o lugar do esporte contribui significativamente para a interpretação da realidade social contemporânea (RICHTER et al., 1992). Assim, para que possam ser entendidas, as atividades esportivas devem necessariamente ser contextualizadas no tempo e no espaço em que estão presentes, levando em consideração suas múltiplas dimensões.

O sociólogo do esporte Jay Coakley (2008) afirma que ao se estudar o esporte é possível compreender tanto suas diferentes formas de manifestação quanto os valores transmitidos aos sujeitos que dele faz uso, bem como as interações estabelecidas entre os agentes e a sociedade. Assim como outras produções culturais humanas, a exemplo da música e das artes, o esporte tem uma elasticidade semântica que varia a depender onde ele ocorre e está inserido, o sentido atribuído e a forma como é percebido (COAKLEY, 2008).

A partir dessa premissa, a intenção deste trabalho é apresentar os principais conceitos operacionais da teoria bourdieusiana bem como a sua interpretação a respeito dos esportes como elementos para uma possível leitura e interpretação do campo esportivo.

Parte-se do entendimento de que o esporte pode ser pensado e tratado como uma construção social que tende a incorporar condições existentes no meio social

(COAKLEY, 2008). Além disso, o esporte é compreendido como uma: “atividade física, construída e determinada a partir de contextos socioculturais, em constante desenvolvimento, e em franco processo de mercantilização, profissionalização, popularização e espetacularização”. (MARCHI JÚNIOR, 2004, p. 24).

Para a realização deste trabalho, o procedimento metodológico empregado se baseia em uma revisão bibliográfica do referencial teórico à sociologia do esporte, mais precisamente as obras de Pierre Bourdieu. Foram reunidos textos que apresentam e articulam alguns dos conceitos e ideias que possam oferecer um quadro teórico capaz de proporcionar uma análise do campo esportivo. As contribuições da produção de Bourdieu proporcionam reflexões acerca das diferentes possibilidades de apropriação e usos de seus conceitos e teoria, em especial aos pesquisadores ligados a áreas que investigam as atividades esportivas, recreativas e de lazer. Nesse sentido, a assimilação das reflexões do teórico francês possibilita maior clareza nas escolhas e relações entre o aporte teórico eleito e os usos de outros conceitos e autores aos quais se recorre no processo de pesquisa na sociologia do esporte.

As obras foram selecionadas basicamente devido a sua importância para as ciências sociais como um todo, e por conter definições dos conceitos bourdieusianos mais utilizados nas pesquisas relacionadas à sociologia do esporte, possibilitando assim a articulação entre trabalho empírico e reflexão teórica. A seleção dos conceitos foi baseada em dois critérios: 1) os conceitos fundamentais da teoria dos campos de Bourdieu e 2) os conceitos que têm operacionalização explicativa no universo esportivo. Com isso, foi possível apresentar conceitos que procuram compreender e explicar como os espaços sociais são constituídos, reproduzidos e transformados.

Outros textos, artigos e livros de comentadores também serviram como referencial teórico. A escolha de tais comentadores tem relação com a influência exercida por Pierre Bourdieu não somente sobre os pensadores franceses, mas sobre os intelectuais de vários países, pertencentes a outras disciplinas das ciências humanas e sociais da educação física. Além disso, os autores escolhidos são referência para a área devido a apropriação teórica das obras de Bourdieu. Com isso, foi possível apreender aspectos importantes a respeito da perspectiva teórica, dos conceitos e da visão

bourdiesiana relacionada ao esporte sem que existissem interpretações equivocadas que pudesse deturpar o sentido original proposto pelo teórico francês.

Pierre Bourdieu e sua base e perspectiva teórica

Pierre Bourdieu evidenciou em suas análises a existência de um jogo de dominação e reprodução de valores em diferentes esferas da sociedade que gera formas de distinção social entre grupos (MARQUES; GUTIERREZ, 2014). O resultado do seu trabalho em reunir e retrabalhar conceitos do racionalismo de Bachelard, do materialismo de Marx, do neokantiano sobre as formas simbólicas de Durkheim e da visão agonística de Weber, culminou em um quadro teórico original que possibilitava desvendar a multifacetada dialética das estruturas sociais e mentais no processo de dominação (WACQUANT, 1992).

Suas investigações não se restringiram somente ao espaço social, também aplicou seu método em diferentes campos como a arte, ciência, mídia, educação, esporte, dentre outros. Nos anos de 1960, Bourdieu foi considerado um “rebelde da elite intelectual”, pois apresentava visões diferenciadas que chocavam com o pensamento da época. Além de ter métodos de análise e conceitos operacionais originais, o acadêmico mostrou-se transgressor das divisões disciplinares, o que gerou, com certa frequência, reações críticas aos seus trabalhos (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2017).

Tendo suas publicações de impacto nas décadas de 1960 e 1970³, o autor se destacou devido a sua originalidade e metodologia de investigação. Durante esse período, Bourdieu foi implacável no combate às correntes de análises semiológicas e das estéticas formalistas (MARQUES, 2015). O seu cuidado e a expansão intelectual crítica, juntamente com a qualidade e coerência conceitual com que elaborou seus estudos, fez de Pierre Bourdieu um dos maiores sociólogos de sua época (MARCHI JÚNIOR, 2004).

³ Os argelinos, 1962; Os herdeiros, 1964; Uma arte média, 1965; O amor da arte, 1966, A reprodução, 1970; Esboço de uma teoria da prática, 1972; A distinção, 1979.

Seu pensamento estruturou-se pautado no conhecimento praxiológico que tem como fundamento estabelecer um sistema de relações objetivas e subjetivas de forma dialética entre disposições e estrutura. É, por sua vez, uma forma de saber que busca superar a dicotomia existente entre análises objetivistas e subjetivistas. Sua forma de pensar configura-se em uma estratégia que procura se desvencilhar das limitações dos pressupostos estruturalistas e das concepções advindas da fenomenologia (WACQUANT, 1992).

Para Bourdieu é perceptível que os indivíduos das sociedades – arcaicas e complexas – não são apenas autômatos regulados como relógios, que obedecem a leis mecânicas que lhes escapam, pelo contrário, são agentes de suas realidades e tem, em certa medida, o poder de transformar suas condições e posições dentro de um contexto social (BOURDIEU, 1990).

Diferentemente da percepção mecânica e rígida do estruturalismo francês, Bourdieu sustenta uma reflexão genérica, sem resposta dogmática proveniente de uma visão unidimensional. Por esse motivo, seu pensamento busca articular o ator e a estrutura social para a compreensão das relações sociais ligadas às disputas por poder em diferentes campos da sociedade, considerando as estruturas objetivas, de espaço, de regras e de normas, em uma relação de constante intercalação com questões subjetivas, de anseios, história individual e significação por parte dos sujeitos (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2017).

Segundo Bourdieu o conhecimento fenomenológico – as correntes ligadas a etnometodologia e ao interacionismo simbólico – captava somente a experiência imediata do mundo social, ou seja, as percepções ligadas ao dia-a-dia do indivíduo. O teórico ressalta que esses saberes excluía a possibilidade de entender, principalmente, as condições estruturais que permitiam a experiência e existência da subjetividade. A crítica tecida por ele a respeito da fenomenologia refere-se, basicamente, que essa teoria descreve as ações e interações sociais e não questiona a respeito das condições objetivas que poderiam explicar o curso das interações. As críticas do autor vão além no sentido de que todas essas abordagens não captavam as bases sociais que supostamente condicionariam as experiências práticas, além de criar

uma concepção ilusória do mundo social com excessiva autonomia e consciência dos sujeitos (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; CATANI et al., 2017).

Por outro lado, em contraposição às ideias subjetivistas, o conhecimento objetivista tem por característica a ruptura com as experiências subjetivas imediatas. Segundo essa abordagem, primeiro investiga-se as estruturas sociais que organizam a ação do indivíduo para depois compreender a experiência subjetiva, deixando de lado a concepção de que os seres sociais têm consciência de suas ações. A preocupação e crítica de Bourdieu focam-se desta vez na tendência que o objetivismo teria de conceber a prática como mera execução de regras estruturais dadas, sem se interessar pelo processo de produção e reprodução das regularidades sociais executadas pelos agentes por meio de suas ações práticas (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; CATANI et al., 2017).

Como solução a esse problema, Bourdieu buscou uma forma de conhecimento baseado na prática. Esse saber articula dois planos, o da ação e o da estrutura para fazer a leitura da complexidade do mundo social. O teórico propõe uma reflexão que representava a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade, numa relação dialética que buscava evidenciar a passagem do produto para o princípio de produção da prática. Com isso, busca superar as oposições tradicionais na Sociologia – subjetivismo/objetivismo, teoria/empíria, holismo/individualismo (BONNEWITZ, 2003).

Por conta dessa percepção, o entendimento praxiológico de Bourdieu tem por base as perspectivas teóricas “construtivismo estruturalista” ou “estruturalismo construtivista” como aponta o trecho:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mitos, etc-, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais (BOURDIEU, 1990, p. 149).

Com essa definição, o pensador trás uma nova proposição teórico-metodológica e procura preencher as lacunas deixadas pelas perspectivas anteriores. Bourdieu propõe então relacionar as abordagens dialeticamente, (BOURDIEU, 1996). Para isso adota uma série de conceitos e instrumentos que servem como ferramentas investigativas para pensar e analisar as diferenças e posições dos grupos e suas relações, sobretudo, na tendência à reprodução da ordem social (BONNEWITZ, 2003).

Principais conceitos bourdieusianos

Com o objetivo de erguer uma teoria que pudesse compreender a realidade conflituosa, forjou ferramentas analíticas que ajudam a entender os espaços relativamente autônomos permeados por forças objetivas e lutas por dominação (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Assim, para que fosse possível a aplicação de sua perspectiva, surge à necessidade de delimitar um espaço característico onde ocorrem as interações sociais (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). É a partir dessa premissa, que nasce a noção de **campo social**, uma ferramenta de análise que permite a delimitação do objeto de pesquisa. Com o conceito de campo Bourdieu pretende propor formas gerais de pensar nossas sociedades. E é a partir daí que o autor constrói a Teoria dos Campos. A respeito do campo ele escreve:

O cosmo social é constituído pelo conjunto desses microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específica e irreduzíveis àquelas que regem os outros campos. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes [...] (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 73).

Bourdieu cunha uma definição de campo como um espaço relativamente autônomo, um microcosmo dotado de leis próprias, incluído no macrocosmo (leis gerais da sociedade). O campo também é caracterizado pela existência de desigualdade de posses e acesso a bens (os capitais). É um lugar de embate, lutas de forças pela

aquisição de poder simbólico. Há, dessa forma, em cada campo, regras de jogo e desafios particulares que são sempre específicos a cada campo (BOURDIEU, 1983).

Para o teórico, campo é um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições ocupadas pelos diferentes indivíduos (agentes) com distintas posições, que buscam a posse do poder simbólico – conferindo reconhecimento e legitimidade aos detentores desses aspectos desejados no campo (BOURDIEU, 1983). A estrutura do campo é estabelecida pelo estado de relação de força entre os agentes e instituições engajadas na luta, como também pelo resultado dos embates anteriores os quais orientam as estratégias posteriores. O objetivo maior é o acúmulo de capital específico (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

En términos analíticos, un campo puede definirse como una red o configuración de relaciones objetivas entre posiciones. Estas posiciones se definen objetivamente en su existencia y en las determinaciones que imponen a sus ocupantes, ya sean agentes o instituciones, por su situación (*situs*) actual y potencial en la estructura de la distribución de las diferentes especies de poder (o de capital) – cuya posesión implica el acceso a las ganancias específicas que están en juego dentro del campo – y, de paso, por sus relaciones objetivas con las demás posiciones (dominación, subordinación homología, etc.) (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 64).

Como apontado por Bourdieu e Wacquant (1992), essas são, sinteticamente, as características de todo campo, ou seja, as “lei gerais dos campos”. Analogicamente, pode-se considerar um campo como um mercado em que os agentes se comportam como jogadores que buscam a posse de determinados capitais que possibilitem a dominação do campo (BONNEWITZ, 2003).

Agente, por sua vez, é definido como indivíduo ou instituição inserido em uma posição determinada do espaço social portador de um conjunto específico de disposições incorporadas (*habitus*) que age dentro de certo espaço social (BOURDIEU, 1990).

Entre as táticas de ação do agente existem duas possibilidades, a de conservação e as de subversão. A primeira forma se refere a uma posição dos dominantes, os quais buscam a manutenção da ordem já estabelecida, enquanto a segunda, corresponde à posição dos dominados que procuram contrapor à lógica existente (BOURDIEU, 1990). A partir dessas duas posições, são travados dentro do

campo embates entre situações antagônicas, por exemplo, entre velhos e novos, ortodoxos e heterodoxos, conservadores e revolucionários etc. (MARQUES, 2015).

De acordo com Bourdieu (1990), as divisões entre dominantes e dominados podem ao mesmo tempo estar reconhecidas e ignoradas, a depender da posição que estão. Além disso, aos olhos das pessoas que não foram formadas no interior de determinado campo, é pouco provável que consigam identificar a estrutura e as relações existentes daquele espaço, uma vez que somente compreendem o jogo aqueles que são pertencentes ao meio em que se joga (CATANI et al., 2017).

Por meio dessa relação dialética entre campo e agentes sociais, surge um dos principais conceitos da teoria dos campos, o *habitus*. Este conceito é percebido pelo teórico como o princípio estruturador da percepção e das ações dos agentes dentro do campo, e tem a função de transmitir conscientemente e inconscientemente um sistema de esquemas de apreciações e de atos. Bourdieu define *habitus* como:

Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um agente (BOURDIEU, 1983, p.61).

O *habitus*, segundo Bourdieu, norteia as formas de ação dos sujeitos, ou seja, a sua *práxis*. Esse modo de atuação é estabelecido de acordo com as leis do campo especificamente orientado para a disputa e aquisição de capital. Configura-se como o fator subjetivo de análise, pois considera as percepções e visões de mundo dos agentes, ou seja, suas individualidades, porém, não descartando a sua interação com a coletividade (BOURDIEU, 1983). Sendo assim, o *habitus* é considerado um modo estratégico de atuação do agente, essa forma de desenhar e desenvolver suas ações tem por base alguns elementos como: a) a posição que ele ocupa dentro do campo ou subcampo, se tal posicionamento é recente ou sofre influência de alguma forma de capital; b) o grupo social ao qual o sujeito pertence; c) a bagagem histórica e cultural do agente (BOURDIEU, 1992).

Em síntese, o conceito de *habitus* concilia a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais, expressa o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo. Ou seja, a relação de interdependência entre o conceito de *habitus* e o de campo é condição para seu pleno entendimento (BOURDIEU, 1992).

Além dos conceitos já apresentados, a obra de Bourdieu oferece outra ferramenta analítica que auxilia na compreensão das disputas dentro dos campos, a *illusio* (BOURDIEU, 1996). Esta noção configura-se como interesse, uma motivação inerente a todo agente dotado de um *habitus* de um determinado campo. Por definição *illusio*: “É ‘estar em’, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem serem perseguidos; é reconhecer o jogo e o alvo”. (BOURDIEU, 1996, p. 139-140) A *illusio*, por conseguinte, se relaciona com a crença no jogo e de se estar envolvido nele. Assim, para Bourdieu, cada campo requer e aciona uma forma de interesse, um investimento, uma *illusio* específica que expressa o reconhecimento tácito de seus participantes no valor do que ali está em disputa (BOURDIEU, 1996).

Nesse sentido, investir e atuar nas disputas travadas em torno de capitais, recursos simbólicos ou objetivados entendidos como atrativos de determinado espaço, são elementos fundamentais para a existência e funcionamento do campo. Isso somente é possível graças à existência e o compartilhamento da mesma *illusio*, da crença fundamental em seu interesse (CATANI et al., 2017). Sem o aspecto da *illusio* é pouco provável que agentes tenham a cumplicidade de se reunir e travar disputas em torno de algo que esteja em jogo.

Compartilhar a mesma *illusio* significa ter em comuns sistemas de princípios, de disposições, de expectativas, de esperanças, de classificação e de avaliação entorno de objetos em luta no campo. Em outras palavras, são disposições que se adequam e se ajustam às regularidades de um universo social específico. Este saber prático permite ao agente fazer antecipações sobre as possíveis estratégias de outros sujeitos pertencentes ao campo, permite também saber as maneiras de agir e investir ideias do jogo. São, de modo geral, tendências imanentes do campo que não são enunciadas de forma explícita (BOURDIEU, 1989).

Por essa razão, a *illusio* não passa pela consciência, ela é da ação, da rotina, é uma adesão que ocorre sem o consentimento intelectual. Tem pouca ligação com o cálculo racional que prevê lucro, é mais entendida como um produto e princípio das ações práticas próprias de um espaço social delimitado. Nesse sentido, a *illusio* reflete um ajustamento e uma cumplicidade entre as estruturas mentais dos sujeitos, ou seja, seus *habitus*, e as estruturas objetivas (CATANI et al., 2017).

Capital é outra noção basilar na teoria bourdieusiana. Este conceito permite entender e analisar o espaço social como um espaço hierarquizado e permeado por desigual distribuição de recursos. Capital é definido por Bourdieu como um “recurso” que pode ser possuído por um indivíduo, um grupo, uma comunidade, um país etc. Ele pode existir em um estado subjetivo, suscetível a variações socioculturais de acordo com o julgamento de cada grupo, quanto no estado objetivo, sob a forma de bens físicos, imobiliários, pertences financeiros avaliados de acordo com o mercado (BOURDIEU, 1983, 1989).

O capital também pode se manifestar no estado incorporado, na forma de disposições inscritas nos cérebros e nos corpos, como em diplomas e certificados, carteira de habilitação, por exemplo. No estado incorporado, o capital remete ao direito e ao reconhecimento chancelado por instituições. Atua, portanto, principalmente no nível do domínio sobre as normas e os padrões vigentes (CATANI et al., 2017).

Acrescentam-se ainda quatro formas básicas de capitais, sendo três delas comuns à maioria dos campos: o econômico, o social, o cultural e o simbólico (BOURDIEU, 1983; 1989; 1998). O primeiro, capital econômico, é, sobretudo, um indicador de posição econômica. Pode ser entendido como a posse de dinheiro e poder aquisitivo (BONNEWITZ, 2003). Já o capital social corresponde à rede de relacionamentos que o agente mantém com os outros indivíduos do campo. Trata-se, desse modo, das “relações pessoais” que constituem uma “rede”. Bourdieu (1998) adverte que:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento; ou em

outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que, além de serem dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), estão unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p.2).

Esta noção evoca, sobretudo, os relacionamentos estabelecidos entre os agentes e como eles fazem uso dessa rede. Para o autor, a vinculação a um grupo, e seus efeitos, é decisivo e constitui o alicerce da solidariedade existente no campo (BOURDIEU, 1998).

O terceiro, o capital cultural, é definido como o conhecimento que o agente possui e que valoriza dentro do campo, capaz de render dividendos que proporcionam lucros a seus detentores. Este capital manifesta-se basicamente em três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado (BOURDIEU, 1998).

O capital incorporado apresenta-se sob a forma de disposições duráveis, resultado do trabalho e experiência obtido pelo agente. Tem relação, principalmente, com o sistema de ensino, mas também liga-se ao conhecimento existente no seio familiar, ou seja, as vivências das gerações anteriores que são transmitidas, por exemplo, pela oralidade (BOURDIEU, 1998).

Objetivado, por sua vez, são materializados na posse de objetos, isto é, em quadros, livros, filme, viagens, máquinas ou instrumentos que servem e ajudam no processo de educação e incorporação cultural. Por fim, também podem aparecer em estado institucionalizado, fortemente ligado à educação formal, como diplomas, certificados e títulos que são, frequentemente, atestados e reconhecidos institucionalmente (BOURDIEU, 1998).

Além das três formas de capitais já mencionadas, há também o capital simbólico definido como uma espécie particular que oferece reconhecimento e poder ao detentor dentro de um campo específico. Esta última forma de capital toma configurações de valor e reconhecimento simbólico diverso de acordo com cada campo. É determinado pelo que as normas e costumes daquele espaço indicam como algo a ser reconhecido e posteriormente valorizado pelo grupo, também relaciona-se à

honra, prestígios e outras formas de créditos entendidos como valiosos ou fundamentais para o campo (GIULIANOTTI, 2005⁴ apud MARQUES, 2015).

Bourdieu ao longo de suas obras não apresenta uma definição clara e restritiva do que seria o capital simbólico, pelo fato de desconfiar das definições, julgando que tal espécie de ação seria uma maneira positivista de fazer Ciência. Outro elemento apontado pelo teórico trata-se da característica deste capital que se apoia na crença ou no reconhecimento muito variável a depender do campo e dos contextos. Este capital, em particular, tem propriedades simbólicas que somente emergem na relação com sujeitos que os percebem e apreciam, pois precisam ser interpretadas segundo sua lógica específica (*habitus*) que existe na e pela percepção dos agentes que compõe um determinado campo (BOURDIEU, 2001a).

No entanto, em 1994 em Toulouse na França, Bourdieu realizou uma intervenção intitulada “*Anciennes et nouvelles aristocraties de 1880 à nos jours*”⁵ em um colóquio, cujo texto foi publicado após sua morte por Didier Lancien e Monique Saint-Martin, no qual apresenta o seu entendimento do conceito de capital simbólico:

O capital simbólico é um capital com base cognitiva que se apoia no conhecimento (não intelectual, mas um domínio prático, um senso prático). Qualquer propriedade – conchas nas ilhas Trobriand, números de voltas do colar de perolas da Suécia [...] –, qualquer diferença pode tornar-se capital simbólico, distinção, se a distinção *make sense*, ‘adquire sentido’ para as pessoas que dispõem de categorias de percepção para apreende-las (LANCIEN; SAINT-MARTIN, 2007, p. 388).

Por esta definição, Bourdieu afirma, portanto, que o capital simbólico tem propriedades bastante particulares e diferentes dos outros capitais, tem a característica de ser variável, adaptável, frágil e vulnerável e só terá sentido quando é atribuído valor por aqueles que reconhecem sua estima (LANCIEN; SAINT-MARTIN, 2007).

Em seu livro *Meditações Pascalianas*, Bourdieu (2001b), afirma que os três tipos (social, econômico e cultural) podem ser convertidos em capital simbólico. Isso vai depender do volume de capital e da importância que tal capital tem dentro do campo, ele pode ser convertido em sinônimo de distinção que confere poder. Por isso,

⁴ GIULIANOTTI, R. *Sport: a critical sociology*. Bodmin: MPG Book, 2005.

⁵ Tradução nossa: “Velhas e novas aristocracias de 1880 até hoje”.

a maioria dos capitais é convertível em capital simbólico, de acordo com as normas, interesses e agentes envolvidos nas disputas (BOURDIEU, 2001b).

Por sua vez, o acúmulo de capital simbólico permite ao seu detentor exercer a **violência simbólica**, que se trata da dominação consentida entre agentes do campo. Pode ser entendida como uma aceitação das regras e crenças partilhadas no campo de modo “natural”. Esta forma de violência traduz o valor e o reconhecimento da legitimidade adquirida, tem o poder tanto para a manutenção quanto para a transfiguração das formas de distribuição de bens e propriedades específicas do campo (BOURDIEU, 1989).

Já para pensar a respeito da percepção e os usos do corpo, tem-se o conceito de **hexis corporal**. Para Bourdieu (2014), o corpo é um produto social que expressa aspectos relacionados ao *habitus* do indivíduo, pois sofre influência das desigualdades de capitais existentes na sociedade. Além disso, o corpo, e seu comportamento, pode expressar o grau de incorporação de determinado arbitrário cultural por parte do agente. Bourdieu pontua:

As diferenças de pura conformação são sobrepostas pelas diferenças de *hexis*, de "cuidado": na maneira de portar o corpo, de se portar e de se comportar, por meio da qual se exprime toda a relação com o mundo social (na medida em que a relação com o próprio corpo é, como veremos, uma maneira particular de experimentar a posição no espaço social, pela experiência da distância entre o corpo real e o corpo legítimo) (BOURDIEU, 2014, p. 248).

Nesse sentido, a *hexis* corporal (incorporada) resulta na disposição permanente, maneira durável de se portar, de falar, no tom de voz, na forma de caminhar, na postura, nas expressões, no modo de sentar-se, até mesmo na forma de manejar instrumentos e utensílios. A *hexis* corporal também pode relacionar-se no modo de sentir e pensar, visto que, começam a se estruturar diante das experiências vividas no campo específico de atuação. Todas essas expressões e sentimentos relacionam-se a um conteúdo de consciência singular e sistemático, são aspectos que podem aparecer inscritos na *hexis* corporal do agente pertencente ao campo (BOURDIEU, 2014).

Por conseguinte, o corpo do agente carrega uma miríade de significações e de valores sociais que são moldados a ponto de formar uma *hexis* corporal definida e extremamente ligada às características exigidas e impostas pelo campo. A depender de cada campo, tais exterioridades começam a ser marcadas no corpo desde o nascimento. E por esse fato, os agentes são levados a se estruturarem e se reestruturar constantemente, consolidando uma *hexis* corporal específica (BOURDIEU, 2002).

Em síntese, esses são alguns conceitos da teoria de Bourdieu possíveis de serem usados para abordar as manifestações esportivas, visto que articula a agência e estrutura objetivo, conectando, ao mesmo tempo, a estrutura e social e a ação prática dos agentes. Tais definições quando relacionadas, podem proporcionar uma ampla visão das relações existentes entre os diversos agentes que integram o campo do esporte e das práticas corporais. (ORTIZ, 1994).

O campo esportivo pela percepção de Pierre Bourdieu

Com relação às construções teóricas feitas sobre o fenômeno esportivo, Bourdieu não se preocupou em compreender o esporte em si, mas os fatores que levam os indivíduos a socializarem e estabelecerem diferentes preferências no campo esportivo. O seu principal foco de análise tinha relação com a estratificação existente nesse espaço em especial (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2017).

Bourdieu (1990) almejou elaborar um método de análise que fosse adequado às demandas do fenômeno esportivo ou das “práticas que comumente aceitamos e designamos sob a unidade nominal de esporte moderno poderiam ser lidas a partir dos preceitos que integram sua economia geral dos campos” (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2017, p. 251).

O resultado desse esforço teórico-metodológico pode ser principalmente encontrado nos textos: “Como é possível ser esportivo?” (BOURDIEU, 1983) e em “Programa para uma sociologia do esporte”, publicado em 1990. Em seus estudos, o teórico sugere que o universo das práticas esportivas é semelhante a outros espaços de produção cultural e material, e, por este motivo, é possível encontrar propriedades gerais desses espaços (BOURDIEU, 1983).

No primeiro texto, Bourdieu parte da ideia de que há um conjunto de práticas e de consumos esportivos dirigidos aos agentes sociais que estão vinculadas a certa demanda social. Oriunda dessa constatação o sociólogo francês coloca duas questões para pensar a respeito do esporte:

Em primeiro lugar, existe um espaço de produção dotado de uma lógica própria, de uma história própria, no interior do qual se engendram os "produtos esportivos", isto é, o universo das práticas e dos consumos esportivos disponíveis e socialmente aceitáveis em um determinado momento? Segundo, quais são as condições sociais de possibilidade de apropriação dos diferentes "produtos esportivos" assim produzidos, prática do golfe ou do esqui, leitura de jornais esportivos, reportagem televisionada da copa do mundo de futebol? Dito de outra maneira, como se produz a demanda dos "produtos esportivos", como as pessoas passam a ter o "gosto" pelo esporte e justamente por um esporte mais que outro, enquanto prática ou enquanto espetáculo? Mais precisamente, segundo que princípios os agentes escolhem entre as diferentes práticas ou consumos esportivos que lhes são oferecidos como possibilidade em um dado momento? (BOURDIEU, 1983, p. 136).

No livro "A distinção: crítica social do julgamento" — de 1979 — Bourdieu também dedica algumas páginas no exame das manifestações esportivas (BOURDIEU, 2006). Neste texto, em específico, o autor relaciona o sentido das práticas esportivas com os gostos de classe e os estilos de vida.

Bourdieu sugere que as variações nas formas e nas práticas esportivas segundo grupos sociais referem-se às variações da percepção e de apreciação das vantagens, imediatas ou diferenciais que elas podem proporcionar ao agente, sejam elas no sentido econômico, cultural ou corporal. Configurando formas de distinção, de classificação, que sinalizam distâncias ou proximidades entre grupos. (BOURDIEU, 2006).

Essa versatilidade, por assim dizer, é fruto de distintos *habitus*, gostos, lucros e custos intrínsecos e extrínsecos da atividade, simboliza a diferenciação das posições sociais mais ou menos privilegiadas. (BOURDIEU, 1990; STIGGER, 2002; BOURDIEU, 2006). Visto desta maneira, as manifestações esportivas deixam de ser analisadas de forma homogênea e passam a ser percebidas em um sentido heterogêneo, diverso, pautado em uma relação não consensual de dominação e de embate. (BOURDIEU, 1990; BOURDIEU, 2006).

Por ter essas características singulares, o campo esportivo não é estático, é dinâmico e está em constante interação com outros espaços sociais. Os outros campos (econômico, político, intelectual, por exemplo) ainda que distintos do campo esportivo preenchem o esporte de significados e o influenciam, ao mesmo tempo que o esporte mantém certas lógicas específicas. Há, nesse sentido, um processo de autonomização, em um sistema regido por leis próprias que constituem o campo esportivo, que o diferencia dos demais (BOURDIEU, 1990).

O campo esportivo é diferenciado por ser um espaço social relativamente autônomo, pois tem seu próprio tempo, suas regras de funcionamento singulares, seus atores sociais, suas lutas e seus capitais em disputa específicos. Dessa forma, tem-se um microcosmo dotado de características que lhe dão um caráter distintivo, porém com estrutura bastante semelhante ao macrocosmo social. A autonomia relativa do campo a que Bourdieu se refere, trata-se da sua capacidade de refratar às pressões ou demandas externas: “quanto mais autônomo for um campo, maior será seu poder de refração”. (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Cabe frisar que o grau de autonomia dos campos pode ser deduzido a partir da distribuição e tipos de capitais que orientam as relações no interior do campo (BOURDIEU, 1983). Essa autonomia relativa também pode relacionar-se com o capital simbólico acumulado no decorrer do tempo (BOURDIEU, 1996).

O modelo relacional de análise do campo esportivo sistematizado por Bourdieu ao longo dos textos que versam sobre essa temática apresentam duas proposições importantes para pensar as manifestações esportivas. A primeira delas consiste em pensar um esporte em relação às outras práticas esportivas. Segundo o autor, não é possível desenvolver uma análise sem relacionar com os demais esportes que compõem o campo.

A segunda recai sobre a necessidade de contextualizar as práticas esportivas e o espectro de representações e signos sociais a elas associadas como um resultado do encontro entre a oferta dos bens esportivos e a demanda desses mesmos bens. Deve-se levar em consideração, mediação entre a oferta esportiva exteriorizada no campo e as disposições inscritas nos agentes, ou seja, a demanda (BOURDIEU, 1983).

Trata-se, portanto, de reconstruir o campo esportivo tendo por base os pressupostos de uma economia simbólica existente dentro do microcosmo analisado com o fim de entender como está estabelecida a estrutura de poder. Agindo assim, é possível desenvolver uma investigação que tenha como objeto sociológico o esporte. (MARCHI JÚNIOR, 2004)

Tal teoria amplia as possibilidades de leitura do fenômeno esportivo que tratam da relação e disputa entre amadorismo versus profissionalismo, a respeito da mercantilização, popularização, usos e sentidos do esporte, consumo e prática, o desenvolvimento do espetáculo de entretenimento esportivo (MARCHI JÚNIOR, 2002, 2004) como também dos usos do corpo no esporte (SALVINI et al., 2012) para citar alguns possíveis desdobramentos.

Considerações finais

Segundo a visão de Pierre Bourdieu é pouco provável captar a real lógica de um campo social sem mergulhar empiricamente em suas particularidades e relacioná-las com a história e com outros fatos que o permeiam (BOURDIEU, 1996). Por este motivo, sua teoria é estruturada em uma relação dialética entre aspectos objetivos e subjetivos que visa articular as estruturas dadas e a subjetividade existente na relação dos agentes.

Com esse movimento Bourdieu busca observar e trazer à tona a dinâmica e as lógicas de reprodução e dominação no interior dos diversos campos como, por exemplo, o político, o econômico, o midiático, o artístico, o educacional, o religioso, o esportivo, dentre outros. Assim, para que seja possível a realização desse empreendimento, é fundamental ter a compreensão de alguns conceitos. Neste sentido, este artigo propôs apresentar seu esquema teórico-conceitual expresso na tríade “campo + *habitus* + capital” como também outros conceitos importantes para pensar possíveis reflexões sob o campo esportivo. A forma dinâmica com que os conceitos se inter-relacionam gera a uma percepção eminentemente reflexiva de articulação entre as dimensões empírico-teóricas que traz à tona as lutas e as tensões

particulares de cada espaço sem desconectar do todo social (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2017).

Ao fazer aproximações de seus conceitos com o campo esportivo, foi possível perceber a relevância e pertinência da teoria para área das temáticas que envolvem o esporte. Em suma, ao longo dessas aproximações, o teórico reivindica uma sociologia científica do esporte de caráter não substancialista, como um fim em si mesmo, tampouco quer reduzir suas propriedades aos imperativos de uma história política e econômica. O que Bourdieu busca é (re)construir estruturalmente a história dos bens e das práticas esportivas considerando esse espaço e suas particularidades relacionados com os demais campos sociais (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2017).

Com resultado de suas investigações Bourdieu teceu críticas contundentes dirigidas ao fenômeno esportivo. Uma delas se refere ao caráter violento que os esportes espetacularizados têm tomado. Segundo Bourdieu (1990), o esporte-espetáculo apresenta uma distância entre a prática e o consumo muito acentuado. É notório para Bourdieu a vinculação dos agentes a um tipo passivo e televisionado de consumo dos esportes e dos produtos relacionados a ele (BOURDIEU, 1990).

Outra crítica versa sobre o campo esportivo retraduzir as distâncias sociais. Pela ótica de Bourdieu, o esporte reifica e veicula códigos de distanciamento que reforçam por meio de uma série de atributos e preceitos considerados legítimos e ilegítimos, superiores e inferiores, pertencentes a uma elite restrita ou então a uma massa heterogênea identificada comumente com aquilo que se entende por popular. Em suma, “o esporte e os bens culturais correlatos se tratam de práticas objetivamente classificadas e com potencialidade a se converter em práticas classificadoras, isto é, a se tornarem um lucro e expressão simbólica da condição de classe” (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2010, p. 308).

Assim, diante do contexto apresentado cabe aos sociólogos do esporte operacionalizar os conceitos de Bourdieu para gerar análises que restituem empiricamente as lutas e as tensões particulares ao campo esportivo.

Referências

- BARBANTI, V. J. **Dicionário de educação física e do esporte**. Barueri: Manole, 2012.
- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. A cultura está em perigo. In: BOURDIEU, P. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense. 1990.
- BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-153.
- BOURDIEU, P. L'espace des sports-1. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 79, p. 2-115, 1989.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.
- BOURDIEU, P. Notas provisórias sobre a percepção social do corpo. **Pro-Posições**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 247-256, 2014.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus. 1996.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.
- BOURDIEU, P. El mercado lingüístico. In: BOURDIEU, P. **Sociología y cultura**. Miguel Hidalgo: Grijalbo-Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2002. p. 143-158.
- CATANI, A. C. et al. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- COAKLEY, J. **Sports in society: issues and controversies**. 10. ed. New York: McGraw-Hill, 2008.
- LANCIEN, D.; SAINT MARTIN M. **Anciennes et nouvelles aristocraties de 1880 à nos jours**. Paris: Maison des Sciences de l'homme, 2007. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?>. Acesso em: 21 jan. 2019.
- MARCHI JÚNIOR, W. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores associados, 2002. p. 77-111.

MARCHI JÚNIOR, W. **Sacando o voleibol**. Hucitec: Unijuí, 2004.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L. **O esporte paralímpico no Brasil: profissionalismo, administração e classificação de atletas**. São Paulo: Phorte, 2014.

MARQUES, R. F. R. Contribuições da obra de Pierre Bourdieu para a pesquisa em sociologia do esporte no Século XXI. In: BETINNE, Marcos (Org.). **Estudos interdisciplinares em sociologia do esporte**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2015. p. 9-37.

MARQUES, R. F. R. et al. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Revista brasileira de educação física e esporte**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 365-377, 2009.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

RICHTER, K. J. et al. Integrated swimming classification: a faulled system. **Adapted Physical Activity Quarterly**, Champaign, v. 9, p.5-13, 1992.

SALVINI, L.; SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. A violência simbólica e a dominação masculina no campo esportivo: algumas notas e digressões teóricas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 401-410, 2012.

SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. As linhagens da sociologia do futebol brasileiro—um programa de análise. **Movimento**, v. 23, n. 1, p. 101-118, 2017.

SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2010.

STIGGER, M. P. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Forward Movement, 2002.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.

WACQUANT, L. J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 19, 2002.

O desolador cenário migratório do Triângulo Norte da América Central: limites e perspectivas no âmbito humanitário¹

Joseane Mariéle Schuck Pinto²

*Recebido em maio de 2019
Aceito em outubro de 2019*

RESUMO

O presente estudo propõe uma análise sobre a denominada caravana de migrantes, originária do Triângulo Norte da América Central, composto por El Salvador, Honduras e Guatemala, que testemunha uma das maiores crises humanitárias do século XXI. Os fluxos migratórios, sobretudo de menores desacompanhados, caracterizam-se por deslocados forçados, devendo ser reconhecidos como refugiados e não migrantes econômicos, como vem ocorrendo na prática nas fronteiras de destino, pelo México. O objeto de estudo se utilizará do referencial teórico do sociólogo Manuel Castells para pensar a influência dos sistemas de redes interligados que geram o processo de violência que acomete ao TNAC, e do filósofo Giorgio Agamben, na medida em que as vidas dos nacionais dos países em análise se encontram desprovidos de proteção e direitos. A modalidade de pesquisa é o estudo qualitativo, por meio da técnica de análise documental nacional e internacional, especialmente artigos de periódicos internacionais especializados sobre o tema. Evidencia-se que não há consenso sobre as bases políticas relacionadas à migração dos países de destino, altamente restritivas e punitivas, o que agrava a crise humanitária.

Palavras-chave: Auxílio humanitário; Proteção; Refugiados; Triângulo Norte da América Central.

The bleak migratory landscape of the Northern Triangle of Central America: humanitarian boundaries and perspectives

ABSTRACT

The present study proposes an analysis of the so-called caravan of migrants, originating from the Northern Triangle of Central America, composed by El Salvador, Honduras and Guatemala, which witnesses one of the largest humanitarian crises of the 21st century. Migration flows, especially from unaccompanied minors, are characterized by forced displaced persons and must be recognized as refugees and non-migrant economics, as has been happening in Mexico at destination borders. The object of study will use the theoretical framework of sociologist Manuel Castells to think about the influence of interconnected network systems that generate the process of violence that affects the TNAC, and the philosopher Giorgio Agamben, as the lives of nationals of countries in analysis are devoid of protection and rights. The research modality is the qualitative study, through the technique of national and international document analysis, especially articles from international journals specialized on the subject. It is evident that there is no consensus on the political bases related to the migration of destination countries, highly restrictive and punitive, which aggravates the humanitarian crisis.

¹ Destaca-se que uma primeira versão do texto foi apresentada na X edição do Seminário Nacional Sociologia & Política América Latina hoje: rupturas e continuidades GT 11 - Migrações Internacionais, fronteiras e novas diásporas.

² Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UNISINOS. Especialista em Relações Internacionais e Diplomacia pela mesma instituição. Advogada e professora universitária, bolsista CAPES. E-mail: joseane.ms@terra.com.br.

Keywords: Humanitarian aid; Protection; Refugees; Northern Triangle of Central America.

Introdução

Os deslocamentos forçados no mundo global contemporâneo têm se intensificado, sobretudo nas Américas. Na América do Sul, com o caso emblemático da Venezuela³, responsável por cerca de 3,4 milhões de solicitações de refúgio no mundo, de acordo com os dados apurados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Organização Internacional pra Migrações (OIM)⁴. No entanto, não menos importante está o desolador cenário migratório do chamado Triângulo Norte da América Central, composto por El Salvador, Honduras e Guatemala, implicando reflexos no âmbito do Direito Internacional, das Relações Internacionais e das Ciências Sociais. Neste contexto, há um significativo deslocamento forçado, incluindo um elevado número de menores desacompanhados, os quais são compelidos a deixarem seus países em decorrência da extrema violência urbana e dos reflexos causados no sistema social.

Nos últimos dois anos, o ACNUR descreve a região como a mais violenta do mundo fora de uma zona de conflito. A extrema violência generalizada é responsável pelo crescente aumento do fluxo migratório⁵ e consequente deslocamento forçado dos nacionais desses países. Não obstante o grave panorama securitário da região, a

³ Desde 2015, após o presidente Nicolás Maduro perder as eleições parlamentares da Venezuela, parte da população venezuelana começou a emigrar em maiores números para alguns países da América Latina, principalmente Colômbia e Brasil. Pressões internacionais diversas acrescentadas às crises internas do modelo político que vigorou neste país desde o final da década de 1990 culminaram em crises econômicas, sociais e de abastecimento de alimentos. Diante do aumento dos fluxos de venezuelanos atravessando a fronteira e solicitando refúgio no Brasil, em fevereiro de 2017 o Conselho Nacional de Imigração editou a Resolução Normativa Nº 126, que favoreceu a regularização da imigração venezuelana no país. *PolicyPaper* - Imigração e Desenvolvimento. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/wp-content/uploads/2018/03/Desafio-migrato%CC%81rio-Roraima-policy-paper.pdf>. Acesso em Abril de 2019.

⁴ UNHCR/ACNUR. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/02/25/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/>. Acesso em abril de 2019.

⁵ A migração conceitua-se pelo movimento de uma pessoa ou um grupo de pessoas, seja através de uma fronteira internacional, ou dentro de um Estado. É um movimento da população, abrangendo qualquer tipo de movimento de pessoas, independentemente da sua duração, composição e causas; que inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, migrantes econômicos, apátridas, pessoas que se deslocam para outros fins, incluindo o reagrupamento familiar, assim como àqueles que necessitam deixar seu país de origem por razões ambientais ou pelo acometimento de catástrofes naturais (OIM, 2011).

compreensão equivocada de que tais fluxos são basicamente de caráter econômico, mesmo após as declarações do ACNUR, no sentido de caracterizar a região como local de grave crise humanitária e aqueles que tentam chegar ao norte através do maior corredor migratório do mundo devem de fato ser considerados refugiados, estando assim sob a proteção das diretrizes da Declaração de Cartagena 1984, que à época ampliou o escopo da definição de refugiado e inseriu as pessoas que sofrem com a violência generalizada, considerando-as como refugiados.

O presente estudo propõe uma análise abrangente acerca dessa problemática, a partir do olhar das Ciências Sociais, pois para a compreensão do fenômeno social se faz relevante para compreender a migração originada da região analisada. Neste sentido, percebe-se que a corrupção nos países pertencentes ao TNAC permitiu que redes de crime organizado internacional adentrassem as instituições estatais restringindo à capacidade dos governos centro-americanos de manter direitos humanos básicos a população. Paralelamente a escalada de autoritarismo e violência na América Central, EUA e México sendo os dois principais destinos dos que fogem da violência endureceram suas políticas migratórias, reforçaram o policiamento em suas fronteiras e conseqüentemente aumentaram o número de detenções e deportações.

O objeto de estudo, ancorado nas questões de mobilidade humana e suas implicações no cenário global, se utilizará do referencial teórico do sociólogo Manuel Castells, sendo possível pensar a influência dos sistemas de redes interligados e que geram o processo de violência que acomete ao TNAC. Do mesmo modo, Giorgio Agamben seu estudo sobre o estado de exceção, corrobora com a análise proposta no presente artigo, na medida em que as vidas dos nacionais dos países em questão se encontram em condição de mera vida nua, pois estão desprovidos de proteção e direitos políticos advindos do Estado-nação. De forma incipiente, vez que a pesquisa se encontra em estágio inicial, é possível perceber que o atual cenário internacional se encontra abalado por não haver consenso sobre as bases políticas relacionadas à migração dos países de destino, que por sua vez são restritivas e punitivas, corroborando para o agravamento de uma severa crise humanitária.

O levantamento de dados será realizado através de coleta bibliográfica e documental (fontes secundárias), sendo fundamental que a pesquisa integre a consulta

a dados e publicações oficiais de atores não governamentais envolvidos com o auxílio humanitário, como o ACNUR, IOM, Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados. Em relação ao tratamento dos dados será interpretativo-descritivo, o que possibilitará a interpretação da realidade que se apresenta de diversas formas. Desse modo, a temática em questão se justifica por sua relevância social, pela urgência em trazer à tona o fenômeno contemporâneo e complexo que é a migração oriunda dos países do TNAC, na medida em que impõe deslocamentos forçados dos nacionais pertencentes aos Estados afetados, bem como a necessidade de repensar para além do auxílio humanitário, visto a necessidade de proteção internacional, por meio do reconhecimento do status de refugiado, reconhecendo o instituto do refúgio como fronteira da cidadania e não como mero mecanismo de controle fronteiriço.

1. O contexto histórico de deslocamentos do Triângulo Norte da América Central e seus reflexos enquanto fenômeno social

Trazer à tona a realidade social existente na região do Triângulo Norte da América Central se faz primordial, na medida em que afeta seus nacionais, e por sua vez, impõe implicações em demais Estados que compõe o cenário internacional. A região é responsável pelo significativo aumento de deslocamentos forçados, mais conhecida como “caravana de migrantes”, sobretudo elevado número de menores desacompanhados e mulheres. Tal fluxo migratório, segundo aponta Sassen resulta do aumento da violência urbana, bem como trata-se de fenômeno novo, na medida em que “crianças e mulheres são impelidas a migrar em razão de um enorme medo por causa da extrema violência urbana que entrou em erupção nos últimos anos” (2016, p. 31).

A situação interna de El Salvador, Honduras e Guatemala demonstra que a violência é um dos maiores problemas históricos no TNAC. De acordo com Correa (2015, p.83) [...] se no passado recente, movimentos camponeses e facções guerrilheiras eram comumente apontados pelos governos da região como responsáveis por ela, hoje, em boa medida, são as gangues de rua. No entanto, a formação e a expansão desses grupos

estão diretamente relacionadas à violência de outrora, seja aquela manifestada através da luta armada entre organizações com fins políticos [...]. Esta cenário, corroborado com um forte processo de desigualdades sociais na região do TNAC, que por sua vez gerou a extrema pobreza, entre as décadas de 1970 e 1980, fez com que os nacionais de El Salvador, Honduras e Guatemala deixassem seus países rumo aos EUA, fixando-se em Los Angeles e arredores (DOMÍNGUEZ, 2008, p. 2-3).

Conforme, o levantamento de dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2002, p. 106; 145; 177), em 1980, encontravam-se 196.674 indivíduos nos EUA, migrantes da região do TAC. Na década seguinte, a monta atingiu 800.095 migrantes, dos quais 465.433 salvadorenhos, 225.739 guatemaltecos e 108.923 hondurenos. Neste período, muito antes da era Trump e de suas políticas de fechamento de fronteiras, estes migrantes adentraram território americano de forma indocumentada e permaneceram no local com essa condição.

Nota-se, que a falta de políticas migratórias, no sentido de uma migração segura, regular e ordenada acaba por gerar problemas sociais, visto que nem todas as pessoas que migram têm as oportunidades legais de fazê-lo. Muitas são forçadas a deixarem seus territórios e sem a oportunidade de migrarem de forma documentada e acabam recorrendo a contrabandistas de migrantes⁶. Esses atravessadores, com o objetivo de explorar a situação dos migrantes para obtenção de lucro, agem como criminosos ao oferecem os mais variados serviços com elevados custos, como transporte e falsificação de documentos. A prestação de serviços dos criminosos está cada vez mais completa: com controle nas fronteiras nacionais e requisição de vistos. Os criminosos que visam ao lucro aproveitam a oportunidade e contraem o contrabando de migrantes, visto ser uma prática considerada como crime organizado internacional e altamente lucrativo.

As implicações decorrentes da falta de regularização migratória, resultou aos migrantes do TNAC em Los Angeles e arredores um processo de exclusão e discriminação, onde restou a eles a ocupação das áreas periféricas, a falta de emprego, o não acesso a bens públicos, a xenofobia, que por conseguinte fez com que alguns

⁶ O “contrabando de migrantes é um crime que envolve a obtenção de benefício financeiro ou material pela entrada ilegal de uma pessoa num Estado, no qual essa pessoa não seja natural ou residente”. UNODC. Disponível em: <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html>>. Acesso em abril de 2019.

passassem a fazer parte de gangues de rua. Sobre a questão (CORREA, 2015, p. 83), nos ensina que [...] alguns passaram a ingressar em gangues de rua existentes nos bairros em que residiam, enquanto outros, decidiram formar seus próprios grupos. São exemplos de cada uma dessas experiências as duas maiores maras atuantes na região atualmente, a dizer, as rivais Barrio 18 (por vezes, referida, também, como Mara 18, Pandilla 18, Calle 18, entre outros) e Mara Salvatrucha 13 (mais conhecida pela sigla MS-13).

No entanto, na década de 1990, em razão do enrijecimento da legislação migratória nos EUA, a exemplo do Ato de Reforma da Imigração Ilegal e da Responsabilidade do Imigrante, os migrantes indocumentados provenientes da região do TNAC foram deportados compulsoriamente para os seus países de origem. Conforme dados do Departamento de Segurança Interna dos EUA, conhecido como *Homeland Security*, sofreram deportação em torno de 14,5 milhões de pessoas (das mais diversas procedências nacionais), entre os anos de 1991 a 2000 (UNITED STATES DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY, 2012, p. 102).

Dentre eles nacionais de El Salvador, Guatemala e Honduras. Diante deste cenário, a saída compulsória de nacionais dos EUA com retorno aos países do TNAC, segundo análise de Correa, é um fator relevante que corroborou com o aumento e a propagação das gangues de rua em El Salvador, Guatemala e Honduras, embora não seja o único:

Percebe-se, por essa trajetória, que os Estados Unidos têm relação direta com a questão das gangues de rua no Triângulo Norte em pelo menos quatro momentos: I) na intervenção nos processos políticos da região na segunda metade do século XX, os quais, entre outros efeitos, resultaram na emigração de muitos indivíduos; II) no insucesso em integrar muitos dos imigrantes salvadorenses, guatemaltecos e hondurenses à sociedade estadunidense, resultando em sua submissão a condições adversas de sobrevivência e favorecendo, conseqüentemente, a participação de alguns deles em gangues de rua; III) na deportação massiva (ou outras formas de retorno compulsório) de imigrantes, entre eles, membros de gangues; e IV) na cooperação com autoridades locais no combate aos referidos grupos até a atualidade (CORREA, 2015, p. 84).

Desse modo, não restam dúvidas que o problema social da migração contemporânea oriunda da região do TNAC, gera implicações na vida daqueles que se deslocam e cruzam a fronteira internacional, uma vez que são decorrentes de um

fenômeno social histórico na região, e que se agravou na medida em que foi deflagrada a exclusão desses nacionais nos EUA, sendo estereotipados como ilegais, e após com o retorno compulsório desses migrantes, o que pode ter contribuído ou agravado a atual situação vivida na região, e responsável pelos fluxos migratórios contemporâneos, mais uma vez com destino aos EUA. Sobre a questão da expressão “migrante ilegal”, relevante mencionar que nenhum ser humano no mundo pode ser considerado juridicamente ilegal.

Neste sentido, a OIM, atualmente, integrante da Organização das Nações Unidas (ONU) e responsável por dirimir as lacunas existentes nas denominações pertinentes à migração. Dentre elas a conceituação daqueles que se deslocam forçadamente ou de forma voluntária, sem o documento hábil para tanto, ou seja, não possuem o visto para ingressar no país de destino. Tal conduta faz com que sejam considerados migrantes indocumentados ou no máximo a nomenclatura de irregulares. Particularmente, prefiro utilizar o termo indocumentado, haja vista a existência de uma onda conservadora que vem se espalhando pelo cenário internacional, e por sua vez proporciona o acirramento da xenofobia.

O fenômeno denominado “caravana de migrantes”, sofre a influência dos sistemas de redes interligados, ao passo que milhares de homens, mulheres e crianças, essas na sua maioria desacompanhadas, estão caminhando ao norte pelo México em direção aos Estados Unidos, em busca de oportunidades e segurança. Durante o caminho, podem tornar-se vítimas de extorsão cometida por autoridades da segurança e por grupos criminosos, assim como ameaças de roubo, violência sexual e até mesmo morte, alerta o comitê da ONU⁷.

Nesse sentido, importante destacar Castells (2016), no seu estudo sobre a sociedade em redes, vez que possui estreita relação com a realidade interna nos países do TNAC. Inicialmente, os nacionais sofrem com a violência doméstica, fruto das gangues urbanas que em alguma medida possuem atuação e alcance transnacional. Portanto, se enquadram no sistema de redes proposto pelo autor. Num segundo momento, quando aderem a caravana de migrantes e buscam cruzar as fronteiras,

⁷ Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/protejam-os-direitos-humanos-de-migrantes-da-america-central-pedem-comites-da-onu-a-governos/>. Acesso em abril de 2019.

acabam se tornando vítimas da atividade desempenhada pelos “coiotes”, ou seja, a expansão e diversificação do cometimento desta prática criminosa transnacional em prol das redes de contrabando de migrantes, integradas ao sistema-mundo e vinculadas a organizações e associações criminosas internacionais. Sobre a questão, destaca-se o relato de um migrante a BBC News Brasil em outubro de 2018: "Em Honduras, temos medo de morrer de fome ou assassinados pelas maras (ganguês). Por isso, quando ouvi sobre a caravana de migrantes, decidi deixar tudo (e me juntar a ela)."⁸

Para Castells “as atividades criminosas e organizações ao estilo da máfia de todo o mundo também se tornaram globais e informacionais, propiciando os meios para o encorajamento de hiperatividade mental e desejo proibido, juntamente com toda e qualquer forma de negócio ilícito procurado por nossas sociedades [...]” (2016, p. 62). Observa-se que tal exame se faz importante, ao passo que a livre circulação de bens, mercadorias e pessoas impulsiona às oportunidades de negócios nos diversos países do mundo, inclusive aqueles relacionados à atividade ilícita, unidos à velocidade no contexto global da evolução tecnológica, dos meios de transporte e comunicação.

Além disso, os integrantes das carnavas de migrantes, é um alvo para atuação dos “coiotes” que os aliciam sabendo que estão se deslocando de forma indocumentada ou irregular. Nesse sentido, a ideia de estado de exceção, de acordo com Agamben, se perfectibiliza, pois o migrante é colocado sob a vontade soberana da rede dos contrabandistas, que por conseguinte passa a controlá-los e regulá-los, reduzindo suas vidas em condição de mera vida nua, pois estão desprovidos de direitos políticos advindos do Estado-nação. No mesmo sentido, o sistema político-jurídico, através do controle biopolítico, acaba por manipular as questões relacionadas à migração e a excluí-lo, como ator social, das decisões políticas e jurídicas que lhe dizem respeito. Nessa condição, a vida humana se torna frágil, vulnerável e facilmente controlável. Segundo o autor “o ser humano é destituído de toda condição política e reduzido ao estatuto de simples vida nua, na qual a lei é integralmente suspensa, assim como o direito, e a todo

⁸ Antonio García é um dos milhares de hondurenhos que estão juntos em uma longa caminhada que tem como destino final os Estados Unidos. O grupo, que hoje soma cerca de 4 mil pessoas, saiu no último sábado de San Pedro Sula, no norte de Honduras, país da América Central, e chegou ontem à fronteira com o México. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45926416>>. Acesso em abril de 2019.

o momento se está à mercê de um poder incondicional de vida e morte” (2010, p. 166-67). O estado de exceção visa sempre o controle (bio)político da vida humana, e ao deixarem forçadamente suas nações acabam não sendo reconhecidos como cidadãos de pleno direito e passam à exposição permanente de abusos e de violência.

Ao demais, vem ao encontro o relatório apurado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal, 1999), que relaciona os deslocamentos na América Central com o fenômeno social e os problemas estruturais dos países que compõe a região. Sem dúvida, os fluxos migratórios tiveram grande incremento a partir dos conflitos sociais e políticos ocorridos na década de 1980 e 1990 em El Salvador e Guatemala e, anteriormente, na Nicarágua, em 1960-1970, isto é, os deslocamentos gerados como consequência direta desses conflitos. No entanto, na contemporaneidade atingiram um fluxo migratório intenso e diário. Por fim, a transnacionalização laboral e globalização da América Central, no período pós-guerra centro-americano, caracterizado como a fase que se formou um novo fluxo migratório, impulsionado por uma ausência generalizada de políticas nacionais de desenvolvimento.

2. A “caravana de migrantes”: auxílio humanitário ou mecanismos de proteção a migrantes e refugiados?

O fluxo migratório oriundo dos países da América Central (TNAC), caracteriza-se por ser um processo intenso e complexo, onde muitos deslocamentos são compostos por processos migratórios mistos, ou seja, configurados como refugiados e como migrantes econômicos. Porém, independente de seus *status* migratório a proteção aos direitos humanos dessas pessoas deve ser respeitada pelos Estados.

Sassen afirma que “sob a pressão dos EUA, o México começou a prender e deportar dezenas de milhares de pessoas da América Central muito antes de chegarem à fronteira com os EUA. O que mudou para estes migrantes é o tratamento que eles estão recebendo na fronteira sul do México, que é ainda mais selvagem do que antes” (2016, p. 33). No mesmo sentido, os noticiários veiculam que o chefe do Instituto Nacional de Migração do México, Tonatiuh Guillén, ressaltou “o aumento das deportações do país, dizendo que o México devolveu 15 mil imigrantes nos últimos 30 dias. Ele não especificou

para onde eles foram deportados, mas a maioria das pessoas que atravessa o México rumo aos EUA é de Guatemala, Honduras e El Salvador, onde os imigrantes dizem estar fugindo da corrupção, da violência das gangues e da pobreza crônica”⁹. Na segunda-feira (22 de abril de 2019), agentes da polícia federal e do INM encurralaram uma caravana integrada por 3 mil imigrantes irregulares, em sua maioria hondurenhos, enquanto andavam por uma estrada no estado de Chiapas, no Sul do país. Algumas pessoas tentaram fugir, enquanto outras foram colocadas em ônibus oficiais. Os detidos, entre os quais há crianças, foram levados a centros de internamento na cidade fronteiriça de Tapachula, enquanto se regulariza a sua situação¹⁰.

Diante da complexa realidade, o Governo do México, através do Instituto Nacional de Migração, em 23 de abril de 2019, publicou Boletim da política de migração para fornecer ajuda humanitária. Em conferência proferida pelo Ministro do Interior, Olga Sánchez Cordero e pelo Chanceler, Marcelo Ebrard Causaubon, o México pede respeito as suas leis e aceite do registro migratório como condição prévia. Explicaram ainda, que os EUA e México possuem pontos de vista diferentes em matéria migratória, e a visão do governo mexicano tem três eixos fundamentais: a proteção dos direitos humanos, o desenvolvimento econômico e social dos países da região centro-americana e o registro ordenado dos direitos humanos, migrantes que entram no território nacional, como pré-condição para o Governo proteger seus direitos humanos. Destacaram ainda que desde o ano de 2018 houve um comportamento sem precedentes no fluxo migratório centro-americano, especialmente o originado em Honduras e, em menor medida, na Guatemala e em El Salvador. A proporção de mulheres e menores também aumentou sem precedentes. Eles também chegaram ao México em números incomuns, migrantes de outras nações. "Estamos fazendo", disse o Ministro, "tudo o que está nas mãos do governo federal para cuidar dessas pessoas e dar-lhes atenção humanitária". "É um cenário complexo, não é que não tenha solução, estamos construindo. Na estação migratória há sempre todas as atenções, elas são muito

⁹ Notícia veiculada em 23 de abril de 2019. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1SoiZT-OB RTP>>. Acesso em abril de 2019.

¹⁰ O Globo Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/mexico-endurece-politica-migratoria-detem-quase-400-centro-americanos-caminho-dos-estados-unidos-23618686>>. Acesso em abril de 2019.

pressionadas pela capacidade - nós a reconhecemos -, mas são situações que são em grande parte motivadas por esse fluxo anormal. Há um enorme esforço de muitas instituições do Estado, do Governo Federal, até do estado, de apoio alimentar, abrigos, serviços médicos", afirmou¹¹.

Percebe-se que a política em relação a migração no México não é clara, tampouco preocupada em auxiliar aos migrantes. Denota-se, outrossim que o governo busca manter a política da boa vizinhança, ao passo que não quer se indispor com o vizinho EUA e seu principal parceiro comercial. Causa, no mínimo estranheza, que na mesma semana, o governo deporta nacionais vindos do TNAC e traz à tona uma nova política com viés humanitária. Contudo, há de referir que o governo do México ao invés de conceder vistos, pretende promover o "cartão de visitante regional", que por sua vez é mais restrito. O cartão limita a mobilidade dos migrantes aos quatro estados do Sul do México e os afasta de seu objetivo de cruzar a fronteira com os EUA.

Embora, a realidade da caravana de migrantes, traga consigo um caráter misto, abrangendo as categorias de migrantes econômicos e de refugiados, não se pode deixar de mencionar que, a partir de um Colóquio organizado em Cartagena em 1984, na Colômbia, chegou-se a elaboração da Declaração de Cartagena sobre os Refugiados, devido aos mais diversos conflitos armados ao longo da década de 1980, tais como: na Nicarágua, em El Salvador e na Guatemala, provocando o deslocamento de mais de dois milhões de pessoas. Do total de refugiados, apenas 150 mil se enquadravam na definição de refugiado da Convenção de 1951, verificou-se que o conceito tradicional não dava conta do fenômeno social da época, proveniente dos conflitos no continente americano, fazendo-se necessária a modificação do que se entende por refugiado. A Declaração de Cartagena, portanto ampliou a definição ao considerar também como "refugiados as pessoas que fugiram de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, ou agressão estrangeira, conflitos internos,

¹¹ Instituto Nacional de Migração-Secretaria de Governo do México. Disponível em: <<https://www.gob.mx/inm>>. Acesso em abril de 2019. Tradução Livre.

violação massiva dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”.¹²

A Declaração de Cartagena, portanto contribui para a ampliação do conceito de refugiado em casos de violação aos direitos humanos, podendo servir de base para adaptar a normativa internacional à luz das realidades regionais, e se aplicar a política migratória do México. Dessa feita, se estará reconhecendo o instituto do refúgio como fronteira da cidadania e não como mero mecanismo de controle fronteiriço.

O reconhecimento da condição de refugiado por um Estado significa o resultado de um mero gerenciamento, caso a caso, destinado a fixar a fronteira da cidadania em uma condição reconhecida como a do Estatuto do Refugiado. O processo da concessão e reconhecimento de refúgio é o resultado da extensão dos mecanismos de controle fronteiriço estatal, que ao não reconhecer a cidadania torna o refugiado sujeito fronteiriço e de fronteira. Sobre a questão Ruiz-Estramil bem coloca que:

El “asilo” se convierte por tanto como un espacio fronterizo, en donde el sujeto desplazado se reubica dentro de una nueva conceptualización. Este paso deviene una frontera habitable por cuanto que su paso no es automático, sino que se realiza mediante un procedimiento en el cual se “estudia” la pertinencia de un nuevo reconocimiento para el sujeto. El sujeto que deviene asilado se introduce en un procedimiento que le definirá por las carencias de protección en su lugar de origen. Frontera también por cuanto que no se trata de un paso automático, sino que se estudia, se examina la pertinencia de un nuevo reconocimiento para el sujeto (2018, p. 82).

Por outro lado, há esforços no sentido de pôr em prática mecanismos sociais aplicados à proteção e a garantia de direitos com alcance internacional aos migrantes e refugiados. Desse modo, a Missão Tripartite, composta pelo Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), ACNUR e governo brasileiro, representado pelo CONARE, realizada em El Salvador, em abril desse ano, com intuito de fomentar novas estratégias de acolhida no Brasil a serem implementadas pelo Programa de Reassentamento de Refugiados, sendo que serão recebidos como reassentados em maio deste ano no estado

¹² Declaração de Cartagena. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf>. Acesso em abril de 2019.

do Rio Grande do Sul, 26 salvadorenhos e hondurenhos. Depreende-se, portanto que foi estendido a essas pessoas o *status* de refugiado¹³.

O Estado com seu aparato normativo não consegue dar conta do fenômeno complexo que envolve a realidade dos novos fluxos migratórios, gerando cada vez mais processos de exclusão. Sobre a exclusão Bauman refere que os migrantes são “produtos rejeitados da globalização” (2005, p. 84). Enquanto “dejetos”, esses seres humanos são indesejáveis à “elite do poder do mundo globalizado” (2005, p. 93). No mesmo sentido, Ruiz-Estramil afirma que a normativa universal em prol dos refugiados não contempla os novos fatos sociais e corrobora com a exclusão dos deslocados forçados, [...] sendo um habitante dos limites, o refugiado sobrevive como um resto [...]” (2018, p. 3). A decisão meramente política ao conceder uma proteção de cunho humanitário, visto que não se enquadram na categoria de refúgio, a exemplo do migrante econômico, ou que por outras razões não querem recorrer a tal procedimento, acaba construindo com o Estado “anfitrião” um jogo de estratégias que possibilitam contextos de um sujeito que se torna consciente das possibilidades entre as quais ele pode se mover. Da mesma forma, o próprio Estado acaba por enfraquecer o instituto do refúgio, se perfectibilizando como mecanismo de controle fronteiriço e criando uma fronteira conceitual.

Considerações Finais

Migrar é um direito humano, como bem reconhecem os instrumentos internacionais de proteção humana, entretanto perpetuam as contradições impostas entre a lei e a vida humana, eis que a cidadania plena não é estendida a todos. Como bem afirmava Hannah Arendt, o que predominava e continua a predominar no cenário internacional é a carência do “direito de pertencer à determinada comunidade”, “direito de pertencer à humanidade”, assim como o “direito a ter direitos”. (ARENDR, 1990, p. 330). Os migrantes e refugiados que deixam os países do TNAC, portanto não teriam direitos porque não fazem parte e não são membros do de acolhida?

¹³ Jesuítas Brasil. Disponível em: <<http://www.asav.org.br/sjmr-porto-alegre-marca-presenca-em-missao-tripartite-na-america-central/>>. Acesso em abril de 2019.

Diante destas inquietações, em que à vulnerabilidade dos migrantes e refugiados não é reconhecida pelo poder do soberano, cabe a reflexão de se (re) pensar o Estado contemporâneo e sua forma de atuação. A necessidade de pensar a possibilidade de um Estado promotor do desenvolvimento e da inclusão social é fundamental para o fortalecimento da democracia e para a garantia de dignidade humana daqueles que migram e que se encontram na condição de vida nua. Nota-se que a adoção de uma cultura política, ações, estratégias e políticas públicas voltadas à atenção aos migrantes e solicitantes de refúgio é uma questão primordial a ser abordada pelo sistema internacional. De acordo com Agamben o refugiado representa um elemento inquietante na ordem do Estado-nação; a sua condição rompe a identidade entre o humano e o cidadão, e conceito de refugiado tradicional não encontra relação no conceito de “direitos humanos”. Além disso, “o humanitário separado do político não pode senão reproduzir o isolamento da vida sacra sobre o qual se baseia a soberania, sendo o paradigma biopolítico para o qual ele não consegue encontrar solução” (2010, p. 130).

Referências

ACNUR, **Tendências Globais sobre refugiados e outras populações de interesse do Acnur**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>>. Acesso em abril de 2019.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer. **O poder soberano e a vida nua I**. Tradução Henrique Burigo, 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

_____. **Estado de Exceção**; tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVAREZ, Marcos César e SALLA, Fernando. **Estado-nação, fronteiras, margens**. Redesenhando os espaços fronteirços no Brasil contemporâneo. Civitas: Porto Alegre. v. 13 n. 1, p. 9-26, jan.-abr. 2013.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo** - Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. Companhia das Letras, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor: 2005. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45926416>>. Acesso em abril de 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). **Informes Nacionales sobre Migración Internacional en Países de Centroamérica**. Taller de capacitación para el análisis de 161 información censal sobre migración internacional en América Central. Serie Seminarios y Conferencias, 24. Santiago: Naciones Unidas, 2002.

CEPAL. **Migración y desarrollo en América del Norte y Centroamérica: una visión sintética**. Migración Internacional: Série Población y Desarrollo, n° 1. Santiago de Chile, 1999.

CORREA, Paulo Mortari Araujo. **As maras e pandillas no Triângulo Norte da América Central e a atuação dos Estados Unidos em seu combate**. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17436>. Acesso em abril de 2019.

Declaração de Cartagena. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em abril de 2019.

DOMÍNGUEZ, Alfredo Nateras. **Etnografías al Límite: espacios de las violencias y las muertes en sujetos transnacionales**. Revista E-Compós. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, v.11, n.3, set./dez. 2008.

IOM. **Glossário sobre Migração, Lei das Migrações Internacionais**, Série No. 25, 2011. Tradução livre.

Instituto Nacional de Migração-Secretaria de Governo do México. Disponível em: <https://www.gob.mx/inm>. Acesso em abril de 2019.

Jesuítas Brasil. Disponível em: <http://www.asav.org.br/sjmr-porto-alegre-marca-presenca-em-missao-tripartite-na-america-central/>. Acesso em abril de 2019.

Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/protejam-os-direitos-humanos-de-migrantes-da-america-central-pedem-comites-da-onu-a-governos/>. Acesso em abril de 2019.

RUIZ-ESTRAMIL, Ivana. (2018). **El refugiado: sujeto de frontera, sujeto fronterizo**. Iberoamérica Social: revista red de estudios sociales IX, pp. 77 - 93. Recuperado en <https://iberoamericasocial.com/refugiado-subjeto-frontera-subjeto-borderizo>. Acesso em abril de 2019.

SASSEN, Saskia, "**Três migrações emergentes**: uma mudança histórica", SUR 23 (2016). Disponível em: <http://sur.conectas.org/tres-migracoes-emergentes-uma-mudanca-historica/>. Acesso em abril de 2019.

UNITED STATES DEPARTMENT OF THE TREASURY. **TreasurySanctionsLatin American Criminal Organizations**, 2012. Disponível em: <http://www.treasury.gov/press-center/pressreleases/Pages/tg1733.aspx>. Acesso em abril de 2019.

A representação como herança: uma análise biográfica dos eleitos para as Assembleias Legislativas no Brasil eleitos em 2018¹

Philippe Chaves Guedon²

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

A agenda de estudos sobre democracia no Brasil esteve centrada até o começo do presente século em temas como a retirada do entulho autoritário e a construção e discussão institucional que, nesse momento, nortearia o novo momento de abertura política. Após esse momento, abriu-se espaço não mais para discutir tão somente sobre a recém (re)inaugurada democracia, mas, além disso, pôde concentrar em temas relacionados a qualidade democrática. Uma das linhas oriundas desse grande tema é, por certo, a análise da representação política. Diante disso, o presente artigo analisa a composição das Assembleias Legislativas eleitas em 2018 a fim de verificar em que medida há a reprodução da representação política dentro das famílias que detém ou detiveram poder em seus respectivos estados. As singularidades da proposta são quantificar o fenômeno a partir da análise biográfica dos eleitos em todos os Estados da federação a fim de verificar as Assembleias com maior incidência de “presença genealógica” e, além disso, incluir a variável gênero, que possibilita discutir a maior incidência de “capital político herdado” nas representantes do sexo feminino.

Palavras-chaves: Genealogia; Representação política; Perfil parlamentar; Capital político; Capital político herdado.

Representation as inheritance: a biographical analysis of the elected to the Legislative Assemblies in Brazil elected in 2018

ABSTRACT

The agenda of studies agenda on democracy in Brazil was focused until the beginning of the present century on topics such as the removal of authoritarian remains and the construction and institutional discussion that, at that time, would guide the new moment of political openness. After this moment, space was opened to no longer only discuss the newly (re)inaugurated democracy, but, in addition, to focus on issues related to democratic quality. One of the lines arising from this great theme is, of course, the analysis of political representation. Hence, this article analyzes the composition of legislative assemblies elected in 2018 in order to verify to what extent there is the reproduction of political representation within the families that hold or have held power in their respective states. The singularities of the current proposal are to quantify the phenomenon from the biographical analysis of elected officials in all states of the federation in order to verify the Assemblies with the highest incidence of 'genealogical presence' and,

¹ O presente trabalho foi apresentado como comunicação oral no X Seminário Nacional de Sociologias & Política da UFPR no GT 3 - Instituições e poder: parentescos e genealogias. O autor agradece pelos comentários dos participantes da mesa que colaboraram para o aprimoramento do artigo.

² Doutorando em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV. Bolsista CAPES. E-mail: philippe_guedon@hotmail.com

moreover, include the gender variable, which makes possible to discuss the higher incidence of "inherited political capital" in female representatives.

Keywords: Genealogy; Political representation; Parliamentary profile; Political capital; Inherited political capital.

Introdução

Na Ciência Política brasileira muito se discute sobre a qualidade da democracia. Desde os anos 90 pode-se afirmar que há uma agenda que analisa o desenho institucional cunhado ante a redemocratização e a operação cotidiana do universo da política em temas centrais como a governabilidade e as eleições. Via de regra, são abordagens influenciadas pela perspectiva neoinstitucionalista, centrada sobretudo na interação do arcabouço institucional e aqueles que operam nesses contextos, especialmente os partidos políticos.

Diante disso, outras variáveis também importantes para o sucesso eleitoral são, de certa forma, tratadas de forma menos importante. Neste artigo, argumentamos, assim como Oliveira (2012), que a variável "família" importa. A hipótese central do artigo é que parte considerável dos indivíduos eleitos possuem histórico familiar de atuação no universo da política institucional de forma a terem acesso desigual a recursos caros a competição eleitoral. Testa-se a hipótese no total de eleitos a Deputado Estadual em 2018 em todas as 26 Assembleias Legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Além disso, busca qualificar a transmissão desse "capital político" também a partir da perspectiva de gênero de modo verificar se há diferenças nessa transmissão.

Metodologicamente, o artigo conta com instrumental quantitativo construído a partir de três fontes diversas: o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV; os perfis oficiais dos eleitos nos sites das Assembleias Legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal; e as páginas oficiais dos candidatos nas redes sociais e seus websites.³ Ao final do processo de coleta, o banco de dados contou com os

³ Todos os eleitos também tiveram seus nomes pesquisados em ferramentas de busca online e em clipagens de notícias de modo a complementar informações que eventualmente não estivessem disponíveis nas páginas oficiais.

1059 deputados eleitos com o respectivo partido, a sinalização da existência ou não do que chamamos de “capital político herdado”⁴, a origem desse capital, a relação familiar e o cargo ocupado pelo indivíduo⁵.

Além desta breve introdução, o artigo é construído a partir da discussão teórica que embasa a análise empírica e a apresentação dos dados quantitativos coletados. Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre a relação entre família, eleição e democracia.

Política, poder e família: aproximações teóricas e empíricas

Já assunto corriqueiro nas mídias, fato é que a democracia brasileira é permeada, em muito, pelo poder de grupos familiares. Não raras são as reportagens e os estudos jornalísticos que entrelaçam a família e o sucesso eleitoral.⁶ Contudo, nas discussões da área de ciências humanas a categoria “família” não obtém o mesmo prestígio.

Nas obras clássicas de teoria social brasileira é possível afirmar que a categoria “família” explicava em boa parte a conformação estrutural e relacional da sociedade brasileira. São exemplos dessas interpretações Oliveira Viana (1920), Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936). Via de regra, são interpretações que apresentam o Brasil rural diante das suas relações patriarcais e que consolidam uma gramática única para representar a política brasileira: clientelista, envoltada nas relações de coronelismo e mandonismo (CARVALHO, 1997).

Ao mesmo passo há o Brasil passa por um período de industrialização e urbanização, as áreas de conhecimento das humanidades iniciam também seu processo de consolidação. O “abandono” da temática familiar é, de certo modo, um reflexo desse processo. Isso é melhor ilustrado no cenário do desenvolvimento da Ciência Política

⁴ O conceito está descrito na discussão dos resultados.

⁵ Em indivíduos que ocuparam mais de um cargo optou-se por considerar o mais alto na sua trajetória a partir de uma noção de carreira política ascendente: Vereador; Prefeito (cidade pequena); Prefeito (cidade média); Deputado Estadual; Deputado Federal; Prefeito (capital/grande cidade); Senador; Governador; Presidente da República (Miguel, 2003).

⁶ Exemplo de reportagens: <https://theintercept.com/2018/09/02/familias-tradicionais-dominam-a-politica-brasileira-e-isso-nao-tem-hora-para-acabar/> (Acesso em 21/04/2019); <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/dinastias-politicas-do-brasil-lancam-mais-de-60-candidatos-nas-eleicoes.shtml> (Acesso em 21/04/2019).

brasileira. Lynch (2016) afirma que nos anos 60 e 70 houve uma certa autonomização do campo, sobretudo com o apoio dos EUA e da Fundação Ford para construir uma Ciência Política empiricamente orientada.

Diante dessa matriz, o Brasil passou a assumir uma noção “politológica” do objeto estudado, segundo Leite (2015). Essa abordagem privilegiaria a noção da política orientada pela institucionalidade e pelo Estado. No mesmo sentido, Canêdo (2005) afirma que a área de humanidades importou epistemologias para compreender o Brasil, sendo Duverger (1951) um dos influenciadores na mudança de orientação do objeto “família” para o objeto “partido político”.

Diante disso, a temática familiar foi tratada como menor ou desviante dentro dos novos modelos que buscavam explicar a institucionalidade brasileira. Para além disso, os esforços realizados de entender a relação entre família e política foram encarados como fenômeno típico do localismo (OLIVEIRA, GOULART, VANALI e MONTEIRO, 2017). Em outras palavras, na tentativa de afirmar a política como um campo autônomo, os traços de manutenção da ordem arcaica eram pouco interessantes para a argumentação.

Oliveira et al (2017) afirmam que somente nos anos 90 retomou-se a discussão sobre a relação entre esses dois conceitos. Isso porque, mesmo diante de todas as transformações ocorridas na sociedade brasileira, não foi possível limitar a presença de relações familiares no campo político. Além disso, esses grupos familiares adaptaram-se ao novo ambiente construindo estratégias de manutenção de poder (p.172).

O argumento central é, portanto, que a redemocratização e os desenhos institucionais criados não foram capazes de superar traços do Brasil “arcaico” como a justaposição entre o público e o privado. Diante disso, emergiu necessidade de construir novo corpus teórico-metodológico para tratar desse fenômeno.

O caminho encontrado pelos pesquisadores do campo foi de combinar as abordagens de cunho histórico-biográfico com as análises institucionalistas. Assim, as relações familiares importam tanto quanto a institucionalidade. Um dos exemplos desse pensamento está expresso em Oliveira (2012):

“Minha tese é simples. Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações” (OLIVEIRA, 2012, p.13).

Canêdo (2011) trabalha com a ideia de que a presença de familiares na política seriam a expressão de um capital simbólico passível de transmissão. Sendo assim, considerando as eleições como uma disputa desigual de recursos, os detentores desse capital político seriam privilegiados.

Já há extensa literatura sobre os perfis privilegiados nas disputas eleitorais. Os dados empíricos demonstram que indivíduos homens, brancos, com maiores recursos financeiros em campanhas eleitorais, maior tempo de televisão e maiores níveis de escolaridade são mais propensos ao êxito eleitoral (COSTA, CODATO e PERISSINOTTO, 2015; CAMPOS, 2015; BORBA e CERVI, 2017). Esses estudos compuseram a agenda de pesquisa sobre recrutamento e analisaram, principalmente, a diferença entre os perfis dos candidatos a cargos eletivos e dos eleitos. É, segundo Perissinotto (2009), a agenda de estudo sobre “os que chegaram lá”, demonstrando já que eram indivíduos dotados de elementos mais eletistas do que os que haviam ficado pelos degraus do recrutamento partidário (NORRIS, 1997).

Em complemento a essa arena de estudos, argumentamos que as famílias são ativos fundamentais nos pleitos. São também elementos transmissíveis e definidores do êxito eleitoral. Os dados a seguir buscam entender essa relação.

O caso das Assembleias Legislativas em 2018

Oliveira et al (2017) afirma que “indivíduos pertencentes às tradicionais e endinheiradas famílias têm ocupado, de forma hegemônica e contínua, cargos eletivos e funções de nomeação das esferas municipais, estaduais e federais” (p.167). Um dado que corrobora essa constatação é que 2/3 dos Deputados Federais e 3/4 dos Senadores pertencem a famílias políticas (SARDINHA, 2017).

Na presente análise, é possível afirmar que 30% dos deputados estaduais eleitos em 2018 possuem parentes que ocupam ou ocuparam cargos políticos eletivos de modo

a transmitir o seu capital político. Denominamos essa passagem como “capital político herdado”, uma vez que essas relações familiares dotam os indivíduos de um capital que deriva da construção de reputação de outrem.

O número de 30% é sensivelmente menor que o encontrado por Sardinha (2017), contudo são necessárias duas observações. Em primeiro lugar, optamos por classificar apenas indivíduos que obtiveram um cargo eletivo depois que o outro familiar estava investido de outro. Em outras palavras, Deputados Estaduais eleitos que possuem familiares eleitos com a sua transmissão de “capital político” não são considerados. Importa apenas a transmissão de um familiar para o Deputado Estadual eleito em 2018. Outra observação importante é que se esperava, de antemão, que os números fossem mais baixos, uma vez que o nível de exigência de recursos para a eleição para Deputado Estadual é, em regra, menor que para as eleições para a Câmara ou Senador Federal. Sendo assim, é uma disputa tida como mais aberta a indivíduos com menores posses de capital.

Ainda dentro dos 30% dos eleitos com “capital político herdado” é possível identificar sensíveis diferenças na comparação entre as Assembleias Legislativas. No gráfico a seguir constata-se que existem Assembleias que haver um familiar político é, de alguma forma, fundamental para o sucesso eleitoral. Já em outros, como é o caso de Santa Catarina ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal, os efeitos do capital político são residuais.

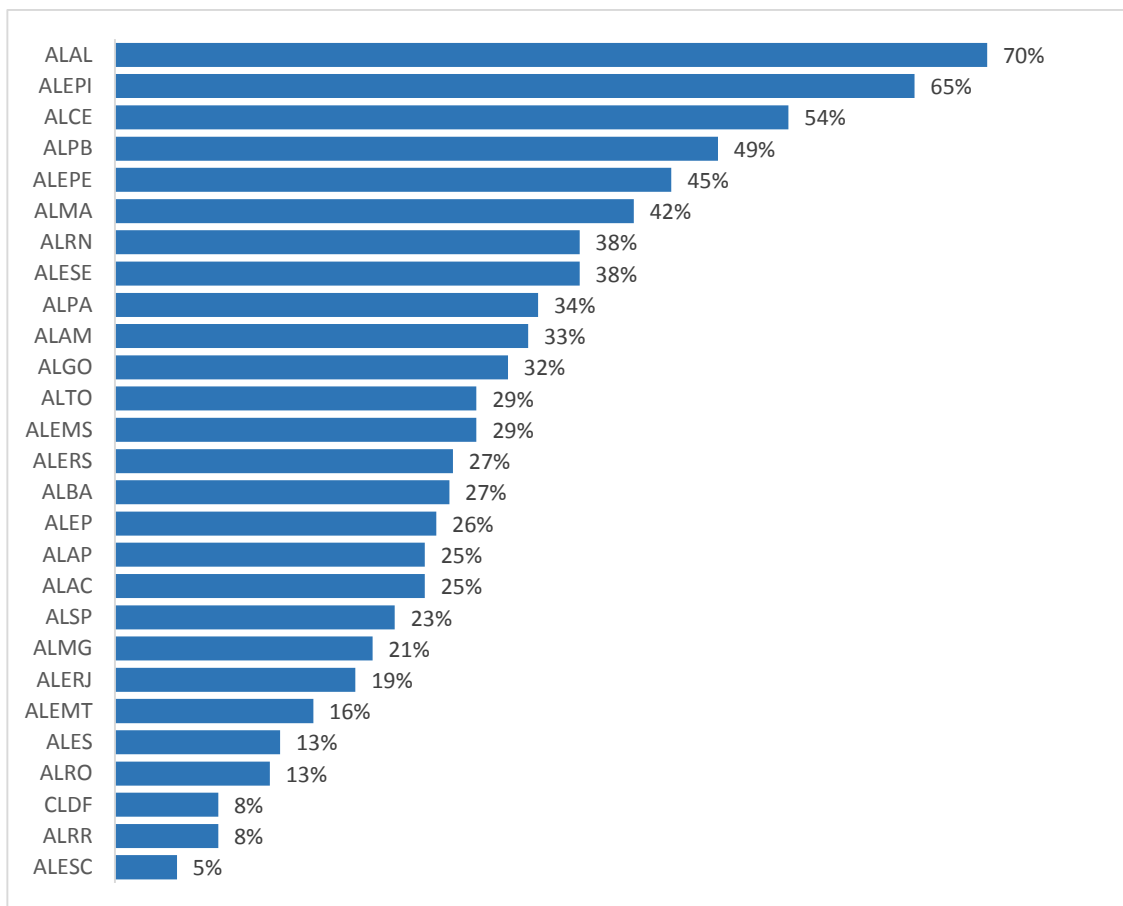


Gráfico 1- Percentual de indivíduos eleitos com "capital político herdado" nas eleições para Assembleias Legislativas em 2018. Dados sistematizados pelo autor

Entre as dez Assembleias que mais estão permeadas por indivíduos dotados do capital herdado, oito estão no Nordeste. Por certo, os dados poderiam ser utilizados para corroborar o argumento de que há espaços de "atraso" na conformação social e política brasileira e os sinais mais claros estariam no Nordeste. Não é intenção do presente artigo confirmar ou refutar essa hipótese. Importa-nos demonstrar que há variação dessa influência em relação aos estados e as regiões do país, conforme gráfico a seguir.

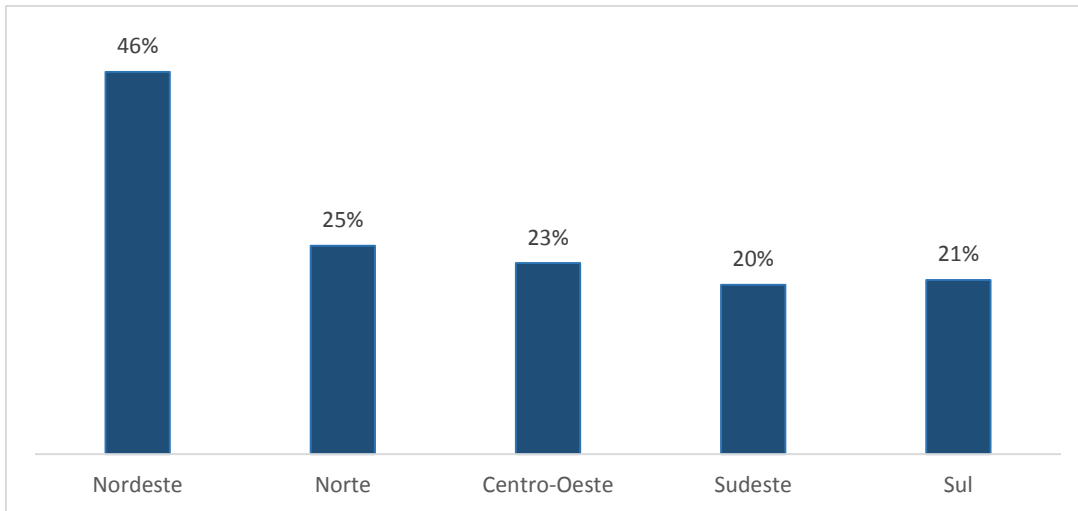


Gráfico 2 - Percentual de "capital político herdado" entre as regiões do país em relação aos eleitos de 2018 para as Assembleias Legislativas. Dados sistematizados pelo autor

Não apenas há variação regional diante dos dados. Um dos objetivos do presente artigo é também verificar de que modo a variável “gênero” é impactada pela influência do capital político herdado em relação aos eleitos. Já há literatura extensa sobre a sub-representação feminina, sempre reforçada pelos constrangimentos sociais e estruturais da sociedade brasileira inscrita na tradição patriarcal e de divisão social do trabalho aqui existente (ARAÚJO, 2010; BIROLI e MIGUEL, 2014; MOTA e BIROLI, 2014). Do total de 1059 Deputados Estaduais empossados em 2019, eleitos em 2018, 16% são do sexo feminino, percentual semelhante ao conquistado pelas Deputadas Federais. Desse modo, confirma-se a ideia de sub-representação como paradigma histórico-estrutural da representação política brasileira.

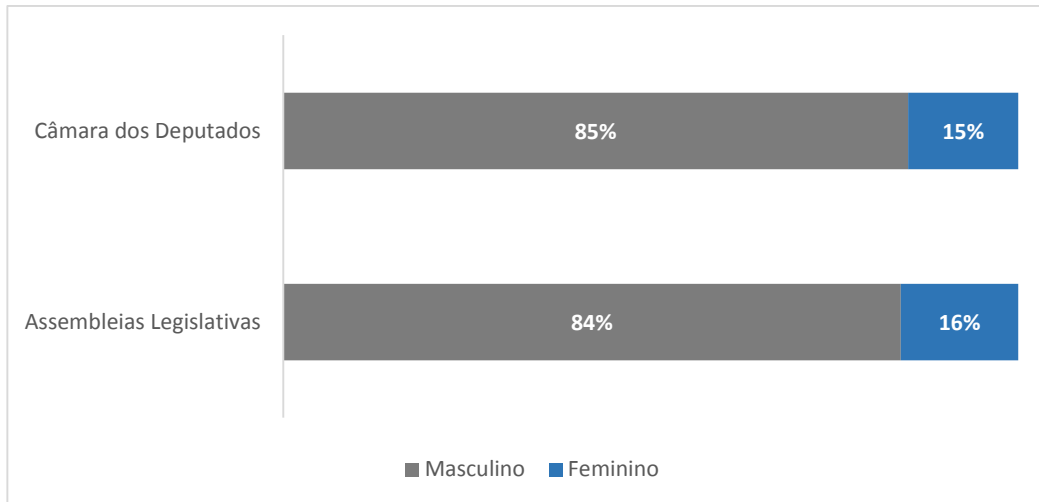


Gráfico 3 - Percentual de eleitos por gênero para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas no ano de 2018. Dados sistematizados pelo autor.

Para além disso, existem indícios de que mesmo quando eleitas, parte significativa faz parte de um processo mais amplo de um processo de manutenção de poder por parte de um grupo familiar. Em artigo de Lenkic e Guedon (2017) testa-se a hipótese em estudo local na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O resultado é que o “capital político herdado” é mais sensível para o sucesso eleitoral das mulheres do que o dos homens. Ou seja, ainda que eleitas, credenciam-se como viáveis eleitoralmente a partir da chancela familiar, especialmente masculina (LENKIC e GUEDON, 2017). Um dos objetivos do presente artigo é verificar se os dados podem ser extrapolados para outras regiões do Brasil, em especial nas Assembleias Legislativas.

Conforme demonstrado anteriormente, 30% dos Deputados eleitos, a despeito do gênero, possuem em sua biografia as marcas de uma herança familiar. Os dados segregados apontam que as mulheres elevam a média, uma vez que quase metade das eleitas possuem essa herança marcada.

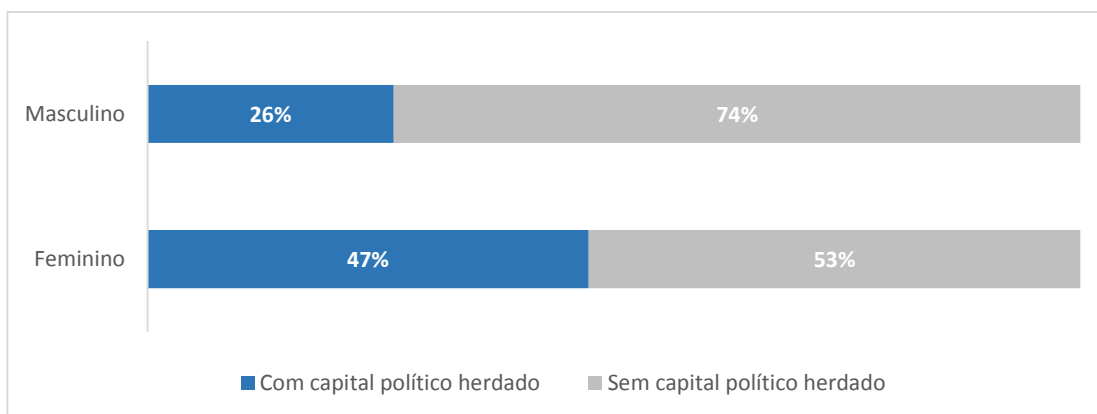


Gráfico 4 - Percentual de indivíduos com "capital político herdado" por gênero para os eleitos para as Assembleias Legislativas em 2018. Dados sistematizados pelo autor.

A diferença chama mais a atenção quanto a origem do capital político. Em relação aos eleitos, é interessante notar que nenhum dos políticos eleitos teve participação da esposa para atingir esse feito. Por outro lado, 58% das mulheres eleitas e consideradas herdeiras de capital político tiveram a participação do marido. Outra fonte importante desse capital político é a partir da transmissão direta através dos pais. No total, 67% das transmissões dizem respeito a esse tipo, sendo 78% no caso dos homens eleitos e 38% no caso das mulheres.

Conforme já demonstrado, os dados apontam que as mulheres são mais afetadas pela influência de capital político no seu sucesso eleitoral, mas não apenas. A origem desse capital também é masculina, sendo, quase a totalidade dos transmissores (98%), homens já estabelecidos na vida política institucional.

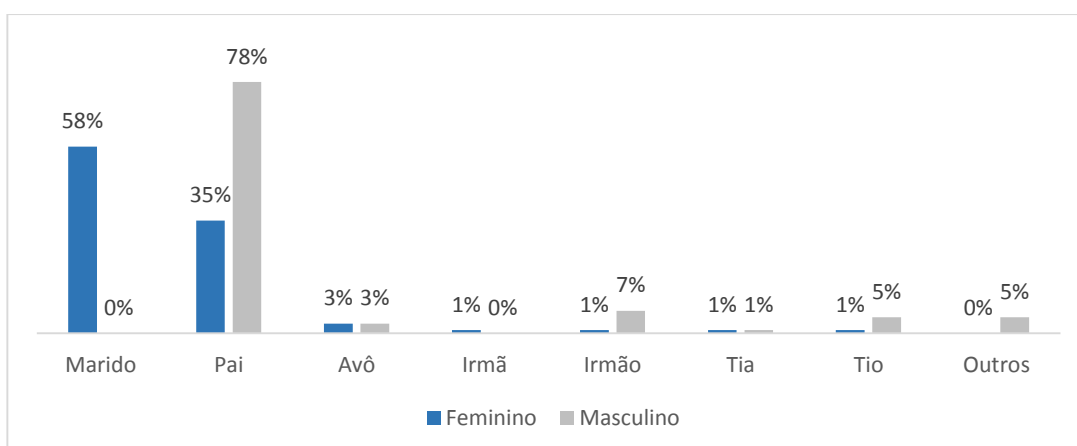


Gráfico 5 - Origem do capital político por gênero para os eleitos das Assembleias Legislativas em 2018. Dados sistematizados pelo autor.

Em relação ainda aos transmissores, esperava-se que eles ocupassem ou tivessem ocupado posições tidas como mais elevadas na hierarquia de carreira política, considerando a já exposta definição de Miguel (2003). Os dados apontam que mais de 1/3 dos detentores de capital conseguem transmitir seus ganhos eleitorais sendo Prefeitos, e não raramente de pequenos municípios. O controle da máquina municipal torna-se elemento de diferenciação para o sucesso de um apadrinhado político familiar. Além disso, 28% estiveram com mandato nas Assembleias Legislativas. Costumeiramente são indivíduos que saem da vida pública, por vezes ocupando cargos nos Tribunais de Contas, e indicam seus sucessores. Além desses, 17% ocupam ou ocuparam cargos de Deputado Federal. Sendo assim, não raros são os casos de “dobradinha”, na qual é utilizada a mesma estrutura da campanha eleitoral com fins de eleger o candidato a Deputado Federal e Deputado Federal.

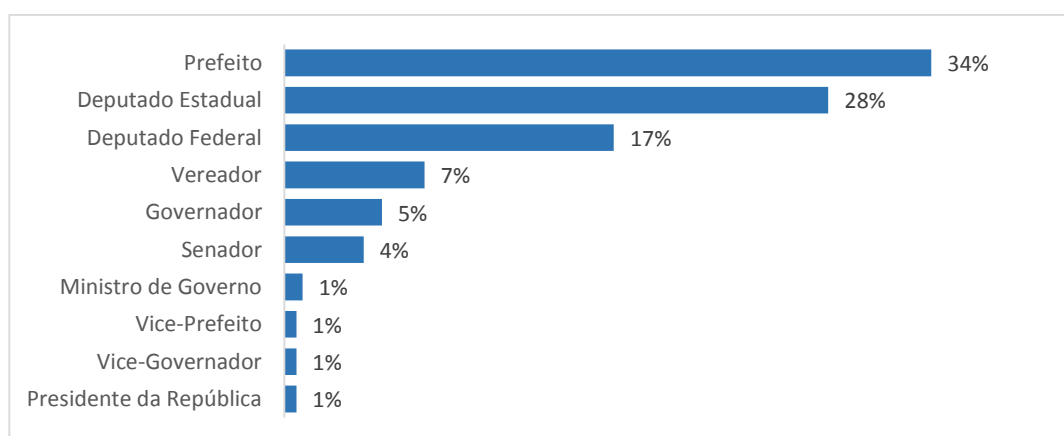


Gráfico 6 - Cargo ocupado pelo indivíduo transmissor de capital político para os eleitos em 2018. Dados sistematizados pelo autor.

Por fim, diante dos dados recolhidos, foi possível também observar diferenças em relação a incidência dessa transferência de capital político entre as legendas partidárias. Essa perspectiva relaciona-se fortemente com a abordagem recentemente adotada por Oliveira (2012), isso porque relaciona as categorias biográficas com a institucionalidade, no caso os partidos políticos.

Na literatura sobre recrutamento partidário e seleção de candidatos já existem indicações de que o filtro ideológico é também um filtro de recrutamento em celeiros diferenciados (RODRIGUES, 2002). Em outras palavras, a depender das ideologias dos

partidos, o recrutamento responderia a reproduzir lógicas de interesse da legenda em relação aos perfis sociais. Partidos de esquerda, por exemplo, seriam mais aptos a recrutarem indivíduos com menor acúmulo de capitais. Seguindo mesma lógica, esperava-se que o filtro ideológico também agisse sobre a incidência da lógica de transmissão de capitais, sendo os partidos de esquerda menos permeáveis.

Os resultados apontam para a aproximação entre o uso de indivíduos dotados de capital político entre indivíduos de partidos de esquerda⁷ e de direita, tendo os partidos de direita um pequeno maior uso. Por sua vez, os partidos de centro são apresentados como os maiores concentradores dessa lógica. Via de regra, portanto, vê-se que é uma estratégia recorrente das legendas, independente da ideologia, especialmente pelo alto êxito eleitoral desses indivíduos.

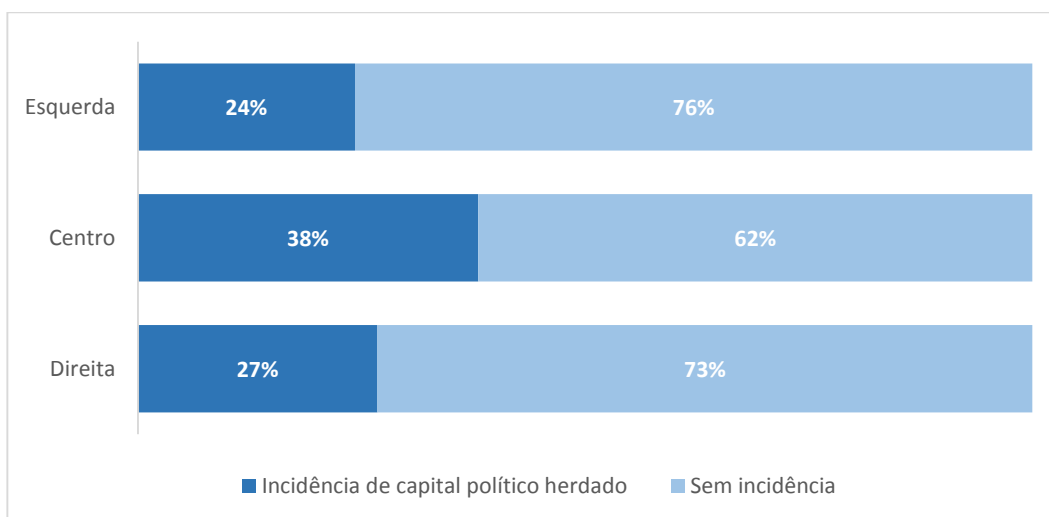


Gráfico 7 - Incidência de capital político herdado por ideologia do partido nos eleitos para as Assembleias Legislativas em 2018. Dados sistematizados pelo autor.

⁷ Não é intenção do presente artigo debater as formas possíveis de classificação ideológica. São diversas as classificações: a partir de votações no Congresso e pesquisa com parlamentares (Mainwaring, Power e Meneguello (2003), elites dirigentes (Power, 2000), programas partidários (Tarouco e Madeira, 2013), entre outros. Optou-se, no presente artigo, seguir a classificação exposta por Tarouco (2015) a partir de um expert survey aplicado a estudiosos de partidos políticos no Brasil. Isso porque a classificação teria como base a consolidação das variadas formas de classificação, sendo consubstanciada na opinião dos estudiosos. Os partidos não classificados pela métrica foram classificados a partir da observância dos manifestos partidários em relação a características da matriz econômica. Foi o caso do NOVO, Patriotas e PMB na direita; REDE e PPL na esquerda; PROS, PSD, SD no centro.

Considerações finais

É inegável que o uso de cargos eletivos quase de forma hereditária é uma marca da política brasileira. Os espaços de representação convivem cotidianamente com os filhos, irmãos e esposas de indivíduos já consolidados no que pode ser chamado de mercado eleitoral. Segundo reportagem do Congresso em Foco, em 2016, herdeiros de políticos ocupariam metade da Câmara dos Deputados⁸.

Significativo também são os dados para as Assembleias Legislativas Estaduais. Conforme os dados apontam, 30% dos eleitos nas eleições de 2018 para os parlamentos estaduais interagem com a noção de genealogia política, sendo herdeiros de capital político. Esse fenômeno é mais fortemente observado na região Nordeste, mas não deixando de existir de modo considerável nas regiões Sul e Sudeste. Mais de ¼ dos Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul possuem herança política, por exemplo.

Apontamos, inclusive, que os números de 2018 podem ser ainda menores se comparados com outras eleições. Isso porque a eleição de 2018 é tida como um caso paradigmático para a Ciência Política com a eleição de quantidade significativa de candidatos sem experiência prévia, sobretudo a partir da forte votação do Partido Social Liberal. Apenas outras análises empíricas e retrospectivas podem confirmar ou refutar tal impressão.

Além disso, no presente artigo foi possível constatar que as mulheres são mais afetadas pela incidência da transmissão de capital político. Já dentro de um quadro de sub-representação, a superação dessa mazela é apenas realizada de modo parcial, uma vez que o seu êxito passa pela chancela de indivíduos estabelecidos na vida político-representativa. Em outras palavras, via de regra, as mulheres não são eleitas e, quando são, quase metade afetada chancela masculina a partir da transmissão de capital político.

A origem do capital para as mulheres é majoritariamente a partir dos maridos. Já a dos homens, deriva dos pais. Raros foram os casos em que as transmissões partiram de mulheres para homens. A direção é, via de regra, dos homens para as mulheres. Ao fim, os detentores de capital são homens, ocupantes majoritariamente de cargos de

⁸ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/herdeiros-de-politicos-ocupam-metade-da-camara/> (Acessado em 26/11/2019).

Prefeito e Deputados Estaduais, que estruturam novos candidatos ou candidatas de forma a manter o poder dentro dos grupos familiares. E a estratégia mostra-se exitosa.

Além disso, demonstrou-se também que não há uma diferenciação significativa entre as legendas no uso do capital político herdado se considerados os eleitos em 2018. Os partidos de centro privilegiam esse tipo de prática, mas há menor diferenciação entre partidos de esquerda e direita. Isso indica, novamente, que é um uso recorrente e indiscriminado de uma das marcas da política brasileira, que é a manutenção de poder a partir das elites.

Em termos gerais, o artigo advogou por uma perspectiva teórico-metodológica que aproxima os estudos genealógicos com o institucionalismo dos estudos de recrutamento partidário. Isso porque, conforme já demonstrado por Oliveira (2012), as relações familiares não operam no vácuo; entremeiam as relações institucionais e são refletidas e reproduzidas a partir das organizações partidárias. Diante desse novo olhar, abre-se espaço para melhores comunicações entre as perspectivas históricas e politólogas a fim de identificar, de melhor forma, o fenômeno das famílias políticas no Brasil.

Referências

ARAÚJO, Clara. 2010. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.18, n.2, p.567-584.

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. 2014. **Feminismo e política: uma introdução**. 1 ed – São Paulo: Boitempo.

BORBA, Felipe; CERVI, Emerson Urizzi, 2017. Relação entre propaganda, dinheiro e avaliação de governo no desempenho de candidatos em eleições majoritárias no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 754-785.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. 1997. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2.

CERVI, Emerson; COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. 2015. Dinheiro, profissão e partido político: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. **Sociedade e Estado**, 30(1), pp.189-205.

MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira: estudos da ciência política.** Novas Edições Acadêmicas. 2015.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** São Paulo, Zahar, 1951.

LEITE, Fernando. **O campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea: uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de periódicos, 15 áreas e abordagens.** Curitiba, 2015. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Paraná.

LENKIC, Manuela e GUEDON, Philippe. 2017. A representação feminina no rio de janeiro: a influência do capital político herdado no sucesso eleitoral. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 23, pp. 193-208.

LYNCH, Christian. Entre a velha e a nova Ciência Política: Continuidade e renovação acadêmica na primeira década da revista DADOS (1966-1976). 2016. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, número especial, novembro, pp. 65 a 104.

MAINWARING, Scott; POWER, Timothy e MENEGUELLO, Raquel. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. 2003. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista Sociologia Política**, v.20, p.115-134.

MOTA, Fernanda Ferreira e BIROLI, Flávia. 2014. O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. **Cad. Pagu [online]**, 2014, n.43, pp.197-231.

NORRIS, Pippa. **Passages to Power.** Legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil.** 1. ed. Curitiba: Editora Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana C.; MONTEIRO, José Marciano. 2017. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.5, n. 11, p. 165-198.

PERISSINOTTO, Renato; MIRÍADE, Angel. 2009. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **Revista DADOS**, v. 52, n. 2, p. 301-303.

POWER, Timothy. **The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, institutions, and democratization.** University Park: Pennsylvania State University, 2000.

RODRIGUES, Leôncio M. **Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias da Câmara dos Deputados.** São Paulo: Edusp, 2002.

TAROUCO, Gabriela da Silva e MADEIRA, Rafael Machado. 2013. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. vol.21, n.45, pp. 149-165.

TAROUCO, Gabriela e MADEIRA, Rafael Machado. 2015. Os partidos políticos segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1.

Ocupação das escolas em 2015 e 2016: uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes

Daniel Leonel da Rocha¹

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

Este artigo tem por objetivo realizar uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes que ocuparam as escolas no ano de 2015 e 2016, a partir da maneira como foram representados em periódicos acadêmicos e imprensa. Para tanto, realizo uma revisão bibliográfica sobre o tema das ocupações, considerando dois tipos de fontes: artigos publicados em revistas acadêmicas e artigos e/ou notícias publicadas em dois jornais de grande circulação, *O Globo* e a *Folha de São Paulo*. Diante disso, considero três eixos de abordagem: i. a luta por uma educação pública de qualidade; ii. a utilização das redes sociais e aplicativos de mensagem como ferramenta de mobilização; iii. a disputa em torno do discurso sobre a legitimidade da ação dos estudantes. A hipótese defendida neste artigo é de que o processo de ocupação das escolas, representado em periódicos acadêmicos e imprensa, compõem um repertório de ação não convencional mobilizado em grande medida por valores pós-materialistas. Conforme a literatura dentro do campo da cultura política, esses valores estão orientados para uma postura pró-democracia.

Palavras-chaves: Ocupações; Estudantes; Formas-de-Ação; Valores-Políticos

School occupation in 2015 and 2016: a brief analysis of student action

ABSTRACT

The purpose of this article is to briefly analyse the form and content of the actions of the students who occupied the schools in 2015 and 2016, based on the way they were represented in academic journals and the press. To this end, I carry out a literature review on the subject of occupations, resorting to two sources: articles published in academic journals and articles and/or news published in two newspapers of wide circulation, *O Globo* and *Folha de São Paulo*. Given this, I analyse three issues related to the students' occupations: i. the struggle for improvement in public education; ii. the use of social networks and message applications as tools for mobilization; iii. the contest over the discourse on the legitimacy of student action. The hypothesis defended in this article is that the process of school occupation, represented in academic journals and press, compose a repertoire of unconventional action mobilized to a great extent by post-materialist values. According to the literature in the field of political culture, these values are oriented towards a pro-democracy perspective.

Keywords: Occupations; Students; Forms of action; Political Values

1. O processo, a forma e o conteúdo da ação.

¹ Mestre em Ciências Sociais. Especialista em Políticas Públicas e Cultura de Direitos. Licenciatura em Filosofia. Contato: daniel.leonel.rocha@gmail.com.

A “primavera secundarista”², maneira como os estudantes apelidaram as ocupações das escolas, foi um movimento que utilizou a estratégia de ocupação de prédios públicos para reivindicar direitos essenciais. Além da atuação expressiva dos estudantes, as pautas que variavam de escola a escola trouxeram para o debate a necessidade de se repensar a educação pública. As primeiras ocupações datam de novembro de 2015 com início em São Paulo, replicando-se em Goiás, depois para o Rio de Janeiro e, quase concomitantemente, envolveu os estudantes do Espírito Santo, Minas Gerais, os estados da região sul, com destaque para o Paraná, e alguns da região nordeste e norte.

Identifico no decurso das ocupações duas ondas. A primeira, com auge no final de 2015, estava restrita às demandas de cada escola e foi protagonizada notadamente por secundaristas. A segunda, com auge em meados de 2016, incorporou pautas mais nacionais, como o protesto contra a PEC 241/16 (conhecida como a PEC do teto de gastos), o protesto contra a Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória 746/2016) e o protesto contra a PL 867/2-15, conhecida como Escola sem Partido. Agora, os protagonistas não são somente secundaristas, mas também estudantes universitários. Amplia-se também a participação de estudantes em institutos tecnológicos, seja ocupando ou se mostrando solidários à causa. Não obstante, a mobilização dos estudantes não foi representativa para toda classe estudantil. Movimentos contrários às ocupações, como Desocupa Paraná³ apoiados pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e o Direita Minas⁴, são exemplos disso. Após as eleições de 2018, diversos movimentos de direita se uniram para realizar o 1º Encontro Nacional de Estudantes Conservadores (Unecon)⁵. Embora estas duas ondas tenham ocorrido em contextos distintos, interessa

² ROSSI, Marina. PEC 241: Com 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estudantes chega a São Paulo. **O GLOBO**, Rio de Janeiro. 25 de out. de 2016. Disponível em: <<http://noblato.globo.com/geral/noticia/2016/10/pec-241-com-1000-escolas-ocupadas-no-pais-ato-de-estudantes-chega-sao-paulo.html>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

³ DANTAS, Tiago. Ocupação das escolas: todo cuidado para evitar conflitos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 08 de nov. de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/ocupacao-das-escolas-todo-cuidado-para-evitar-conflitos-20428907>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

⁴ ÉBOLI, Evandro. Em BH, novas escolas foram ocupadas após acordo com o TRE. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 29 de out. de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/em-bh-novas-escolas-foram-ocupadas-apos-acordo-com-tre-20382549>>. Último acesso: 06 de jan. de 2018.

⁵ DANTAS, Dylan. No 1º Encontro da UNECON - União Nacional dos Estudantes Conservadores, a Banda Sépia tocou a paródia "Bolsomito". **Página Direita São Paulo**, Sorocaba, 16 de mar. De 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DireitaSaoPauloSorocaba/posts/no-1->

pauta de ação, mas se estende aos valores políticos compartilhados, desdobrados na forma de organização caracterizada por comissões e assembleias.

No artigo *A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo*, Eduardo Donizeti Giroto (2016, p. 1123-1125) aborda duas perspectivas do movimento das ocupações. Da parte dos estudantes, a característica de “autogestão, ação direta, apoio mútuo e solidariedade”. Conforme estudo do autor, as características levantadas sobre o movimento dos estudantes podem ser encontradas nas formas históricas de organização dos coletivos das periferias de São Paulo (“redes de sociabilidades”), cuja pauta reivindica “direitos básicos de cidadania”. Ele ainda afirma que a escola pública é o lugar estratégico de presença do Estado, na conformação ideológica de sua identidade (periferias) e, principalmente, naquilo que ele chamou de “gestão da pobreza” (programas sociais). Dessa maneira, a sua primeira hipótese considera que na mobilização, os estudantes, com suporte dos coletivos das periferias, se manifestaram contra o distanciamento do Estado, pela ausência de diálogo, pela péssima qualidade da educação e, por fim, pelo plano de reconfiguração das escolas e dos ciclos escolares, que afetaria a vida de milhares de pessoas. Por isso, não se pode pensar num plano de educação sem considerar os impactos socioespaciais que dele podem resultar. Da parte do Governo do Estado de São Paulo, destaca os interesses públicos e privados no fechamento e reorganização das escolas. Giroto (2016) trabalha com a hipótese de que o fechamento das escolas em São Paulo se articula com “o avanço de processos de produção e valorização do espaço urbano” (p. 1129). Segundo ele, algumas escolas, em locais centrais de São Paulo, foram fechadas e reutilizadas tanto para fins administrativos (em posse do governo) como para fins imobiliários (venda de patrimônio público para interesse privado). Para tanto, o autor cita reportagem do dia 07/11/2015, do *Diário de São Paulo*. Logo após a divulgação da lista das escolas que seriam fechadas pelo novo projeto do governo, ele verificou, em sua pesquisa, elevado número de lançamentos imobiliários no entorno das escolas que seriam fechadas. Conclui que essas coincidências colocam em dúvida “as reais intenções presentes no projeto de reorganização escolar” (GIROTO, 2016, p. 1131).

No artigo *Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas*, Ana Paula de Oliveira Corti *et al.* (2016) destacam três maneiras de abordar o tema: o primeiro, pela

leitura sociológica da cultura juvenil, o segundo, pela leitura psicológica da categoria “adolescência” e “juventude”, o terceiro, por abordagens de cunho metodológico que visam a aproximar o conteúdo curricular da realidade dos estudantes. Segundo os autores, esses enfoques visam a produzir um discurso que reconheça os jovens como “sujeitos peculiares, que demandam a organização de um saber-fazer educativo próprio que dialogue com as suas especificidades” (CORTI *et al.*, 2016, p. 1166). Nesse sentido, as ocupações representam a tentativa de recriar espaços para organização de um saber-fazer educativo próprio. Ana Paula de Oliveira Corti *et al.* (2016, p. 1168-1171) enfatizam algumas características das ocupações, como a utilização das redes sociais para difusão do movimento, “a preocupação em não reproduzir estereótipos de gênero na escolha das comissões”, com protagonismo das jovens na condução da maioria das ações, e a oferta de atividades culturais como shows, sarais e aulas públicas. Por isso, a forma de condução das ocupações mostra o desejo dos estudantes por novas metodologias de aprendizagem. Ao mesmo tempo, enfatiza a capacidade do estudante de participar e influir nas decisões tomadas no ambiente escolar. Segundo os autores, “as imagens oferecidas pelos jovens nas ocupações – atuando, discursando, cozinhando e limpando – contrastam com as imagens tradicionais de estudantes calados e enfileirados nas salas de aula” (CORTI *et al.*, 2016, p. 1171).

No artigo, *Ocupar, resistir e a luta nas redes sociais*, Sílvio Carneiro (2017) argumenta que as redes sociais, no caso das ocupações das escolas, forneceram o diagnóstico do presente, ao “conferir um mapa de deslocamentos dos significantes em disputa pelos quais mobilizam novos elementos que fazem da pesquisa social uma experiência de emancipação” (p. 138). As ocupações das escolas não foram o momento do início do movimento dos estudantes, mas a culminância da mobilização que começou nas redes de Whatsapp, Facebook e no convívio escolar. Por isso, as redes sociais podem ser consideradas como instrumento fundamental para convocação e manutenção dos atos dos estudantes, entre 2015 e 2016.

As ocupações, no olhar de Sílvio Carneiro (2017), representam a quebra dos modelos associativos que comumente articulam mobilizações. A figura do líder estudantil, dos movimentos estudantis organizados como UNE e Ubes, a exigência de um comitê de representação responsável por negociar com o governo; todas essas

estruturas de oportunidades foram relativizadas com o protagonismo da rede de relações *on-line*. E como a sociedade em rede não possui um centro, ou estrutura central, as ocupações das escolas reproduziram as relações *on-line* no cotidiano *off-line*.

Esse mesmo autor considera que as redes de contatos *on-line* se tornaram importantes por dois motivos: primeiro, por ser instrumento de domínio dessa geração de adolescentes e jovens; segundo, porque são importantes “em uma instituição avessa a assembleias, grêmios estudantis, conselhos de escola de fato etc. Meios de comunicação subterrâneos em uma instituição contrária a comunicados que não venham das instâncias do poder oficial, bem como esvaziada de espaços públicos de decisão” (CARNEIRO, 2017, p.140). O aspecto interessante na ação dos estudantes, ausentes as estruturas de oportunidades políticas – assembleias, grêmios estudantis, conselhos de escola –, é a construção de outras alternativas de ação por via das redes sociais. Devido às características próprias das redes *on-line*, a flexibilidade, a velocidade e a horizontalidade, incorporam-se performances diversas e atualizam-se rapidamente os repertórios de ação. O que se amplia é o escopo dos repertórios de disputa que, segundo Tilly (2006, p. VII apud CARNEIRO, 2017, p. 141), são “os arranjos de performances de ações de protesto limitados, familiares e criados historicamente, os quais, sob diversos aspectos, circunscrevem os meios pelos quais as pessoas se engajam em políticas de disputa”. As redes *on-line* favorecem a ampliação dos arranjos de performances de ações de protesto.

No artigo *Ocupações dos secundaristas do RS: tensões culturais e reconfigurações comunicativas*, Rosário et al (2016) entendem que a mobilização dos estudantes se conforma “como textos culturais a partir de suas diversas manifestações (...) acumulam, transmitem e movimentam sentidos” (p. 195-196), tudo isso dentro do contexto de carência de apoio de muitos pais, professores e colegas de escola. Ao mesmo tempo, informações desconstruídas nas redes sociais e na mídia oficial quase sempre associam as ocupações das escolas com partidos e movimentos estudantis organizados. Por isso, garantir a legitimidade do movimento dos estudantes é afirmar sua autonomia.

Rosário et al. (2016) trabalham com a hipótese de que a convergência de tensões ou interesses, caso do conjunto de ocupações das escolas, é condição para construção de novos discursos. As ações de todas as partes são de cunho afirmativo, autoexpressivo,

característica das recentes estruturas de mobilização no Brasil. Os autores abordam os conflitos a partir do que entendem por *fronteira* que “delimita o espaço dos diferentes sistemas” e “marca os espaços de cada conjunto” ou grupos em questão (ROSÁRIO et al., 2016, p. 197). O aspecto interessante da abordagem trazida pelo artigo de Rosário et al. é o entendimento de que a estratégia de ação cultural – sarais, shows, oficinas – aliada às ferramentas das redes sociais, constituíram o canal alternativo para produção do discurso.

Para critério de reflexão, indico um quadro que representa de maneira geral a relação entre a forma e o conteúdo da ação dos estudantes que ocuparam as escolas.

Quadro 1 – Relação entre a estratégia, a forma e os valores compartilhados no processo de ocupações das escolas.

Estratégia de ação	Forma de ação	Valore partilhados
Ocupação das escolas	Decisões tomadas de maneira coletiva por meio de assembleia	Horizontalidade
Trancaços das ruas	Divisão dos serviços e a busca pela igualdade de gênero	Igualdade
Passeatas nas ruas	Resistentes quanto à interferência de movimentos sociais e partidos políticos	Cooperação
Ativismo <i>on-line</i>	Aulas e oficinas temáticas e atividades culturais	Tolerância

Fonte: Compilação do autor⁶

2. Observações sobre as notícias e os artigos publicados em dois jornais de grande circulação

Além dos aspectos levantados anteriormente nos artigos acadêmicos, acrescento aqui notícias veiculadas em duas fontes, os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, que apresentam visões ora divergentes, ora convergentes sobre o movimento dos estudantes que ocuparam as escolas. Nos artigos e notícias pesquisados, destaco seis itens: i. como as ocupações foram nomeadas; ii. como o poder público reagiu; iii. a estratégia dos estudantes; iv. o nexos entre as ocupações, as manifestações de junho de

⁶ Montagem a partir da forma como as ocupações das instituições de ensino foram representadas em periódicos acadêmicos e imprensa.

2013 e o movimento dos estudantes chilenos; v. a agenda de discussões; vi. o balanço das vitórias e derrotas dos estudantes.

Como as ocupações foram nomeadas?

Em publicação do dia 24/11/2015⁷, a reportagem da *Folha de São Paulo* chamou de “invasão” o ato dos estudantes em São Paulo. Até a data dessa publicação, já eram 109 escolas ocupadas no estado de São Paulo. Os estudantes secundaristas se mobilizaram em protesto contra o fechamento e reestruturação de 92 escolas, interferindo diretamente na vida de aproximadamente 311 mil estudantes. Devido à extensão do ato dos estudantes e ao apoio do Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou a reintegração de posse das escolas ocupadas, as publicações que se sucederam sobre o tema passaram a utilizar o termo “ocupação”.

O jornal *O Globo* não documentou de maneira tão ampla o ato dos estudantes paulistas, como o fez a *Folha de São Paulo*. Mesmo assim, em publicação 24/11/2015⁸, *O Globo* destacou a negativa da justiça para reintegração de posse das escolas tomadas e enfatizou no conteúdo do parecer de que “as ocupações não envolvem questões de posse, uma vez que o objetivo dos estudantes é discutir a proposta do Estado para o ensino”.

Numa análise comparativa, a *Folha de São Paulo* se dedicou a apresentar o avanço das ocupações, que tiveram início em novembro de 2015 e depois se expandiu para outros 18 estados da federação. Sempre caracterizou o movimento dos estudantes pela forma de atuação – ocupação das escolas e “trançaços” nas ruas movimentadas de São Paulo –, pela organização interna – as comissões por área de serviço e as assembleias – e pelas atividades durante o processo de ocupação – as aulas públicas, os eventos culturais, as oficinas temáticas. Para isso, frequentemente fizeram visitas e

⁷ Estudantes ocupam escola estadual na zona leste de São Paulo. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 24 de nov. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710194-estudantes-ocupam-escola-estadual-na-zona-leste-de-sao-paulo.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 06 de jan. 2018.

⁸ Justiça de SP nega pedido de reintegração de posse de escolas. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 23 de nov. de 2015. Disponível em: <<http://noblato.globo.globo.com/geral/noticia/2015/11/justica-de-sp-nega-pedido-de-reintegracao-deposse-de-escolas.html>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

entrevistaram diversos estudantes, como também acompanharam de perto os atos nas ruas de São Paulo. O jornal *O Globo*, por sua vez, dedicou-se a noticiar as ocupações sempre relacionado com suas consequências práticas, como, por exemplo, o transtorno causado aos motoristas e pedestres em caso de “trancaço” nos cruzamentos das vias centrais da cidade de São Paulo; mudança ou adiamento de provas de vestibular (Fuvest) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em escolas onde ocorreriam as avaliações; o dilema sobre o processo eleitoral em 2016 nas escolas que funcionavam como seção e que estavam ocupadas. Essas ênfases foram pouco encontradas nas notícias da *Folha*.

Como o poder público reagiu?

Marisa von Bülow⁹ (2015) ressalta quatro estratégias comumente utilizadas pelos governos para vencer manifestações sociais: 1) deslegitimar o movimento; 2) afirmar que são manipulados por agentes externos (partidos); 3) ignorar; 4) reprimir.

Quanto à primeira estratégia, ambas as fontes pesquisadas destacam a intenção dos governos em deslegitimar o ato dos estudantes. Acusam-nos de depredação do patrimônio público, de não estarem abertos ao diálogo e que não sabem pelo que estão se mobilizando. A *Folha de São Paulo*, em publicação do dia 08/11/2016¹⁰, praticamente um ano após o início das ocupações no Brasil, destacava a fala do presidente Temer, quando discursou afirmando que os estudantes protestam sem fundamento; evitando utilizar a palavra “estudantes”, o presidente preferiu dizer “desses que ocupam”. O jornal *O Globo*, em publicação do dia 08/11/2016¹¹, também registrou a crítica do presidente às ocupações e concluiu ao citá-lo: “Hoje, ao invés do argumento moral, intelectual, verbal, usa-se o argumento físico. Vai e ocupa não sei o quê, bota pneu velho, queima, fecha o trânsito”.

⁹ BÜLOW, Marisa Von. O novo movimento estudantil e suas lições. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 16 de dez. de 2015. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2015/12/0-novo-movimento-estudantil-e-suas-lico-es.html>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

¹⁰ Ironia de Temer ao atacar ocupações gera reação de entidades estudantis. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 08 de nov. de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1830604-ironia-de-temer-ao-atacar-ocupacoes-gera-reacao-de-entidades-estudantis.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

¹¹ BARRETO, Eduardo. Temer critica ocupações contra a PEC do teto de gastos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 08 de nov. de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/temer-critica-ocupacoes-contra-pec-do-teto-de-gastos-20430164>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

O recém-eleito deputado federal por São Paulo, Kim Kataguiri, líder do Movimento Brasil Livre (MBL), que ganhou notoriedade durante as articulações políticas para o *impeachment* de Dilma Rousseff¹², escreveu na coluna da *Folha de São Paulo*, no dia 17/05/2016,¹³ que o movimento dos estudantes se caracterizou pela “ocupação dos desocupados”. Dentre as acusações feitas por Kataguiri, estão: aliciamento dos estudantes por partidos políticos e entidades estudantis vinculadas à esquerda (Ubes e UNE) e crimes como roubo – dinheiro, *notebooks*, telefones, *pendrives* –, arrombamento de gavetas e armários, depredação de portas e equipamentos. Aqui, o colunista se refere ao caso de uma escola técnica de São Paulo. O MBL atuou organizando setores que eram contrários às ocupações, principalmente no Paraná, estado com maior número de ocupações em todo o Brasil (840 escolas aproximadamente). Os principais embates se deram pelas redes sociais, com textos e vídeos favoráveis ou contrários às ocupações.

Quanto à segunda estratégia, em reportagem do dia 11/10/2016¹⁴, o governador do Paraná, Beto Richa, afirmou que sindicatos e partidos “usam de forma criminosa as nossas crianças das escolas, que estão nas ruas protestando não sabem nem por que, em uma perfeita doutrinação ideológica”. Essa fala foi reproduzida em outros contextos pelas autoridades políticas dos estados com escolas ocupadas. Em Goiás, a secretaria de educação disse que as ocupações são fruto de uma “confusão ideológica em relação às OS”. Os estudantes goianos se mobilizaram em protesto contra o plano do governador Marconi Perillo de transferir a gestão das escolas ocupadas para Organizações Sociais. Perillo afirmou, conforme notícia da *Folha de São Paulo*, que “há o debate radical contra, de pessoas de fora das escolas, que não querem acabar com o *status quo*, com

¹² DANTAS, Tiago. Ocupações no Paraná sofrem pressão de pais e do MBL. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 03 de nov. de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/ocupacoes-no-parana-sofrem-pressao-de-pais-do-mbl-20403401>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

¹³ KATAGUIRI, Kim. A ocupação dos desocupados. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 17 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/kim-kataguiri/2016/05/1771800-a-ocupacao-dosdesocupados.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. De 2018.

¹⁴ TEREZI, Gabriela; SALDAÑA, Paulo. Fortalecidos após ocupações, secundaristas de SP renegam entidades estudantis. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 03 de jul. de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2016/07/1787761-fortalecidos-apos-ocupacoes-secundaristas-de-sp-renegam-entidades-estudantis.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

corporativismo e sindicalismo”¹⁵. O governador Geraldo Alckmin afirmou que “é nítido que há uma ação política do movimento”¹⁶.

Da parte dos estudantes, a acusação de que há interferência de partidos e movimentos organizados foi negada. Em reportagem do dia 01/12/2015,¹⁷ a *Folha de São Paulo* destacava a fala dos estudantes: “não temos líderes, aqui é um coletivo, e as decisões são tomadas a partir de votações nas assembleias. Não entra adulto ou professor, apenas aluno”. A única instância de representação do movimento era o “Comando das Ocupações”. Como forma de afirmar a horizontalidade do movimento, mesmo pela instância de representação, os estudantes realizavam jograis “para evitar que se caracterizasse a presença de alguma liderança”¹⁸.

Quanto à terceira estratégia – ignorar o movimento dos estudantes – não obteve sucesso, ao menos em São Paulo, onde ocorreram as primeiras ocupações, no Rio de Janeiro, o terceiro estado a registrar ocupações, e nos estados da região sul do Brasil. Nos territórios mencionados, foram mais de mil escolas ocupadas. O presidente Temer só se pronunciou publicamente sobre as ocupações em novembro de 2016, pouco mais de um ano depois de a primeira escola ter sido ocupada em São Paulo. O jornal *O Globo* cita a fala do presidente nos seguintes termos: “a pior coisa é quando acontece isso (ocupações) e você dá importância”¹⁹.

As ocupações das escolas em São Paulo foram precedidas por atos de pais, alunos e servidores que protestavam contra a reorganização das escolas, anunciada em

¹⁵ BATISTA, Diene. Em Goiás, alunos de escolas ocupadas pedem doações para a ceia de Natal. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 23 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1722519-em-goias-alunos-de-escolas-ocupadas-pedem-doacoes-para-a-ceia-de-natal.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

¹⁶ SANTIAGO, Tatiana. 'Há uma nítida ação política', diz Alckmin sobre protestos de alunos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 02 de dez. de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/ha-uma-nitida-acao-politica-diz-alcckmin-sobre-protestos-de-alunos.html>>. Acesso em: 10 de jun. de 2018.

¹⁷ Há um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 01 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1712999-ha-um-mes-nas-escolas-alunos-organizam-limpam-cozinham-e-ate-instalam-chuveiros.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

¹⁸ RODRIGUES, Artur. Após recuo de Alckmin, estudantes decidem manter ocupação em escolas. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 04 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715267-apos-recuo-de-alcckmin-estudantes-decidem-manter-ocupacao-em-escolas.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

¹⁹ BARRETTO, Eduardo. Temer critica 'vandalismo' de protesto contra teto de gastos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 29 de nov. de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/temer-critica-vandalismo-de-protesto-contrateto-de-gastos-20563377>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

setembro de 2015, pela Secretaria de Educação. A queixa principal era de que a Secretaria de Educação não dialogava com a comunidade escolar. Isso se verifica pela fala do estudante que participou da segunda escola que foi ocupada, a Escola Estadual Fernão Dias: “a gente viu que os protestos não estavam dando certo. Resolvemos radicalizar”²⁰. A Secretaria de Educação, que sempre afirmou estar aberta ao diálogo, estabeleceu a estratégia de mutirão de visitas às ocupações, com intuito de requerer as reivindicações de cada colégio²¹. O procedimento de reivindicação deveria ser formalizado por meio de carta. Os agentes que visitavam a escola tinham em mãos um documento com a seguinte orientação: “Requeremos o envio das reivindicações e agendamentos com a autoridade da Diretoria de Ensino (...) para realização de reuniões”. Os alunos deveriam assinar o requerimento. Essa estratégia foi vista com maus olhos pelos estudantes e apoiadores do movimento de ocupações, dita como falsa negociação. Segundo reportagem da *Folha de São Paulo*²², entendia-se que, com essa medida, se enfraquecia o ato dos estudantes, ao classificá-los como intransigentes.

Em Goiás, segundo estado a registrar ocupações, a estratégia de ignorar o movimento surtiu mais efeito. Caso exemplar foi o tratamento dado pela Secretaria de Educação para primeira escola a ser ocupada, o Colégio Estadual José Carlos de Almeida, símbolo para o movimento de ocupações dos estudantes goianos: “Há um ano, ela já não é mais escola, estava vazia. Não teve nenhum aluno ao longo de 2015”²³. Por isso, não é considerada para o saldo das ocupações. Em outra fala, a Secretaria de Educação se pronunciou da seguinte maneira: “esse movimento de ocupação de escolas da rede é

²⁰ MACHADO, Leandro. Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 25 de nov. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710710-inspirado-no-chile-manual-orientou-ocupacao-de-escolas-por-alunos-em-sp.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

²¹ GRAGNANI, Juliana. Governo de SP usa formalidade para propor conversa com aluno. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 01 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713268-governo-de-sp-usa-formalidade-para-propor-conversa-com-aluno.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

²² Alunos a favor de ocupações de escolas liberam av. Faria Lima após 3 horas. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 30 de nov. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712838-por-ocupacao-em-escolas-paulistas-grupo-interdita-av-faria-lima-em-sp.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

²³ Batista, Diene. Em Goiás, alunos ocupam escolas no interior contra 'terceirização'. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 14 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1718878-em-goias-alunos-ocupam-escolas-no-interior-contra-terceirizacao.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

extemporâneo, injustificável e desnecessário”²⁴. Segundo o governador Marconi Perillo, ele não iria politizar as ocupações. Ao todo, registraram-se aproximadamente 29 ocupações em todo estado, conforme a *Folha de São Paulo*²⁵.

Quanto à quarta estratégia, a repressão, a violência policial foi amplamente registrada pelas reportagens. Em publicação do dia 27/11/2015, a *Folha de São Paulo* registrou a iniciativa da “ONG Minha Sampa”, que criou uma rede de contatos denominada “De guarda pelas escolas”, com o intuito de mobilizar pessoas em caso de desocupação forçada. Até novembro de 2015, já havia 1.500 pessoas cadastradas. Segundo a ONG, essa rede servia “para proteger as escolas da truculência da polícia, com o seu corpo, sua voz, sua câmera e sua indignação”. Não por acaso, existem diversos vídeos postados na Internet e documentários que registram a repressão que os estudantes sofreram. Mais do que o corpo a corpo, o poder de uma câmera inibe ações de extrema violência.

Em reportagem do dia 26/03/2016²⁶, a *Folha de São Paulo* publicou a iniciativa dos estudantes paulistas, junto com o “Comitê de Mães e Pais em Luta” e a “ONG Artigo 19”, de fazer uma denúncia formal à Organização de Estados Americanos (OEA), instância responsável pela garantia dos direitos humanos para as Américas. O conteúdo da denúncia se referia aos excessos cometidos pela Política Militar do Estado de São Paulo na repressão aos estudantes. Além do texto, foram gravadas diversas imagens que documentaram as ações policiais.

Três fatos repercutiram entre os estudantes que ocuparam as escolas. O primeiro se refere à estudante Mariana, que foi agredida por um motorista em um ato

²⁴ Batista, Diene. Contra plano de governador tucano, estudantes ocupam escolas de Goiânia. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 11 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717898-contra-plano-de-governador-tucano-estudantes-ocupam-escolas-de-goiania.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

²⁵ Amâncio, Thiago. Estudantes deixam três das últimas escolas ocupadas em GO, diz governo. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 21 de fev. de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/02/1741686-estudantes-deixam-tres-das-ultimas-escolas-ocupadas-em-go-diz-governo.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

²⁶ Bergamo, Monica. Estudantes de ocupações fazem vídeo para denunciar governo de SP à OEA. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 23 de mar. De 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/03/1754172-estudantes-de-ocupacoes-fazem-video-para-denunciar-governo-de-sp-a-oea.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

em São Paulo²⁷. A jovem levou um soco no queixo dado por um motorista, que ficou furioso pelo protesto que fechou as avenidas Rebouças e Faria Lima. A fala da jovem, publicada pela *Folha de São Paulo*, afirmava: “o que me deixou mais triste foi que a agressão veio da população. Normalmente, vem da polícia”. Além da agressão, a jovem recebeu xingamentos como “puta” e “vagabunda”. Todas as ofensas e a agressão foram filmadas. O segundo fato é a tragédia ocorrida em Goiás. O pai, que se dizia contrário à participação do filho nas ocupações das escolas, o matou e logo depois se suicidou. O fato comoveu amigos e familiares e chamou a atenção da opinião pública²⁸. O terceiro fato foi a morte de um estudante no Paraná, durante umas das ocupações. Segundo publicação da *Folha de São Paulo*²⁹, o jovem de 16 anos foi morto a facadas por outro colega, de 17 anos.

Estratégia de ação dos estudantes?

As redes sociais e as passeatas pelas ruas foram o principal instrumento de contato e articulação dos estudantes. Em reportagem do dia 25/11/2015, a *Folha de São Paulo* resume como se deu o início do movimento em São Paulo: “Até o fim de Outubro os protestos contra a medida de Alckmin estavam restritos a passeatas de rua (...) Alunos de escolas diferentes – e que se conheceram nas passeatas – criaram grupos de Whatsapp para discutir maneiras de barrar a reorganização dos ciclos”³⁰. Foi em um dos grupos de Whatsapp que surgiu o manual sobre como ocupar uma escola.

²⁷ MACHADO, Leandro. Não vai mais a protesto sozinha, afirma mãe de aluna agredida. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 09 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1716680-nao-vai-mais-a-protesto-sozinha-afirma-mae-de-aluna-agredida.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

²⁸ JULIÃO, Luis Guilherme. Pai matou filho por ter participado de ocupação em Goiânia, diz família. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 16 de nov. de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/pai-matou-filho-por-ter-participado-de-ocupacao-em-goiania-dizfamilia-20474139>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

²⁹ Brasil tem 1.154 unidades de ensino ocupadas por alunos, diz entidade. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 26 de out. de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1826548-brasil-tem-1154-unidades-de-ensino-ocupadas-por-alunos-diz-entidade.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

³⁰ MACHADO, Leandro. Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 25 de nov. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710710-inspirado-no-chile-manual-orientou-ocupacao-de-escolas-por-alunos-em-sp.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

O manual que auxiliou os estudantes paulistas nas ocupações foi inspirado pelo movimento secundarista chileno, que, em dois momentos, em 2006 e 2011, se organizou para protestar pelo passe livre e por educação pública de qualidade. As duas principais orientações eram realizar uma assembleia geral – instância mais importante, lugar de deliberação – e, segundo, nomear comissões para cada tarefa (segurança, comida, imprensa, limpeza). Segundo a reportagem da *Folha*, os “alunos caminham pelas escolas usando plaquinhas penduradas no pescoço”. A primeira escola ocupada foi a escola estadual Diadema, seguida da escola estadual Fernão Dias. Um aluno da Fernão Dias confessou ao jornalista: “a gente conversava com o pessoal de Diadema pelo Whatsapp. Sabíamos que ia acontecer lá também [ocupação]”.

Após as ocupações da Diadema e da Fernão, outras escolas também foram ocupadas. Essas ocupações foram assessoradas em boa parte pela ajuda dos estudantes que ocuparam as primeiras escolas. Os estudantes mais “experientes” recebiam outros estudantes que desejavam ocupar sua escola. Através dessa estratégia, a forma de ocupar escolas se propagou muito rápido, de maneira que, em um mês, foram aproximadamente 200 ocupações. Foi comum a troca de experiências entre estudantes no período das ocupações. O jornal *O Globo*³¹ publicou notícia em que a estudante Ana Júlia, secundarista do Paraná, visitou o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, para “uma roda de conversa” sobre as ocupações.

Além de passeatas e ocupações, os estudantes realizavam o “trancaço”³²: ações relâmpago que consistiam em levar cadeiras para os cruzamentos e sentar. Essas ações confundiam a polícia, pois os estudantes ficavam correndo de cruzamento em cruzamento, desviando da repressão policial. O lema “hoje a aula vai ser na rua” embalava o protesto estudantil. O jornal *O Globo* publicou notícia afirmando existir um

³¹ GUIMARÃES, Ana Cláudia. A estudante Ana Júlia esteve hoje no Colégio Pedro II no Humaitá. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 18 de nov. de 2016. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/estudante-ana-julia-esteve-hoje-no-colegio-pedro-ii-no-humaita.html>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

³² Protesto de alunos fecha cruzamento da Teodoro com Henrique Schaumann. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 02 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714030-protesto-de-estudantes-volta-a-fechar-avenidas-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018. RODRIGUES, Artur. Em 'dança das cadeiras', alunos escapam da PM e discutem com motoristas. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 03 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714554-em-danca-das-cadeiras-pelas-ruas-alunos-despistam-pm-e-discutem-com-motoristas.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

manual para orientar como travar uma avenida: “escolha uma avenida próxima à escola e que seja bastante movimentada. De preferência, faça o ato pela manhã, entre as 6h e as 9h. Se for um cruzamento de duas avenidas, melhor ainda!”³³. Segundo a matéria, esse material foi elaborado pelo coletivo O Mal-Educado.

Ocupações das escolas no Brasil, no Chile e as Jornadas de Junho de 2013

A publicação do dia 16/12/2015³⁴, no jornal *O Globo*, fez referência às manifestações de junho de 2013 no Brasil e do movimento dos estudantes chilenos, nos quais destaca o perfil heterogêneo dos participantes e a importância da exposição dada pela mídia para a formação da opinião pública.

Alguns artigos que tratam do movimento chileno também trazem elementos que são semelhantes ao fenômeno das ocupações no Brasil. No artigo *Constantes en los movimientos estudiantiles latinoamericanos: aproximación a partir del caso chileno de 2011*, Andrés Donoso Romo (2017) destaca certo padrão na forma de organização dos movimentos estudantis. Geralmente, eles são motivados pela insatisfação com a qualidade dos serviços prestados pelo Estado; articulam-se a partir de grêmios e coletivos, vinculados ou não a uma ideologia político-partidária; são movimentos heterogêneos e dinâmicos, próprios da faixa etária dos seus componentes. No caso dos estudantes de 2006, conhecido como *Revolta dos Pinguins*, observa-se uma exceção no que se refere à relação com grêmios e coletivos com vínculos partidários. A característica mais autônoma e horizontal dos estudantes de 2006 destoa do padrão comumente apresentado pelos movimentos estudantis no Chile. Embora o movimento de 2011, que foi uma manifestação organizada por universitários, tenha a participação de vários estudantes que eram secundaristas em 2006, verifica-se certa especialização nas

³³ ROSSI, Marina. Secundaristas se organizam com “manual de como travar uma avenida”. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 01 de dez. de 2015. Disponível em: <<http://noblato.globo.com/geral/noticia/2015/12/secundaristas-se-organizam-com-manual-decomo-travar-uma-avenida.html>>. Acesso em: 10 de jun. de 2018.

³⁴ BÜLOW, Marisa Von. O novo movimento estudantil e suas lições. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 16 de dez. de 2015. Disponível em: <<http://noblato.globo.com/artigos/noticia/2015/12/o-novo-movimento-estudantil-e-suas-licoes.html>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

estratégias de ação. Por isso, 2011 repete o padrão comum de ação dos movimentos estudantis chilenos.

A utilização das redes sociais e aplicativos de mensagem também contribuíram para organização e difusão das informações. No artigo *El movimiento estudiantil chileno (2006-2016) y el uso de la web social: nuevos repertórios de acción e interacción comunicativa*, Camila Cárdenas (2016) aborda o tema do ciberativismo no contexto dos movimentos estudantis no Chile. Os meios de comunicação, segundo Cárdenas (2016), possuem duas funções: a primeira é pragmática, “organizar eventos de massa, estabelecer táticas de ocupação e resistência contra a repressão policial e a vigilância do governo, e obter informações sobre protestos em andamento e outras influentes conjunturas políticas” (p. 96); a segunda é semântica,

identificar internamente o grupo e diferenciar dos outros grupos, refletir sobre as questões que são relevantes para garantir a coesão do grupo e o curso das mobilizações, e discutir as diretrizes ideológicas que enquadram as estratégias de interpretação e ação coletiva (CÁRDENAS, 2016, p. 96).

A autora estabelece dois critérios de reflexão para seu estudo: a análise dos repertórios de ação disponíveis nas estruturas de oportunidades políticas e a análise dos repertórios de interação comunicativa disponíveis nas estruturas de oportunidades midiáticas. Enquanto as estruturas de oportunidades políticas estão vinculadas aos sistemas políticos institucionalizados que influenciam “as possibilidades da ação coletiva e as formas que ela adota em virtude das variáveis que intervêm na constituição de atores e redes” (CÁRDENAS, 2016, p. 96-97), as estruturas de oportunidades midiáticas complementam as estruturas de oportunidades políticas, “já que, no cenário atual, é inescapável atender à capacidade dos movimentos sociais para obter visibilidade e coesão do grupo, desenvolvendo formas diárias de contenção e contestação *on-line*” (CÁRDENAS, 2016, p. 96-97). As ocupações chilenas representam uma etapa nova no modelo de ação coletiva, por se especializar em duas frentes de ação, a pragmática – pelos meios disponíveis e já conhecidos – e a semântica, através das redes sociais. Não obstante, destacam-se pelas performances diferenciadas “de carácter mais criativos, que incluem desfiles com grupos musicais, improvisações dramáticas, corpos pintados, bonecas gigantes, máscaras e fantasias” (CÁRDENAS, 2016, p. 99).

O discurso negativo em relação ao movimento estudantil foi bastante evidente. No artigo *Representación mediática de la acción de protesta juvenil: la capucha como metáfora*, Camila Cárdenas e Carolina Pérez (2017) abordam a construção do discurso em relação às ocupações chilenas, por parte da mídia, que vinculava o movimento dos estudantes com os atos dos *Black-Blocks*. Por isso, o movimento foi caracterizado como criminoso, com táticas terroristas. As autoras partiram de uma reportagem intitulada *Radiografía a los colectivos estudiantiles* “em que a atribuição de grupos radicais ao movimento estudantil foi abordada, e eles foram implicados como supostos autores do bombardeio” (CÁRDENAS; PÉREZ, 2017, p. 1.069). A tática de deslegitimação compõe um dos instrumentos do repertório de ação do governo aliado com a mídia local. A partir disso, as autoras descrevem as perspectivas que são comuns na estratégia de deslegitimação: primeiro, a *construção do consenso*, pela distorção dos fatos, por previsões pessimistas para o futuro e pela eleição de símbolos para depreciação do movimento, por exemplo, os *Black-Blocks* (encapuzados). Segundo, *definição de padrões para protestos*, pelo enquadramento das notícias, pela utilização de fontes oficiais que fortalecem o discurso da mídia, pela invocação da opinião pública, pela desqualificação dos membros e condenação das pautas dos movimentos estudantis (CÁRDENAS; PÉREZ, 2017, p. 1.070). Constituiu-se, no Chile, a opinião de que o movimento de ocupações era efêmero e circunstancial.

No artigo *Acontecimiento y acción colectiva juvenil. El antes, durante y después de la rebelión de los estudiantes chilenos en el 2006*, Oscar Aguilera Ruiz (2011) aponta para elementos importantes dentro da teoria sobre movimentos sociais. Ele considera quatro aspectos no movimento de ocupações chilenas em 2006: primeiro, os conflitos não se concentram somente pela reivindicação de bens e serviços, mas também se dão em torno de exigência de qualidade de vida; segundo, os conflitos reordenam os processos de difusão geográfica e setorial, não pelos meios tradicionais de organização social, mas através de novos atores sociais, no caso chileno, os estudantes secundaristas; terceiro, a emergência de novos movimentos sociais que, muitas vezes, se caracterizam por ações espontâneas e pouco articuladas; quarto, a construção de novos significados culturais que, pouco a pouco, passam a constituir parte da cultura política dos sujeitos e dos movimentos (TARROW, 2002 apud RUIZ, 2011, p. 13). Esses quatro aspectos foram

observados a partir de uma leitura da organização dos estudantes chilenos de 1999 até o pós-ocupações de 2006. Nesse aspecto, o autor trabalhou com a categoria de Tarrow “ciclo de mobilização”, que trata dos repertórios e performance de ação.

Os eventos do Chile, de junho de 2013, e as ocupações das escolas no Brasil têm em comum a ação descentralizada e a crítica às instâncias tradicionais de representação. *A Folha de São Paulo*, em publicação do dia 25/11/2015³⁵, também deu destaque às estratégias de ação dos estudantes brasileiros com clara referência ao movimento chileno. A resistência dos estudantes brasileiros à participação de coletivos estudantis como UNE e Ubes, ou de grupos vinculados a partidos políticos foi outro destaque³⁶. Os jovens estudantes, que formavam em quase sua totalidade o conjunto dos participantes, optavam pelo estilo de ação direta, sem a necessidade de convocação de movimentos e partidos.

A Folha de São Paulo, em notícia do dia 11/12/2015³⁷ e 14/12/2015³⁸, comparou a reivindicação dos estudantes de Goiás com as dos estudantes Chile em 2006 e 2011. No caso chileno, a pauta pelo acesso à educação pública e o passe livre, como também a crítica à participação de organizações sociais privadas na gerência da educação, foram recordadas pelas ocupações das escolas em Goiás, contrárias ao projeto do Governo Perillo, de passar a gerência da educação para OS. Conforme dados disponibilizados por Carolina Álvares-Valdéz e Antonia Garcés-Sotomayor, a pauta motivadora das ocupações das escolas chilenas, em 2006 e 2011, questionava o modelo administrativo público-

³⁵ MACHADO, Leandro. Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 25 de nov. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710710-inspirado-no-chile-manual-orientou-ocupacao-de-escolas-por-alunos-em-sp.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

³⁶ GRAGNANI, Juliana; MACHADO, Leandro. Alunos de ocupações expulsam grupo estudantil ligado a partido. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 11 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717674-alunos-de-ocupacoes-expulsam-grupo-estudantil-ligado-a-partido.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

³⁷ BATISTA, Diene. Contra plano de governador tucano, estudantes ocupam escolas de Goiânia. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 11 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717898-contra-plano-de-governador-tucano-estudantes-ocupam-escolas-de-goiania.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

³⁸ BATISTA, Diene. Em Goiás, alunos ocupam escolas no interior contra 'terceirização'. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 14 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1718878-em-goias-alunos-ocupam-escolas-no-interior-contra-terceirizacao.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

privado de investimento em educação. Afirmavam que ele estruturava a desigualdade social no Chile.

A *Folha* ainda deu ênfase à participação dos jovens em mobilizações anteriores às ocupações. Conforme notícia do dia 17/01/2016³⁹, alguns dos jovens que protagonizaram as ocupações em 2015 começaram a militância com as Jornadas de Junho de 2013. Agora, esses mesmos jovens compõem o Movimento Passe Livre (MPL). Apesar do trânsito – Jornadas de Junho de 2013, Ocupações das Escolas, Movimento Passe Livre – a recusa dos estudantes pela centralização das decisões caracteriza “uma ojeriza à especialização”.

Em 2016, com a segunda onda de ocupações de escolas no Brasil (a primeira foi em 2015, em São Paulo e Goiás), diversos movimentos manifestaram apoio: Movimento Passe Livre, Mal Educado, Diretório Central dos Estudantes da USP e grupos relacionados às ocupações de 2015⁴⁰. A pauta comum afirmava o desejo de “mais democracia e serviços de melhor qualidade”⁴¹.

Agenda de discussões?

As ocupações foram motivadas por diversas pautas: em São Paulo, contra o fechamento e a reorganização das escolas, em 2015 e em 2016, pela falta de merenda em escolas do ensino integral e o corte no orçamento da educação; em Goiás contra o projeto das OS do Governo Perillo; no Rio, em apoio à greve dos professores e por melhorias nas escolas – material didático, merenda, infraestrutura –; no Rio Grande do Sul, pelo repasse em dia da verba de autonomia das escolas e a defesa do ensino público de qualidade; além da pauta comum de todas as ocupações em 2016, contra a PEC do

³⁹ RODRIGUES, Artur; BERGAMIM JR, Giba; MACHADO, Leandro. Movimento Passe Livre tem linha de frente mais 'teen' nos atos deste ano. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 17 de jan. de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1730391-movimento-passe-livre-tem-linha-de-frente-mais-teen-nos-atos-deste-ano.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

⁴⁰ LOBEL, Fabrício; GOMES, Paulo. Movimentos de esquerda fazem ato em apoio a alunos de ocupações em SP. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 13 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1771161-movimentos-sociais-fazem-ato-em-apoio-a-alunos-de-ocupacoes-em-sp.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

⁴¹ SETUBAL, Maria Alice. Jovens dão aula de cidadania. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 06 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/12/1715300-jovens-dao-aula-de-cidadania.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

Teto de Gastos, a Reforma do Ensino Médio e a crítica ao projeto Escola Sem Partido. Entretanto, houve outras pautas de debate no interior do movimento.

A primeira foi a distribuição das tarefas por comissões. Essa estratégia favoreceu a organização dos estudantes durante o período da ocupação. Dessas comissões, surgiram ações para manutenção da própria escola: pintura das paredes, limpeza dos espaços, como registra reportagem do dia 01/12/2015⁴² da *Folha de São Paulo*, “nunca vi a escola tão limpa assim”. O ato de ocupar a escola também revelou problemas estruturais, que não é possível perceber somente pela frequência nas aulas. Por exemplo, os alunos “descobriram espaços sem uso, como sala cheia de cadeiras e mochilas novas e um vestuário com capacidade para oito chuveiros, que havia virado almoxarifado. Foi nele que os alunos instalaram dois chuveiros”. O protagonismo das meninas na organização das tarefas também foi destacada pela *Folha de São Paulo*, em notícia do dia 03/07/2016⁴³.

A segunda pauta, abordada nas oficinas e aulas públicas, tratavam do “feminismo, diversidade social e racismo”⁴⁴, “educação sexual, igualdade racial e social”⁴⁵, com a presença de artistas, professores universitários e líderes de movimentos sociais. A questão levantada pelos estudantes era de que a escola poderia ir além das salas de aula. A assembleia, instância mais importante nas ocupações, deliberava sobre quais aulas queriam ter. Várias dessas oficinas e atividades culturais eram marcadas através das redes sociais⁴⁶.

⁴² Há um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 01 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1712999-ha-um-mes-nas-escolas-alunos-organizam-limpam-cozinham-e-ate-instalam-chuveiros.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

⁴³ TEREZI, Gabriela; SALDAÑA, Paulo. Fortalecidos após ocupações, secundaristas de SP renegam entidades estudantis. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 03 de jul. de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2016/07/1787761-fortalecidos-apos-ocupacoes-secundaristas-de-sp-renegam-entidades-estudantis.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

⁴⁴ TEREZI, Gabriela; SALDAÑA, Paulo. Fortalecidos após ocupações, secundaristas de SP renegam entidades estudantis. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 03 de jul. de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2016/07/1787761-fortalecidos-apos-ocupacoes-secundaristas-de-sp-renegam-entidades-estudantis.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

⁴⁵ Souza, Felipe. Agenda cultural em colégios ocupados inclui circo, debate e até cursinho. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 27 de nov. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1711764-agenda-cultural-em-colegios-ocupados-inclui-circo-debate-e-ate-cursinho.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

⁴⁶ BATISTA, Diene. Contra plano de governador tucano, estudantes ocupam escolas de Goiânia. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 11 de dez. de 2015. Disponível em:

Balanço das vitórias e derrotas das pautas dos estudantes

Em São Paulo, lugar onde as primeiras ocupações ocorreram, o protesto contra o fechamento de 92 escolas e remanejamento dos estudantes obteve resultado positivo para os docentes. O Governo Alckmin voltou atrás no projeto e prometeu estabelecer diálogo com a comunidade escolar.

No Rio de Janeiro, a principal conquista foi o acolhimento da demanda dos estudantes e professores da rede estadual para eleição dos diretores. Antes os diretores eram indicados pela Secretaria de Educação através de um processo interno, sem a participação da comunidade escolar. Outras conquistas também foram contabilizadas, no que se refere ao suporte financeiro para melhorias estruturais das escolas que foram ocupadas.

Em Goiás, o protesto dos estudantes não obteve sucesso. A pauta estudantil desejava barrar o projeto do Governo Perillo de transferir a gestão das escolas para OS. Nas ocupações de outros estados, que protestavam contra a Reforma do Ensino Médio e contra a PEC do Teto de Gastos, o objetivo não foi alcançado. A PEC já está em vigor desde 2017, e o decreto da Reforma do Ensino Médio já foi publicado, com prazo para adaptação das escolas, como também dos exames em nível federal ou estadual, que contam com a base curricular comum. Porém, apesar das derrotas, criou-se uma rede de contatos entre estudantes que fortaleceu o movimento estudantil.

Considerações finais

As ocupações das instituições de ensino têm um perfil contestador. Resultam da insatisfação dos pais, alunos e professores com a falta de investimento na educação pública. De um lado, os artigos acadêmicos ressaltaram o significado político das ocupações, em especial, os temas mais voltados para agenda identitária e pela estratégia

<<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717898-contraplano-de-governador-tucano-estudantes-ocupam-escolas-de-goiania.shtml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2018.

de automobilização⁴⁷. Por outro lado, os jornais consultados descreveram o processo de ação a partir da animosidade entre os estudantes e o poder público. Não obstante, chamo atenção para o alto número de instituições ocupadas e o rápido processo de articulação dos estudantes. Tudo isso dentro de um contexto político conturbado de crise econômica e denúncias de corrupção.

Como chave de leitura para compreender a ação dos estudantes em 2015 e 2016, parto do alerta de Inglehart e Welzel (2009) sobre o papel dos movimentos de massa dentro de um contexto de transição ou sobrevivência de um regime político:

(...) muitos pesquisadores têm argumentado que ações coletivas geridas pelas elites compõem sempre a causa imediata das transições de regimes para democracia. Conseqüentemente, as transições para democracia podem ser vistas como resultado de jogos de ataque e defesa entre as elites governantes e as contraelites que as desafiam (...) regimes democráticos são estáveis se as elites concordam que a democracia é a única opção possível (p. 260).

Segundo o autor, os teóricos – cientistas políticos e afins – têm concedido relevante papel às elites quando se trata da mudança ou sobrevivência dos regimes políticos. É no nível delas que as negociações se dão e os movimentos de massa representam um anexo importante, mas não definitivo. A noção segundo a qual os interesses em disputa são resolvidos no nível das elites reduz a participação política à conquista do poder. Conforme Inglehart e Welzel (2009), essa visão “enfoca de forma limitada as causas adjacentes da democratização, ignorando as forças sociais mais amplas que canalizam” as ações coletivas numa direção específica (p. 260).

Inglehart e Welzel (2009) fazem uso de dois termos para explicar a mudança ou sobrevivência dos regimes políticos. O primeiro, eles chamam de *variável cumulativa*, que se caracteriza pelo longo processo histórico de uma sociedade, sua herança cultural e as mudanças gradativas que sofreu no campo político, econômico e social. O segundo termo, de *variável de ruptura* que se refere a eventos que ocorrem de maneira abrupta, explosiva e se caracterizam por alterações drásticas na ordem vigente. Segundo os

⁴⁷ “Automobilização” foi o conceito empregado por Manuel Villaverde Cabral (2003) para tratar de formas não institucionalizadas de mobilização social. Podem-se usar outros termos como “formas de ação não convencional” (BORBA, 2012) ou “ações diretas, não institucionalizadas” (INGLEHART; WELZEL, 2009). Estes termos dizem respeito aos atos de protestos que se caracterizam por um leque de ações disponíveis.

autores, só há relação entre as duas variáveis quando uma delas, a variável de ruptura, surge. Em outras palavras, não é possível afirmar que a variável cumulativa é a causa da variável de ruptura. Contudo, é possível verificar se os eventos e modificações resultantes do processo de ruptura podem sobreviver a partir da variável cumulativa. Inglehart e Welzel (2009) explicam que essas condições são permeadas por *forças sociais* que direcionam as ações coletivas para uma direção específica. As forças sociais concentram os elementos que podem ser classificados por orientações materialistas ou pós-materialistas. Para o autor, essas forças sociais têm um caráter modernizador e entram em conflito com os elementos tradicionais de uma sociedade. Diante disso, quando ocorre uma ruptura, explodem também as contradições ou polarizações que mobilizam diversos grupos sociais.

O recente contexto brasileiro registrou alguns eventos que merecem destaque. O primeiro deles, as Jornadas de Junho de 2013, tinha um perfil altamente heterogêneo e pautas políticas diversas. Dentre os temas em discussão, resalto a demanda por acesso a serviços públicos de qualidade e o desgaste com a elite política. Os anos de 2014 e 2015 se caracterizaram pelo adensamento da polarização PT e PSDB, que depois viria a se tornar petismo e antipetismo, resultado das eleições em que Dilma Rousseff foi reeleita como presidente da República. As ondas de manifestações pró ou contra o governo de Dilma Rousseff culminaram no processo de *impeachment* no ano de 2016. Essa ruptura com a ordem democrática pode ser considerada um marco político importante, dentro do qual também está inserido o processo de ocupação das escolas (2015-2016). Portanto, esses últimos anos podem ser compreendidos por um processo de transição política, no qual as manifestações de massa tiveram um papel central. O desafio do pesquisador é desvendar quais forças sociais permeiam esse processo de transição e o que se pode esperar para o futuro.

A análise das ocupações das escolas pode fornecer algumas pistas sobre quais forças sociais estão mobilizando variados grupos da sociedade brasileira, quais elementos modernizadores e tradicionais estão em conflito e quais orientações políticas estão em questão.

Referências

- ÁLVAREZ-VALDÉZ, Carolina; GARCÉS-SOTOMAYOR, Antonia. La construcción de generación en los discursos juveniles del Chile actual. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 15, n. 2, p. 991-1004, 2017.
- AVENDAÑO, Octavio. Fracturas y representación política en el movimiento estudiantil: Chile 2011. **Ultima década**, v. 22, n. 41, p. 41-68, 2014.
- BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 263-288, 2012.
- CABRAL, Manuel Villaverde. O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil). **RBCS**, v. 18, n. 51, p. 31-60, 2003.
- CÁRDENAS, Camila; PÉREZ, Carolina. Representación mediática de la acción de protesta juvenil: la capucha como metáfora. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 15, n. 2, p. 1067-1084, 2017.
- CÁRDENAS, Camila. El movimiento estudiantil chileno (2006-2016) y el uso de la web social: nuevos repertorios de acción e interacción comunicativa. **Ultima década**, v. 24, n. 45, p. 93-116, 2016.
- CARNEIRO, Silvio. Ocupar, resistir e a luta nas redes sociais. **Comunicações**, v. 24, n. 2, p. 137-150, maio-agosto, 2017.
- CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. "Ocupar e resistir": a insurreição dos estudantes paulistas. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, 2016
- FLEET, Nicolás. Movimiento estudiantil y transformaciones sociales en Chile: una perspectiva sociológica. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 30, p. 99-116, 2011
- GIROTTO, Eduardo Donizeti. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1121-1141, 2016
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.
- JANUÁRIO, Adriano et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, n. 9, p. 1-26, 2016.

JUNQUEIRA, Marili Peres. Primavera secundarista: as ocupações nas escolas estaduais públicas de Uberlândia-MG em 2016. **Teoria e Cultura**, v. 12, n. 1, p. 149-162, 2017.

ROMO, Andrés Donoso. Constantes en los movimientos estudiantiles latinoamericanos: Aproximación a partir del caso chileno de 2011. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, v. 19, n. 28, p. 71-90, 2017.

RUIZ, Oscar Aguilera. Acontecimiento y acción colectiva juvenil. El antes, durante y después de la rebelión de los estudiantes secundarios chilenos en el 2006. **Propuesta Educativa**, n. 35, p. 11-26, 2011.

SEGURADO, Rosemary; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel. Ocupação dos espaços públicos e a produção do comum: a ação política dos estudantes secundaristas nas escolas públicas de São Paulo. In: **40º Encontro Anual da ANPOCS**. Anais, ST13. Hotel Glória, Caxambú (MG), 2016, p. 1-22.

SILVA, Bárbara Virgínia Groff da; SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. "Uma pá de ocupação": ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul. **Revista Teias**, v. 18, n. 50, p. 228-244, 2016.

SILVA, Caio Ramos da; SILVA, Danielle Miranda da; ROSÁRIO, Nísia Martins do. Ocupações dos secundaristas do RS: tensões culturais e reconfigurações comunicativas. **Intexto**, n. 37, p. 193-214, set-dez 2016.

A ação sindical e a precarização do trabalho: o caso dos Shopping Centers

Isabella Bino da Silva¹

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

Este artigo trata-se de uma síntese do trabalho de conclusão de curso que analisa a ação sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Estabelecidas em Shopping Centers de Curitiba (SINDSHOPPING) e sua relação com os trabalhadores. Para isso traçamos um breve histórico sobre a reestruturação produtiva do trabalho; o desenvolvimento sindical e sobre o aumento do trabalho no comércio a partir dos anos 1990. É analisado o baixo histórico de reivindicações e ações dos sindicatos dos comerciários, bem como, as vivências e contradições dos trabalhadores do shopping para lidar com a extensa jornada de trabalho, os baixos salários e a fragmentação. Resultando em trabalhadores altamente precarizados e flexibilizados, além de reféns dos patrões que possuem grande poder discricionário. O estudo revela a fragilidade da organização sindical nos locais de trabalho, o distanciamento da base e por outro lado, também o desinteresse dos trabalhadores pelo sindicato, em parte devido a suas relações individuais com o patronato.

Palavras-chave: Flexibilização; Precarização; Shopping; Sindicato; Trabalhadores.

ABSTRACT

This paper consists of a synthesis of the course conclusion paper that analyzes the unionist actions of the Workers' Union in Curitiba Shopping Centers (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Estabelecidas em Shopping Centers de Curitiba SINDSHOPPING), and its relationship with the workers. We will draw a brief history of the productive restructuring of work; union development and the increase in trade work since the 1990s. Next, we'll analyze the poor history of claims and lawsuits of the trade unions, as well as the experiences and contradictions of the mall workers in dealing with extensive working hours, low wages and fragmentation. Resulting in highly devalued and strained workers, hostages to discretionary employers. The study reveals the fragility of union organization in the workplace, the distance from the base and the other hand, also the workers' lack of interest, partly due to their individual relationships with the worker employer.

Keywords: Flexibility; Precariousness; Shopping; Labor union; Workers.

Este artigo traz as principais considerações resultantes da análise levantada na pesquisa monográfica apresentada em 2018 como requisito para obtenção do diploma de licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). O

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Email: isabellabino.silva@gmail.com

problema da pesquisa (SILVA, 2018)² foi levantado mediante a experiência pessoal de trabalhar dentro do shopping, atentei para grande quantidade de trabalhadores dentro de uma estrutura comercial, que tinham peculiaridades em relação a outros trabalhadores de comércio, como o de rua, por exemplo.

Durante cinco anos trabalhei em uma loja de shopping, pela necessidade de ter um emprego que permitisse uma remuneração suficiente para pagar o aluguel, os estudos, alimentação e ao mesmo tempo, que eu pudesse trabalhar no turno da tarde e da noite para poder estudar pela manhã. Desde o início do trabalho notei que haviam poucos diálogos sobre o sindicato, muitas vezes nem mencionado ou conhecido pelos colegas de profissão. Na minha experiência como vendedora percebi a precarização deste trabalho, com um profundo discurso meritocrático com forte cultura da empresa, onde os trabalhadores “vestem a camisa” da empresa e aliado a isso grande proximidade com os patrões que reafirmam essa cultura.

Uma estrutura comercial que fica aberta em média 78h semanais, incluindo domingos e feriados, que acolhe milhares de trabalhadores (apenas no shopping Palladium no bairro Portão em Curitiba, existem aproximadamente 4500 funcionários nas lojas), não apresenta uma entidade forte para proteger esses trabalhadores, deixando-os a mercê dos patrões, que regulam e inserem uma ideologia individualista e competitiva.

Em uma conjuntura de falta de perspectiva política, falta de emprego e vindo de uma categoria que depende do volume de vendas para melhorar o salário. Procuro identificar quais ações o Sindshopping construiu com os trabalhadores nos últimos anos e qual a relação entre sindicato e trabalhadores? Por último, quais as contradições que encontramos entre a ação sindical fraca e a alta fragmentação dos trabalhadores que dificulta uma ação coletiva.

O trabalho de conclusão de curso foi realizado com base nesses questionamentos e análises. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, todas realizadas pela autora, com vinte e cinco trabalhadores divididos em quatro shoppings de Curitiba (Shopping Palladium, Shopping Cidade, Shopping Estação e Polloshop Alto

² SILVA, I. **A ação sindical e a precarização do trabalho: o caso dos Shoppings Centers.** Monografia (graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, p. 94. 2018.

da XV), durante o período de março a junho de 2018. A escolha dos shoppings foi baseada pela localização, sendo o shopping Palladium e Cidade localizados em bairros mais distantes do centro e shopping Estação e Polloshop mais próximos do centro de Curitiba. Também foi realizada uma entrevista com a presidente do Sindshopping (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Estabelecidas em Shopping Centers de Curitiba) e uma entrevista com o representante político do SINDICOM (Sindicato dos Empregados do Comércio de Curitiba), ambos em março de 2018.

Para poder compreender melhor a ação sindical dessa categoria, realizamos um resgate histórico sobre a reestruturação produtiva ocorrida nos anos 1990. Analisando a abertura comercial proposta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que aumentou a flexibilização do trabalho, intensificando as jornadas e aumentando a concorrência por emprego. Gerando um aumento no número de empregos no comércio.

A mudança no mundo do trabalho: flexibilização e precarização

Segundo Rodrigues (2009) a Constituição Federal de 1937, considerou os sindicatos como órgãos do Estado, ou seja, como uma entidade corporativista. O autor explica em sua tese, que o corporativismo é uma prática onde o Estado regula as associações para manter a “harmonia” entre as partes. Esse intervencionismo estatal, capitaneado por Getúlio Vargas, fez com que os sindicatos diminuíssem as práticas mais combativas e se caracterizassem com cunho mais assistencialista, como mostra Lima:

Tais sindicatos caracterizavam-se como entidades de cunho assistencialista, com procedimentos que levaram a um esvaziamento dos sindicatos que perdiam legitimidade na representação. Esvaziamento que o governo tentou contornar instituindo inovações nas funções dos sindicatos, a fim de torná-los atrativos para a massa de trabalhadores. Criou cooperativas de crédito e consumo, de escolas, assistência médica, entre outros serviços para os legalmente sindicalizados. (LIMA, 2006. p. 36).

É importante entendermos como os sindicatos têm sido enfraquecidos por políticas externas e regulamentos que dificultam uma tomada de decisão e autonomia.

Desde o princípio da organização sindical até o chamado “novo sindicalismo” (Cardoso, 1999), que revolucionou o mecanismo de luta sindical diante da globalização, nascido durante as greves de 1978, no ABC paulista.

A década de 1990 trouxe o plano de abertura comercial e privatizações, esse cenário transformou o mercado de trabalho em um contexto altamente precarizado e necessitando de maior proteção. Também trouxe alta taxa de desemprego e o discurso da competitividade, favorecendo a implantação da reestruturação e incorporação de novos padrões produtivos nas empresas. Assim, o sindicalismo nacional passou por uma reorganização de práticas, culminando na diminuição de sua presença no cenário nacional. Segundo Alves (2009),

Desde o início da década de 1990, os grandes empresários privados, acompanhando a ofensiva neoliberal no plano da gestão macroeconômica e reorganização patrimonial do Estado brasileiro (com a privatização das empresas estatais e abertura das Reformas do Estado: Reforma da Previdência, Reforma Administrativa, Reforma Tributária, etc., agenda política que percorria a era neoliberal), promovem uma importante ofensiva nas negociações coletivas de trabalho que atinge o metabolismo social da luta sindical classista. A nova postura do grande capital é descentralizar o processo de negociação e flexibilizar os conteúdos dos acordos e convenções coletivas de trabalho. (CAPPA, 2000, apud ALVES, 2009, p. 190, 191).

No cenário empregado na década de 90 a taxa de desemprego na indústria diminuiu, porém aumentaram consideravelmente os empregos no setor do comércio (NERI, M., CAMARGO, J. M., REIS, M. C, 2000). Com o aumento do emprego no setor do comércio e o sindicato dos comerciários enfraquecido, analisa-se a existência de uma categoria com fraca defesa e atitude combativa, tornando-se um setor altamente precarizado. Patrícia Trópia (2000) mostra em sua pesquisa sobre a posição de retaguarda e conservadorismo do sindicato dos comerciários, que mesmo com a grande movimentação grevista observada na década de 80 até início dos anos 90, alguns setores continuavam à margem do movimento sindical.

Historicamente temos um setor com falha de representação sindical na área comercial, ao mesmo tempo em que grande parte dos trabalhadores tem uma tendência antissindical: são jovens, com baixa escolaridade, alta fragmentação (poucos funcionários em cada empresa e grande quantidade de lojas) e alta rotatividade, pois os

trabalhadores costumam trocar de loja constantemente, tendendo a pouca movimentação da classe. Patrícia Trópia (2000) mostra que essa situação de trabalho se apresenta como um lugar de conflito entre comerciários e de reprodução da ideologia pequeno-burguesa, isto é, marcado pelo discurso meritocrático e com tendências antissindicais (TRÓPIA, 2000).

O shopping é totalmente pensado para incentivar a visitação, abrangendo setores como a segurança, controle climático, conforto e praticidade, seguindo as regras do mercado. Um resultado tecnológico e comercial de uma sociedade capitalista e a expressão cultural das suas práticas sociais, os shoppings são projetados para dar segurança e conforto aos frequentadores, sendo uma estrutura que abrange todos os setores necessários: loja de roupas, sapatos, bolsas, farmácia, conveniência, eletrônicos, serviços, bancos, ou seja, uma recriação da cidade limpa, protegida e organizada. Assim:

O mundo (re) construído dentro de um Shopping Center representa uma realidade socialmente compartilhada, onde a interação dos agentes faz surgir um instrumento urbano único, salvador e irreal. Esse “mundo irreal” obtém vantagem competitiva sobre o tradicional comércio de rua à medida que oferece diversos valores agregados ao consumo dos produtos e dos serviços no seu espaço interior, como shows, sorteios, segurança, espaços climatizados, etc. Eles, os Shoppings, revelam a sua experiência do “novo” através da sua “modernidade”, sobrepondo-se ao “velho” das antigas experiências urbanas. (LENGER e CAVEDON, apud TOMAZINI, T.; MACÊDO, K. B. 2010, p. 18).

O Shopping Center e a representação sindical

A representação sindical dentro do shopping mostra-se necessária visto que há uma alta taxa de irregularidades, entre eles: carga horária dependente do fluxo de clientes (podendo ultrapassar 12h diárias), atraso no pagamento, falta de pagamento de horas extras, múltiplas funções, organização de vitrine, controle de estoque, limpeza e caixa, como analisaremos nos próximos tópicos, além da extensa jornada de trabalho (trabalho em escala 6x1, incluindo domingos e feriados). Diante disso, vemos a necessidade de um sindicato forte que consiga representar e defender os direitos dessa categoria, para melhorar as condições de trabalho, mas encontramos um sindicato fraco, que parece pouco dialogar com sua base.

Para análise contamos com uma entrevista semi-estruturada com a Presidente do SINDSHOPPING³, e com o assessor político do SINDICOM. Nessa última entrevista foi indagado o motivo do Sindicato dos Comerciários não representar os trabalhadores do shopping, a hipótese era de que essa divisão de representação era uma das causas na precarização do trabalho no shopping. A entrevista com o SINDICOM foi essencial na análise do trabalho, pois possibilitou entendimento da quebra de representação sindical, entre trabalhadores do comércio em geral (rua, galerias, etc.) e dos trabalhadores de shoppings centers. Segundo o entrevistado do SINDICOM, o sindicato dos comerciários sempre representou os trabalhadores de shoppings, porém a briga pela abertura aos domingos e feriados causou a quebra de representação. Segundo fala do entrevistado do SINDICOM:

Quando foi iniciada a construção do Shopping Mueller, na década de 1980, o discurso era do progresso. Uma instituição comerciária que geraria empregos para estudantes e pessoas de mais idade, mas isso estava bonito só no papel. Assim que o Shopping Mueller abriu, o regime que se encontrava era de análoga à escravidão, trabalhadores comerciários que trabalhavam 10 até 12 horas diretas. (Entrevista com assessor político sindical, em 10 mar 2018).

Trata-se de uma divisão na base que provoca efeitos na capacidade de luta da categoria, visto que o princípio da solidariedade e coletividade é elemento central para a ação coletiva. A rachadura na base sindical, a partir da criação de um sindicato que regulamenta os trabalhadores de shopping especificamente, ao que parece, foi um dos fatores que possibilitou a grande flexibilidade nas jornadas de trabalho.

Pela entrevista com o SINDICOM foi levantada a hipótese de que o SINDSHOPPING foi criado por donos de lojas, que compreenderam a necessidade de abrir aos domingos e feriados e resolveram liderar o sindicato, isso nos ajuda a compreender o motivo deste sindicato ter um histórico tão afastado da base e com tendências conservadoras e assistencialistas. É um sindicato que ainda não possui código sindical⁴ e justifica por isso o afastamento da categoria.

³ SINDSHOPPING. Página Inicial. Disponível em: <http://sindshopping.com.br/> Acesso em 10/10/2018.

⁴ O Código Sindical é uma sequência numérica que permite as entidades sindicais a emissão das guias de recolhimento e o recebimento dos valores pagos a título de Contribuição Sindical pelas

Nas entrevistas, percebe-se que, ao mesmo tempo em que há um sindicato enfraquecido e historicamente longe de sua categoria, temos, de outro lado, trabalhadores que não se aproximam do sindicato, pois concebem suas relações de trabalho como relações pessoais e as desigualdades de resultados como mérito pessoal, gerando uma disputa interna entre os vendedores. Essa categoria, portanto, submete-se a ideologia da meritocracia e revela a hierarquia como um fator natural, resultado do esforço individual. O trabalhador percebe-se como responsável pelo andamento da empresa, quase como um “sócio”, gerando um pensamento individualista e meritocrático.

Pela entrevista realizada com a presidente do SINDSHOPPING, o motivo do afastamento do sindicato é justificado pela falta de apoio dos próprios trabalhadores, informando que poucas vezes o sindicato é procurado e somente possui movimento no momento da entrega da carta de oposição ao desconto da contribuição sindical. Porém, o sindicato mostrou-se pouco disposto a estreitar os laços com a base, sempre se justificando pela falta de dinheiro ou pela falta de apoio dos trabalhadores, isso deixa o sindicato com uma força política fraca e deixa os trabalhadores ao arbítrio do patrão. Esse fato que enfraquece a ação coletiva em busca da melhoria das condições de trabalho, juntamente com a relação próxima entre patrões e empregados, faz com que a ação sindical, que já é reduzida, mantenha-se em um campo político de difícil atuação.

Muitas vezes, esses trabalhadores absorvem a cultura da empresa em que trabalham, cultura essa definida por Aktouf (apud Bridi, 2008), como as normas aprendidas e socializadas por membros da organização que molda o pensar e o agir do trabalhador. Essa ideologia é uma forma de domínio do patrão com o objetivo de conseguir maior lucro, forjando uma identidade do trabalhador com a empresa. (BRIDI, 2008). Portanto, uma ação mais estrutural visando atingir um bem comum, alterando as condições gerais de trabalho, torna-se quase impossível.

A repressão à ação coletiva, o poder quase ilimitado dos empregadores para demitir e contratar, a ampla descentralização das negociações, a abrangência

empresas e empregados. Atualmente o SindShopping já possui o código sindical, informado na página inicial do site.

limitada e hierarquizada das instituições do trabalho, os baixos rendimentos, foram responsáveis por um padrão de desenvolvimento subordinado e com fraco poder distributivo. No interior das empresas, por seu turno, com os trabalhadores sem representação nos locais de trabalho, predominavam as formas predatórias, pessoais e autoritárias de gestão (COSTA, M; MOREL, C; FERREIRA, M. & BRANDÃO, R. 2006, p.133).

Condições de trabalho no shopping

No shopping temos um perfil de trabalhadores tradicionalmente marcados pela baixa qualificação e pelos baixos salários, assim como pela alta rotatividade, utilizados pelos empresários para baratear e disciplinar os trabalhadores. Uma pesquisa feita pelo DIEESE (2000) mostrou que cerca de 40% da força de trabalho no comércio permanece empregada em um período inferior a um ano, assim como crescem anualmente os regimes de contratos temporários que também barateiam os custos do trabalho, diminuindo assim, os contratos com carteira assinada e por tempo indeterminado. Esses fatos se igualam também no caso dos trabalhadores de shopping. Os depoimentos dos trabalhadores entrevistados comprovam que, em sua maioria, eles permanecem na área do comércio por alguns anos, porém mudam constantemente de empresa.

O efeito desse tipo de trabalho é o desgaste físico e emocional, consequência da alta carga de trabalho, da constante necessidade de provar um bom desempenho comparado "ao outro", aliado à extensa jornada, incluindo domingos e feriados. Outro fator que identificamos nas entrevistas é a constância de empresas que mantêm seus quadros de funcionários enxutos, conforme o relato de uma vendedora:

Há alguns anos a gente trabalhava em quatro na loja, uma pessoa abria, outra chegava no intermediário e duas ficavam até fechar a loja. Era tranquilo, apesar que tinha muita briga por venda, mas ninguém precisava dobrar⁵ ou ficar horas a mais. De um tempo pra cá, o patrão demitiu todo mundo a gente está em duas só, uma que abre e eu fecho. Quando uma folga normalmente a outra dobra, fim de semana também é normal dobrar. Fora que ninguém pode ficar doente né, se não eles acham ruim. Não falam nada, mas a gente sabe que acham ruim. (Vendedora. Entrevista realizada em 25 de abr. 2018).

⁵ O termo dobrar se refere ao costume de entrar no shopping no horário de abertura e sair apenas no fechamento, ou seja, trabalhar durante as 12h em que o shopping permanece aberto.

O quadro 1 mostra o perfil desse trabalhador, no que se refere ao sexo, idade, estado civil e escolarização.

QUADRO 1 – PERFIL DOS TRABALHADORES DE ACORDO COM AS ENTREVISTAS

Entrevistado	Shopping	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade
Entrevista 1	Palladium	Masculino	20	Solteiro	EM ⁶ incompleto
Entrevista 2	Palladium	Masculino	26	Casado	EM Completo
Entrevista 3	Palladium	Feminino	23	Casada	EM completo
Entrevista 4	Palladium	Feminino	22	Solteira	EM completo
Entrevista 5	Palladium	Feminino	25	Solteira	EM completo
Entrevista 6	Palladium	Masculino	32	Solteiro	ES Incompleto
Entrevista 7	Cidade	Masculino	23	Solteiro	EM incompleto
Entrevista 8	Cidade	Feminino	20	Solteira	ES incompleto
Entrevista 9	Cidade	Masculino	40	Solteiro	EM incompleto
Entrevista 10	Cidade	Masculino	24	Casado	EM incompleto
Entrevista 11	Cidade	Masculino	20	Casado	EM completo
Entrevista 12	Cidade	Feminino	36	Casada	ES Incompleto
Entrevista 13	Cidade	Feminino	19	Solteira	EM Completo
Entrevista 14	Cidade	Feminino	25	Solteira	ES incompleto
Entrevista 15	Estação	Feminino	30	Casada	EM incompleto

⁶ EM: Ensino Médio

Entrevista 16	Estação	Femini no	25	Solteira	EM Incompleto
Entrevista 17	Estação	Femini no	20	Solteira	EM completo
Entrevista 18	Estação	Mascul ino	27	Solteiro	EM completo
Entrevista 19	Estação	Femini no	25	Solteira	EM completo
Entrevista 20	Estação	Mascul ino	21	Solteiro	EM completo
Entrevista 21	Mueller	Mascul ino	32	Casado	ES Incompleto
Entrevista 22	Mueller	Femini no	18	Solteira	EM completo
Entrevista 23	Mueller	Femini no	35	Casado	EM Incompleto
Entrevista 24	Mueller	Mascul ino	25	Solteiro	EM incompleto
Entrevista 25	Mueller	Femini no	20	Solteira	EM completo

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Elaboração: BINO, 2018.

Pela tabela podemos analisar a baixa escolarização, visto que oito dos 25 entrevistados não possuem o ensino médio completo, mesmo tendo como exigência de contratação a escolarização. Muitas lojas, apesar de exigirem o ensino médio completo, acabam por contratar via indicação de amigos ou outros donos de lojas, também por observação de vendedores de outras lojas. Essa forma de contratação via observação é comum dentro do shopping, durante minha experiência como vendedora de shopping, por diversas vezes observei gerentes ou proprietários de lojas “recrutando” trabalhadores de outras lojas por terem o “dom da venda”, vendedores que possuem grande facilidade de vender e realizam esse serviço com sucesso. Portanto, vemos que não há muita exigência em relação a escolarização para contratação de um funcionário, mas sim de qualificação de atributos pessoais, como simpatia, capacidade de trabalhar em equipe, boa fala e postura, facilidade de aprendizado e principalmente envolvimento com a empresa.

Outra característica marcante nesses trabalhadores é o fator de idade, grande parte desses trabalhadores está abaixo dos 35 anos, como mostra a tabela acima. O comércio sempre foi considerado a porta de entrada para o mercado de trabalho, sendo um dos principais setores econômicos para absorver essa população. Uma pesquisa do DIEESE (2009)⁷ mostra que em 2008, aproximadamente 25% do total de empregados desse setor tinham entre 16 e 24 anos. Alguns fatores a serem considerados são a possibilidade de inserção sem precisar de especialização e o não requerimento de experiência anterior, além da baixa remuneração.

Muitos trabalhadores justificaram a procura pelo horário de trabalho, por ser bastante flexível, sendo possível trabalhar e realizar outras atividades como cursos, faculdade, etc. Porém, verificamos que, em geral, esses trabalhadores abandonam seus estudos ou tem grande dificuldade de prosseguir devido a intensa jornada de trabalho, levando a uma baixa qualificação.

Essa análise da qualificação é interessante, pois podemos observar, no próximo quadro, que devido à baixa qualificação desses trabalhadores e a facilidade de passar de loja em loja trabalhando, os trabalhadores entram nesse ramo e permanecem por vários anos. Apesar de existir uma grande rotatividade dentro do shopping, existe uma lógica de ficar “pulando” de loja em loja, gerando pouca estabilidade dentro das empresas, mas com larga experiência em vendas, como mostra no quadro a seguir:

QUADRO 2 – TRAJETÓRIA DOS TRABALHADORES DE ACORDO COM AS ENTREVISTAS

Entrevistado	Shopping	Função	Tempo na empresa	Tempo em shoppings	Registro em carteira	Registrado em todas as empresas
Entrevista 1	Palladium	Vendedor	6 meses	2 anos	Sim	Sim
Entrevista 2	Palladium	Vendedor	8 anos	8 anos	Sim	Sim
Entrevista 3	Palladium	Caixa	1 ano e meio	2 anos	Sim	Não
Entrevista 4	Palladium	Caixa	7 meses	3 anos	Sim	Não
Entrevista 5	Palladium	Vendedora	2 meses	5 anos	Sim	Sim
Entrevista 6	Palladium	Gerente	5 anos	5 anos	Sim	Sim

⁷ DIEESE. **O jovem comerciário: trabalho e estudo**. Ano I, nº 3, maio de 2009. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2009/2009pedjovenscomerciario.pdf> acessado em 26/10/2018.

Entrevista 7	Cidade	Vendedor	3 anos	5 anos	Sim	Sim
Entrevista 8	Cidade	Subgerente	5 meses	2 anos	Sim	Sim
Entrevista 9	Cidade	Gerente	4 anos	8 anos	Sim	Sim
Entrevista 10	Cidade	Caixa	8 meses	2 anos	Sim	Não
Entrevista 11	Cidade	Vendedor	2 anos	4 anos	Sim	Não
Entrevista 12	Cidade	Vendedora	5 anos	5 anos	Sim	Sim
Entrevista 13	Cidade	Vendedora	2 meses	1 ano	Não	Não
Entrevista 14	Cidade	Vendedora	3 anos	3 anos	Sim	Sim
Entrevista 15	Estação	Vendedora	3 anos	10 anos	Sim	Não
Entrevista 16	Estação	Gerente	4 anos	5 anos	Sim	Sim
Entrevista 17	Estação	Vendedora	6 meses	2 anos	Sim	Sim
Entrevista 18	Estação	Vendedor	3 anos	5 anos	Sim	Sim
Entrevista 19	Estação	Vendedora	1 ano	3 anos	Sim	Sim
Entrevista 20	Estação	Vendedor	1 ano	1 ano	Sim	Sim
Entrevista 21	Mueller	Gerente	3 anos	3 anos	Sim	Sim
Entrevista 22	Mueller	Vendedora	3 meses	3 meses	Não	Não
Entrevista 23	Mueller	Subgerente	5 anos	8 anos	Sim	Sim
Entrevista 24	Mueller	Gerente	3 anos	5 anos	Sim	Sim
Entrevista 25	Mueller	Vendedora	1 ano	1 ano	Sim	Sim

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Elaboração: BINO, 2018.

Nessa tabela observamos um fator importante que direcionou nossa hipótese: o sindicato tem uma atividade afastada da base, quando vemos que alguns trabalhadores ainda estão contratados sem registro em carteira, mostrando que o shopping não possui supervisão adequada. A falta do registro em carteira desencadeia perda de direitos e de segurança ao trabalhador, como atraso na aposentadoria e recolhimento do Fundo de Garantia (FGTS).

Outra problemática são os contratos, no shopping é comum encontrarmos, principalmente em épocas de finais de ano, os contratos temporários. São possibilidades de contrato em que o empregador contrata um empregado por um período de tempo determinado, normalmente com o discurso de que se neste período o rendimento do trabalho for bom, existe chance de efetivação. Isto faz com que esses trabalhadores se dediquem muito mais do que o necessário para o trabalho com a esperança de uma efetivação, realizando mais horas de trabalho sem o devido pagamento, sem folgas e descansos. Outro fator que chama atenção no shopping é o período de experiência, onde as empresas mantêm por até 90 dias o empregado em

experiência para verificar a aptidão ao trabalho. Durante esse período é possível que se realize a rescisão contratual dentro do prazo de 90 dias sem que haja nenhum tipo de prejuízo ao empregador ou ao empregado, ambas as partes podem reincidir ao contrato sem o pagamento de multas. Sobre isso uma trabalhadora destacou:

Hoje eu estou há um ano aqui, mas trabalhei em duas lojas antes que me dispensaram logo após o contrato de experiência. Me falaram depois que eles (os patrões) sempre fazem isso, eles têm dois funcionários mais antigos fixos e o restante eles ficam trocando, sempre tem gente procurando mesmo. Eles contratam a pessoa, ela fica três meses ali e depois eles dispensam. Aí não pagam a multa, nem o aviso, a gente não pode sacar o FGTS, nada... A gente sai sem nada quase... Sai mais barato pra eles né? (Vendedora. Entrevista realizada em 28 de abr. 2018).

Esse fato caracteriza ainda mais a precariedade do trabalho no shopping, demonstrando que não há nenhum tipo de segurança ao trabalhador e gerando alta taxa de rotatividade de funcionários. A alta rotatividade do comércio é, portanto, mais um fator que dificulta a ação sindical aliado também ao baixo número de funcionários por empresas, gerando uma proximidade grande com o patrão.

A maior parte dos entrevistados revelou que apesar de gostarem do seu trabalho, não consideram aquilo como algo permanente e sim provisório. Essa falta de identidade com o trabalho e a individualidade leva esse trabalhador a perceber o trabalho como uma mera fonte de subsistência. A profissão de vendedor, caixa, gerente, não é percebida como uma opção de carreira e sim como algo temporário para a grande maioria. A organização desses trabalhadores dispostos a melhoria das condições de trabalho ou aliados a algum tipo de instituição como o sindicato, mesmo que este fosse propenso a ações mais concretas, é obstaculizada pela percepção de transitoriedade na atividade.

Para garantir os direitos dos trabalhadores temos as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT). Essas convenções ou contratos coletivos possuem a finalidade de complementar e regulamentar os contratos individuais, partindo-se do princípio que todo trabalhador, filiado ou não, deve ser representado por um sindicato que negocia as convenções anualmente, para toda categoria de profissionais de uma cidade (CAMARGO, 1996). Dentro do shopping temos a convenção coletiva de trabalho e não

o acordo coletivo⁸, o primeiro é resultado de um acordo entre entidades sindicais, a dos trabalhadores e a entidade sindical patronal. Enquanto um acordo coletivo é resultado de uma série de normas determinadas pela empresa e pela entidade sindical dos trabalhadores. Não existe hierarquia entre esses acordos.

Essas convenções estipulam condições mínimas de trabalho para os empregados, os contratos coletivos assegurados entre patrões e empregados devem seguir essas normas e possivelmente melhorá-las. O propósito é o de melhoria das condições de trabalho, conferir legitimidade às relações de produção, pacificação de controvérsias e conflitos e por último, geração de normas jurídicas e cláusulas obrigatórias. (DELGADO, 2006). A convenção coletiva desempenha o papel de suprir eventuais ausências nas regulamentações estatais que são específicas de cada categoria, como por exemplo, nesse caso a conferência de caixa. As convenções coletivas abrem espaço também para uma alta flexibilização, grande parte das normas estabelecidas em convenção são abertas a negociação e remetendo a possibilidade do mais forte, no caso a empresa, ser beneficiada em nome da eficiência.

O próximo quadro mostra as condições estabelecidas nas convenções coletivas de trabalho no período entre 2014 e 2018.

QUADRO 3 - CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NAS CONVENÇÕES COLETIVAS ENTRE O SINDICATO DOS TRABALHADORES E O SINDICATO PATRONAL. PERÍODO: 2014 A 2018.

Temas	Análise das Convenções Coletivas de 2014 a 2018*
Carga Horária de Trabalho	44h semanais, incluindo domingo e feriados. Nos domingos e feriados a jornada não pode ultrapassar 6h diárias. (Aberto à negociação caso deseje estender a jornada domingos e feriados).
Pagamento de Salário	Se pago em dinheiro deverá ocorrer antes do término da jornada entre 07h e 15h de segunda a sexta até o 5º dia útil. Caso não seja pago até esta data incidirá multa de 5% sobre o salário bruto.
Adicional Noturno	Pago 25% de adicional noturno aos funcionários que exercerem suas funções após às 22h.
Horas Extras	De segunda a sábado, primeiras 40h mensais: 50% de acréscimo sobre as horas normais. De segunda a sábado, para os excedentes de 40h mensais: 75% de

⁸SINTIGRACE. **Saiba a diferença entre acordo coletivo, convenção coletiva e dissídio coletivo de trabalho.** 07 de mar de 2013. Disponível em: <http://www.sintigrace.org.br/saiba-a-diferenca-entre-acordo-coletivo-convencao-coletiva-e-dissidio-coletivo-de-trabalho>. Acesso em: 01/11/2018.

	acréscimo. As horas não podem exceder 50h mensais e terão adicional de 100% nos domingos e feriados. Na impossibilidade de descanso intrajornada, a empresa deverá pagar o intervalo como hora extra.
Banco de Horas	Facultativo às empresas, desde que não exceda o período máximo de 120 dias e 10h diárias. As horas trabalhadas em domingos, feriados e período natalino não serão computadas como banco de horas.
Trabalho em feriados	Havendo interesse por parte da empresa em aberturas em feriados ou prorrogação nas vésperas, poderão acordar com o sindicato. Em período natalino poderão prorrogar o horário de segunda a domingo, no dia 24 de dezembro até as 18h.
Repouso Semanal	Concedido em qualquer dia da semana. Deverá coincidir, pelo menos uma vez em no máximo três semanas, com o domingo.
Conferência de Caixa	Será feita na presença do operador responsável, caso não seja possível, não terá responsabilidade por eventuais erros.
Jornada 12hs/36hs	Implementado jornada 12hs/36hs, exceto para as funções balconista e vendedor, será acordado de forma direta com o empregador. Neste regime não será pago hora extra mesmo se forem excedidas às 44h semanais, em face de compensação.

Fonte: Convenções Coletivas de Trabalho e termos aditivos de 2014 a 2018. Elaboração: BINO, 2018.

*Analisamos ano a ano as convenções, mas como possuem teor igual nos diversos anos analisados, descrevemos no quadro em uma única linha.

Na análise das convenções, destacamos o tempo no trabalho e sua relação com a carga horária regulamentada de 44h semanais, incluindo domingos e feriados. Apesar das horas regulamentadas o horário de trabalho é deixado a critério de cada dono de loja, que define entre 6h e 9h diárias. Dentro dessa lógica, os funcionários que trabalham 6h diárias durante a semana realizam mais horas aos sábados, por ser um dia de maior fluxo de clientes e vendas, assim cumprem às 44h semanais. Além das horas regulamentadas em contrato de trabalho, ainda encontramos funcionários que ultrapassam às 44h semanais, na lógica da acumulação de vendas. Essas horas acumuladas grande parte das vezes não são pagas nem reembolsadas em banco de horas, uma vez que são feitas “por escolha” do funcionário. Nas entrevistas verificamos que a maioria das lojas não realiza o pagamento de hora extra, porém pareceu haver grande interesse do funcionário em exceder sua jornada, pois assim aumentam suas vendas e conseqüentemente sua remuneração.

No quesito remuneração encontramos na CCT dois pisos salariais fixados, o normativo fixo, que é a garantia de valor mínimo somado a comissão sobre as vendas e

o piso comissionista. Este outro tipo é a remuneração do trabalho entregue em substituição ao salário-base, ou seja, o trabalhador receberá pelo serviço prestado e pela comissão, bonificações e extras. Caso o trabalhador não alcance vendas para assegurar o piso para comissionista o empregador deverá pagar-lhe o afixado em convenção para comissionista. A escolha pelo piso a ser seguido é acordado pela empresa que tem autonomia para escolher o piso que quer seguir.

A jornada de trabalho também já foi discutida por outros órgãos como o SINDICOM e o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Encontramos uma notícia no site do SINDICOM, que afirma a entrada na justiça, pelo Sindicato dos Comerciários de Curitiba, sobre um suposto ato abusivo pelo empresariado que abriu o shopping durante 32h interruptas no ano de 2006. (SINDICOM. Jornada de 32 horas em Shopping Centers vai à Justiça do Trabalho. Folha do Comerciário. Ano XXXIII – nº 158 – março 2016. Disponível em: <http://www.sindicom.org/site/noticias/folhao320063.asp>. Acesso em: 29/10/2018). A outra notícia é do site do Conjur de abril de 2013, que mostrou a notícia colocada no TST (Tribunal Superior do Trabalho) da obrigatoriedade dos shoppings a fiscalizarem a jornada de trabalho dos empregados dentro das lojas (CONJUR. Shopping é responsável por fiscalizar jornada de lojistas. Conjur, 30 de abr de 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-abr-30/shopping-responsavel-fiscalizar-jornada-empregados-lojistas>. Acesso em 29/10/2018). Krein (2013) analisa a extensa jornada de trabalho, fazendo uma relação com a jornada de finais de semana e feriados que prejudicam os trabalhadores, segundo ele:

não há evidências comprovadas de que se eleva o nível de emprego ou de remuneração. Em segundo lugar, os pequenos comerciantes, fora dos shoppings, tendem a perder mercado. Quem se beneficia são as grandes cadeias de lojas, hipermercados, shoppings e o consumidor. Enquanto os trabalhadores do comércio sofrem com a restrição do uso do seu tempo, os consumidores veem ampliados os horários que podem realizar suas compras. Inclusive, é interessante na pesquisa do Provar que os mais entusiastas da abertura do comércio aos domingos são os que têm melhor renda na sociedade. (KREIN, 2013, p. 233).

O horário de shopping, por ser de longas jornadas e abrir inclusive domingos e feriados, faz com que os trabalhadores não tenham tempo de estudar ou fazer outras atividades. Krein (2013) mostra que as jornadas aos domingos e feriados não possuem

quaisquer benefícios comprovados, porém prejudica profundamente os trabalhadores que deixam de ter horas de descanso e socialização. A busca de maior produtividade e competitividade, visto que as lojas de ruas não abrem aos domingos, trata-se de uma flexibilidade com benefícios somente a empresa, permitindo a intensificação nas vendas. A liberação do trabalho aos domingos foi implementada pelo governo Fernando Collor de Mello em 1990⁹, com a condição de negociação coletiva com o sindicato. Segundo Ângelo e Siqueira (2015), não há dados disponíveis que comprovem a tese de que a abertura aos domingos gere aumento nas vendas e no faturamento, nem dados comprovando o aumento no número de empregos. Para, além disso, temos o ponto de vista cultural e religioso, onde o domingo é reservado para o descanso e lazer. GORZ (2003), afirma que nesse movimento de tempo estendido no trabalho, estão prevalecendo os valores mercantis e individuais, fazendo com que a racionalidade se sobreponha as demais esferas da vida.

Por último temos o ponto de vista dos trabalhadores, nas entrevistas vemos que o trabalho aos domingos possui oposição da maior parte dos trabalhadores, que tem uma visão negativa sobre como ele é regulamentado, pois interfere na vida social e familiar. O trabalho aos domingos é um ponto fundamental na flexibilização desses trabalhadores, que beneficia somente um grupo social no contexto geral, que são os empregadores. Os trabalhadores, por outro lado, perdem seu direito de preservar o convívio familiar e social.

Outro fator que agrega nossa constatação de um sindicato fraco e afastado dos trabalhadores é a quantidade de patrões que não seguem o piso salarial. Oito dos 25 entrevistados disseram que não recebem o piso regulamentado e quatro disseram que não recebem o pagamento até o dia delimitado pela convenção. A baixa coesão entre trabalhadores dificulta a função do sindicato que não se atenta aos problemas enfrentados pela categoria. Por outro lado também temos trabalhadores que não reconhecem o sindicato como entidade de proteção e luta. Essa dificuldade é explicada por diversos fatores: a atividade comercial ser vista como algo provisório; alta rotatividade entre empresas; desconhecimento das leis trabalhistas e a descrença do sindicato como entidade política. É preciso, portanto, fortalecer o espaço da micro

⁹ MP n. 1539/97, convertida na Lei n. 10.101/00.

regulação e a aproximação entre sindicato e trabalhadores, desenvolvendo também um forte trabalho de base. Tendo um sindicato comprometido em melhorar as condições de trabalho e presentes nos locais de trabalho o que, aparentemente, não ocorre. Isto certamente seria um dos pontos de partida para uma mudança efetiva nas relações de poder nessa cultura autoritária dos lojistas e pouco aberta ao diálogo com os trabalhadores, que caracteriza essas relações de trabalho. (COSTA, 2002).

A reforma trabalhista e o shopping

Desde o dia 11 de novembro de 2017, novas mudanças nas leis trabalhistas entraram em vigor, ocorrendo profundas alterações nos ordenamentos jurídicos que regulam as relações trabalhistas desde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. A reforma trabalhista, por meio da lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017 e pela medida provisória 808, cria ou revoga mais de cem artigos e parágrafos da CLT. Um dos principais pontos da reforma é a introdução do Artigo 611-A, que afirma sobre os acordos coletivos terem prevalência sobre a lei, dizendo o seguinte:

Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: I – pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; II – banco de horas anual; III – intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas(...) (BRASIL. Lei no 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, 2017. Acesso em: 02 out 2018.).

Percebe-se que grande parte dos itens propostos, busca flexibilizar a jornada de trabalho e a remuneração e sobre a prevalência da negociação direta ao invés das leis. Isso faz com que o ministério da justiça não possa mais regular sobre o conteúdo dos acordos ou convenções, detendo-se apenas àqueles pontos onde não é passível de negociação como férias, segurança, licenças etc.

Desde sua entrada em vigor, surgiram debates mostrando infinitos problemas e destacando que a lei aprovada implicará em insegurança aos trabalhadores, resultando no maior poder discricionário dos patrões e prejudicando o trabalhador.

Analisando as condições do trabalho no shopping e sobre o funcionamento do sindicato representante, observamos as dificuldades de relação entre sindicato e base por diversos motivos, sejam eles o discurso meritocrático dos trabalhadores; a proximidade com o patrão; a fragmentação do trabalho e a extensa carga horária. Embora tenhamos observado tais problemas, que implicam em um distanciamento do sindicato da categoria, podemos prever que a reforma trabalhista traz ainda piores condições de trabalho, para uma categoria que já sofre diversas pressões e está afundada em um raciocínio individualista e meritocrático. Não ter nenhum órgão responsável por regulamentar e defender esses trabalhadores é abrir espaço para maior precarização do trabalho.

A reforma ataca diretamente os sindicatos, retirando seu financiamento e suas funções que eram regulamentadas, como obrigação de homologação com a presença do sindicato dos trabalhadores, acesso à assistência jurídica gratuita e a própria contribuição sindical. Indicando, portanto, que a finalidade é acabar com o movimento sindical, quebrando o elo existente entre a entidade sindical e as ações coletivas, facilitando a exploração dos trabalhadores. Segundo Carvalho (2017):

A total discricionariedade sobre demissões coletivas permitida pelo Artigo 477-A, aliada à possibilidade da existência de termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, tem gerado preocupações, visto que estimularia empregadores a não cumprir a legislação (ou mesmo o acordo), e, posteriormente, pressionarem sindicatos a forçar os trabalhadores a abrirem mão de direitos em troca de emprego. (Carvalho, 2017, p. 88).

Também para o sindicato a reforma trabalhista traz inúmeros problemas, principalmente no financiamento, onde retira a obrigação do desconto da contribuição que é a fonte de financiamento sindical. A ideia da reforma é retirar qualquer barreira que os sindicatos possam fazer e facilitar o poder discricionário dos patrões, outro exemplo disso é o ponto que estabelece a demissão coletiva sem a necessidade de intervenção sindical. Segundo Carvalho (2017), até então, a demissão coletiva só poderia ocorrer após negociação entre empresa e sindicato dos trabalhadores, a fim de atenuar a consequência dessas demissões. A partir da reforma é possível ocorrer sem essa intervenção sindical. Apesar de compreender os problemas enfrentados pelo

sindicato e a relação praticamente inexistente entre sindicato e trabalhadores, é importante que tenhamos ainda uma entidade representativa, seja ela como for, para ser possível uma futura mudança de ação ou maior representatividade. Porém, quando o Estado tenta barrar a própria existência dessa instituição não é possível enxergar uma melhora, mas é possível prevermos maior precarização.

Considerações finais

O objetivo da pesquisa foi analisar as condições de trabalho no shopping, no que se refere às jornadas, remuneração e contrato dos trabalhadores de shopping de Curitiba, também investigar como se concluem as ações sindicais do SINDSHOPPING, sindicato que representa esses trabalhadores. Ao longo da pesquisa compreendemos que o sindicato em questão não possui um histórico de luta e reivindicação, realizando papel apenas assistencialista e conservador.

A hipótese mais ampla, a partir dessa pesquisa, é a de que, sindicatos fracos, tradicionalmente afastados e muitas vezes dando mais representatividade aos patrões do que aos próprios trabalhadores. Num contexto de ampla competição e reestruturação das condições de trabalho, a jornada de trabalho dessa categoria vem sendo cada vez mais ampliada e a condição de trabalho precarizada. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores estão profundamente inseridos em uma cultura da empresa, em um discurso meritocrático e não buscam o sindicato para debater seus direitos.

Concluo, portanto, que encontramos uma contradição nas relações de trabalho. Essas relações são elásticas em sua maioria, não percebendo nenhum limite à jornada de trabalho ou atenção ao trabalho excedente. O patrão afirma seu direito quando procura prolongar a jornada de trabalho e transformar um dia de trabalho em dois. Assim, como previamente apontado por Marx (1975), ocorre uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei de troca de mercadorias. A exploração não é nada anormal, é um típico resultado do funcionamento regular do modo de produção capitalista.

Referências

ALMEIDA, Marilis Lemos de. **Comércio: perfil, reestruturação e tendências**. vol.18, n.61, 1997.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial**. Revista Katálysis, vol. 12, núm. 2, julho-diciembre, 2009.

BOITO, Jr. Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical, in A. Boito Jr. (Org). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo. Paz e Terra. 1991.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.442, de 01 mai 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452compilado.htm. Acesso em: 15 de jun 2018.

BRASIL. **Lei no 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Diário Oficial da União, Brasília, 2017. Acesso em: 02 out 2018.

BRIDI, Maria Aparecida. **Ação coletiva e comissões de trabalhadores em plantas flexíveis: o espaço da política**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil, 2008.

BRIDI, Maria Aparecida. **A Crise da Relação Salarial e o Sindicalismo em Tempos Neoliberais**. Revista CRH, Salvador, v. 1, n. 47, p. 293-308, 2006.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, S. S. **Uma visão geral sobre a reforma trabalhista**. Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 63. Brasília. IPEA, 2017.

COSTA, Márcia da Silva. **Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no brasil**. Rae-eletrônica. Ed. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol2-num2-2003/reestruturacao-productiva-sindicatos-flexibilizacao-relacoes-trabalho-n>. Acesso em: 15 de out 2018.

DAL ROSSO, Sadi – **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEDECCA, Claudio Salvatori. Reorganização das relações de trabalho no Brasil. A flexibilidade é a única alternativa? In: CARVALHO NETO, A. M.; CARVALHO, R. (Orgs.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT/PUC-MG, 1998, p.151-180.

DIEESE. **A reestruturação produtiva no comércio**. Boletim DIEESE, jan-fev, 2000.

DIEESE. **O jovem comerciário: trabalho e estudo**. Ano I, no 3, maio de 2009. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2009/2009pedjovenscomerciario.pdf> acessado em 26/10/2018.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

MARX, K. **O capital. Crítica da economia política**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, livro 1, 1975.

MEDEIROS, C. A. Contrato coletivo e mercado de trabalho no Brasil. In: MATTOSO, J. et al. **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do Século**. São Paulo: Scritta, 1994.

NERI, M., CAMARGO, J. M., REIS, M. C. **Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 5, 2000. Acesso em 17/07/2018.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In BOITO, Jr. (org.), **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, Luis Eduardo. **Os empregados no Comércio de Juiz de fora e sua luta pelo descanso dominical (1880-1905)**. Anais do I Colóquio do LAHES. Laboratório de História Econômica e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala - Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil: 1889-1930 documentos**. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

POCHMANN, M. **A Década dos Mitos: O novo modelo econômico e a crise do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO, Roberta Guasti. **A negociação coletiva de trabalho e a (re) construção das relações de trabalho na sociedade contemporânea**. Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2012.

RAMALHO, José Ricardo. **Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje**. vol.43, n.4, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582000000400006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 jul. 2018.

REIN, José Dari. **Reforma no sistema de relações de trabalho no Brasil**. In: Emprego e desenvolvimento tecnológico. DIEESE/CESIT/UNICAMP, 1999.

RODRIGUES, Leôncio M. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

CONJUR. **Shopping é responsável por fiscalizar jornada de lojistas**. Conjur, 30 de abr de 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-abr-30/shopping-responsavel-fiscalizar-jornada-empregados-lojistas>. Acesso em 29/10/2018.

SILVA, I. **A ação sindical e a precarização do trabalho: o caso dos Shoppings Centers**. Monografia (graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, p. 94. 2018.

SINDICOM. **Jornada de 32 horas em Shopping Centers vai à Justiça do Trabalho**. Folha do Comerciário. Ano XXXIII – nº 158 – março 2016. Disponível em: <http://www.sindicom.org/site/noticias/folhao320063.asp>. Acesso em: 29/10/2018.

TOMAZINI, T.; MACÊDO, K. B. **As vivências dos trabalhadores de um shopping center em relação ao seu trabalho: uma abordagem psicodinâmica**. Revista Gestão Organizacional, v. 3, n. 2, art. 2, 2010.

TROPIA, Patrícia Vieira. **Minha vida, meu trabalho, nossas necessidades: condições de vida e de trabalho dos empregados no comércio de Uberlândia**, 2012, mimeo.

_____. **Classe média situação de trabalho e comportamento sindical: caso dos comerciários de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, IFHC/Unicamp, Campinas, 1994.

A antropologia frente às cotas raciais: notas sobre um debate entre intelectuais

Alexandre Plautz Lisboa¹

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

As cotas raciais no Ensino Superior brasileiro foram implementadas a partir do início da década de 2000, mediante a ação de diferentes atores sociais, dentre eles os grupos e organizações do movimento negro, e os cientistas sociais. Neste artigo, texto síntese do meu Trabalho de Conclusão de Curso, tenho por objetivo apresentar o debate que ocorreu no campo da antropologia acerca das cotas, marcado por fortes divergências entre os pesquisadores em um momento em que cabia aos próprios docentes implementar ou não uma política de reserva de vagas em suas universidades. A partir de uma revisão bibliográfica identifiquei aqueles que mais se envolveram com a discussão, separando-os em contrários e favoráveis, para então apresentar seus principais argumentos bem como as temáticas relacionadas à questão. Apesar da discussão ter extrapolado o ambiente universitário, os textos aqui analisados restringem-se a livros e artigos acadêmicos. Na tentativa de explicar os posicionamentos conflitantes, concluo apontando que os antropólogos partilham de noções distintas acerca do significado dos conceitos de raça e racismo, além de possuírem diferentes aproximações com o movimento negro.

Palavras chave: Cotas raciais; Antropologia; Debate; Relações raciais; Democracia racial.

Anthropology in the face of the racial quotas: notes on a debate between intellectuals

ABSTRACT

Racial quotas in Brazilian Higher Education were implemented from the early 2000s, through the action of different social actors, including black movement groups and organizations, and social scientists. In this article, a summary text of my Course Conclusion Paper, I aim to present the debate that took place in the field of anthropology about quotas, marked by strong divergences between researchers at a time when it was up to the teachers themselves to implement, or not, a university reservation policy. From a literature review I identified those who were most involved with the discussion, separating them into contrary and favorable, then present their main arguments as well as the issues related to racial quotas. Although the discussion has extrapolated the university ambience, the texts I analyze are restricted to books and academic articles. In an attempt to explain the conflicting positions, I conclude by pointing out that anthropologists share different notions about the meaning of the concepts of race and racism, and have different approaches to the black movement.

Keywords: Racial quotas; Anthropology; Debate; Race relations; Racial democracy.

¹ Licenciado em Ciências Sociais (Universidade Federal do Paraná), mestrando do Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFPR) e professor de sociologia da rede básica de ensino. E-mail: alex_plautz@yahoo.com.br

Para o bem ou para o mal, pesam sobre os estudantes de ciências sociais alguns estereótipos sobre o curso e suas finalidades. Militantes políticos, defensores dos movimentos sociais, partidários da esquerda, feministas, essas são apenas algumas das impressões que recorrentemente chegam aos nossos ouvidos sobre nós - e que são inclusive compartilhadas, ano após ano, pelos próprios calouros e veteranos nos trotes, nas piadas e nas músicas de chacota. Não foi diferente comigo.

Particularmente, antes de iniciar a graduação conheci em protestos e manifestações políticas alguns estudantes de ciências sociais, o que só reforçou meu imaginário sobre a estreita relação entre a ação política e a investigação acadêmica. Ademais, por conta de certas relações firmadas com integrantes do movimento negro curitibano, também antes da graduação, passei a ter uma nova postura e percepção sobre o racismo no Brasil. Uma das amizades havia sido justamente com uma aluna de Ciências Sociais, mulher negra e feminista, mais um motivo para imaginar a Reitoria, campus das Humanas da Universidade Federal do Paraná, como um oásis da atividade política e das lutas contra as desigualdades.

Diante disso, tamanha foi minha surpresa ao me deparar, logo no primeiro semestre do curso em uma disciplina de Antropologia, com três textos contrários à política de cotas raciais, escritos por professores de importantes universidades, defendendo alguns argumentos que, em última instância, julgava serem semelhantes aqueles presente nas discussões mais rasas e superficiais do cotidiano². Felizmente aquela surpresa, um tanto ingênua, reconheço, construída a partir de certos estereótipos e expectativas sobre o curso, foi combustível ao longo de toda a graduação para construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, monografia intitulada *Cotas raciais em debate: uma disputa antropológica sobre a reserva de vagas nas universidades*

² Os textos fazem parte do escopo de autores considerados importantes para o debate sobre as cotas, e serão analisados mais a frente. São eles: "Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB) (MAIO e SANTOS, 2005); Política de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas (MAGGIE, 2005) e As cotas raciais nos horizontes da antropologia: tréplica a dezoito comentaristas (MAIO e SANTOS, 2005b).

(LISBOA, 2018)³, apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Ciências Sociais.

Conforme fui percebendo ao longo do curso, mais do que se engajar politicamente contra as desigualdades ou um determinado problema, cabe ao estudante de ciências sociais investigar e compreender as diversas facetas da realidade social. Aqueles três textos, apesar de contrários às cotas, foram construídos mobilizando conceitos antropológicos e sociológicos, ancorados em teorias e perspectivas acadêmicas justificadas pelos autores, além de terem sido publicados em uma revista científica, de modo que os argumentos apresentados no debate não poderiam ser simplesmente menosprezados e classificados como equivocados. Os textos me mostraram uma série de novas questões em torno do debate sobre as cotas, de modo que aquela política que erroneamente para mim sempre tivera defesa unânime entre os cientistas sociais (estudantes e professores) logo se revelou uma enorme e polêmica *controvérsia pública* - termo cunhado por Campos (2012) para descrever o debate entre os cientistas sociais.

Em busca de compreender essa controvérsia, passei a estudar o debate sobre as cotas em atividades da Iniciação Científica (IC) durante dois anos⁴. No primeiro ano a tarefa consistiu em um levantamento bibliográfico da produção antropológica sobre as cotas raciais dos últimos 15 anos, buscando levantar os principais argumentos, conceitos e temas da problemática, além de identificar os protagonistas da discussão.

No segundo ano, após a separação dos pesquisadores em contrários e favoráveis, passei a analisar com mais atenção seus argumentos, apresentando a especificidade e os distanciamentos entre os grupos. As perguntas que mobilizaram meus esforços durante todo o processo foram as seguintes: quais foram os antropólogos que mais se envolveram com a discussão? De que forma atuaram seja para apoiar seja para criticar a política de cotas? Quais conceitos foram por eles

³ LISBOA, Alexandre Plautz. Cotas raciais em debate: uma disputa antropológica sobre a reserva de vagas nas universidades. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

⁴A monografia foi resultado principalmente desses dois anos de IC, sob orientação do professor Marcos Silva da Silveira, do departamento de antropologia, o que explica seu recorte na área.

mobilizados? Sob quais perspectivas teóricas apoiavam-se? Qual foi o papel da antropologia na implementação das cotas?

Por fim, diante dos resultados da IC realizei uma análise crítica de dois elementos presentes na argumentação contrária às cotas: as chamadas leis racialistas e sua relação com o racismo, e o critério fenotípico como base de classificação racial. Por questões de espaço, deixo de apresentar aqui essa discussão, que merece ser melhor desenvolvida em outro momento.

Apresentada minha aproximação com objeto de investigação, tenho por objetivo neste artigo trazer de forma sintetizada as reflexões da minha monografia, que trata de uma análise acerca do debate entre antropólogas e antropólogos brasileiros sobre as cotas raciais no Ensino Superior. Prossigo com uma apresentação do contexto social e político prévio ao surgimento das cotas raciais no Brasil, que ajuda na compreensão dos elementos do debate, para em seguida apresentar, brevemente, os resultados da revisão de literatura da monografia e, finalmente, os antropólogos protagonistas do debate e seus argumentos.

As transformações da luta contra o racismo

Mesmo com uma história marcada pela escravidão, a existência do racismo no Brasil nem sempre foi consenso entre os pesquisadores brasileiros. Segundo Oracy Nogueira (2006), foi somente a partir dos resultados dos estudos patrocinados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)⁵, após a Segunda Guerra Mundial, que os cientistas sociais brasileiros convergiram nas conclusões de suas pesquisas quanto à existência do preconceito racial no Brasil. Esse foi o momento em que pela primeira vez seus depoimentos vieram "ao encontro e em reforço ao que, com base em sua própria experiência, já proclamavam, de um modo geral, os brasileiros de cor (NOGUEIRA, 2006, p. 291).

⁵ Após o fim da Segunda Guerra Mundial a UNESCO convidou diferentes cientistas sociais de todo o mundo para investigarem a dinâmica das relações raciais em diferentes países, com o objetivo de encontrar soluções que colocassem um fim ao racismo. Tais estudos viriam a revelar, ao longo da década de 1960, "as tensões entre o mito da democracia racial e o "racismo à brasileira"" (MAIO e SANTOS, 2005, p. 185).

A ideia de que no Brasil não havia racismo, de que as pessoas não se importavam com a cor ou raça em suas relações cotidianas, e de que o negro não teria barreiras raciais para ascender socialmente já fazia-se presente desde pelo menos as primeiras décadas do século XX, e por vezes era mobilizada, tanto por políticos como por intelectuais, com fins de comparação com a realidade racial de outros países, como os Estados Unidos. Neste, defendia-se, vigoravam o racismo e a segregação, mediante as Leis Jim Crow - implementadas em diversos estados do sul dos Estados Unidos e que impunham a divisão racial dos espaços públicos -, ao passo que o Brasil poderia ser descrito como uma verdadeira democracia racial, onde o negro não teria problemas de se integrar na sociedade ou de conviver com os brancos.

Vale a pena conhecer a história de um grupo de afroamericanos que fundou uma companhia de colonização e tentou obter terras brasileiras durante a política de incentivo do governo à imigração, na década de 1920, em busca de uma vida nova e tranquila longe do regime segregacionista de seu país, acreditando que o Brasil fosse uma nação sem racismo. Assim que o governo brasileiro soube que se tratavam de afroamericanos, sua vinda foi impedida (RAMOS, 1996, p. 64-65). Os motivos alegados pelas autoridades, bem como as reações de certos deputados na época contra a vinda do grupo, servem para mostrar os efeitos da ideia de democracia racial, sobretudo enquanto uma política oficial do Estado.⁶

Institucionalizada durante o governo Vargas e transformada em doutrina de política externa durante o regime militar (GUIMARÃES, 2016, p.97), a democracia racial passou a ser questionada e combatida pelo movimento negro a partir de outras frentes após o fim da ditadura militar. Nas décadas de 1970 e 1980 diferentes movimentos sociais se reorganizaram e passaram a pautar novas ações do Estado frente às inúmeras desigualdades que denunciavam. Alguns dos momentos importantes dessa nova agenda política, referente ao movimento negro, foram

a reintrodução do quesito censitário de autodeclaração da cor no Censo de 1980; a provisão na Constituição de 1988 (...) do crime de racismo e de reconhecimento da propriedade coletiva das terras quilombolas; a criação da Fundação Palmares, em 22 de agosto de 1988, com a finalidade de preservação

⁶ Houve quem defendesse que o negro norte-americano traria o *ódio racial* para o Brasil, característico das relações entre brancos e negros daquele país (RAMOS, 1996, p. 64).

da arte e da cultura afro-brasileiras; a transformação do quesito censitário, em 1881, para *cor/raça* (...) (GUIMARÃES, 2016, p. 98-99).

Sendo assim, além da intenção de criar mecanismos que punissem práticas discriminatórias, as organizações do movimento negro preocuparam-se em abrir caminhos para a construção de uma identidade e senso de pertencimento étnico-racial da população negra brasileira - daí a transformação do quesito *cor* para *cor/raça*, sendo *raça* uma tentativa de abarcar aspectos culturais, sociais e políticos que pudessem unir os negros enquanto grupo populacional com história e demandas próprias⁷.

A retomada dos censos de autodeclaração serviriam futuramente para mostrar, através de dados e pesquisas produzidas a partir deles, as desigualdades sociais marcadas pela diferença racial em diversas áreas (como no acesso à educação e saúde), além de evidenciar a subrepresentatividade da população negra em certos espaços de poder, como nas próprias universidades⁸. Aos poucos, a partir de Guimarães (2016, p. 102), o foco no combate às discriminações raciais, por parte do movimento negro, passava para o combate às desigualdades raciais. E de que formas é possível enfrentá-las? O Estado passa a ser visto como ator fundamental nesse processo, após anos de ditadura militar e sua narrativa nacional de país mestiço e avesso ao racismo.

Fernando Henrique Cardoso fora o primeiro presidente a admitir a existência do racismo e das desigualdades raciais no Brasil, comprometendo-se diante do movimento negro, na Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, em 1995, a implementar políticas públicas para revertê-las - assim, vê-se um importante momento de mudança no posicionamento oficial do governo e do Estado frente à questão. As ações afirmativas - sendo as cotas raciais um de seus tipos possíveis⁹ - surgem como uma das medidas práticas para alterar esse quadro, passando a serem discutidas a nível governamental em 1996, quando Cardoso implementa o Grupo Interministerial de Trabalho da População Negra (GUIMARÃES, 2016, p. 102).

⁷ Os termos "povo negro" "população negra" "comunidade negra" aparecem também em momento posterior nessa nova relação das organizações políticas, sociais e culturais perante o Estado, a exemplo do I Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 1996).

⁸ Falar em comunidade, povo ou raça negra, branca, indígena, asiática não fazia sentido sob uma política de valorização da mestiçagem, da união do povo brasileiro em uma só nação, de modo que a coleta de dados étnico-raciais não fora tida como importante.

⁹ Sobre a diferença entre cotas raciais e ações afirmativas, e para uma história dessa política no Brasil em momento de seu nascimento, ver MOEHLECKE, 2002.

Por último, a Conferência Mundial contra o Racismo e Intolerâncias, ocorrida em Durban em 2001, e a necessidade de se levar um posicionamento da delegação brasileira demandou discussões e reuniões que mobilizaram diversos políticos, acadêmicos e militantes, tendo sido seu desfecho considerado positivo para a adoção de ações afirmativas (MAIO e SANTOS, 2005). Estes acontecimentos são importantes não só por revelarem o contexto anterior ao surgimento das cotas no Brasil - em cujo centro encontra-se o movimento negro e seus diversos atores -, mas também porque facilitam a compreensão do posicionamento dos antropólogos no debate.

A primeira experiência de cotas raciais no Brasil foi no estado do Rio de Janeiro, a partir da Lei 3.708/01, que previa a reserva de 40% das vagas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade do Norte Fluminense (UNEF) a pretos e pardos (RIO DE JANEIRO, 2001), passando a funcionar no ano de 2002. Deve-se notar, porém, que a maioria das universidades que contam hoje com um sistema de reserva de vagas, o tiveram a partir de discussões e debates internos, em seus respectivos órgãos deliberativos, como os Conselhos Universitários, por exemplo. Em respeito à autonomia universitária, e cedendo às forças partidárias presentes na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que tinham resistência às cotas raciais¹⁰, o Partido dos Trabalhadores não chegou a enviar nos primeiros anos em que esteve no governo nenhum projeto do Executivo sobre a questão das cotas, nem o fomentou no Legislativo (GUIMARÃES, 2016, p. 104).

Assim pode-se entender o lugar da antropologia - e de maneira geral de todos os pesquisadores e pesquisadoras das universidades públicas - no debate sobre as cotas, na medida em que coube aos estudantes, técnicos e, sobretudo, professores, criarem, ou não, uma política de reserva de vagas raciais em suas universidades, nos espaços deliberativos pertinentes a questão, diante de todo esse cenário nacional e internacional em que se debatiam as formas de discriminação e racismo presentes na

¹⁰Em 2012, após o STF ter julgado constitucional o modelo de cotas raciais da UnB após questionamento do Partido Democratas (DEM), a Andifes, em nota, classificou a decisão do STF como "equivocada", defendendo a exclusividade do critério de renda para a entrada na universidade, e não o racial - uma "obsessão importada". Ver: Cotas raciais, um erro. ANDIFES, 27 de abril de 2012. Acesso em 23/11/2018. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/cotas-raciais-um-erro/>>

sociedade bem como possíveis meios para eliminá-las. Isso porque a lei que atualmente garante a política de cotas em todas as universidades federais, a Lei 12.711/12 (BRASIL, 2012), foi aprovada apenas em 2012 - 10 anos depois da primeira experiência de reserva de vagas no Brasil.

Naquele ano 70% das universidades públicas do país já contavam com algum tipo ação afirmativa (GUIMARÃES, 2016, p. 94), cujos critérios variavam de instituição para instituição. O que essa lei fez, portanto, foi padronizar os critérios para reserva de vagas, além de obrigar sua implementação nas instituições e universidades federais que ainda não contavam com algum tipo de ação afirmativa. Tal lei prevê a reserva de 50% das vagas oferecidas por todos os institutos e universidades federais do país a candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas. Ainda, metade dessas vagas são reservadas a estudantes cujas famílias recebem menos de 1,5 salário mínimo e a outra metade àqueles cujas famílias recebem mais. Finalmente, uma parte dessas vagas é reservada a candidatos negros, cujo cálculo é feito a partir da proporção dessa população no estado da universidade em questão.

Portanto, atualmente, não basta ser negro para pleitear uma vaga de cotista racial, é preciso, antes, ter cursado todo o ensino médio em uma instituição pública. Isto é, um aluno negro que cursou um único ano do ensino médio numa escola particular já está impedido de disputar uma vaga como cotista a partir da Lei 12.711/12. Tal situação permite o questionamento: seriam portanto as cotas, hoje, realmente raciais, ou estaria a dimensão da raça subordinada a questão econômica? Sem querer antecipar algumas considerações, ao fim de todo o polêmico debate ocorrido, os argumentos contrários, neste ponto, parecem ter sido vitoriosos.

O debate a partir de outros olhares

O debate acerca das cotas raciais envolvendo cientistas sociais já fora objeto de estudo de outros pesquisadores, tendo cada autor e trabalho suas particularidades de recorte e interesse. A antropóloga Ana Lúcia E. F. Valente busca identificar exatamente o papel dos antropólogos no debate sobre as cotas (VALENTE, 2006), tomando como base os comentários daqueles que participaram da seção Espaço Aberto da Revista

Horizontes Antropológicos, volume 11, número 23¹¹, reservada ao debate sobre as cotas, e uma nota da Comissão de Relações Étnicas e Raciais (CRER) da Associação Brasileira de Antropologia, de maio de 2004, acerca da banca de verificação racial do processo seletivo da Universidade de Brasília (UnB).

Valente faz duras críticas aos cientistas sociais que assinam o artigo base para os demais comentários, e aos antropólogos que partilham do posicionamento contrário às cotas. Considera que em ambos os momentos houve uma *má vontade antropológica* na discussão das cotas raciais, e percebe:

incoerências nos posicionamentos [dos antropólogos], capazes de negar compromissos da antropologia; que se colocam na contramão de estudos realizados na interface com a educação; e não reconhecem negros como sujeitos da história, protagonistas dessa opção [pelas cotas raciais] e por ela responsáveis (VALENTE, 2006, p. 91).

A socióloga Karine Goss (2010) divide os intelectuais, sobretudo cientistas sociais, entre favoráveis e contrários às cotas, e elenca os principais temas que compõem a discussão: a questão da identidade nacional, do uso da categoria raça, a problemática do fenótipo *versus* genótipo e da relação entre ciência e raça. Como fonte de suas análises Goss elege artigos de opinião em jornais, falas no Senado e na Câmara além de textos em periódicos, todos de autoria daqueles que considerou os intelectuais que mais se envolveram no debate. A autora não se esquivou de apontar os protagonistas do debate, de modo que pautei-me também em seus resultados para a escolha do escopo de autores por mim analisados.

A partir de uma tipologia criada por Albert Hirschman, Goss identifica uma retórica progressista nos argumentos dos cientistas sociais favoráveis às cotas e uma retórica conservadora entre os contrários. Nesta última retórica Hirschman propõe três teses, as quais a autora demonstra estarem presentes na discussão das cotas: a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese da ameaça (GOSS, 2010, p. 29). Não tenho por objetivo apresentar de forma detalhada sua pesquisa, mas sua conclusão é bastante pertinente:

¹¹ A importância dessa edição da revista no debate sobre as cotas raciais entre os antropólogos ficará explícita nas próximas páginas.

A discussão sobre a implementação de cotas no Brasil provocou uma polêmica que desafiou de forma inusitada o campo acadêmico. Daí a necessidade de compreender melhor o funcionamento desse campo e a posição dos agentes que dele fazem parte. Apesar do campo científico possuir determinado grau de autonomia, percebe-se que as questões políticas o afetam diretamente, o que se torna ainda mais evidente nas ciências sociais (GOSS, 2010, p. 43).

Por último, o sociólogo Luiz Augusto Campos (2012) toma como objeto de estudo 85 artigos de opinião sobre as cotas publicados nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo no período de 2001 a 2007, escritos por cientistas sociais¹². Campos divide os pesquisadores entre favoráveis e contrários e classifica todos os textos a partir de um conjunto de variáveis que possibilitam decodificá-los estatisticamente, separando argumento por argumento e reenglobando-os em outras categorias, para fins analíticos.

Em sua análise, as 3 justificativas favoráveis que mais aparecem são: cotas corrigem injustiças; cotas reparam erros históricos; e cotas implicam o reconhecimento da diversidade. As três contrárias são: cotas racializam a nação e potencializam conflitos; cotas rompem com a igualdade como princípio; e que o problema da desigualdade é social, e não racial (CAMPOS, 2012). Também são identificadas e discutidas algumas temáticas envoltas no debate, como a miscigenação, a identidade nacional e o impacto das leis racializadas em um regime republicano. Uma das conclusões que vale ser ressaltada é a de que

a complexidade ambivalente da realidade nacional é vista ao mesmo tempo como origem do bem e fonte do mal, que por isso mesmo demanda uma solução urgente, ao mesmo tempo em que deve ser tratada com cautela. Nesse contexto, é sobre uma divisão entre um senso de urgência e uma postura cautelosa que as divergências entre os cientistas sociais se aumentam (CAMPOS, 2012, p. 70).

A partir desses trabalhos pude não apenas conhecer os principais temas que compõem o debate sobre as cotas como também confirmar quem foram os protagonistas do debate, na medida em que Goss (2010) e Campos (2012) também chegam a conclusões bastante semelhantes, separando-os em favoráveis e contrários.

¹² Como cientista social o autor considerou historiadores, geógrafos e economistas, além de antropólogos, sociólogos e cientistas políticos. Vale pontuar que o tema das cotas e as polêmicas envoltas foram amplamente coberto pela mídia.

Tive acesso aos argumentos que mais apareceram, sobretudo a partir de Campos (2012), além de conhecer interessantes envolvimento fora dos muros acadêmicos de alguns cientistas sociais, seja pela efetivação seja pelo impedimento da implementação das cotas no Brasil. O que diferencia Lisboa (2018) desses trabalhos é que na monografia a análise restringiu-se apenas sobre textos publicados em revistas ou livros acadêmicos (tendo centralidade os comentários na Revista Horizontes Antropológicos), de autoria de pesquisadores exclusivamente da antropologia, e apenas daqueles classificados como os protagonistas do debate.

Acerca dos critérios de eleição dos protagonistas do debate, que serão apresentados abaixo, vale ressaltar a entrega do manifesto *Todos têm direitos iguais na República Democrática* pela antropóloga Yvonne Maggie aos então presidentes da Câmara e Senado em 29 de junho de 2006, firmando um posicionamento contrário às cotas raciais assinado por mais de 100 pessoas, grande parte acadêmicos, em momento em que voltava-se a discutir o Estatuto da Igualdade Racial no Congresso Nacional¹³. Junto dela estavam a socióloga Bila Sorj e o militante José Carlos Miranda, do Movimento Negro Socialista¹⁴. Cinco dias depois outro manifesto foi entregue e apresentado ao Poder Legislativo, o *Manifesto em favor das cotas e do Estatuto da Igualdade Racial*, escrito por dois membros do movimento negro ligados à educação, e pelo antropólogo José Jorge de Carvalho.

No que se refere ao campo de atuação acadêmico ou universitário dos protagonistas, em 2007 é publicado o livro *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*, organizado por Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Ricardo Ventura Santos e Simone Monteiro (FRY et. al, 2007), composto por vários artigos, a maioria de opinião publicados em diferentes jornais, escrito por eles e outros pesquisadores contrários às cotas raciais e tecendo considerações sobre a problemática e temáticas correlatas. Ainda em 2005, do lado favorável, José Jorge de Carvalho publica o livro *Inclusão Étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no Ensino Superior* (CARVALHO, 2005), com diversos artigos contendo argumentos em defesa das cotas,

¹³ Conforme lembra Goss, o Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado em 2010, após 10 anos de tramitação no Congresso Nacional, porém sem a política de cotas (GOSS, 2010, p. 26, nota 4).

¹⁴ Este é um bom momento para pontuar que nem mesmo entre o movimento negro a proposta de cotas contou, desde sempre, com ampla defesa. Ver nota 14 em Lisboa (2018, p. 39).

além da íntegra da primeira proposta de reserva de vagas apresentada na Universidade de Brasília (UnB) por ele é Rita Laura Segato, ainda em 1999.

Peter Fry publica o livro *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral* (FRY, 2005), onde desenvolve seus argumentos acerca das diferenças entre a dinâmica racial de países como o Brasil, Moçambique e Zimbábue, e que conta com dois artigos especificamente sobre as cotas, sendo um deles escrito em conjunto com Maggie. Tanto Fry (2005) como Carvalho (2005) foram utilizados para a escrita da monografia. Tais textos foram objeto de análise para as conclusões da monografia.

Antes de apresentar os argumentos deve-se ter em mente que o grande momento da discussão entre os antropólogos deu-se a partir da publicação do artigo *Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)*, escrito pelo sociólogo Marcos Chor Maio e pelo antropólogo Ricardo Ventura Santos (MAIO; SANTOS, 2005), publicado pela revista *Horizontes Antropológicos*, n. 23 de janeiro-junho de 2005. Tal artigo compunha a seção Espaço Aberto da revista, que convidou pesquisadores de diferentes áreas e universidades a tecerem comentários acerca dos pontos trazidos por Maio e Santos, somando 18 comentários¹⁵. Após isso os autores escreveram uma tréplica, que também faz parte da sessão. Pode-se dizer que este foi o primeiro momento de debate acadêmico envolvendo pesquisadores de diferentes universidades sobre as cotas e temáticas correlatas. Foi basicamente pela análise do posicionamento dos antropólogos que participaram desse debate que a monografia foi construída, além das outras referências já citadas acima.

Uma última informação importante é a de que a primeira universidade federal do país a contar com uma política de cotas raciais foi a Universidade de Brasília, em 2004, e isso graças ao envolvimento direto da antropóloga Rita Laura Segato e do antropólogo José Jorge de Carvalho, responsáveis por elaborar o primeiro projeto de

¹⁵Nas palavras dos editores "o interesse da *Horizontes Antropológicos* é estimular reflexões sobre as interfaces entre conhecimento científico e ação política, o papel de determinado campo disciplinar na definição de políticas públicas e suas implicações, o diálogo entre determinadas tradições disciplinares, entre outros temas abordados" (TEIXEIRA e STEIL, 2005, p. 180). Todos os antropólogos elegidos por mim como protagonistas participaram do debate.

cotas, ainda em 1999. Ambos os autores, bem como os que se opunham às cotas, realizaram inúmeras entrevistas e escreveram seus argumentos em artigos na imprensa, ou seja, participaram do processo de implementação em diferentes frentes. Isso também foi levado em consideração em sua classificação como protagonistas. Segue a apresentação dos argumentos contrários.

As cotas e seus potenciais perigos para o Brasil: os argumentos contrários

Os antropólogos que protagonizaram o debate apresentando argumentos contrários às cotas raciais foram Yvonne Maggie, Peter Fry, Marcos Chor Maio¹⁶ e Ricardo Ventura Santos. No artigo que inaugura o debate na *Horizontes*, Maio e Santos (2005) refletem sobre o sistema de cotas raciais adotado pela UnB e, mais especificamente, sobre os mecanismos elegidos pelos responsáveis pelo vestibular para identificar candidatos que pudessem fraudar o processo - candidatos brancos que viessem a disputar as vagas reservadas aos candidatos negros. Tais mecanismos foram a análise de fotografias dos candidatos cotistas e uma banca em que aqueles que tivessem sido rejeitados na primeira etapa deveriam comparecer. Não bastassem tais mecanismos, a polêmica ficaria ainda maior devido a presença de um sociólogo e um antropólogo nessa banca, que segundo Maio e Santos seriam os responsáveis por "monitorar e balizar o processo de classificação [racial], observando se este estaria em consonância com o que seria esperado a partir das evidências geradas pelas ciências sociais em sua longa tradição de estudos sobre raça e relações raciais no Brasil (MAIO e SANTOS, 2005, p. 197).¹⁷

Diante da questão da miscigenação, como analisar quem está apto a disputar a vaga de cotista (isto é, quem é negro) e quem não está? Os critérios elegidos pela UnB

¹⁶ Maio é sociólogo, porém preferi mantê-lo na análise devido ao seu forte envolvimento com a ala contrária seja na publicação conjunta de artigos e livros, seja pelo seu papel, junto de Ricardo Ventura Santos, nos rumos do debate antropológico.

¹⁷ Cabe pontuar que esse entendimento sobre o papel dos cientistas sociais na banca da UnB é exclusivo dos autores do artigo bem como dos que se manifestaram contrários às cotas, tendo sido questionado não somente pelos antropólogos favoráveis às cotas aqui analisados, como por outros pesquisadores que participaram da Sessão Aberta. Ver comentários de LIMA, 2005 e ANJOS, 2005 na *Horizontes*. A própria UnB nunca justificou a presença dos cientistas sociais na banca sob este argumento.

foram os fenotípicos (cor da pele, textura do cabelo, etc.), e não os de ascendência (como ter parentes ou antepassados negros). A partir disso, Maio e Santos atribuíram aos cientistas sociais daquela banca o papel de buscar *critérios objetivos* de definição racial, como se estivessem fazendo uma antropologia das raças característica do final do século XIX, o que abriu espaço para discussões sobre a relação entre a ciência, os saberes e práticas antropológicas, as políticas de Estado e as relações raciais. Grande parte da discussão girou, portanto, em torno da polêmica construída em cima das bancas, e não sobre a urgência ou não das cotas, sobre possíveis mecanismos de eliminar o racismo e as desigualdades raciais.

O significado do conceito de raça foi outro ponto da discussão. Maio e Santos negam a ideia de que existem raças humanas - branca, negra, indígena - defendendo a existência apenas da raça humana - que não deve ser dividida e classificada sobretudo a partir de características que eles chamam de biológicas - leia-se fenotípicas. Para eles,

os geneticistas¹⁸ colocam de forma incisiva que, no plano científico, a genética de populações constitui-se em um campo revestido da competência e autoridade para tratar da questão racial. Contudo, menos que atuar no sentido de reforçar a validação, é uma autoridade que esvazia as bases conceituais [do conceito de raça], uma vez que enfatiza que "raça" é um conceito que, do ponto de vista biológico, não se aplica à espécie humana (Maio e Santos, 2005, p. 205).

Dada a enorme miscigenação e conseqüente variabilidade genética identificada entre a população brasileira, e atribuindo aos estudos genéticos a legitimidade científica sobre o conceito de raça, os autores concluem que "os geneticistas secundarizam cientificamente quaisquer tentativas de classificação racial ou de definição de critérios de afro-descendência (biológica) através da morfologia" (MAIO e SANTOS, 2005, p. 205.), entendendo por morfologia os traços externos das pessoas, os fenótipos - exatamente o critério escolhido pela UnB. Ou seja, a banca, para eles, além de desrespeitar o princípio da autodeclaração, fazia um trabalho anti-científico, sendo classificada como um tribunal racial.

¹⁸ A presença de geneticistas e seus comentários na Seção Espaço Aberto da Horizontes Antropológicos merecem uma melhor atenção, que foi dada, em parte, no terceiro capítulo de Lisboa (2018), mas que exige um outro momento para ser melhor desenvolvida.

Em seu comentário Maggie (2005) também mostra-se preocupada com o que seria o fim da autodeclaração e com o papel dos cientistas sociais na banca, porém para ela o problema já estava em marcha anos antes, quando exigiu-se dos possíveis candidatos às cotas no vestibular das universidades estaduais do Rio de Janeiro, em 2002, que se autodeclarassem negros ou pardos *sob penas da lei*. Tal exigência significaria a entronização da raça em nosso país (MAGGIE, 2005, p.287), cuja história republicana jamais fora marcada por leis pautadas em raças, capazes de dividir a população brasileira em grupos estanques.

As cotas raciais, portanto, opor-se-iam ao sistema de classificação racial presente no Brasil, que é híbrido, flexível, flutuante, em que os brasileiros não sentem a necessidade de, ou até mesmo estranham, se classificar enquanto branco ou negro¹⁹ - preferindo uma miríade de termos dos mais diversos, como mulato, moreno, caboclo, lembrados por Peter Fry (2005b, p. 171). Seriam um ponto controverso na dinâmica das relações raciais, demandariam por parte do candidato a abdicação do pertencimento à raça humana em prol da raça branca, negra, indígena, etc. Operariam uma verdadeira reclassificação racial no país. Nas palavras de Maggie,

ou você é contra a ideia de "raça" e concorda que pertence à raça humana, ou você concorda que raças existem. Se elas existem e algumas são mais discriminadas que outras e merecem ou fazer jus, ou como justiça, há que se criar uma política especial para elas (MAGGIE, 2005, p.289-290).

A dinâmica da sociedade em que as pessoas podem transitar entre marcas ou até mesmo se pensar fora delas, característica do Brasil e defendida por Maggie e por Fry, foi resultado, para a autora, do modernismo, que "com todas as suas imperfeições lutou pela instituição de um outro paradigma no qual a "raça" não marcava indelevelmente os indivíduos (MAGGIE, 2005, p. 288). Peter Fry é quem elabora de forma mais detalhada esta dinâmica, e é concebendo-a enquanto positiva que constroi seus argumentos contrários às cotas raciais. Seu comentário na Horizontes é curto

¹⁹ Para defender tal argumento a autora relata o incômodo e estranhamento de estudantes de uma escola pública do Rio de Janeiro diante de uma questão em um formulário que pedia que eles se auto classificarem em alguma das categorias do Censo Demográfico: branco, preto, pardo, amarelo, indígena (Maggie, 2005, p. 287).

(FRY, 2005b), mas a partir do livro *A persistência da raça (2005)*²⁰ é possível compreender melhor as bases de posicionamento.

Tendo morado e lecionado em diferentes países da África e sendo pesquisador das relações raciais, saltou aos olhos de Peter Fry a singularidade do Brasil quando aqui chegou, terra cujas fronteiras de sexo, de tempo, lei, raça eram imprecisas, uma "sociedade em que a miscigenação tem sido intensa e na qual tem se desenvolvido uma taxonomia "racial" que, segundo um estudo, contém pelo menos 135 categorias²¹ (FRY, 2005, p. 50). Seriam essas as categorias "apagadas" ou suprimidas pela política de cotas raciais, já que esta parte de uma *lógica binária* de classificação racial, incompatível com o *estilo múltiplo* característico do Brasil (FRY, 2005, p. 194). O estilo binário é encontrado nos Estados Unidos e também em países africanos colonizados pelos ingleses, como o Zimbábue e a África do Sul, onde brancos e negros (ou africanos e ingleses) não convivem nos mesmos espaços sociais, seja em escolas, restaurantes, bairros - lembremos da África do Sul e a política do apartheid.

Nem segregados como a população do Zimbábue, mas nem tão assimilados como os moçambicanos (cuja história perpassa pela colonização portuguesa), os brasileiros desenvolveram "uma concatenação *sui generis* de tipos físicos e de formas culturais que é orgulhosamente exibida como a característica definidora da nação brasileira: a "democracia racial"." (FRY, 2005, p. 51). Fry diz ter ficado surpreso com a relativa homogeneidade cultural no Brasil e com a presença de símbolos africanos como símbolos da identidade nacional: "a herança africana não era apenas dos descendentes dos africanos, era de todo o Brasil (FRY, 2005, p. 27). Assim a política de cotas para os antropólogos que a contestaram representaria um risco ao Brasil, por incorporar essa lógica binária 'brancos-negros' cujos efeitos foram de dominação de intensificação das desigualdades nesses países. Por considerarem a crença em raças condição necessária para a existência do racismo (FRY e MAGGIE, 2004, p. 161), as cotas acarretariam no fortalecimento do racismo, pois consolidariam e institucionalizariam a crença em raças.

²⁰ O livro, composto de 11 capítulos, versa sobre diversas temáticas como da identidade nacional, das relações raciais em países de colonização inglesa e portuguesa, sendo os dois últimos capítulos especificamente sobre as cotas raciais, um deles escrito junto de Maggie.

²¹ Mulato, moreno, moreno claro, moreno escuro, caboclo, etc...

Assim, pode-se resumir os argumentos contrários às cotas nos seguintes pontos: a noção de raça é propulsora dos preconceitos raciais; o brasileiro não sente-se confortável em classificar a si e aos outros a partir da ideia de raça; o Estado brasileiro iria romper com sua história legislativa pós-república a-racial; definir quem é negro e quem não é é tarefa praticamente impossível no Brasil miscigenado; critérios fenotípicos de classificação racial são racistas e remontam a uma antropologia das raças.

As cotas como forma de combate ao racismo: os argumentos favoráveis

Só é possível entender o dissenso acerca das cotas raciais levando em consideração o diálogo entre as argumentações, e não tomando-as separadamente (CAMPOS, 2012, p. 61). Partindo disso e levando em consideração o contexto bastante delicado sobre o qual o debate dentro da antropologia fora posto pelos pesquisadores contrários, sobretudo na Horizontes, a argumentação de José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato assenta-se e contrapõem-se aos muitos pontos trazidos por Maio e Santos (2005) e compartilhados por Maggie e Fry.

Segato e Carvalho questionam o suposto papel do antropólogo perito racial na banca da UnB, ressaltando que no modelo de cotas elaborado por eles jamais fora proposta uma função como aquela. Na defesa pelas cotas Carvalho frequentemente faz um convite a todos os membros de sua área para reflexão acerca do perfil racial de suas instituições, e do papel de cada um no combate ao racismo, diante da baixa presença de pesquisadores negros nos programas de pós-graduação (CARVALHO, 2005, p. 237). Não é possível uma postura neutra por parte dos pesquisadores quanto a necessidade ou não das cotas, de modo que se ancorar em saberes revestidos pelo manto da ciência, sob o pretexto de neutralidade, descaracteriza a dimensão propriamente ética e política da política de cotas como uma forma de combater o racismo e suas consequências em nossa sociedade.

Para ele, a crítica às fotos "toma a implantação das cotas pelo final"(CARVALHO, 2005b, p.239), tendo sido esse mecanismo de combate aos possíveis fraudadores uma escolha de estudantes negros do Coletivo EnegreSer, envolvidos com

a implementação das cotas na UnB desde o início de sua discussão²². A luta do coletivo, para Carvalho, demanda introduzir o protagonismo negro no processo da implementação das cotas "não apenas "fora", como "movimento social", mas também como ator dentro das universidades" (Ibid, p. 243), dimensão que segundo ele fora desconsiderada por Maio e Santos.

Segato aponta para a enorme disparidade da reação da comunidade antropológica sobre a possibilidade de se definir critérios raciais objetivos, frente a reação das lideranças negras: os antropólogos foram os que mais se sentiram ofendidos é afetados por por ela (SEGATO, 2005, p. 279). A autora questiona a origem "dessa pressa súbita desses antropólogos de oferecer aos negros brasileiros sua proteção perante os males de um sistema de cotas que lhes abriam as portas da educação superior" (SEGATO, 2005, p. 279).

Um ponto bastante importante em seus comentários na Horizontes diz respeito a história das cotas raciais na UnB, ponto que, segundo Segato e Carvalho, não fora devidamente considerado por Maio e Santos. Trata-se de um episódio de conflito racial chamado de *Caso Ari*, que tem como centro Arivaldo Lima Alves, o primeiro doutorando negro do programa da UnB. Em 1998, logo no primeiro semestre do curso, Arivaldo foi reprovado numa disciplina obrigatória que o impediria de prosseguir seus estudos. Considerando a aprovação como injusta o estudante - com o apoio de José Jorge de Carvalho, seu orientador, e Rita Segato, coordenadora do Programa na época - foi às últimas instâncias da universidade para reverter sua nota, fato que ocorreu em 2000, quando o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) forçou o departamento a corrigir a nota e aprová-lo na disciplina (CARVALHO, 2005, p. 239-240).

Portanto, seria em resposta a exatamente esse episódio - que causou fortes atritos no departamento, já que a maioria dos colegas, segundo Carvalho, posicionou-se contra ele e seu orientando - que ele e Segato apresentaram uma proposta de cotas raciais para a instituição, ainda no ano de 1999. Nas palavras de Segato, "foi essa luta, de baixo pra cima, detonada por um caso ocorrido em 1998 e formalizada com a

²² A ONG Educafro, fortemente envolvida com o debate e implementação das cotas raciais, também defendeu a comissão e seus métodos.

primeira apresentação oficial da nossa proposta [de cotas] em 1999, que levou as cotas ao debate interno da universidade e ao debate nacional." (SEGATO, 2005, p. 276).

O desfecho dessa história é bastante significado, porém este configura como mais um dentre vários casos de discriminação racial nas universidades²³. Segundo Carvalho, o pensamento que os levou a redigir a proposta foi o seguinte, referindo-se a Arivaldo Lima: "se é tão difícil manter um único aluno negro na UnB, vamos propor um sistema de cotas, para que pelo menos alguns negros permaneçam." (CARVALHO, 2005b, p. 240).

Em relação à problemática dos fenótipos e dos genótipos, e sobre o significado do conceito de raça, Segato afasta a ascendência ou a quantidade e tipos de genes como critério para definir os sujeitos da política de cotas, apontando para a peculiaridade da dinâmica das relações raciais no Brasil. Para ela

o racismo à brasileira fala disto: de que determinados signos fenotípicos tomam seu significado de uma história de guerra, escravidão, e já neste século, sistemática exclusão, e que o que importam desses signos é somente seu impacto visual num código de leitura intensamente influenciado por essa história (SEGATO, 2005, p. 68).

O problema reside, portanto, não exatamente sobre os fenótipos, mas sim nos diferentes, e hierarquizantes, significados e valores a eles atribuídos, social e culturalmente. É como se o racismo limitasse a significação positiva dos fenótipos negros, associando a eles apenas valores negativos. A política de cotas raciais teria o potencial de transformar as bases da dinâmica racial e de nossas leituras desses signos, na medida em que mais alunos negros poderiam se formar e assumir posições de prestígio na sociedade com seu diploma²⁴. Para Segato

a pele negra é um signo ausente do texto visual geralmente associado ao poder, à autoridade e ao prestígio. A introdução desse signo modificará

²³ Segundo Carvalho "narrar minuciosamente exaustivamente os incidentes de discriminação racial é o único modo de de gerar um clima de discussão que estimule a formulação de propostas concretas de inclusão dos negros no meio acadêmico brasileiro." (CARVALHO, 2005, p. 87). Alguns incidentes são brevemente descritos nas páginas 85 e 86 da referência desta nota

²⁴ Já na primeira proposta, de 1999, as cotas foram apresentadas por Segato e Carvalho como "uma medida emergencial destinada a *acelerar a formação de uma elite acadêmica negra* capaz de contribuir com a formulação de novas políticas públicas que visem eliminar definitivamente o problema da desigualdade e da exclusão racial no Brasil" (CARVALHO, 2005, p. 46, grifos meus)

gradualmente a forma como olhamos e lemos a paisagem humana nos ambientes em que transitamos (SEGATO, 2006, p. 86).

Outro argumento favorável às cotas leva em conta o perfil racial das universidades brasileiras, que a despeito do grande contingente populacional negro do país, contavam com uma maioria esmagadora branca, tanto entre os discentes quanto os docentes. Em levantamento realizado à época por Carvalho em 13 universidades federais, a média de professores negros nas instituições foi de menos de 1% (CARVALHO, 2005, p. 93-94). Vale lembrar a demanda do movimento negro pela retomada dos censos de autodeclaração nos diferentes órgãos e instituições, tendo sido a UFBA a primeira universidade a acumular dados sistemáticos do perfil étnico-racial dos calouros, no ano de 1998²⁵ (Ibid p. 67).

Outros dados utilizados para embasar a defesa pelas cotas são aqueles de instituições como o IPEA. Após mais de 70 anos de censo, ao cruzar o marcador racial com indicadores como de renda, classe, emprego, escolaridade e região, pesquisadores concluíram que, no Brasil, pretos e pardos estão em desvantagem frente aos brancos, configurando a condição racial um privilégio para estes e uma desvantagem e exclusão para aqueles (CARVALHO, 2005, p. 26). Nos dados de 2001 e 2002, dos 25 milhões de brasileiros que viviam abaixo da linha da pobreza, 70% eram negros. Dos 58 milhões de brasileiros vivendo na pobreza, 63% eram negros (Ibid, p. 27).

Por último, Carvalho lembra da própria história das universidades brasileiras, criada por e para uma elite branca. Nem mesmo renomados cientistas sociais negros, que tinham como objeto de reflexão as relações raciais, conseguiram espaço enquanto professores no Ensino Superior, apesar de almejarem tal posto. Carvalho cita três casos, o de Guerreiro Ramos, Édison Carneiro e Clóvis Moura, e conclui que "o fato de que eles não puderam participar da história da nossa vida universitária deve ser lido como uma ação negativa, entendida como uma reação à possibilidade de uma integração do negro em cargos de prestígio social e econômico no país." (CARVALHO, 2005, p. 92).

²⁵ O pedido fora feito à Reitoria da UFBA pela pesquisadora Delcele Queiroz, que passou a estudar o perfil social e racial dos estudantes de outras universidades. A retomada deu-se não sem certa resistência por parte da administração, afinal, não estaria a pesquisadora "estimulando" conflitos raciais? (CARVALHO, 2005, p. 67)

Diante disso, os argumentos dos favoráveis no debate são os seguintes: as universidades apresentam um baixo número de estudantes e professores negros; os indicadores sócio-econômicos demonstram a desigualdade racial em diferentes instâncias da realidade social; a ausência de reflexão e, principalmente, ação por parte das universidades frente a esse racismo; os casos contínuos de discriminação racial nos espaços acadêmicos; a possibilidade de transformação da leitura dos signos negros, tão associados a valores negativos.

Considerações finais

A análise sobre o debate acerca das cotas raciais no ensino superior revelou profundos antagonismos entre os antropólogos, que atuaram em diferentes frentes seja para efetivar, seja para impedir a implementação da reserva de vagas. Não é porque são todos antropólogos e pesquisadores de temáticas étnico-raciais que partilham de posições semelhantes, conforme eu pensava ao entrar no curso, como se fosse tarefa ou vantagem da disciplina criar uma fórmula pronta para a diminuição das múltiplas desigualdades. Isso porque a discussão sobre as cotas é, antes de tudo, uma discussão política, resultado de um embate entre diferentes atores, sendo os antropólogos apenas um deles. A relação entre ciência e militância constitui um objeto complexo e por vezes polêmico.

Nota-se uma interpretação distinta do significado de racismo: para os favoráveis ele é percebido pelo baixo número de estudantes e professores negros nas universidades ou em postos de trabalho de alto prestígio; nos atos cotidianos de discriminação racial; na ausência do debate racial dentro da academia; na história de exclusão racial que marca a criação das universidades; no mal estar e na dificuldade dos brasileiros em discutir sobre esse passado e sobre os diferentes grupos raciais que compõem a população.

Entre os contrários, racismo pode significar o próprio uso da categoria raça em políticas públicas; na escolha dos fenótipos como critério de classificação racial; e também, é claro, os atos de discriminação racial cotidianos, porém sem tomá-los como centrais em suas discussões. Sua preocupação quanto à divisão racial do Brasil e suas

consequências nefastas está inscrita em um âmbito mais especulativo do que concreto. Por vezes os autores acreditam que políticas universalistas, de cunho econômico, dariam conta de resolver as desigualdades entre brancos e negros, e parecem não separar exatamente o problema étnico racial do problema econômico, de classes²⁶.

Outra conclusão diz respeito a aproximação distinta dos grupos com o movimento negro: os favoráveis o consideram ator protagonista da decisão pelas cotas, agindo inúmeras vezes em conjunto pela implementação das cotas, enquanto que essa aproximação é muito mais tímida entre os contrários, que assumem, inclusive, que seus posicionamentos podem "atrair a ira dos militantes negros" (FRY, 2005, p. 317).

Os antropólogos contrários dão valor à ausência de leis pautadas em raças na história legislativa do Brasil republicano, como também à incorporação de elementos da cultura afro no processo de construção da identidade nacional. Mas e os casos de discriminação racial? Estes não são ignorados pelos contrários, que a partir deles admitem a existência do preconceito racial no Brasil, mas devido a esses pontos por eles valorizados, paradoxalmente não consideram o Brasil um país racista (MAGGIE, 2008, p. 37).

Como apontado, a política de cotas que atualmente vigora em nosso país não toma o critério racial como o mais importante, ou o principal, na hora de se definir os sujeitos das cotas raciais. Talvez a Lei 12.711/12 só tenha sido aprovada exatamente por isso, na medida falar em raças, racismo e desigualdades raciais em nossa sociedade continua a gerar certos incômodos entre algumas pessoas. Nas escolas, o dia da consciência negra continua sendo questionado em prol da consciência humana, dificultando o debate sobre as diferenças - que não precisam resultar em desigualdades. Contudo, deve-se levar em conta que passados mais de 15 anos do auge do debate sobre as cotas, ainda não foi possível enxergar os grandes acirramentos raciais que as cotas proporcionariam, segundo o grupo contrário, mas exemplos de estudantes negros exitosos em seus projetos acadêmicos - muitos sendo os primeiros de suas famílias a ingressarem numa universidade - estão cada vez mais numerosos.

²⁶ Tome-se como exemplo a seguinte passagem de Maggie no debate da Horizontes: "Quem são os fraudadores [das cotas raciais]? São os que utilizam o sistema brasileiro de identificação racial? Quem é mais discriminado? Aquele de pais ricos que tem a pele negra ou o que tem a pele clara e os pais pobres e nem tão pretos?" (MAGGIE, 2005, p. 288)

Referências

ANJOS, José Carlos Gomes. O tribunal dos tribunais: onde se julgam aqueles que julgam raças. **Horizontes Antropológicos**, vol. 11, n. 23, Porto Alegre, 2005.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 de agosto, 2012.

CAMPOS, Luiz Augusto. "We have a dream": cientistas sociais e a controvérsia sobre as cotas raciais na imprensa. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 20, n. 41, Curitiba, Feb. 2012.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão Étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CARVALHO, José Jorge. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. **Horizontes Antropológicos**, vol. 11, n. 23, Porto Alegre, 2005b.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. Cotas raciais - construindo um país dividido? **Econômica: Revista da Pós-Graduação em Economia da UFF**. Niterói, v. 6, n. 1, jun. 2004.

FRY, Peter. *A persistência da raça*: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRY, Peter. Ossos do ofício. **Horizontes Antropológicos**, vol. 11, n. 23. Porto Alegre, 2005b.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. As cotas nas universidades públicas 20 anos depois. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra. SILVÉRIO, Valter (Org). *Ações afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação*. Vol. 2. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2016.

GOSS, Karine Pereira. O debate intelectual sobre as ações afirmativas para estudantes negros no Brasil. **Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho**, Paraíba, no. 33, out 2010.

LIMA, Márcia. Ser negro no Brasil: do ônus ao bônus? **Horizontes Antropológicos**, vol. 11, n. 23, Porto Alegre, 2005.

LISBOA, Alexandre Plautz. **Cotas raciais em debate**: uma disputa antropológica sobre a reserva de vagas nas universidades. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MAGGIE, Yvonne. Política de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas. **Horizontes Antropológicos**, vol. 11, n. 23, Porto Alegre, 2005.

MAGGIE, Yvonne. **Anti-racismo contra leis raciais**. Interesse Nacional, vol. 1, 2008.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). **Horizontes Antropológicos**, vol. 11, n. 23, Porto Alegre, 2005.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. As cotas raciais nos horizontes da antropologia: tréplica a dezoito comentaristas. **Horizontes Antropológicos**, vol. 11, n. 23, Porto Alegre, 2005b.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, nov. 2002.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestões de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Revista Tempo Social**, v. 19, n. 1, São Paulo, 2006.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vem com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

RIO DE JANEIRO. Lei n. 3708, de 9 de novembro de 2001. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. Rio de Janeiro: **Assembleia Legislativa**, 2001.

SEGATO, Rita Laura. Em memória de tempos melhores: os antropólogos e a luta pelo direito. **Horizontes Antropológicos**, vol. 11, n. 23, Porto Alegre, 2005.

SEGATO, Rita Laura. Cotas: por que reagimos? **Revista USP**, São Paulo, v. 1, n. 68, 2006.

TEIXEIRA, Sérgio Alves; STEIL, Carlos Alberto. Introdução ao debate sobre cotas. **Horizontes Antropológicos**, vol. 11, n. 23, Porto Alegre, 2005.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. A "má vontade antropológica" e as cotas para negros nas universidades (ou os usos e abusos da antropologia na pesquisa educacional II: quando os antropólogos desaprendem). **Revista InterMeio**, PPGE, Campo Grande, v. 12, n. 24, jul-dez. 2006.

Fontes:

ANDIFES. Cotas raciais, um erro. *Na mídia*. 27 de abril de 2012. Acesso em: 23/11/2018. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/cotas-raciais-um-erro/>>.

Fragmentos da história: os xetá no Projeto Memória Indígena

Ana Clara Ferruda Zilli¹

Edilene Coffaci De Lima²

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

De meados de 1985 a 1989 esteve em desenvolvimento o Projeto Memória Indígena (PMI). Através de entrevistas, visitas às Terras Indígenas, levantamentos bibliográficos e documentais, o projeto visava recuperar e recontar as histórias de vida dos grupos indígenas localizados no estado do Paraná. Parte do material resultante integra, atualmente, o acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. Embasada em registros auditivos desse acervo, este artigo objetiva discutir a presença do povo Xetá no PMI. Essas narrativas apresentam o processo de rememoração das trajetórias individuais e coletivas, vivenciadas pelos interlocutores Xetá, durante e após o contato violento com os brancos, processo que resultou no desmembramento, exílio e genocídio desse povo. Se os pesquisadores do PMI pensavam que documentavam a extinção dos Xetá, hoje, seu material atesta justamente o contrário: sua existência e resistência.

Palavras-chave: Xetá; Projeto Memória Indígena; história

Fragments of history: the xetá in the Projeto Memória Indígena (Indigenous Memory Project)

ABSTRACT

The Projeto Memória Indígena (Indigenous Memory Project) (PMI) was developed between 1985 and 1989. Through interviews, visits to Indigenous Land, bibliographic and documental collections, the project aimed to rescue and relate the lifestories from indigenous groups located within the Paraná state region. Part of the material collected now, constitutes the collection of the Museum of Archeology and Anthropology of the UFPR. Based in sound records from the collection, this article aims to discuss the presence of the Xetá people. These narratives present the process of remembrance of collective and individual trajectories, experienced during and after the contact with the white people, process that resulted in genocide, dismemberment and exile of the Xetá. If PMI researches thought they documented the extinction of the Xetá, today, their material attests just the opposite: their existence and resistance.

Keywords: Xetá; Projeto Memória Indígena; history

O decorrer da década de 1940, a região da Serra dos Dourados, localizada no noroeste do estado do Paraná, foi marcada pela intensificação de uma política colonizadora que

¹ Graduada em Ciências Sociais pela UFPR, quando foi bolsista de IC do CNPq. Atualmente é mestranda em Antropologia Social pela UFSC. E-mail: anaclarafzilli@gmail.com

² Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPR. Pesquisadora PQ2 do CNPq. E-mail: edilene.c.lima@gmail.com

visava ocupar esses territórios através de uma narrativa hegemônica de “terras demograficamente vazias” (MOTA, 1998). Na década de 1950 essa região viria a ser alvo de um *boom* colonizador (LIMA; PACHECO, 2017) e da fragmentação das terras, estas loteadas e comercializadas por Companhias de Colonização cujo objetivo era expandir a fronteira agrícola da cafeicultura, que, em seu apogeu, passara antes pela região de Londrina e Maringá, mais ao norte do estado.

A notícia de segmentação das terras do noroeste do Paraná e a presença de índios ditos “primitivos” na mata da Serra dos Dourados (SILVA, 1998), circulou no início da década de 1950, entre pesquisadores, funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e foi amplamente divulgada em jornais locais, nacionais e internacionais (LEITE, 2019). Esses indígenas viriam a ser conhecidos como Xetá, um povo tupi que, apesar de acossado em seu próprio território até o final da década de 1940, conseguiu manter-se afastado de um contato sistemático com os não-indígenas e foi o último povo a ser contatado no sul do Brasil (LIMA, 2016).

Estabelecido o contato com os brancos, no intervalo de uma década, entre 1950 e 1960, os Xetá foram reduzidos a poucos sobreviventes, “extraviados” (LIMA, 2018, p. 576) e “jogados ao esquecimento” (CNV, 2014, p.220). Após serem desterrados, os poucos sobreviventes foram distribuídos pelos agentes estatais para morarem em diferentes reservas indígenas, como então se chamavam, no Paraná e em Santa Catarina – e talvez mesmo no atual estado do Mato Grosso do Sul (outrora Mato Grosso). De forma veloz, foram tidos como extintos pelo Estado, pela literatura antropológica e pela sociedade nacional como um todo. Vivendo cada um em diferentes localidades, permaneceram separados por aproximadamente 40 anos, muitos deles sem saberem da existência de outros parentes vivos (SILVA, 1998).

Atualmente o povo Xetá vem lutando pela demarcação de seu antigo território Xetá no noroeste do Paraná. Somam um pouco mais de 200 pessoas, a maior parte delas moradoras da Terra Indígena de São Jerônimo da Serra, no Paraná, e os demais dispersos em diferentes cidades, como antes mencionado.

Na Tese IX *Sobre o conceito de história* (1987), Walter Benjamin apresenta a metáfora do “anjo da história”, representado no quadro *Angelus Novus* de Paul Klee, cujos “olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas” (BENJAMIN,

1987, p.183), seu rosto dirigido ao passado e a tempestade impelindo-o irresistivelmente ao futuro. Dessa forma, o “anjo da história”, ao mesmo tempo em que se volta ao passado para tentar acordar os mortos e juntar os fragmentos, vê-se arremessado pelo progresso que sopra do paraíso. (*op.cit.* 226).

Esse passado observado apresenta lacunas da história que não permitem reconstruí-lo tal como se deu. Conforme os cacos da história, quebrados e dispersos no passado, aos quais o anjo de Benjamin direciona o olhar, este artigo, que é fruto do trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (ZILLI, 2018), com orientação e parceira de Edilene Coffaci de Lima, objetiva pensar os fragmentos da história presentes nas narrativas dos e sobre os Xetá apresentadas ao Projeto Memória Indígena.

O Projeto Memória Indígena

Ultrapassado o final da década de 1970, quando o movimento indígena brasileiro alcançou alta repercussão e diante de um contexto nacional de defesa dos direitos indígenas (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p.245), foi criado em 1985 o Projeto Memória Indígena (doravante PMI), pela professora e antropóloga da Universidade Federal do Paraná, Maria Lígia Moura Pires, e a antropóloga do Museu Paranaense, Lucia Helena O. Cunha. Iniciado em agosto do mesmo ano, a realização da pesquisa contou ainda com a antropóloga Blanca Guilhermina Rojas, que assumiu a sub-coordenação após a desvinculação de Lúcia Helena em julho de 1986. O PMI contou com a participação de estudantes dos cursos de Ciências Sociais e História da UFPR e esteve em atividade por aproximadamente quatro anos, até o final de 1989. Os materiais produzidos pelo PMI, doados em julho de 1985 por Maria Lígia ao Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE-UFPR), foram divididos em materiais sonoros e textuais, e foram armazenados no Acervo Memória Indígena localizado na Unidade de Documentação Sonora e Visual (UNIDOV) do Museu.

Com o objetivo de servir de subsídio ao PMI e possíveis interessados, foram realizados levantamentos de referências bibliográficas-documentais sobre os grupos indígenas do Paraná (Guarani, Kaingang e Xetá), a partir do século XVI até 1989. Para

tanto, foram buscados em diversas instituições relatos de viajantes, cronistas, historiadores, além de relatórios, ofícios, requerimentos, mapas históricos, legislações, jornais.

Esses materiais estão presentes atualmente em duas caixas intituladas de 01 e 02, dez pastas intituladas de 01 a 10, e uma ficha-arquivo, esta formada por um compilado de fichas de leituras que apresentam informações de 78 publicações bibliográficas relacionadas aos indígenas do Paraná e à ocupação do território paranaense. Identificada a ausência da documentação e literatura Xetá no Acervo, o escopo do trabalho que gerou esse artigo (ZILLI, 2018) emerge da leitura atenta dos projetos e relatórios produzidos pelas pesquisadoras do PMI. Concomitantemente às pesquisas bibliográfica-documentais, foram realizadas pesquisas de campo em Terras Indígenas³ distribuídas ao longo do estado em busca de narrativas produzidas pelos indígenas que pudessem se contrapor a literatura, de cunho marcadamente etnocêntrico, que vinha sendo produzida na época. O acervo sonoro é composto por um total de 148 fitas cassetes, as quais, no âmbito desta pesquisa (ZILLI, 2018), passaram por um processo de triagem, resultando em 24 fitas cassetes produzidas sobre e com os Xetá. Este material sonoro, que possui cerca de 18 horas de gravação no total, apresenta-nos entrevistas realizadas com ã, Tuca, Kuein e Tiquëin, pessoas pertencentes ao povo Xetá, além de entrevistas com Dival de Souza e Domingas Rosa, ambos funcionários do SPI/FUNAI, Benedito Passenti, agricultor que residia na região da Serra dos Dourados, Antônio Lustosa de Freitas, Carolina de Freitas e Cleuraci Aparecida de Freitas – pai, mãe e filha –, os três moradores da Fazenda Santa Rosa, que será apresentada posteriormente.

³ Pretendiam-se viagens às reservas delimitadas pelo Estado sob a tutela da Fundação Nacional do Índio. Em uma primeira etapa, passariam pelos postos localizados na região centro e oeste do estado, estes seriam o PI Guarapuava, PI Rio das Cobras, PI Mangueirinha e PI Palmas, em um segundo momento, percorreriam os postos do Norte e os do Centro, por sua vez, o PI Apucarana, PI Pinhalzinho, PI Barão de Antonina, PI Queimadas, PI Ivaí, PI Faxinal e PI Laranjinha. A maioria dos antigos Postos Indígenas (PIs), atualmente conhecidos como Terras Indígenas (TIs), possuem hoje o mesmo nome. Com exceção do PI Barão de Antonina, conhecido hoje como TI Barão de Antonina I; o PI Laranjinha que chamado hoje de TI Yvyaporã Laranjinha; o PI Guarapuava, por vezes referido como PI Marrecas dos Índios e hoje conhecido como TI Marrecas. A partir da verificação dos relatórios e entrevistas presentes no Acervo Memória Indígena, notou-se referência a apenas uma parte da primeira etapa do planejamento inicial, isto é, às viagens realizadas ao PI Guarapuava, Rio das Cobras e Mangueirinha. Posteriormente foram realizadas viagens a Douradina e Londrina, entretanto essas cidades só apareceram como relevantes a partir de um maior engajamento na pesquisa sobre os Xetá.

O projeto do PMI escrito em 1985 informa que em grande parte dos trabalhos que vinham sendo produzidos na época, os contatos entre indígenas e não-indígenas eram examinados “a partir da ótica colonizadora da sociedade dominante” (PROJETO, 1985a, p.2) que imperava face às perspectivas ameríndias. “Fundada no modelo homogêneo e universalizante da chamada sociedade nacional” (*op. cit.*), essa literatura apresentava os povos indígenas ora pela ausência, “deixavam de existir enquanto grupo ‘culturalmente’ diferenciado da sociedade nacional” (*op. cit.*), ora eram aludidos em sua expressão genérica, “como categoria abstrata e culturalmente homogênea” (*op. cit.*).

Em uma sociedade que possui os documentos (ou seja, registros físicos) como atestados de uma história (LE GOFF, 2003), a tentativa do PMI era de possibilitar aos indígenas que se inserissem nessa história, que até então os ignorava. As bases teóricas desenvolvidas pelos paradigmas do contato mesclava trabalhos de Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, autores que serviram como suporte para as abordagens propostas pelo PMI. Entre os três, sobretudo os escritos de Cardoso de Oliveira alicerçava o projeto, certamente em virtude de que Maria Lygia de Moura Pires, a coordenadora do PMI, antes fora orientada pelo autor em sua dissertação de mestrado, defendida na UnB.

O fato de terem recorrido às categorias de Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro concomitantemente, demonstra-nos escolhas teórico-metodológicas que orientavam a equipe do PMI. Galvão (1979) propôs a existência da área IX. Paraná concernente aos Guarani Ñandeva, Kaiowá e Mbyá, e da área X. Tietê-Uruguaí pertencente aos Kaingang e Xokleng, estes espaços representariam uma uniformidade cultural resultante de um ambiente modificado por uma mesma face da sociedade nacional. Assim foi possível dotar todos os diferentes grupos Kaingang e Guarani, distribuídos nos diferentes postos indígenas, de um mesmo grau de interação e dependência, e, portanto, de uma mesma narrativa englobante.

Segundo o Projeto de 1985, os Xetá, por sua vez:

Constituíam um povo pertencente ao tronco linguístico Tupi (...). Num salto de poucos anos, num período de menos de duas décadas, a partir de 1950, foram exterminados (...). Hoje restam cinco sobreviventes, sediados nos

postos indígenas Kaingang e Guarani. Apesar de não pertencerem mais a um povo culturalmente tribalizado, pretende-se incluí-los no âmbito da pesquisa, apenas na tentativa de resgatar a memória sobrevivente Xetá – o testemunho vivo da extinção de um povo (PROJETO, 1985?, p.17).

Diferente dos outros dois povos tratados pelo PMI, a alusão aos Xetá nas áreas culturais de Galvão (1973) é nula. Este povo teria sido excluído tanto do exercício analítico por ele proposto, quanto dos mapas elaborados. Interessante constatar: um ano antes da apresentação de Galvão de suas áreas culturais, na IV Reunião Brasileira de Antropologia em Curitiba, José Loureiro Fernandes, ocupante da cátedra de Antropologia da UFPR, expôs sua comunicação intitulada *Os Índios da Serra dos Dourados* (1959), na qual é pronunciada a existência dos Xetá, um grupo indígena “recém descoberto no Estado do Paraná” (FERNANDES, 1959, p.27). Este povo indígena esteve na década de 1950 em “contato” com as frentes de colonização agrícolas que usurparam seu território para transformá-lo em plantações de café. Em 1956, intelectuais ligados ao Museu Paranaense, entre eles Loureiro Fernandes, já escreviam ao governador da época, Moysés Lupion, posicionando-se contra os esbulhos de terras Xetá por ele impulsionados (LIMA; PACHECO, 2017).

Interessante, pois, a história dos Xetá nos lembra a definição de Darcy Ribeiro dos povos presentes nas áreas das fronteiras agrícolas: a expansão agrícola nas últimas faixas de Floresta Atlântica, abarcou as “tribos que conseguiram sobreviver isoladas em faixas de mata” e “mantiveram-se hostis até o primeiro quartel do século (...), à medida em que se opunham à invasão de seus territórios, eram exterminados (...) uma vez que o invasor não se preocupava em poupar vidas para o trabalho escravo, mas simplesmente de desocupar a terra a fim de utilizá-la nas grandes plantações.” (RIBEIRO, 1970, p.247). Se lembramos que o que impulsionou a criação das áreas culturais por Galvão (1973) foram as diferentes frentes de expansão de Ribeiro (1970), parece-nos sem fundamento a ausência Xetá no livro *Encontro de Sociedade* (GALVÃO, 1973).

Darcy Ribeiro (1970), por sua vez categorizou os Xetá (ou, os Aré), quanto à situação de interação e dependência com a sociedade nacional em 1900, como índios isolados e, no ano de 1957, eles se encontrariam junto aos povos indígena que estariam na situação de contato intermitente (um total de 23 povos) (RIBEIRO, 1970). A

referência de Ribeiro aos Xetá é rápida, resume-se à sua menção nas tabelas à inclusão deles no *Índice de tribos* presentes no mapa da “área cultural IX. Paraná” (RIBEIRO, 1970, p.469).

Empregando os termos de Darcy Ribeiro, os Xetá não se apresentavam mais a nenhuma categoria dos anos anteriores. O PMI aponta a mudança de sua categoria: foram extintos. De 1959 a 1985 (pós *Índios e a civilização* de Ribeiro, e o ano de início do PMI) a “tecnologia do contato e das remoções” (LIMA; PACHECO, 2017) se intensificou e os Xetá, nos termos do PMI, deixaram de “se reproduzir e desenvolver de forma harmônica”. (ÍNDIOS, 1987, p.3). De “últimos redutos de povos caçadores-coletores da América Meridional” (PROJETO, 1985?, p.17), o extermínio do povo Xetá dotou seus sobreviventes, segundo o PMI, da posição contraditória de “o testemunho vivo da extinção de um povo” (ÍNDIOS, 1987, p.3).

É preciso que reste bastante claro que as realizadoras do PMI não eram exceção ao estabelecer esse diagnóstico da “extinção” dos Xetá. Como escreveram recentemente Lima e Pacheco (2018), os Xetá foram totalmente ocultados na literatura etnológica sul-americana, sob a rubrica de “extintos”. Isso alcançava tanto as obras de Darcy Ribeiro quanto de outros pesquisadores que os conhecia proximamente, como era o caso de Loureiro Fernandes, que escreveu sem rodeios em um periódico internacional: “Seguramente é um desafio urgente para a antropologia estudar esse pequeno grupo de pessoas que, devido à sua forma primitiva de viver, estão fadados a morrer no futuro próximo”. Dada a força de suas palavras, não nos parece exagerado observar que o artigo se assemelha a um obituário precoce.

Voltando ao PMI, apresentada a “descaracterização cultural” (PROJETO, 1985b, p.2) e a impossibilidade da continuidade da cultura “tribal”, todas as características sociais e culturais dos Xetá foram referidas ao passado, aos sobreviventes deste tempo teria restado apenas a vida “destribilizada” e a memória de uma cultura e sociedade que não existe mais.

Os Xetá, em um certo momento, deslocaram-se de uma posição acessória dentro do PMI para integrantes um subprojeto intitulado *Pesquisa Xetá*. Não foi possível identificar a data exata dessa mudança de posição, entretanto, em relatório referente a agosto e setembro de 1988, foi mencionada uma viagem realizada

novamente ao PI Guarapuava, de quatro a dez de setembro de 1988, com a finalidade de complementar a pesquisa sobre Xetá. Nesse mesmo relatório, apresenta-se o início das transcrições referentes às entrevistas realizadas com esse povo e o estabelecimento de “vários contatos no intuito de reunir todo o material existente a respeito dos Xetá” (ROJAS, 1988. p.2). Sobre essa última atividade, os pesquisadores percorreram diferentes instituições que poderiam fornecer informações bibliográficas-documentais: o Museu de Paranaguá (atual Museu de Arqueologia e Etnografia/UFPR), o Centro de Estudos Bandeirantes, localizado em Curitiba, e o Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro.

Contudo, apesar do maior engajamento que resultou em uma mudança no tratamento da presença da chamada “história Xetá”, o PMI continuou referindo-se ao grupo como um “povo extinto”. Em relatório encaminhado à agência financiadora do PMI, o CNPq, em abril de 1989 voltaram a escrever:

Diante da existência de poucos membros sobreviventes do grupo Xetá (povo extinto na década de 50), não se constituindo em grupo ou cultura tribal. Elaborou-se este sub-projeto [Pesquisa Xetá], onde a pesquisa está recolhendo depoimentos dos remanescentes e levantando artigos científicos, anotações pessoais, correspondências que a eles se referem, com objetivo de recompor a história desse povo (PIRES; WAWRZYNIAK, 1989, p.1).

Engajaram-se no armazenamento da memória Xetá com dois fins: guardar aquilo que foi perdido, pois houve a extinção, mas também denunciar o projeto colonial a qual foram submetidos a partir de suas vozes. Foi verificado nos relatórios, a busca por outros sobreviventes, como Thiara, um mulher xetá que cumpriu pena por assassinato no presídio feminino de Piraquara, além do acompanhamento do processo judicial movido contra Tikuein (PIRES; ROJAS, 1987?). Nas entrevistas, os pesquisadores buscaram em ã, Kuein, Tuca e Tiquëin os detalhes e particularidades de suas vidas.

Apesar de terem, nas palavras dos pesquisadores, “perdido muito de suas características culturais” (ÍNDIOS, 1987, p.5), os Xetá (e os Guarani e Kaingang) “ainda se consideram – e são considerados pelos demais – como índios.” (ÍNDIOS, 1987, p.5). Para entenderem a identidade étnica, os pesquisadores do PMI recorreram à abordagem de Roberto Cardoso de Oliveira. A identidade étnica emergiria e se

configuraria como ideologia a partir da relação e oposição entre os povos indígenas, e sua “ordem tribal”, e a “ordem nacional”. Estas identidades não seriam mais que a autorepresentação de um outro espelhado no indivíduo “subjugado”.

Por mais que a categoria extinção continue sendo utilizada, há um certo otimismo quanto ao “fim” do povo Xetá. Ainda que tivessem tomado a extinção como ponto de partida, o fim não estaria em completo acordo, engajaram-se no reconhecimento do povo Xetá independente do seu fim.

Narrativas em disputa

Conformam-se, no passado fragmentado, visões distintas sobre os eventos em torno do contato dos Xetá⁴. Por um lado, portanto, buscaremos alcançar quais eram as categorias mobilizadas que serviam como legitimação aos atos dos interlocutores não-indígenas; por outro, quais categorias e mobilizações estavam sendo articuladas pelos interlocutores Xetá que viriam desembocar no “ressurgimento étnico” Xetá (LEITE, 2017) na década de 1990, quando os sobreviventes e seus descendentes delinearam um cenário de reivindicações públicas ao Estado em busca de medidas reparatórias e reconhecimento étnico.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) apresentou que o estado do Paraná, sob o mandato de Moysés Lupion, doou no ano de 1951 1.400 (mil e quatrocentos) alqueires de terra à Antônio Lustosa de Oliveira, ex-deputado estadual e amigo de Lupion. Além da doação de terras visando fortalecer a hegemonia político-partidária, o noroeste do Paraná despertava o interesse de grupos econômicos que lotearam e venderam as terras da região com o aval do Estado do Paraná. No ano de 1949, lembrado por um dos entrevistados não-indígenas como o ano de “maior esbulho de terras do Paraná” (DIVAL, 1986: Fita 109), o Governo do Estado, já ocupado por Lupion, fez um acordo com o Governo Federal, diminuindo as áreas indígenas e destinando suas porcentagens “excedentes” à companhia colonizadora Suemitsu

⁴ No processo de pesquisa do acervo Memória Indígena, localizado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR), foram levantadas o total de 11 (onze) fitas cassetes contendo gravações com os Xetá, e 13 (treze) fitas cassetes cujo conteúdo eram entrevistas com não-indígenas que tiveram contato com eles (ZILLI, 2018).

Miyamura & Cia. Ltda, esta que viria ser substituída em 1951 pela Companhia Brasileira de Imigração e Colonização.

O reconhecimento dos Xetá no noroeste do Paraná justificava ao SPI a necessidade de um Posto de Atração na região, para tanto a fazenda Santa Rosa (localizada em terras doadas a Antônio Lustosa de Oliveira) passou a servir a esse fim. A ideia de atração revestia as técnicas do órgão indigenista voltadas tanto aos índios arredios que vinham “sistematicamente evitando relações com a administração, quanto os que, apontando em termos geográficos, não mantêm contato sequenciado nem o negam” (SOUZA LIMA, 1995, p. 179). Assim, a mando de Deocleciano de Souza Nenê, chefe local do SPI, foram construídas casas no entorno da fazenda para servir aos funcionários do órgão estatal, a fim de atraírem pacificamente os indígenas a estes locais – embora não seja demais lembrar que o contrato efetivo foi estabelecido pelo sobrinho do proprietário, Antônio Lustosa de Freitas, que, acompanhado de sua esposa, Carolina de Freitas, fazia à época o papel de caseiro e capataz na fazenda mencionada.

Os Postos de Atração do SPI foram criados sob justificativa de uma política tutelar de amparo a esses povos considerados vulneráveis. Entretanto, à medida em que os indígenas eram atraídos, seus territórios ficavam vazios e disponíveis aos interesses privados das empresas colonizadoras. Segundo Pacheco de Oliveira, “a atuação tutelar e pacificadora do SPI levou ao vertiginoso aumento do valor da terra em todas as regiões em que o órgão assim atuou”. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014, p.137). O mesmo se repetiu no noroeste paranaense.

Os mecanismos do SPI de aniquilação da diferença operados através da tutela, não escaparam aos Xetá. Vivendo em liberdade, esse povo representava um obstáculo ao desejado progresso, i.e. à entrada da colonização em suas terras. Assim, em meados do século anterior, o governo do Paraná e as companhias colonizadoras promoviam ações para transformar a retórica do vazio demográfico em situação de fato (LIMA; PACHECO, 2017).

A chegada dos invasores não-indígenas, não foi recebida exatamente como uma novidade, uma vez que antes já havia sido anunciada por Kóguay a seu filho. Kuein – o mais velho Xetá ainda vivo e morando na Terra Indígena Marrecas, nas

proximidades de Guarapuava – apresenta em suas falas que, quando criancinha, ficava todas as noites deitado com seu pai, ouvindo as histórias que ele tinha para contar. Em uma dessas histórias, Kóguay contou a seu filho a respeito da existência dos brancos e a chegada deles:

K: Ele [meu pai] tá contando pra você “tem branco por aí, um monte de branco por aí” (...) “mas logo o branco vai aparecer” (...) Disse pra mim: “Eu tô com medo dele”, “quando te pegar você não vai corre dele, você fica com ele depois quando chegar de noite a gente te cata, uma hora da noite a gente te cata”, ele disse pra mim, (...) contou que tinha espingarda, tinha arma, né? Tinha espingarda, tinha foice de cobre, foice, tinha, como é que é, roupa, tinha chapéu de pano, tinha timboca, tinha sapato, tinha chinelo de dedo, mas meu pai tá contado tudo, mas eu nunca vi [...] o homem [...] tá preparando terra [...] com foice [...] e agora vai tomar terra. E tomou memo.

E: Tomou.

K: Tomou memo.

E: Teu pai tava certo.

K: Meu pai tá certo que ele contou pra mim (KUEIN; ENTREVISTADORA, 1986: Fita III).

Esse ser branco, que toma as terras indígenas, aparece nas narrativas de Kuein, Tuca e Tikuein (SILVA, 2003), utilizando roupas, elementos diacríticos que exprimem uma outra categoria de pessoa. No evento do rapto de seu pai pelos brancos, esses elementos foram novamente recuperados por Kuein. As vestimentas, botas, chinelos, chapéus, calças, cintos, juntos com suas ferramentas, a foice, a espingarda, a arma, o telefone, a timboca, caracterizam o *kikãdjy* desde as histórias de um tempo ‘muito antigo’ até o momento da narrativa de Kuein.

E: Pois é, aquele dia o senhor já me contou um pouco, né? Você me falava quando você morava lá com sua gente...

K: É, morava lá no mato. Minha mãe morreu primeiro, depois meu pai morreu. Meu irmão mais novo morreu...

E: Como ele se chamava?

K: O mais velho ele veio aqui, morreu aqui. O outro mais novo morreu lá no mato mesmo (KUEIN; ENTREVISTADORA, 1986: Fita III).

Incentivado a discorrer sobre sua vida no mato, as primeiras lembranças recuperadas pela memória e evocadas na fala de Kuein são sobre a morte de seus parentes. Kóguay, seu pai, morreu doente, “com fome” e “em pé dentro da toca de madeira, [...] galho, madeira bem grande” (KUEIN, 1987: Fita 84), “quando bem na hora

que meu pai morreu, os brancos chegaram” (KUEIN, 1986: Fita 111). A morte de sua mãe também foi provocada por uma doença, única referência e explicação de Kuein à morte de Patayo.

As mortes e doenças relacionadas ao mato, categoria nativa utilizada igualmente pelos outros interlocutores Xetá ao se referirem aos seus territórios de origem, foram constantemente evocadas em suas falas. As carnes que não existiam na Serra dos Dourados em conjunto com o sal, em oposição à anta, ao cateto, ao porco do mato, levavam a morte.

A essa carne salgada produtora da doença, geradora da morte, era vetada, “não podia comer” e aos brancos era associada sua aparição. O sal, entretanto, não era vetado apenas por sua associação ao branco, no trecho anterior Kuein contou que esteve junto a um homem branco que deu a ele carne com sal, que foi recusada. Entretanto, deu também o café e o arroz doce, que foi aceito e apreciado, indicando uma seleção de substâncias ‘brancas’ autorizadas a serem ingeridas.

Os *kikãdjy* portadores de roupa, além de possuírem o sal, apropriarem-se de seus territórios e os violentarem, roubavam os indígenas. Os raptos não somente foram mencionados repetidamente nas falas de Kuein e dos outros Xetá, mas também delinearam muitas trajetórias. Em alguns casos, como o de Kóguay, a resistência era articulada para que a pessoa raptada voltasse a seus parentes; outras vezes, contudo, ainda que resistissem, o rapto se efetivava.

Kaiuá, irmão da entrevistada Xetá chamada ã, foi raptado pelos agrimensores: “cercaram ele e o apunharam, daí levaram ele para o acampamento, aí avisaram e fomos [o SPI] lá buscar” (DIVAL, 1989: Fita 89). Alguns meses depois, Dival contou, na entrevista, que encontraram Tuca “trepado” em uma árvore, os agrimensores que o raptaram avisaram Deocleciano de Souza Nenê, na época era chefe da 7ªIR/SPI, que “voltou e levou Tuca, em novembro de 1952, quase 1953” (ANTÔNIO, 1989: 119).

Geraldo, outra criança, foi pego deliberadamente por Antônio Lustosa de Freitas, sobrinho do dono da Fazenda e um dos entrevistados pelo PMI, que possuía a justificativa da “fatura” de alimentos que poderia oferecer à criança que, segundo ele, vivia em privação. O Mã [pai de Geraldo] “tinha medo de gado, mas ele ficava na porta. Quando foi um belo dia, ele deu um bote, o indiozinho escapou e então peguei um

pedaço de pau de bater em vaca e ameacei nele, mas só ameacei pra... mas daquele dia em diante ele nunca mais procurou pegar o menino” (ANTÔNIO, 1989: Fita 126).

Vivendo com os não-indígenas, Geraldo passou a servir como mediador entre os brancos e seu povo. Antônio Lustosa contou às entrevistadoras que a criança conversava com seu pai que, por sua vez, repassava as mensagens ao Adjakutã. Seria Geraldo uma “fonte de informações” do mundo dos brancos aos Xetá? O que sabemos, é que a justificativa humanitária aparece como motor das ações de Antônio Lustosa:

A: A indiazinha que eu crio, a indiazinha, a Tigua, que era bem, eram primos, bem menor que o finado Geraldo, então eu digo, eu vou fazer uma caridade, ela vai morrer essa então eu vou [sepultar (?)], era o couro em cima dos ossos (...) se você visse ela desse tamanho os ossinhos eram do tamanho do meu dedo, era só couro em cima dos ossos, era dilatada a barriga, parecia grávida, nem umbigo tinha de tão que era crescido. (...)

A: Ela [outra menina indígena, conhecida por Tiguzinha]... eu que tirei dos pais e dei pra minha filha.

E: Sim, mas tinha algum motivo?

A: Não, nada... (...) Naquela época, se eu tivesse condições eu criaria todos os pobrezinhos. Tinha que ver o sofrimento deles que não era brincadeira não (ANTÔNIO, 1989: Fita 128).

Ã, irmã de Kaiuá, também foi uma das crianças retiradas do noroeste do Paraná e levada para Curitiba. Cumprindo ordens de Dival, filho de Deocleciano de Souza Nenê e também funcionário do SPI, Ã foi levada por um funcionário do SPI chamado Alan Kardec ao PI Apucarantina, local que passou a viver com esse chefe de posto e sua família, e contou:

E: Ela tá, mas ela já, vocês já tinham visto branco?

Ã: Aham, eu já.

E: Já...

Ã: Daí eu... Eu era pequena, não sabia, vivi na mão do Dival, não conheci minha mãe nem meu pai, vivi na mão dos outros (Ã; ENTREVISTADORA, 1986: Fita 110).

Esse momento de saída do mato, “na mão do Dival”, foi registrado pelo Vladimír Kozák, fotógrafo e etnógrafo que acompanhou algumas expedições de contato. Na fotografia abaixo, Dival encontra-se puxando o burro de carga no qual Ã é transportada:

Figura 1 – ã sendo levada por Dival



Fonte: Vladimír Kozák. Acervo MAE.

Geraldo, Tuca, Kaiuá, Tiguá, Tiguazinha e ã não foram as únicas crianças raptadas, Antônio fala do rapto como sendo uma prática comum entre os brancos, indica a existência de mais crianças retiradas:

A: (...) e aquela que o Mã queria que é... É... A que tinha mais lida, tinha mais lida... É... não era essa que ficou com o Arigã [Eirakã], ele tinha mais lida com a verdadeira mulher dele, que era a mãe do menino que o Joaquim levou para Belém do Pará (ANTÔNIO, 1989: Fita 119).

Em outros trabalhos de pesquisa consta também o caso do menino Xetá conhecido como Natal, que criado por frei Estevão, em Umuarama, mas que na maioridade saiu de seus cuidados e dele não se tem mais quaisquer informações, podendo mesmo estar vivo.

Os raptos e dispersões liberavam a terra ao mesmo tempo que possuíam a tarefa de disciplinar os corpos indígenas em acordo com a “política paternalista” então vigente no SPI, instituição em que Dival trabalhava. De sua perspectiva, o SPI estaria francamente a favor dos povos indígenas, visto que seu objetivo era garantir uma vida

melhor a todos, muito especialmente aos indígenas recém-contatados, como Xetá. Seu papel como tutor desses povos seria, em sua concepção, o de ser um “um pai enérgico” (DIVAL, 1986: Fita 113), cujo poder disciplinar autoritário faria os indígenas “trabalharem forçado” (DIVAL, 1986: Fita 112), caso isso fosse necessário para que não passassem fome. Mas, para além de um “humanitarismo”, as narrativas de Dival aludem ao “exercício de uma disciplina orientadora do comportamento sociocultural” (BRINGMANN, 2015, p.25) que operam como tecnologias de integração e aniquilação daquilo que difere os não-indígenas dos indígenas (FOUCAULT, 2006).

As falas sobre as crianças que eram raptadas por agrimensores de terra, entregues ao SPI e levadas para longe de seu povo começam a apresentar a condição de precariedade as quais as vidas Xetá foram posicionadas. Vidas precárias, “politicamente construídas através da qual determinadas populações são assimetricamente expostas a contextos de violência, perigo, enfermidade, migração forçada, pobreza ou morte” (BUTLER, 2015, p.25).

Como os quadros de guerra descritos por Butler (2015), as vidas Xetá eram posicionadas como vidas não passíveis de luto:

Uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras (BUTLER, 2015, p.13).

Vidas precárias (*op. cit.*, 2015), vidas que foram desumanizadas pois fugiam de enquadramentos normativos que estabelecem quais vidas devem ser preservadas ou lamentadas, quais são dignas de ser vividas.

Retirado de seu povo, Tuca também desempenhava múltiplas funções após ser retirado de perto de seus parentes: servia aos brancos, seja como intérprete, seja como trabalhador na pensão da família do Dival:

E: O que você fazia lá?
 T: Trabiáá, né? servia mesa, lava louça...
 E: Na casa de alguém que você trabalhava?
 T: Lá na pensão mesmo, né? Que eu me criei.
 E: Ah... Uhum.

T: Lá na pensão do [Deocleciano] Nenê de Souza... Na [rua] Sete de Setembro, bem na frente com a escola técnica ali, né?
 E: Ah, sei, com a [rua Desembargador] Westphalen,, né?
 T: É, bem na esquina, pensão [...].
 E2: Você que tomava conta [...]?
 T: Era seu Dival, né?
 E2: Seu Dival?
 T: E a mãe dele que [começou(?)] a ensinar, a ensinar a fazer as coisas [...] fui aprendendo (TUCA; ENTREVISTADORA, 1987: 121).

Sem justificativa “humanitária”, os Xetá passaram a servir como trabalhadores aos não-indígenas. De corpos que antes eram somente precários, passaram também à condição de corpos úteis quando esparramados, conforme fica também claro na fala de Æ:

Æ: Eu limpava, arrumava a cama, enxaguava [...].
 E: O que?
 Æ: Passava roupa.
 E: Ah, é? Ele tinha filhos?
 Æ: Tinha só um.
 E: Só um menino?
 Æ: Um piá. Desse tamanhozinho aí, bem alto.
 E: Ah... Ele já era grande.
 Æ: Uhum, agora ele tá grande já.
 E: Ah, mas ele era mais ou menos da sua idade?
 Æ: Uhum.
 E: E você brincava com ele?
 Æ: Não, eu tinha que cuidar, eu era babá dele.
 E: Ah, a senhora era babá dele;
 Æ: Uhum. (...)
 E: E você cresceu lá naquele posto lá?
 Æ: Em Apucarninha que eu cresci (Æ; ENTREVISTADORA, 1986: Fita 110).

Independente de seus papéis e posições na sociedade nacional, os interlocutores brancos do PMI podem ser pensados como “modernos disciplinadores dos índios brasileiros” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.129). Seus discursos sobre os Xetá são permeados por concepções civilizatórias que dotam o indígena da necessidade de tutela como meio de normatização dos povos indígenas.

E(o): Como que foi o processo de extinção deles, senhor Dival?
 D: Naturalmente...
 E(o): Foi acabando...
 D: Foi tento contato, dando [...] desapareceu aos poucos, os únicos que se salvaram foram esses que trouxemos.
 E(o): Na região mesmo,, né?

D: É... Só eles [...].

(...)

D: [...] existiam na mata, descobriram com o contato, foi uma coisa natural... Depois de lá quando apareceu a [...] daí ficaram prensados entre o rio Paraná e nós aqui, né? [...].

E1: Mas talvez na hora que depois que viesse a descoberta pro povo, um certo... Eu acho que daí talvez tenha sido pior, né?

D: É... Olha, foi uma luta tremenda (DIVAL, 1986: Fita 109).

A extinção não foi vista como fato consumado apenas por parte dos próprios pesquisadores do PMI, mas também pelos entrevistados não-indígenas. E para além disso, os Xetá aparecem na fala de Dival como integrantes da mata, dizimados pois a própria natureza era destruída no processo colonizador. Nessa concepção, ser da natureza os dotava de uma condição de “selvagens” cuja cultura, local do “civilizado”, serviria para domá-los e civilizá-los, fazendo deles um igual.

E: Eles não tiveram contato assim agora depois de grande contato com os [...] não?

DR: Não, eu acho que..

D: Perderam tudo.

DR: Perderam tudo, tão é...

E: Como é que a senhora explica assim já que perderam tudo que o Rondon continue vivendo em uma área indígena, né? E casar com índia enquanto que o Tiquëin não quer viver na área indígena e casou com branca.

DR: Pois aí é a ideia de cada um deles, né? (...).

DR: Quiseram casar {risada} mas eles tavam feliz, muito feliz. Ela era boazinha, muito caprichosa. Mas a índia é mestiça seu Dival, né?

E: É Kaingang ou...

DR: É Kaingang, porque Xetá não tem mais meios para continuar a raça pura, né?

D: Não tem. Porque por exemplo a Iati eu sei que é índia pura, mas é a índia pura mestiça, Xetá com Guarani, né? Ela não é só xetá, né? A minha esposa viu Dona Rosa, eu nunca disse nada para a senhora [...] Rondon, e ela sempre pensava que o [...] mas ela tinha esperança de ver que o Rondon casava com a Nhatxê [Aruay] {risada} (DONA ROSA, DIVAL, ENTREVISTADORA, 1988: Fita 117).

Nesse prisma de “incorporação” de costumes da população “civilizada”, os indígenas perderiam sua essência e se descaracterizariam. Mas antes, segundos os interlocutores não-indígenas, ser Xetá e ser passível de descaracterização é ter o sangue “puro” da etnia. A partir dessa valorização da “pureza racial”, a miscigenação era vista como “degeneração” que viria enquanto ameaça à etnia Xetá.

Há no discurso não-indígena um ideal de pureza como meio de continuidade da “raça” compartilhado por aqueles fazendeiros, como é o caso de Cleura, filha de Antonio Lustosa de Freitas (CLEURA, 1989: Fita 127):

Cl: Porque infelizmente cê sabe né? Do jeito que tá, só resta o passado e a lembrança.

C: Você sabe que em Londrina ainda tem um pessoal que se preocupa e eles tem uma esperança de conseguir ainda um lugar pra esse pessoal pensando que eles poderiam ainda se juntar e viver juntos.

Cl: Eu por exemplo no meu pensamento, o que eu acho, é que essa tribo não deveria ser extinta. Deveria ainda haver casamento entre eles mesmo pra ficar os Xetás verdadeiros, né? Do jeito que eu tô vendo, por exemplo, o da Tiguá já é mestiço, já é com branco. Daqui a pouco essa tribo já não é mais a tribo dos Xetás (CLEURA; CAROLINA, 1989: Fita 127).

O fim do sangue Xetá e, conseqüentemente, o fim dos Xetá “verdadeiro”, trariam a extinção pois a “pureza” se esvairia. Nesse cenário, segundo os não-indígenas, restaria somente uma saída como salvação, os “remanescentes puros” casarem-se entre si. Mesmo sendo conhecedores da genealogia das famílias Xetá em que estiveram em contato (Antônio, Fita 128 e Fita 126), os moradores da fazenda Santa Rosa pensavam os Xetá como passíveis de serem “cruzados como bichos” (CLAUDEMIR DA SILVA, 2018)⁵.

Vivendo em Curitiba por aproximadamente 20 anos, Tuca, entrevistado Xetá, contou que sempre viajava com o José Loureiro Fernandes para Serra dos Dourados. Segundo Tuca, Loureiro era um médico que “estudava” na língua, “ele me levava muito” (TUCA, 1987: Fita 121). Em companhia deles, Tuca conta que ia também Kózak, então funcionário da atual UFPR, era ele o “homem que filmava”. A José Loureiro, Tuca contava as coisas, ensinava a “nossa língua” (TUCA, 1987: Fita 121), nunca aprendeu a escrever em português, suas histórias eram registradas por pesquisadores que escutavam o que ele dizia e “escreviam”.

Os brancos, pensados enquanto uma categoria de pessoa que tem suas diferenças inscritas no corpo e em suas atitudes, podem ser acessados pelos Xetá quando adquirem códigos não comuns a eles como a utilização de roupa, o

⁵ Como se expressou Claudemir da Silva, filho de Tikuein, um dos sobreviventes Xetá, no evento *Os Xetá e seus acervos: história, antropologia e memória*, realizado no Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba/PR, nos dias 13 e 14 de junho de 2018.

compartilhar de certas comidas, quando aprendem a trabalhar e a desempenhar tarefas tipicamente brancas, quando se casam com brancos.

Podemos entender o “aprender” como o captar da experiência branca, ser capaz de fazer coisas que os brancos fazem, uma vez que em diferentes trechos a palavra “aprender” aparece articulada com ações desempenhadas por pessoas brancas: o falar o português, o fazer os serviços de casa, limpar, cozinhar, passar

A incorporação de rituais e práticas que eram em um passado atribuídas a operadores externos (como as roupas, as comidas, certas noções como a ideia de “trabalho”, de “aprender”, de “casar com branco”), não significa que tenham deixado de ser “autenticamente” indígenas e se transformado “índios aculturados”. Essa era a perspectiva dos colonizadores que os violentaram, não deles próprios, que se viam em meio a aprendizados das práticas dos brancos, mas não incorporados ou “integrados”.

Mesmo dispersos, todos os interlocutores Xetá responderam o contrário à ausência da coletividade. O projeto de pulverização empreendido sobre os Xetá aparece como falho quando pensado que mesmo afastados, a coletividade ainda acontece ou é desejada, permanecendo unidos por laços de parentesco, embora estejam ocupando espaços e modos de vidas diferenciados. Apesar de não estarem juntos, os quatro interlocutores que foram ouvidos no PMI expressam em suas falas a presença dos outros Xetá em suas vidas, recusando a tese da extinção à qual as próprias realizadoras do projeto aderiam:

E: Me conta um negócio, da tua gente, a tua gente que você tava quando o branco apareceram tava toda tua gente lá ou tem mais? Tinha ficado lá ou...
 K: Tem bastante tem outro tem outro tem bastante que morava, muito pouco que [morreu(?)] [17m39] [...] tem em Marreca, no Ivaí, também é.. Como que é [...], ta no Rio das Cobras.. Tem em Mangueirinha... Tem como que é... Palma... Tem um pouco, tudo mais [no rancho(?)] tudo no Mato Grosso [Serra dos Dourados] mais... [sete que sumiu(?)] (...) (KUEIN; ENTREVISTADORA, 1987: Fita 84).

Não é porque não possuem mais acesso às suas terras e estão “desprovidos de forte contrastividade cultural” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998 p.52), que a sociedade Xetá se encontra a caminho do extermínio e sua cultura se encontra em ruínas. Enquanto o percurso dos pesquisadores do PMI foi o de pensar os “remanescentes”

Xetá a partir da ideia da falta (tanto da cultura, como da sociedade), os membros desse grupo étnico rumam na direção oposta, reafirmando uma unidade, ainda que diferente da anterior.

Considerações finais

A memória é formada a partir da narração e não é um mero ato de rememoração aleatório. Para Pollak (1992), as narrativas mnemônicas se fazem em uma situação de reafirmação social ou de construção de si mesmo e nada tem de espontâneo pois “uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse” (POLLAK, 1992, p.13).

Quando a identidade é ameaçada faz-se necessário recorrer à memória e à narrativa memorial para assim afirmá-la: “A busca memorial é então considerada como uma resposta às identidades sofredoras e frágeis que permitiria apoiar um futuro incerto em um passado reconhecível” (CANDAU, 2012, p.10).

Faz-se presente nas falas dos interlocutores indígenas a ênfase e a importância das histórias contadas a eles por seus pais. Para Pollak (1992), as memórias transmitidas e herdadas são os mais importantes meios de conexão entre memória e identidade por estimularem as memórias compartilhadas, nas quais se sustentam os conhecimentos da coletividade. Assim, as narrativas apresentadas por Kuein, ã e Tuca, ao apresentaram incessantemente uma organização e releitura do passado que remete ao parentesco, dota ele do lugar onde se encontram as bases identitárias Xetá, uma vez que as identidades pessoais encontram no grupo seus referenciais (CANDAU, 2012).

Diante disso, é inegável o posto modelador da memória em relação à identidade, afinal o que foi objeto da faculdade mnemônica, a forma como foi lembrado e o significado atribuído ao passado, no presente determinam o modo como a identidade será reconstruída, reafirmada (*op. cit.*). Isso é a dialética da memória e da identidade que “se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (*op. cit.*, p.16).

Rememorar, portanto, é um trabalho empreendido para visitar o passado, mas que está calcado no presente e por isso é também uma forma de revisar o agora (CANDAUI, 2012). Dessa forma, narrar pode ser percebido como um trabalho de conferir outros sentidos ao passado. Esse é um ponto importante da relação entre memória e identidade que ganha forma por meio do discurso, pois, para conferir significado ao tempo vivido e às experiências dos indivíduos, é preciso escolher algumas lembranças e excluir outras.

O que emerge das vozes xetá registradas no PMI, é que seu movimento representa uma insurreição contra a invisibilidade a que estiveram submetidos. Neste sentido, cabe celebrar aqui a realização do PMI, o primeiro de vários outros que o sucederam que buscam essas vozes antes inaudíveis. Retomar os registros desse projeto permite historiar as batalhas que continuam sendo realizadas no presente dos Xetá para que seu passado seja esquecido. Da invasão de suas terras até os dias de hoje, os Xetá seguem contrariando a teoria do desalento (SAHLINS, 1997) que, no contexto do PMI, assolava os não-indígenas – sejam os entrevistados, sejam as entrevistadoras – que os enxergavam enquanto um povo fadado ao extermínio e a morte.

Em contraposição, as narrativas Xetá apresentam a existência de uma coletividade, ainda que diferente da época do mato. Do contato aos dias de hoje, o que os Xetá apresentam é aquilo que Carneiro da Cunha (2009, p.234) escreve sobre identidade étnica ser algo produzido para fora, em contexto interétnico específico, operante a partir da política. Sob esta perspectiva, quem define a identificação étnica não são os antropólogos ou os não-indígenas, mas os próprios Xetá, a partir de situações sociais e históricas específicas que os alcançaram.

Seguindo esses pensamentos, e recusando-nos a falar de “perdas culturais”, conseguimos entender a articulação política Xetá que veio a ser intensificada na década de 1990, produzindo a recuperação demográfica e a organização política, que permite que estejam, atualmente, aguardando a homologação de suas terras na Serra dos Dourados.

Lima (2018, p.16) mostra como os documentos etnográficos e históricos produzidos sobre os Xetá, entre a década de 1950 e 1970, vêm ganhando na atualidade, a partir deles próprios, novas significações e intenções, instruindo “processos que

confirmam sua perseverança enquanto grupo culturalmente diferenciado e embasam suas reivindicações políticas”. De certa maneira, como se os documentos produzidos naquele período – o PMI entre eles – alcançassem propósitos inimaginados antes: se se pensava que documentavam a extinção de um povo, atestam hoje justamente o contrário, sua existência e resistência.

Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História, In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, volume 1. 3ªed, São Paulo: editora brasiliense, 1987.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Entre os índios do Sul: uma análise de atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xepecó/SC (1941-1967)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com Aspás e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CNV. Violação dos direitos humanos dos povos indígenas. In. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, v. 2: 197-256, 2014.

FERNANDES, José Loureiro. Os índios da Serra dos Dourados (Os Xetá). **Anais da III Reunião Brasileira de Antropologia**, Recife, p. 27 – 46, 1959.

_____. “The Xetá – the dying people in Brazil”, **Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological Research**, Vienna, n. 5, 1962. p. 151-154.

GALVÃO, Eduardo. **Índios e brancos no Brasil: encontro de sociedades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1973].

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento. História e memória**. 5ªed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEITE, Gian Carlo Teixeira. **Do contato aos dias atuais: sete décadas de notícias sobre os Xetá da Serra dos Dourados**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, 2017.

LIMA, Edilene Coffaci de. Exílios índios: sobre deslocamentos compulsórios no período militar (1964-1988). **ACENO**, Vol. 3, N. 6, p. 18-35. Ago. a Dez. 2016.

LIMA, Edilene Coffaci de; PACHECO, Rafael. Povos Indígenas e Justiça de Transição: reflexões a partir do caso Xetá. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, Ano 4, Número 5, Fev. 2017.

_____. Os Xetá e seus acervos: memória histórica, política e afetiva (Paraná, Brasil). **Comunicação apresentada no 56º Congresso Internacional de Americanistas**. Salamanca (Espanha), julho de 2018.

LIMA, Edilene Coffaci de. De documentos etnográficos a documentos históricos: a segunda vida dos registros sobre os Xetá (Paraná, Brasil). **Sociologia & Antropologia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.– v.8,n.2. mai.-ago. 2018

MOTA, Lúcio Tadeu. Os índios Xetá na província paranaense (1853-1889). Pós-História. **Revista de Pós-Graduação em História**, v. 6: 175-189. 1998.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana** 4(1). 1998.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. O efeito "túnel do tempo" e a suposta inautenticidade. **Sociedade e Cultura**, v.6, n.2, jul./dez. 2003.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, 20(1), 125-161, 2014

PARANÁ. Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. **Relatório da Comissão da Verdade - PR Teresa Urban**. Paraná: CEV/PR, 2014.

PIRES, Maria Ligia de Moura. **Guarani e Kaingang no Paraná: um estudo de relações interétnicas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 1975.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Ribeiro, 1970

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997a.

SILVA, Carmen Lucia da. **Sobreviventes do Extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

SILVA, Carmen Lucia da. **Em busca da Sociedade Perdida: O trabalho de memória Xetá**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem**. São Paulo. Cosac Naify, 2002.

ZILLI, Ana Clara Ferruda. **Os Xetá no acervo do Projeto Memória Indígena (1985-1989) do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-UFPR)**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, 2018.

Referências documentais

ÍNDIOS do Paraná. MAE III.008.041.002. Abril de 1987

PIRES, Maria Lygia de Moura; ROJAS, Blanca Guilhermina. Relatório: Projeto Memória Indígena no Paraná. MAE III.008.012.001. Curitiba, novembro de 1986.

PIRES, Maria Lygia Moura; WAWRZYNIAK, Sônia Izabel. Relatório - auxílio pesquisa pelo Projeto Memória Indígena no Paraná. MAE III.008.014.001. Curitiba, abril de 1989.

PROJETO de pesquisa. In: MAE III.008.005.001. 1985?

PROJETO de pesquisa. In: MAE III.008.003.001. Curitiba, julho de 1985a.

PROJETO de pesquisa. In: MAE III.008.002.001. Julho de 1985b.

PROJETO "Memória Indígena no Paraná". MAE III.008.007.001. 1989?

ROJAS, Blanca Guilhermina. Relatório bimestral - atividades desenvolvidas pelo Projeto Memória Indígena nos meses de agosto e setembro de 1988. MAE III.008.012.001. Curitiba, outubro de 1988.

“A água é pra vida e não pra morte”: crítica sociológica do modelo de desenvolvimento econômico na Amazônia Setentrional

Vinícius Barriga Santos¹

*Recebido em maio de 2019
Aceito em outubro de 2019*

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar e avaliar, a partir de uma perspectiva sociológica, os impactos socioambientais e econômicos facejados pela população de Ferreira Gomes, município do Estado do Amapá no norte do Brasil, decorrentes da construção das usinas hidrelétricas F. Gomes, C. Nunes e C. Caldeirão ao longo do Rio Araguari localizado no supracitado município, atentando o foco analítico para a dimensão da territorialidade. Para tanto, o itinerário percorrido perpassará por uma caracterização dos pressupostos históricos que fundamentam o modelo de desenvolvimento vigente na Amazônia, para então demonstrarmos suas consequências empíricas a partir de dados colhidos, via observação participante e análise documental, em Ferreira Gomes. Compreende-se que o escopo teórico aqui adotado insere-se nos esforços em consolidar uma “Sociologia da Amazônia”, cujo objetivo consiste em dar fundamentações críticas e dimensionar a esfera político-ideológica dos fatores antropogênicos nos problemas ambientais. Em suma, o artigo em tela consiste em uma análise crítica do modelo desenvolvimentista imposto à região amazônica, problematizando o paradoxo onde o desmatamento, a perda da biodiversidade, os danos às comunidades, os incomensuráveis danos ambientais etc. seriam legitimados e justificados em nome de um suposto “desenvolvimento”.

Palavras-chave: Sociologia da Amazônia; Conflitos Socioambientais; Desenvolvimento; Amazônia.

ABSTRACT

This article aims to analyze and evaluate, from a sociological perspective, the socio-environmental and economic impacts faced by the population of Ferreira Gomes, municipality of Amapá state in northern Brazil, resulting from the construction of the hydroelectric power plants F. Gomes, C. Nunes and C. Cauldron along the river “Araguari” located in the aforementioned municipality, paying attention to the analytical focus on the dimension of territoriality. To this end, the itinerary covered will permeate a characterization of the historical assumptions that underlie the current development model in the Amazon, and then demonstrate its empirical consequences from data collected through participant observation and document analysis in Ferreira Gomes. It is understood that the theoretical scope adopted here is part of the efforts to consolidate a “Sociology of the Amazon”, whose objective is to provide critical foundations and to dimension the political-ideological sphere of anthropogenic factors in environmental problems. In short, the article consists of a critical analysis of the developmental model imposed on the Amazon region, problematizing the paradox where deforestation, loss of biodiversity, damage to communities, immeasurable environmental damage, etc. would be legitimized and justified in the name of a supposed “development”.

¹ Integrante do Laboratório de Antropologia Simbólica e Etnografia dos Povos Amazônicos – LABANT. Voluntário do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexão de Saberes de Ciências Sociais. E-mail: vsbarriga@gmail.com

Keywords: Sociology of Amazon; Socio-environmental conflicts; Development; Amazon.

Talvez não haja na sociologia brasileira temática tão complexa quanto a Amazônia, seu caráter polissêmico e polimórfico dificulta um dos imperativos do ofício sociológico, qual seja, a sua construção enquanto objeto de estudo: reúne-se sob a égide de um mesmo termo, Amazônia, uma rede inextrincável de fatos, imagens e ideias. Ora designa uma imensa bacia hidrográfica coberta por uma extensa e rica floresta tropical que abrange uma biodiversidade incomensurável, ora remete a multiculturas e etnias ou a uma região cercada de mistérios, intocada e a ser “desbravada”, a “terra sem gente”, conforme discurso militar no período ditatorial, outrossim, ao próprio mito grego das amazonas que Frei Gaspar de Carvajal constatou a veracidade, conforme as suas cartas, ao ter supostamente avistado mulheres guerreiras em suas navegações na foz do Rio Negro. Para além de permanecermos na inércia, estáticos e impotentes pela perplexidade que o tema suscita a partir de uma apreensão fenomênica, nosso recorte analítico, assim como a especificidade do presente estudo, perpassará pela constatação de que a Amazônia brasileira, tendo a maior disponibilidade hídrica superficial, atmosférica e subterrânea do Brasil, a partir da década de 1980, tornou-se alvo de grandes investimentos industriais, máxime, no setor de produção de energia, que almeja construir diversas hidrelétricas nas bacias hidrográficas amazônicas. Neste diapasão, as demandas de expansão e de consolidação do sistema energético brasileiro e o desenvolvimento regional e, sobretudo, o nacional, são os impulsores e justificativas para a efetivação destes grandes projetos.

Entretanto, tais empreendimentos industrial-econômicos, vistos da perspectiva de um modelo de desenvolvimento que historicamente mostrou-se pernicioso para a região, engendra uma série de danos totais (econômico, social, ambiental) às comunidades amazônicas. Destarte, o *locus* empírico do presente artigo situa-se em Ferreira Gomes, um município do Estado do Amapá no norte do Brasil, especificamente na região setentrional amazônica, sua população, constituída prioritariamente de pescadores e pequenos comerciantes, era estimada no último censo demográfico em 2010 de 7.087 habitantes (IBGE, 2010) e a sua área geográfica é

de 5047 km². Situado a 137 km de distância da capital Macapá, este município, desde 1980, tem sido alvo de grandes projetos desenvolvimentistas, onde se deu a construção das usinas hidrelétricas Ferreira Gomes, Coaracy Nunes e Cachoeira Caldeirão que são constituintes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2) do governo federal, cujo objetivo é a expansão da matriz energética do Brasil. As supracitadas usinas hidrelétricas foram construídas ao longo do Rio Araguari, um corpo hídrico de fundamental importância para a biodiversidade, cultura e economia local que estrutura-se principalmente pela pesca.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar e avaliar, a partir de uma perspectiva sociológica, os impactos sociais e econômicos oriundos dos danos ambientais (morte em massa de peixes, inundações pela elevação do nível do rio) facejados pela população de Ferreira Gomes e os conflitos sociais decorrentes, atentando para a dimensão da territorialidade da comunidade (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 1994). Não obstante, contamos com um olhar elucidativo sobre a ação dos atores-chave (movimentos sociais, associações de pescadores, prefeitura e Estado) no que tange as consequências adjacentes à construção e o funcionamento efetivo das usinas hidrelétricas Ferreira Gomes, Coaracy Nunes e Cachoeira Caldeirão.

A pesquisa de campo ocorreu no contexto do projeto de pesquisa intitulado “Desenvolvimentismo na Amazônia” do Programa de Educação Tutorial (PET) – Conexões de Saberes de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), sob a tutoria do Professor Dr. Manoel Pinto. Neste sentido, a metodologia adotada consiste em uma imbricação de duas técnicas da pesquisa social, a observação participante e a análise documental (GOMES, 1994). Consultou-se o arquivo da Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SEMA) do município de Ferreira Gomes visando à coleta de dados acerca das usinas hidrelétricas, bem como os conteúdos jornalísticos produzidos pelos portais de notícias regionais e locais. A observação participante se realizou no município de Ferreira Gomes a partir de viagens periódicas a campo que se deram entre junho de 2018 a fevereiro de 2019, neste contexto o *locus* da pesquisa centrou-se especificamente nas áreas mais afetadas, como o bairro de pescadores denominado de “matadouro”. A imersão neste campo de pesquisa

permeou-se de múltiplos relatos de moradores acerca do descaso das instituições públicas para com suas vidas, direitos e bens em um contexto de intensos conflitos entre a administração das usinas hidrelétricas e a população; neste ínterim, a convivência com os interlocutores tornou-se central para a apreensão e elucidação dos sentidos atribuídos a todo o processo de instauração e efetivação das hidrelétricas e, principalmente, a recepção e percepção dos moradores aos intensos impactos territoriais, econômicos e psicossociais subjacentes a estes grandes projetos.

Contamos ainda com entrevistas semiestruturadas com moradores e pescadores da região, incluindo o representante regional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Morone Guimarães, cuja atuação é intensa e ativa na luta pelas compensações e indenizações à população atingida através dos Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental (TAC) criados e assinados pela articulação entre Ministério Público Federal, Empresas responsáveis pela administração das hidrelétricas e a população local.

Compreende-se que o escopo teórico aqui adotado insere-se nos esforços em consolidar uma sociologia da Amazônia, no intuito de dar fundamentações críticas e dimensionar a esfera político-ideológica dos fatores antropogênicos implicados nos impactos ambientais. Destarte, não negligenciando o necessário diálogo interdisciplinar que a complexidade da temática suscita, uma apreensão sociológica do problema em questão adquire potencial heurístico na possibilidade de desvelar alternativas sustentáveis de desenvolvimento econômico, assim como possui capacidade de fornecer diagnósticos que se configuram enquanto meios de intervenção e gestão dos supramencionados conflitos ambientais e sociais a partir de políticas públicas sociologicamente orientadas. Sendo assim, o itinerário aqui percorrido perpassará por uma caracterização dos pressupostos históricos que fundamentam e legitimam o modelo de desenvolvimento vigente e os subjacentes grandes projetos econômicos na Amazônia, para então demonstrar, analisar e avaliar suas consequências a partir dos dados empíricos atinentes a Ferreira Gomes no que tange aos processos de efetivação das construções dos projetos e os impactos subsequentes.

Não obstante, esforçar-se-á por ilustrar, a partir do caso particular de Ferreira Gomes, as nuances e perversidades do modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia em geral, assim como suas raízes que remetem ao *modus operandi* do sistema colonial, reproduzindo as próprias mazelas do passado colonialista transmutado e legitimado sob o imperativo de um “progresso” e “modernização” no tempo presente. Diz-se que o Brasil é fruto de diversos paradoxos; não há dúvidas de que o seja, destarte, a incumbência de uma sociologia feita *na* e *da* Amazônia consiste no esforço em elucidar analiticamente, a partir de uma epistemologia apropriada a complexidade do objeto, estes próprios paradoxos. À vista disto, encontrar-se-á, a partir de um exame sociológico do caso de Ferreira Gomes, as seguintes dicotomias que dimensionam problemáticas cruciais e gerais da região amazônica: expansão da matriz energética *versus* preservação do sistema ecológico; desenvolvimento econômico-industrial *versus* direitos dos povos tradicionais; lógica capitalista do lucro *versus* lógica do bem-viver das comunidades locais.

Pressupostos históricos do modelo de desenvolvimento na Amazônia.

Por ser a Amazônia uma região situada numa posição periférica no interior de países periféricos do sistema-mundo capitalista moderno, lhe escapa até mesmo o poder de falar sobre si mesma, desta forma, prevalecem visões *sobre* a Amazônia, e não visões *da* Amazônia, isto é, da população amazônica e seus interesses (GONÇALVES, 2018, p.25). Neste sentido, é fundamental analisar os pressupostos do modelo desenvolvimentista imposto à Amazônia a partir de uma introspecção histórica visando jogar luz ao desenvolvimento regional amazônico em sua configuração atual. A imersão na historicidade amazônica objetivará chamar a atenção para os paradoxos que impulsionaram o processo de anexação da região ao Brasil no período imperial engendrando, conforme demonstraremos, a subalternização da Amazônia em relação ao centro de constituição político-econômico do Brasil, isto é, o centro-sul. No princípio, segundo Márcio Souza (2002, p.31), a Amazônia não pertencia ao Brasil, descoberta em 1498 e efetivamente ocupada pelos portugueses apenas em 1630, deste

modo, a Coroa Portuguesa possuía duas colônias na América do Sul, o Grão-Pará (região amazônica) e o Brasil, que se desenvolveram dissociadas entre si até a anexação em 1823, logo, originando, durante o período de pré-anexação, uma diferenciação entre ambas nas dimensões político-econômica e cultural (SOUZA, 2002, p.32). Anterior à anexação, a colônia Grão-Pará (Amazônia) caracterizava-se economicamente pela produção manufaturada com menor dependência de mão-de-obra escrava, as transformações do látex adquiriram centralidade com a economia da borracha ainda em fase de florescimento; havia também uma indústria naval e uma agricultura capitalista de pequenos proprietários, além da modernidade econômica sucedia-se uma cultura urbana em pleno desenvolvimento em Belém, a capital administrativa (SOUZA, 2002, p.32). Em divergência, a colônia Brasil fundava-se na excessiva dependência em relação à agricultura de grandes latifúndios e na agroindústria, dependendo compulsoriamente de mão-de-obra escrava. Explicitando a distinção entre as duas colônias, Souza dirá:

Em meados do século XVIII, tanto o Grão-Pará quanto o Brasil conseguem criar uma forte classe de comerciantes, bastante ligados à importação e exportação, senhores de grandes fortunas e bastantes autônomos em relação à Metrópole. Mas, enquanto os comerciantes do Rio de Janeiro deliberadamente optaram pela agricultura de trabalho intensivo, como o café, baseando-se no regime da escravidão, os empresários do Grão-Pará intensificaram seus investimentos na indústria naval e nas primeiras fábricas de beneficiamento de produtos extrativos, especialmente o tabaco e a castanha-do-pará (SOUZA, 2002, p.32).

O desenvolvimento distinto e dissociado entre as duas colônias supracitadas e a decorrente diferenciação possui papel capital para a neutralização e o não reconhecimento das modernas experiências econômicas locais do Grão-Pará no processo de anexação da região ao Brasil. Desdobrando-se em repressões e convulsões sociais, a anexação, a partir de 1823, destruiu todos os focos de modernidade amazônicos (SOUZA, 2002, p.33). A argumentação fundamental de Márcio Souza perpassa pela incapacidade do governo central em reconhecer e aceitar o desenvolvimento local prévio do Grão-Pará, logo, a anexação deu-se em detrimento da história e vozes locais, neste aspecto, a desconsideração de que “a modernidade já foi

feita na região”, conforme aponta Souza (2002, p.4), redundando em uma conclusão paradoxal: a modernidade experienciada pela Amazônia foi neutralizada pelo processo de integração, cujo adágio consistia na própria incumbência de “levar a modernidade” para região.

Destarte, em última análise, no processo de anexação a Amazônia foi reinventada, reformulada e ressignificada pelo Brasil, que projetou para ela certas imagens e representações sociais que configuram um imaginário coletivo que exerceu/exerce e ainda exercerá papel fundante em relação à formulação e legitimação de políticas sobre e para a região: a imagem da Amazônia como natureza prístina; a Amazônia como vazio demográfico; Amazônia como reserva e fonte inesgotável de recursos; Amazônia como região do futuro. Essas imagens rigorosamente consistem em atualizações e expressões hodiernas do imaginário colonial, datando a formação histórica da região a partir da chegada dos “descobridores”, senão invasores, desprezando a ocupação milenar da região por culturas originárias, estas imagens coloniais naturalizam a violência simbólica, silenciam e invisibilizam os povos, etnias, nacionalidades, comunidades negras, quilombolas e camponesas (GONÇALVES, 2018, p.26). Em nível de dilucidação: a perniciosidade que subjaz à imagem do “vazio demográfico”, na medida em que estabelece a vacuidade humana na região, reduz a Amazônia a uma natureza prístina e inesgotável, logo, uma fonte incomensurável de recursos naturais que podem e devem ser exploradas pelo aparato estatal em associação com empresas capitalistas para levar a região ao “progresso”, ao “desenvolvimento”.

Este discurso dominante/colonial, compreendido como instrumento estruturado e estruturante de dominação, objetiva estabelecer a apreensão da ordem estabelecida, do *status quo*, como algo natural, um dado intrínseco à realidade por intermédio da imposição mascarada de categorias e sistemas de classificações (BOURDIEU, 2006, p.14), cujo epítome se dá na categorização da Amazônia como um vazio demográfico, “terra sem gente”. Não obstante, o caráter ideológico deste discurso será diluído pelo olhar sociológico, olhar este que permite a tomada de consciência do *arbitrário* (BOURDIEU, 2006, p.15), ao desvelarmos os determinados dispositivos

históricos que atuaram enquanto mecanismos de legitimação, possibilitando estas próprias concepções e práticas que destruíram os focos da modernização amazônica, qual seja: o secular dispositivo discursivo acerca do “Progresso” e do “Desenvolvimento”.

A origem social deste discurso remonta, segundo Violeta Loureiro (2012, p.520), ao iluminismo, o apogeu da racionalidade e berço do capital, no qual a noção de “Progresso” exercia caro senão fundante papel para o pensamento da época, onde a expressão mais acabada de tal noção deu-se na dimensão da economia do capitalismo industrial, destarte, o agravante de tal constatação engendrar-se-á pelo fato de que o progresso material pressupondo o padrão de consumo crescente dos países colonial-imperialistas ocidentais foi erigido, ele próprio, enquanto o modelo econômico exemplar, configurando-se como o ideal a ser atingido pelas outras sociedades e, por consequência, a identificação entre “progresso material” e “desenvolvimento” (LOUREIRO, 2012, p.527). Semelhante discurso arquiteta uma ideologia, na qual não há senão um único meio para alcançar o estado de bem-estar social e o desenvolvimento pleno, a saber, através da adoção, por parte dos países colonizados e subdesenvolvidos, do padrão de desenvolvimento dos países hegemônicos ocidentais (LOUREIRO, 2012, p.528).

As implicações totais (políticas, sociais, econômicas, ambientais) de tal discurso são fatidicamente conhecidas pela América Latina e em especial a Amazônia, sobretudo, pela imersão da região em um processo de mimetismo colonial, conforme Homi Bhabha (2001, p.14), no qual as imagens, projetos e políticas são engendradas a partir das categorias colonial-imperialistas dos países ocidentais hegemônicos que reproduzem própria a subalternização da Amazônia e seu povo, o que explicita-se nas próprias propostas de desenvolvimento pós-anexação, neste aspecto assevera Loureiro:

[...] as diversas experiências de desenvolvimento propostas para a Amazônia faliram em sua missão de desenvolver a região; são excludentes, comprometem ou destroem a rica multiculturalidade da Amazônia, levam à homogeneização cada vez maior das sociedades, dissolvendo num todo comum as particularidades e especificidades dos grupos sociais; são concentradores de renda, geram poucos empregos, espalham miséria em torno dos grandes empreendimentos onde se implantam e provocam enormes danos ambientais (LOUREIRO, 2012, p.529).

Constata-se, deste modo, que o modelo econômico de organização da produção prevalecente na região foi formulado sob a égide dos princípios regentes do mercado mundial, no qual a Amazônia detém uma desvantagem a priori pela própria configuração da divisão internacional do trabalho que reduz economia local a mera fonte de commodities, reproduzindo o secular modelo colonial agroexportador (LOUREIRO, 2012, p.530). Segundo Loureiro:

[...] o atual modelo amazônico de desenvolvimento está ancorado em empreendimentos que produzem bens semielaborados e matérias-primas, destinados à exportação. Apesar de gerar poucos empregos, já que as cadeias produtivas não se completam para produzir bens finais; de desalojar populações naturais e tradicionais; de consumir enormes quantidades de energia de exaurir a natureza e colocá-la em permanente perigo, esse modelo de produção, baseado nas duas classes de produtos referidas – semielaborados e matérias-primas –, tem sido apoiado por políticas públicas continuadas, que reproduzem com poucas alterações o secular modelo colonial agroexportador. Pelos males que carrega consigo, trata-se de desenvolvimento degenerativo, posto que quanto mais avança e se aprofunda, maiores danos provoca (LOUREIRO, 2012, p.530).

O caráter degenerativo deste desenvolvimento é engendrado pela sua subserviência a lógica irresistível do capitalismo, deste modo, o modelo desenvolvimentista e os grandes projetos impostos à Amazônia objetivam facilitar a circulação das mercadorias no espaço geográfico e intensificar a produção e a acumulação de capital. Neste sentido, o combate à pobreza e ao subdesenvolvimento, o desenvolvimento regional e a extensão de benefícios econômicos às populações tradicionais muitas vezes não servem senão enquanto recurso retórico para a legitimação social a nível discursivo destes grandes projetos, não obstante, vale enfatizar que o que baliza tais empreendimentos é a lógica do capital: “produzir mais”, isto é, gerar lucros, e para tanto é necessário aumentar a produção de energia que torne o lucro reprodutível (GONÇALVES, 2018, p.28).

Neste contexto, grande parte dos megaprojetos de produção de energia corresponde a sempre crescente e irresistível demanda energética, a qual é função direta do processo de urbano-industrialização sob o impulso da acumulação de capital, portanto, segundo Gonçalves (2018, p.65), a Amazônia também tem passado por

intenso processo de urbanização nas últimas três décadas e, assim, há uma demanda crescente de energia da própria região, entretanto, o maior impulso disto é dado pela integração da região aos mercados globais, isto é, pelas demandas exógenas à região. Dirá o autor:

Até 2012, existiam na Amazônia 171 hidroelétricas em operação ou em construção, das quais 120 com capacidade de até 30 mw, as chamadas PCH (Pequenas Centrais Hidrelétricas). Estão previstas, até 2020, a construção de outras 246 hidrelétricas nos planos energéticos nacionais, sendo a maior parte PCH (179). Ou seja, um aumento espetacular de 144% do número total de hidrelétricas, sendo de 149% de PCH e de 131% no número de grandes hidrelétricas (UHE) (GONÇALVES, 2018, p. 71).

Em síntese, conforme demonstraremos a partir dos dados empíricos, refletir criticamente sobre os megaprojetos de desenvolvimento econômicos impostos à Amazônia é reconhecê-los enquanto articuladores de conflitos, de desmatamento e de caos ambiental. As demandas de expansão da matriz energética, para sustentar este modelo insustentável de desenvolvimento econômico, impõem uma intensa pressão sobre a Amazônia e os povos tradicionais que habitam a região desde tempos originários. Neste contexto, nota-se que os poderosos grupos econômicos hegemônicos que protagonizam e financiam este padrão de expansão industrial-econômico, voraz e insaciável nas suas demandas por matéria e energia, estão impondo dificuldades para reconhecer as territorialidades comunitárias, fazer a demarcação das terras ou respeitar os direitos da natureza e mesmo levar à prática o Convênio 169 da OIT ou a Declaração dos Direitos Indígenas da ONU, grandes marcos jurídico-sociais no reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais. Neste diapasão dirá Gonçalves:

Segundo a CPT, desde 2006, no Brasil, registra-se que as populações tradicionais são as maiores vítimas do avanço industrial/agrícola, pois é na Amazônia que estão 60% das localidades onde ocorreram conflitos. Segundo o CIMI, mais de 560 lideranças indígenas foram assassinadas entre 2005 e 2015 no Brasil. A rodovia Transamazônica, por exemplo, foi construída sob a consigna de que a Amazônia era uma terra sem gente para onde deveriam ir os trabalhadores sem terra do Nordeste, assim como foram estimulados os “colonos” do sul do país a vender suas “colônias” e comprar terras mais baratas em projetos de colonização oficiais ou privados na Amazônia. As políticas oficiais de ocupação de terras na Amazônia se fazem a título de colonização e como contra a reforma agrária. Isso não impediu, entretanto, que cerca de 30% das terras ocupadas recentemente na Amazônia estejam em mãos de

pequenos produtores rurais, a maior parte deles vindos de outras regiões e sem conhecimento do complexo metabolismo ecológico amazônico. O mesmo se pode dizer, nesse aspecto, dos grandes proprietários que chegam à região com a mentalidade de querer a terra nua, e não a floresta. A floresta, assim como os seus contrafortes andinos, é vista como obstáculo (GONÇALVES, 2018, p.77).

Portanto, no cerne dos grandes projetos econômicos há uma contradição premente entre a exploração de recursos naturais e a preservação e reconhecimento de direitos fundamentais dos povos que historicamente ocupam a região amazônica. Conforme Gonçalves (2018, p.78), o primado do direito liberal-capitalista que regulamenta as relações sociais e as de poder implica a desterritorialização das territorialidades comunitárias ao considerar o interesse nacional a partir de uma perspectiva colonial que ignora as especificidades ontológicas das múltiplas etnias, povos e nacionalidades que ocupam a Amazônia, almejando integrar e reduzir esta diversidade à unicidade compulsória dos signos nacionais (GONÇALVES, 2018, p.77). Destarte, objetivando a manutenção da identidade cultural e os direitos fundamentais das comunidades amazônicas, mecanismos de proteção dos povos tradicionais foram criados em âmbito internacional, e são aplicados nacionalmente de diferentes formas nos diversos países, como a supracitada Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), esta última foi ratificada no Brasil pelo Congresso Nacional e incorporada ao Ordenamento Jurídico brasileiro através do Decreto 5.051/2004, que trata, dentre outros assuntos, da preservação da integridade étnica e cultural dos povos comunitários, dos direitos originários sobre as terras que ocupam e sobre os recursos naturais nelas existentes, cujos objetivos perpassam pela garantia da igualdade de direitos entre indígenas e outros cidadãos, máxime no que tange aos direitos humanos (ALMEIDA, 2016, p. 107).

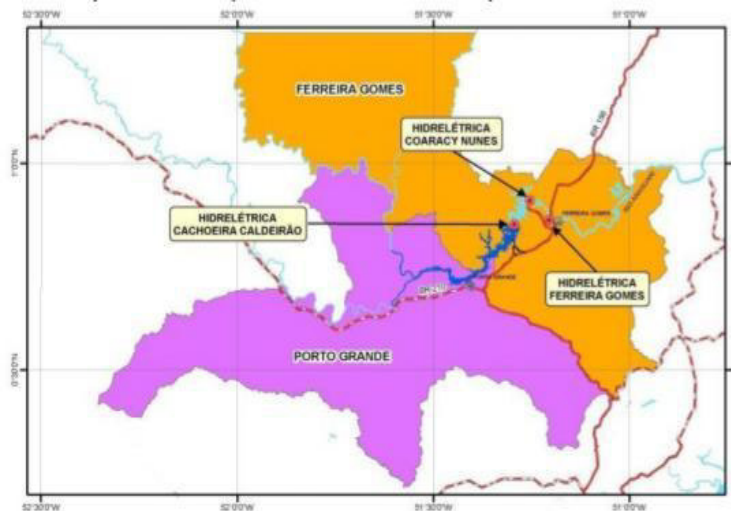
Neste contexto desenvolvimentista de inúmeras transgressões e violações dos direitos dos povos amazônicos, pesquisas que objetivem analisar e avaliar os impactos sociais causados por estes grandes projetos às comunidades tradicionais e a partir deles debater os paradoxos que lhes são subjacentes adquirem importância em demasia, sobretudo, pela possibilidade de fornecer informações especializadas para políticas

públicas que potencialmente podem mitigar este paradoxo entre exploração de recursos naturais e proteção dos povos supracitados (ALMEIDA, 2016, p.93).

Implicações do modelo de desenvolvimento a partir do caso particular de Ferreira Gomes: os múltiplos impactos

O município de Ferreira Gomes é condicionado, em múltiplas esferas, pela ação das hidrelétricas Coaracy Nunes, Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, estas se instalaram ao longo do baixo e médio Rio Araguari, conforme a imagem (Fig.1). Os impactos ambientais e sociais são praticamente congênitos ao início da efetivação destes projetos, entretanto, o agravamento da questão ambiental no município teve início com as mortandades de peixe em agosto de 2014.

Figura 1 - Localização das hidrelétricas em Ferreira Gomes



Fonte: G1 (2015)

De 2014 a 2019 a mortandade continua constante, os moradores locais, em sua maioria pescadores, são intensamente prejudicados pela morte dos peixes que afeta diretamente a economia do município banhado pelas águas do Rio Araguari, portanto, a própria subsistência da população é afetada: “Eu cheguei a vender 60 quilos de peixe por mês. Atualmente eu não faço isso e não tiro o sustento da minha família do rio”,

disse a pescadora Valdirene Ramos, em Ferreira Gomes (G1, 2015a)². O relato desta pescadora sintetiza a dimensão dos impactos ambientais no município, privando famílias tradicionais de seu principal meio de subsistência. “Está complicado, porque não conseguimos pescar nem para comer” (G1, 2015a) relata outra pescadora. “Até a caça não tem mais porque com a hidrelétrica os bichos foram embora” relata um caçador (G1, 2015a). O professor Carlos Afonso Ferreira, de 35 anos, lembrando o susto com a quantidade de peixes mortos no Rio Araguari em 2014, disse: “a quantidade de peixes era muito grande. Eles ocuparam uma área de cerca de dois metros longe da água após a maré ter secado. Isso sem contar o que pode ter ocorrido ao longo do rio nas comunidades ribeirinhas”, disse. (G1 2014)³.

No período dos primeiros ocorridos em 2014, a suspeita levantada pelos pescadores e a comunidade em geral consistiu na hipótese de que a mortandade de peixe foi consequência de “uma poluição das águas” pelas hidrelétricas, o que gerou um contexto generalizado de medo de ingerir o pescado supostamente poluído, acarretando intensos conflitos no pequeno município de Ferreira Gomes estruturado economicamente pela pesca. Conforme o relato da presidente da Associação dos Pescadores de Ferreira Gomes, Benedita Tavares: “Não temos peixes para oferecer para a comunidade por causa do medo de consumir um alimento poluído” (G1, 2014).

Destarte, um dos primeiros danos psicossociais a atingir a população tratou-se do impacto na sua alimentação típica, na qual o pescado, a caça e frutos coletados preenchiam outrora com fartura as mesas das famílias ferreirenses. A caça de animais para subsistência, na região de Ferreira Gomes, é central enquanto proteína alternativa ao pescado, que é o principal alimento das populações amazônicas em geral, portanto, a falta desses animais é o fator crucial a gerar o déficit nutricional pelo qual passou a comunidade ferreirense no supramencionado período.

Em 2014, o Instituto de Meio Ambiente do Amapá (Imap) concluiu que não foram encontrados indícios de poluição no Rio Araguari, entretanto, em 2018, estudos

² Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/11/peixes-sao-achados-mortos-pela-4-vez-no-rio-araguari-em-ferreira-gomes.html>. Acesso em: 11/08/2019

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/09/laudo-descarta-poluicao-em-rio-onde-peixes-mortos-foram-encontrados.html> Acesso: 11/08/2019

técnicos do Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial e da Procuradoria-Geral da República (PGR) comprovou a responsabilidade da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão por uma supersaturação da água, o que resultou na mortandade do pescado (G1, 2019)⁴. Somente em um período de um ano, entre 2016 e 2017, registrou-se a morte de três toneladas de peixes no Rio Araguari. Em 2018, após quatro anos do primeiro ocorrido, por pressão da população e movimentos sociais, a Justiça Federal determinou o bloqueio de R\$ 2 milhões da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, no entanto, sem nenhuma condenação (G1, 2019). (ver fig.2 e 3)

Figura 2- Mortandade de peixe na orla de Ferreira Gomes em 2016.



Fonte: G1 (2016)

“A mortandade acontece em pleno período de reprodução dos peixes, o pescador não pode pescar para vender” (G1, 2019) denuncia Morone Guimarães presidente regional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Com a implantação das UHE, o principal modelo de subsistência e produção de renda estruturado na pesca, caça e colheita de produtos agrícolas foi estruturalmente afetado pelas modificações fisiográficas e ecológicas na região (CABRAL, 2019; PANTOJA, 2012;), o que também dimensiona modificações simbólicas nas relações pressupostas na territorialidade da comunidade. Neste interim, no âmbito da subsistência e do “alimentar-se” os afetos e sentidos empíricos possuem papel fundamental, neste

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/04/04/pescadores-resgatam-peixes-de-area-de-reproducao-esvaziada-por-acao-de-hidreletrica-no-ap-video.ghtml> Acesso em: 11/08/2019

contexto constatou-se, através da observação participante, a presença de conteúdos representacionais ancorados à dimensão socioafetiva, isto é, aquela em que o ator social possui proximidade relacional com seu meio e mantendo sentimentos de afeto em relação ao lugar onde mora, a profunda ligação com a terra e as relações comunitárias (RODRIGUES, 2012, p.41) tal como ilustrado por uma moradora do bairro matadouro:

Nós não podemos pescar porque os homens da lei não deixam porque tá na piracema [período de reprodução] né? Mas essa bichona aí [referindo-se a hidrelétrica] pode matar nossos peixes a vontade, pescador não tem um peixe para matar a fome nem para vender, é injusto! [...] Minha terrinha aqui já foi boa, nós todos acreditamos que a empresa [referindo-se a hidrelétrica] ia trazer trabalho e melhorar nossa condição né? Agora nós sofremos em ver nosso rio cheio de peixe morto, nossa terrinha sofrendo [...] (Trabalho de Campo).

Conforme os discursos dos moradores de Ferreira Gomes, torna-se possível interpretar que um dos elos da cadeia de conexões entre sociedade e ambiente tende a ser o território (RODRIGUES, 2012, p.38). Raffestin (1993, p.143) proporá que o espaço é um substrato preexistente ao território, portanto, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.145), neste sentido o território surge marcado por relações funcionais e simbólicas, passíveis a influenciarem questões sociais e psíquicas dos indivíduos (SOJA, 1993, p.148). Não obstante, a territorialidade marca o desenvolvimento de um pertencimento afetivo em relação a dado lugar, trata-se de uma característica intrínseca das comunidades, concretizando-se mediante a convivência cotidiana e relações afetivas com a região (HAESBAERT, 1994, p.212). Sobre suas impressões acerca das mortandades de peixe e sua ligação com a terra, relata o pescador conhecido como seu Zé:

Rapaz o que estão fazendo com nosso rio é uma pilantragem! Antes era cheio de matrinxã, pacu, tucunaré [Nomes de peixes populares na região] e agora nós não temos quase nada, vira e volta pegamos um acará e umas piraninhas [Nomes de peixes] mas não enche o bucho nem dos meus netos pequenos [...] se meu pai estivesse vivo seria uma tristeza só... minha família pesca nesse rio faz muito tempo, meu avô pescava aí conhecia tudo desse rio aí e dessa terra nossa aqui mas ai quando vê chega os homens né? E constroem esse negócio gigante aí vão embora e deixam prejuízo para nós, como que é um negócio desse? (Trabalho de campo)

Portanto, a própria formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas na dimensão das práticas e usos coletivos deste mesmo território (RODRIGUES, 2012, p.38), assim como se pode entrever no relato de seu Zé, sua família mantém a tradição, agora ameaçada, de pescar no rio Araguari há gerações, desde seu avô até seu filho mais novo, o que exorta os impactos simbólicos destes megaprojetos na constituição cultural de um povo ao destituir tradições e costumes.

Todavia, o grande impacto nas relações de territorialidade da comunidade ocorreu em 2015, quando houve um aumento repentino do nível do Rio Araguari, o que causou uma enchente histórica atingindo 445 casas em 7 de maio de 2015 (G1, 2015b)⁵ obrigando pelo menos 300 famílias a deixar suas residências e ir para abrigos, comércios e prédios públicos que também foram invadidos pela água. Não obstante os incomensuráveis danos materiais, psicológicos e socioambientais deste desastre à população, somente três anos depois, em 2018, a Justiça Estadual aceitou o laudo que aponta a culpa da hidrelétrica Cachoeira Caldeirão no aumento repentino do nível do Rio Araguari (G1, 2019). De acordo com os peritos, o rompimento numa estrutura de contenção de água da hidrelétrica e falta de aviso prévio provocou a enchente:

[...] houve rompimento da ensecadeira da UHE Cachoeira Caldeirão por erosão interna (piping), e não abertura controlada, como sustentou a UHE; [...] o rompimento ocorreu a partir das 7h da manhã, e somente às 10h50 foi feito pela UHE o primeiro comunicado acerca do incidente; não houve consulta aos gestores dos outros empreendimentos, nem aviso aos órgãos públicos e à população (G1, 2015b).

Até o presente momento da escrita deste artigo (Agosto de 2019) não houve condenação da empresa tampouco o levantamento dos danos causados pelo ocorrido.

⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/rio-sobe-e-invade-ruas-em-ferreira-gomes-populacao-culpa-hidreletrica.html> Acesso em: 11/08/2019

Figura 3 - Enchente artificial do rio Araguri provoca inúmeros danos à população local



Fonte: G1 (2015)

Mobilização social e resistência da população de Ferreira Gomes

Neste contexto caótico, o movimento dos atingidos por barragens (MAB) é um dos principais meios de organização política e mobilização social da população de Ferreira Gomes perante os variados descasos do poder público e dos constantes ataques a direitos humanos fundamentais. Neste íterim, entrevistamos moradores e pescadores da região que atuam neste movimento, incluindo uma entrevista com Morone Guimarães, o líder regional do movimento supracitado. Destarte, chamo a atenção para a importância das vozes destes atores sociais neste contexto conflitivo, enquanto “nascidos e criados” em Ferreira Gomes e prejudicados pelas hidrelétricas, seus relatos representam e dimensionam a resistência e a resiliência das comunidades tradicionais em face da lógica capitalista devoradora, explicitando os meios de resistência empregados por estes ativistas em defesa da Amazônia. Pode-se entrever nas colocações dos diversos pescadores e moradores locais, uma síntese, do ponto de vista nativo da região, do processo de instalação e efetivação destes projetos econômicos.

Ao tratar das etapas iniciais que antecedem a efetivação da hidrelétrica, no momento da viabilização do local para a construção usina, Morone Guimarães narra à forma do relacionamento da transnacional responsável pela UHE, através de seus agentes, com a população local:

Eu sou atingido pela barragem também, meu terreno ficava passando a ponte, e o cara [referindo-se ao representante da empresa administrativa da UHE] chega ‘olha, queremos que tu saia daqui, queremos comprar teu terreno’. Eu

disse ‘meu terreno não tá a venda, comprei meu terreno com o intuito de me aposentar, fazer minha casinha e viver tranquilamente, 1 km de asfalto na frente e o rio Araguari atrás, reservado com toda a natureza aqui’. Aí eles chegaram ‘não, você tem que sair daqui, nós vamos construir uma hidrelétrica aqui’ (Trabalho de Campo).

Esta narrativa ilustra de forma sintética o embate entre lógica capitalista *versus* lógica do bem-viver das comunidades locais, o próprio caráter de necessidade no discurso do representante da transnacional “*você tem que sair daqui*” ilustra a compulsão do *modus operandi* capitalista que passa por cima indiscriminadamente com seu “rolo compressor”, para usarmos a alegoria de Marx em O Capital (MARX, 2013, p.133).

Demonstrando toda a coerção das empresas para com a população local e, principalmente, a subordinação do poder público das instituições governamentais ao poder econômico capitalista, Morone retrata:

Não temos nenhum canal aberto com a empresa, eles não reconhecem, não reconhecem. Quando nós queremos algo, nós temos que ir pra frente, se organizar e ir pra luta, para o protesto, para conseguirmos alguma coisa porque pelos órgãos competentes que deveríamos ter como IMAP, Ministério Público é difícil... é difícil. Até o próprio Estadual... Temos esse receio. (Trabalho de Campo)

Neste relato, pode-se entrever a contradição na qual o desenvolvimento econômico-industrial muitas vezes se consolida em detrimento dos direitos das comunidades locais, a falta amparo legal e jurídico do Estado em relação às reivindicações de Morone explicita a supracitada contradição.

Figura 4 - Manifestação em frente ao Ministério Público



Fonte: G1 (2015a)

Um relato importante dentre as entrevistas realizadas está o registro da fala de Raimundo Souza, ativista no MAB e pescador, no momento em que perguntamos acerca dos impactos da mortandade de peixe, Raimundo relata:

Não é só pescador que depende do peixe... Então era tradição aqui em Ferreira Gomes final da tarde agora, cinco horas da tarde, a comunidade ir pescar, pegar seu peixe para poder se alimentar e hoje não tem isso, você não consegue mais pegar peixe aí [...] a hidrelétrica mudou nosso rio, nossa terra, nos nossos locais de pesca não tem nem acarazinho [Peixe de pequeno porte]. Então hoje com a mortandade de peixe e trabalho que não tem, tem um monte de pessoas passando necessidade, fome mesmo... Fome, vocês vão ver muitas pessoas passando necessidade que não tem por onde se alimentar (Trabalho de Campo).

O relato do pescador Raimundo aponta para uma das consequências inerentes ao processo de instauração dos grandes projetos na Amazônia: a desterritorialização de comunidades tradicionais. Enquanto um complexo processo de ressignificação de atitudes, crenças, tradições, práticas habituais, dimensionando desordem e fragmentação da territorialidade, a desterritorialização implica um impacto brutal às comunidades, pois ocorre quando o domínio territorial é perdido e aquilo que antes era concreto desmancha-se no ar, cedendo lugar ao sentimento de perda afetiva e desvinculação com a terra (RODRIGUES, 2012, p.44). Esta fragmentação se concretiza gerando enfraquecimento nas relações intra e intergrupais, afetando individualmente os atores desterritorializados (HAESBAERT, 1994, p.210).

Doravante, Raimundo explicita sua indignação:

Então tivemos pescadores que morreram afogados em frente a hidrelétrica aí... Porque eles iam pescar escondido pra lá, já que não tem aqui, pescar escondido a noite e quando abriu as comportas lá, alagou o barco e um sobreviveu e o outro morreu aqui em frente o rio Araguari... A água é pra vida e não pra morte, né? Então, tá aí o rio, nosso, rio da comunidade e essas empresas aí gerando riqueza com o nosso rio, mandando pra fora e pra comunidade não fica o que deveria ficar, as compensações que deveriam ficar (Trabalho de Campo).

Resistir para as populações desterritorializadas, conforme Rodrigues (2012, p.38), é um ato inerente à dimensão social que intermedia os processos de negação e

aceitação da nova realidade instaurada, em que os atingidos vivenciam recentes mudanças, sem, entretanto, perder a profunda conexão com as raízes, eles incorporam as consequências dos impactos à sua cultura, gerando modificações estruturantes e funcionais em relação a configuração da vida social anterior (OLIVEIRA, 2000, p.110), o que implica que a destituição de hábitos, tradições e valores perpassa pela resistência à imposição de novos comportamentos e se encerra na superação em relação à situação fragmentária inicial e à reformulação de valores ora destituídos (LEFEBVRE, 1991, p.18). Em síntese, todos esses relatos dimensionam o próprio paradoxo imposto pela colonialidade do saber e do poder do sistema-mundo capitalista à região e seus habitantes: a Amazônia erigida em destaque no debate mundial por sua dimensão verde e ecológica, sobretudo sua importância para o equilíbrio climático global, se vê hoje como uma região que passa a contribuir fortemente para o agravamento da situação ambiental global através da devastação de sua fauna, flora e de seus povos pela hegemonia de interesses econômicos (GONÇALVES, 2018, p.63). A máquina industrial impulsionada pela lógica produtivista e irresistível da acumulação de capital difunde destruição por onde se instala: a morte da floresta, dos rios, dos povos são um *meio para* o lucro de poucos. Deste modo, o perverso dessa contradição é o avanço acelerado da perda de diversidade biológica e cultural e a violência contra os povos com a expulsão das populações e os assassinatos, tornando explícito a incapacidade do Estado em garantir o direito a vida e ao bem-viver destas pessoas (GONÇALVES, 2018, p.77). Todavia, o que se diagnostica é a própria instrumentalização do aparato estatal em prol de interesses obscuros e exógenos ao interesse público, constata-se a proeminência de interesses *sobre* a Amazônia em detrimento de interesses *da* Amazônia, das comunidades tradicionais que nela habitam. Destarte, o modelo de desenvolvimento vigente na região amazônica não poderia ser classificado senão como *modelo necro-econômico*: a destruição e morte enquanto condição para sua instauração.

Em vias de conclusão

Conforme os dados empíricos apresentados acima constata-se: primeiramente, a subordinação dos aparatos estatais (Prefeitura, Governo Estadual, Ministério Público) aos interesses das transnacionais que administram as usinas hidrelétricas; a negligência do Estado para com a população de Ferreira Gomes, deixando-a desprotegida institucionalmente perante os vastos impactos e infrações de seus direitos; do ponto de vista energético, o alicerce da justificação dada para legitimar as construções das usinas hidrelétricas, a saber, a geração de energia e desenvolvimento para a região, é contrariada pelos dados empíricos: a disparidade socioeconômica da Amazônia em relação às outras regiões no Brasil, enfatizando o contraste inter-regional, resulta no grave número de 46,6% da população do estado do Amazonas (NOBRE, 2016, p.14), por exemplo, que não possui acesso à rede de energia elétrica em suas residências, neste sentido, apesar de ser a maior bacia hidrográfica do mundo e conseqüentemente possuir grande potencial hidrelétrico, a região amazônica condena seus habitantes a estratégias alternativas de acesso à energia, destarte, o falso discurso do desenvolvimento e universalização do acesso a energia elétrica dissolve-se perante o contraste com a realidade regional.

Na esfera dos impactos avaliados, principalmente no que tange a dimensão da territorialidade, desvela-se que a própria estruturação espacial das usinas hidrelétricas pressupõe a desestruturação e, doravante, reestruturação dos espaços impactados, em decorrência das desapropriações necessárias para a efetivação destes grandes projetos, implicando a apropriação do espaço vivido, percebido e simbólico/afetivo dos moradores. Conforme Rodrigues (2012, p.50), a reterritorialização, a partir da reconfiguração do *modus vivendi* de comunidades devido aos impactos nas áreas afetadas pelas usinas, vem cimentar a criação de novos vínculos em substituição aos perdidos, transformando significações e atualizando os vínculos emocionais, destarte, o território é ocupado não apenas de maneira física, mas a própria ocupação pressupõe conteúdos coletivos, relacionados a processos históricos entre as pessoas. De modo que a territorialidade pode ser compreendida não somente pela perspectiva do domínio ocupacional, mas como uma apropriação que incorpora as dimensões simbólica, identitária e afetiva (RODRIGUES, 2012; RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 1994).

Portanto, a partir de um olhar sociológico sobre os impactos ambientais e sociais decorrentes dos grandes projetos para a Amazônia, especificamente no caso de Ferreira Gomes, comparando as fundamentações e os dispositivos discursivos legitimadores do desenvolvimento com a realidade empírica amazônica, constata-se um esvaziamento do conceito de desenvolvimento e progresso: não se pode falar em desenvolvimento quando não ocorre uma correspondente participação da sociedade nos benefícios materiais e imateriais gerados pelo crescimento econômico, quando o modelo vigente produz mais danos do que benefícios, quando o lucro é mais importante que os direitos fundamentais das populações tradicionais (LOUREIRO, 2012, p.529). Neste sentido, torna-se premente buscar alternativas de desenvolvimento para a Amazônia que sejam norteadas por paradigmas mais solidários e distributivos e que tenham suas bases fincadas em formas próprias e mesmo inovadoras de organização da produção, que sejam socialmente mais integradoras e mais harmonizadas com a natureza.

Referências

Almeida, Carolina S. 2016. Conflitos na Exploração de Recursos Naturais em Terras Indígenas: Um Estudo de Caso nas Américas. **Revista Política Hoje**, Pernambuco, V.23, p. 93-111.

BHABHA, Homi apud FRIEDMANN, Susan Stanford. 2001. O falar da fronteira, o hibridismo e a performatividade: teoria da cultura e da identidade nos espaços intersticiais da diferença. **Rev. Crítica de Ciências Sociais**, V. 61, p. 1-28.

BOURIDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CABRAL, J. Batista. 2019. Dinâmica da paisagem na bacia hidrográfica da Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes –Amapá, Brasil. **Caderno de Geografia**, v.29, p.12-33.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

G1-Portal de Notícias. **Pescadores resgatam peixes de área de produção esvaziada por ação de hidrelétrica**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/04/04/pescadores-resgatam-peixes-de-area-de-reproducao-esvaziada-por-acao-de-hidreletrica-no-ap-video.ghtml>

G1-Portal de Notícias. **Peixes são achados mortos pela 4ª vez no rio Araguari em Ferreira Gomes.** Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/11/peixes-sao-achados-mortos-pela-4-vez-no-rio-araguari-em-ferreira-gomes.html>

G1-Portal de Notícias. **Laudo descarta poluição em rio onde peixes mortos foram encontrados.** Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/09/laudo-descarta-poluicao-em-rio-onde-peixes-mortos-foram-encontrados.html>

G1-Portal de Notícias. **Rio sobre e invade ruas em Ferreira Gomes.** Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/rio-sobe-e-invade-ruas-em-ferreira-gomes-populacao-culpa-hidreletrica.html>

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. 1994. **Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, v. 1, p.206-14.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016. **Resultado dos Dados Preliminares do Censo – 2010**. www.ibge.gov.br/cidade

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. 2012. A Amazônia no século 21: Novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, São Paulo, V. 8, p. 527-552.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 113-158.

NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira. 2016. Recursos Naturais na Região Amazônica Cooperação ou Conflito. **Revista Política Hoje**, Pernambuco, V. 23, p. 65-91.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso. **Obrajes: IPDRS - Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica**, 2018, p. 25-47.

PANTOJA, M. Thalez. 2012. Impactos socioambientais decorrentes dos projetos hidrelétricos na bacia do Rio Araguari: do aumento populacional a disseminação da malária. **PRACS -Macapá**, v. 4, p. 61-74.

RODRIGUES, A. Impactos sociais da desterritorialização na Amazônia brasileira: o caso da hidrelétrica de Balbina. 2012. **Emancipação**, Ponta Grossa, V.12, p. 35-53.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, Márcio. Amazônia e Modernidade. 2002. **Estudos Avançados**, V.16, p. 31-36.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

Mulheres nos Slam's: de musas a poetas

Ana Claudia Antunes Brizola¹

Bruna Lourenso²

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

O artigo³ aborda a inserção das mulheres na cultura a partir de sua participação no Movimento Slam, em contraposição às opressões de gênero, raça, classe, sexualidade e acessibilidade. Entendemos que a cultura deve ser democrática e acessível e esse movimento caminha nesse sentido, por serem batalhas de poesias marginais, nas quais são abordadas em sua maioria questões sociais, que muitas vezes trazem tanto visões gerais, quanto particulares como experiências de vida. É a partir da perspectiva das slammers que analisamos essa participação, buscando compreender as vivências e a construção de significados de cada poeta; seja por raça, identidade de gênero, sexualidade, geração, classe social, escolaridade ou a partir das subjetividades expressas por meio da poesia. Para realização da pesquisa entrevistamos doze poetas de diferentes regiões, sexualidades, religiões, profissões, raças e classes, via whatsapp e também pessoalmente em uma edição do “Slam das Gurias” localizado no centro de Curitiba. Movimentamos trechos de suas poesias e bibliografias referentes aos movimentos Feminista e Mulherismo. Concluímos que o Slam representa um movimento empoderador no qual as mulheres plurais ocupam espaços físicos e simbólicos, visibilizando suas vivências e pautas através da poesia.

Palavras-chave: Mulheres; Cultura; Slam; Poesia; Subjetividade.

RESUMEN

El artículo aborda la inserción de las mujeres en la cultura a través de su participación en el Movimiento Slam, en oposición a la opresión de género, raza, clase, sexualidad y accesibilidad. Entendemos que la cultura debe ser democrática y accesible y este movimiento va en esta dirección, ya que son batallas de poesía marginal, en que la mayoría abordan los problemas sociales, que a menudo aportan puntos de vista tanto generales como privados, como experiencias de la vida. Es por la perspectiva de las slammers que analizamos esta participación, buscando comprender las experiencias y la construcción de significados de cada poeta; sea por raza, identidad de género, sexualidad, generación, clase social, educación o desde las subjetividades expresadas a través de la poesía. Para llevar a cabo la investigación, entrevistamos a doce poetas de diferentes regiones, sexualidades, religiones, profesiones, razas y clases, por WhatsApp y también personalmente en una edición de “Slam das Gurias”, ubicado en el centro de

¹ Universidade Federal do Paraná, graduação em Bacharelado em Sociologia. Pertencente ao grupo de pesquisa Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Regional, recebimento de bolsa de extensão no período de maio/2019 a dezembro/2019. Participante voluntária do projeto de extensão “Arte e Direito à Cidade”.

² Universidade Federal do Paraná, graduação em Bacharelado em Sociologia. Pertencente ao grupo de pesquisa Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Regional, recebimento de bolsa de extensão no período de maio/2019 a dezembro/2019. Idealizadora e participante voluntária do projeto de extensão “Arte e Direito à Cidade”.

³ Agradecemos as contribuições dos pareceristas, que foram levadas em consideração para o aprimoramento do presente artigo e também suscitaram diversas reflexões até mesmo para trabalhos posteriores.

Curitiba. Usamos extractos de su poesía y bibliografías referentes a Movimientos feministas y mujerlismo. Concluimos que Slam es un movimiento de empoderamiento en que las mujeres plurales ocupan espacios físicos y simbólicos, haciendo visibles sus experiencias y reclamar a través de la poesía.

Palabra clave: Mujeres; Cultura; Slam; Poesía; Subjetividad.

Os movimentos culturais são fundamentais para conquistas de liberdades, expressão das subjetividades, reflexões e reivindicações. Entendemos que a cultura deve ser democrática e acessível, os Slam's caminham nesse sentido, por serem batalhas de poesias marginais, nas quais a maioria das poesias abordam questões sociais, que muitas vezes tratam tanto de visões gerais, quanto particulares como experiências de vida. É a partir da perspectiva das slammers que o proposto trabalho analisa essa participação, buscando compreender não apenas as particularidades de "ser mulher", mas as vivências de cada uma incluindo amplas categorias que perpassam diferentes trajetórias e a construção de significados; seja por raça, identidade de gênero, sexualidade, geração, classe social, escolaridade ou a partir da subjetividade que cada poeta expressa.

As batalhas de poesias ocorrem em espaços abertos, onde qualquer pessoa pode participar sem necessitar formação técnica. Ocorre de forma gratuita (tanto para quem recita poesia, quanto para quem assiste) em sua maioria em locais públicos, como em ruas e praças. As mulheres vêm conquistando cada vez mais visibilidade e igualdade dentro desse movimento cultural.

Ao longo da história as mulheres foram estigmatizadas⁴, discriminadas e colocadas à margem de um reconhecimento cultural, artístico e científico. Sendo descritas por homens, que lhes impunham uma dominação patriarcal, na qual as mulheres tinham papéis sexuais bem demarcados, além de serem associadas aos instintos maternos e dóceis "naturais" da feminilidade. Essa ordem social era em parte real, em parte idealizada, tendo em vista, que não se aplicava a todas as mulheres, e sim, em sua maioria à classe burguesa; as mulheres pobres, negras e mães que criavam

⁴ Compreendemos o conceito de estigma a partir da discussão feita por Parker e Aggleton (2001, p. 10-11) do conceito de Erving Goffman, segunda a qual é uma forma da sociedade desvalorizar certos indivíduos devido às suas diferenças, tendo uma centralidade na produção e reprodução das relações de poder.

os filhos sozinhas transitavam sobre essas barreiras patriarcais, primeiro porque tinham que trabalhar para sobreviver, andar pelas ruas à noite ao voltar do trabalho, e muitas tinham de ser a expressão máxima de força dentro de casa. Contudo, as mulheres estavam escrevendo, pensando, fazendo ciência desde muito antes do reconhecimento, porém a estrutura machista e patriarcal abafava o protagonismo e autonomia dessas mulheres.

Com a ascensão do modernismo no século XX, se destacam grandes escritoras, cientistas, artistas, como Virginia Woolf, Simone de Beauvoir, Rita Felski, entre outras que marcaram esse momento de reconhecimento da produção feminina. Mulheres entram “com o pé na porta” como diria Woolf, na disputa pelas narrativas, para que elas tenham espaços públicos e direitos sobre si mesmas. Nesse sentido, buscamos discutir a importância das mulheres nos slam’s analisando como elas se colocam nos espaços, quais suas pautas, suas reivindicações e seu entendimento sobre esse movimento cultural em suas particularidades, buscando o reconhecimento das diferenças entre gêneros e intragêneros acerca dos movimentos de mulheres, mais especificamente, das mulheres negras.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa foram aplicadas entrevistas semiestruturadas por meio de Whatsapp e pessoalmente em uma edição do “Slam das Gurias”, buscou-se permitir que as poetisas se expressassem de forma mais livre, as perguntas em geral foram feitas no sentido de buscar significações tanto dos espaços, quanto das relações sociais e das poesias. Percebemos que as respostas virtuais estavam mais desenvolvidas devido ao tempo que tiveram para responder. Algumas informações coletadas nos questionários não estão no presente artigo por não considerarmos relevantes para os objetivos propostos nessa pesquisa. Foram entrevistadas doze mulheres slammers de diferentes raças, religiões, sexualidades, classes, linguagens, escolaridades, profissões, idades, identidades e regiões, buscando que cada uma pudesse expressar suas subjetividades a partir das próprias vivências e significações, afinal, as poesias e

respostas versam sobre suas próprias experiências, reflexões, trajetórias, e demandas a partir de cada olhar. Também foram utilizados trechos de suas poesias a fim de observar como as vivências apontadas nos questionários se traduzem nas performances poéticas.

Devido ao conteúdo do presente trabalho e das colocações das próprias slammers, optamos por utilizar sempre o termo poeta ao invés de poetisa, pois se compreende que não é um termo especificamente masculino, e que sempre se criam novas palavras para definir mulheres. No entanto, mesmo quando ainda não eram reconhecidas mulheres, já faziam poesia e literatura. Optamos também por substituir os nomes das entrevistadas por nomes de flores para preservar sua privacidade, entretanto os trechos das poesias citados seguem com os nomes das autoras, pois é possível encontra-las publicadas nas redes sociais dos Slam's.

Movimentamos bibliografias que abordam perspectivas históricas sobre a representação das mulheres na sociedade, como por exemplo, Simone de Beauvoir que desnaturaliza o que significa ser mulher, que está além do aspecto biológico, adentrando questões culturais, assim como faz Judith Butler ao questionar não apenas a concepção de “sexo”, como também problematiza o “gênero”, e a conceituação de “Mulherismo” encontrada também em textos de Carneiro. Utilizamos a discussão de Fleury sobre a conceituação de cultura, de como o autor aponta que não há uma cultura legítima ou não, e sim que todas suas expressões são válidas independente da institucionalização, já que o slam se encontra nesse paradoxo: um movimento legítimo e ao mesmo tempo “marginal” com relação à institucionalização. Outra discussão utilizada é a definição de estigma feita por Goffman. Por fazermos parte do Movimento Slam, assim como da militância pelos direitos das mulheres, nos interessamos pela presente pesquisa. A escolha do tema se deu pela importância do reconhecimento da literatura produzida por mulheres, buscando compreender as pluralidades femininas e destacar a importância de estudos das perspectivas sociológicas sobre os Slam's e a participação das mulheres nesse movimento.

Slam e poesia marginal:

Tirar a arte de um pedestal elitista, tanto monetário, como geográfico.

(Amarílis, 2019).

Os Slam's são batalhas de poesias, que foram idealizadas nos Estados Unidos, na cidade de Chicago por Marc Kelly Smith na década de 1980, e que tomaram proporção mundial. No Brasil, o movimento foi inserido apenas em 2008, pela poeta Roberta Estrela D'Alva que trouxe em sua bagagem a experiência que viveu em sua viagem no exterior. Atualmente os Slam's têm se difundido no Brasil inteiro, sendo somente no estado do Paraná, seis Slam's permanentes ativos que ocorrem uma vez ao mês: Slam das Gurias (Centro, Curitiba), no qual homens podem participar como plateia, mas apenas as mulheres podem recitar e julgar; Slam Alferes Poeta (Parolin, Curitiba), primeiro e, atualmente, único Slam que ocorre em uma periferia no Paraná, neste todas e todos podem assistir e recitar; Slam Contrataque (Centro, Curitiba), é atualmente o Slam ativo mais antigo do estado, todas e todos podem participar; Slam da Resistência Surda (Centro, Curitiba), é um evento bilíngue Português/Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), mas o foco é promover visibilidade para a comunidade surda, este ocorre pontualmente devido às dificuldades de organização com intérpretes; Slam Pé Vermelho (Maringá) se trata do único Slam realizado no interior do Paraná, no qual todas e todos podem participar; Slam de La Frontera (Foz do Iguaçu) é o mais recente. O primeiro do estado foi o Slam do Verbo Divino que realizou três edições no município de São José dos Pinhais, mas atualmente tornou-se um Sarau que ocorre pontualmente, tendo perdido o caráter de competição. Cada um desses Slam's realizam edições finais anuais com objetivo de enviar três finalistas para o Slam Regional que ocorre em nível estadual, esse por sua vez, envia uma ou um representante para o Slam Brasil, do qual a vencedora ou vencedor representa o país no campeonato internacional. Cada Slam possui regras específicas de funcionamento, mas no geral o júri não precisa ter formação técnica se voluntariando no momento de cada evento; não é permitida utilização de equipamentos audiovisuais, tão pouco instrumentos, pois, o foco são as poesias e apresentações. Mas para além da competição, são espaços de debates, união, fortalecimento, reflexividade,

reconhecimento de identidades e diferenças, críticas sociais, ocupações de espaços físicos e simbólicos, sendo caracterizado pelo destaque da poesia marginal e por ocorrer no geral em espaços públicos e abertos.

O uso pela definição de “Poesia Marginal” por Slammers pressupõe a questão da exclusão social, política, econômica e cultural (no sentido institucionalizado), pois as narrativas de poetas participantes situam-se na perspectiva de que a arte (neste caso a poesia) é produzida à margem do reconhecimento institucional, que incorpora muitas vezes estigmas sobre as diversas vivências, instituindo o que é cultura legítima ou não. Por outro lado, nota-se a apropriação deste termo estigmatizado por parte das e dos poetas, como uma forma de ressignificação e reconhecimento da própria produção e acesso cultural, conforme discute o autor Laurent Fleury, ao analisar as disputas acerca do próprio conceito de “Cultura” apontando que este pode ser arbitrário como se seguisse leis como a natureza, quando na realidade a cultura é caracterizada pelas particularidades de suas instituições.

A noção de marginalidade nos remete ao conceito de estigma⁵ que tende a afastar determinadas categorias sociais, como minorias políticas de alguns espaços, posições e produções culturais, buscando a manutenção das classes dominantes como detentoras da “Cultura”, como por exemplo, a valorização das obras de arte expostas em museus em contraste com as tentativas de criminalização da arte de rua que ocorreram recentemente nos dois últimos anos na cidade de Curitiba, como o Decreto Municipal nº 1422/2018, que gerou inúmeros protestos por parte de artistas. O Slam transita entre essas disputas pelo reconhecimento cultural, pelo fato de não ser um movimento institucionalizado, mas que ao mesmo tempo não é criminalizado e que, no entanto, carrega o estigma da marginalidade e o ressignifica a partir de poesias que versam sobre a subjetividade de cada poeta, em suas diferentes realidades econômicas, sociais, raciais, de gênero e sexualidade.

Mulheres

⁵ Justificado na nota de rodapé ¹, (p. 2).

Conjuntamente com a difusão do Movimento Slam, têm crescido a participação de mulheres diversas nesses espaços, tendo inclusive, vários Slam's específicos pelo país. Além de ser um movimento de reconhecimento das diferenças, valoriza as vivências individuais e coletivas das poetisas, as quais expõem diferentes opressões na forma de críticas sociais, demonstrando, através da arte, suas formas próprias de participação social, política e cultural. Assim, o Slam é também um movimento de reivindicação, significação e ocupação de espaços físicos e simbólicos, no sentido dos locais públicos como praças e ruas para construção de territórios representando “apropriação de uma parcela de espaço [...] por um determinado grupo de pessoas e período, legitimando-a como prática de uma atividade, reconhecido posteriormente pela comunidade e pela sociedade.” (RIBEIRO; MATOS, 1995 apud, HIRAMI, 2015 p. 18); e no sentido simbólico “espaço como forma de inscrição do tempo no mundo, no qual todo cidadão tem direito de usar e criar suas marcas dentro de um espaço social” (LÉFÈBVRE, 1991 apud, HIRAMI, 2015 p.8).

Conforme discute Mirian Adelman (2007, p. 23-46) ao citar Virginia Woolf, os olhares masculinistas sobre as mulheres as caracterizavam como “Anjos do Lar”, naturalmente dóceis, passivas, feitas para a maternidade e o cuidado, seja para com o marido, com o lar ou com os filhos, ficando restritas às esferas privadas da sociedade, negando sua participação no mundo do trabalho, da política e até mesmo da circulação nas ruas ou em praças desacompanhadas ou em períodos noturnos. Esta ordem patriarcal mantinha o controle sobre os corpos femininos, estando à frente de decisões quanto à maternidade (discussões sobre o aborto, estão presentes no Brasil desde o século XIX), sobre sua sexualidade por inúmeras formas de repressão, e por suas análises de diferenciação sexual a partir do corpo masculino, pela perspectiva da “falta”. A psicanalista e historiadora Elisabeth Roudinesco aprofundou-se nos estudos voltados principalmente para a questão da sexualidade a partir das teorias desenvolvidas por Sigmund Freud, como o “Complexo de Elétra” pensado a partir do “Complexo de Édipo”, que por sua vez, baseou-se no Mito de Édipo⁶ que caracteriza a mulher a partir da falta do falo, ou, na discussão biológica, pela falta do pênis. No

⁶ Sobre o Mito de Édipo, ver Elisabeth Roudinesco, 2002.

Complexo de Eléctra, tem-se a ideia de que a mulher sente inveja de possuir o pênis e por isso torna-se passiva na infância de apaixonar-se eroticamente pelo próprio pai, passando a enxergar a mãe como uma rival, e quando isso não ocorre essa mulher se distancia da heteronormatividade.

Essas teorias freudianas foram alvo de várias críticas feministas, como por exemplo, Simone de Beauvoir, que primeiro desconstrói a concepção do “ser mulher” a partir do masculino, pois como a autora aponta, a mulher existe por si só e seus desejos sexuais, assim como seus prazeres são independentes do pênis, e também o fato de Freud ignorar as relações sociais e naturalizar as distinções sexuais entre homens e mulheres. Mas mesmo essas críticas apontadas por Simone de Beauvoir não dão conta da questão da identidade de gênero de pessoas transexuais e mulheres travestis estudadas posteriormente pelas Teorias Queer na pós-modernidade, como fez Judith Butler ao desfazer tanto as noções de “sexo”, quanto de “gênero” enquanto biologicamente determinantes, mas enquanto “performativamente” construídas a partir de imposições sociais heteronormativas.

Segundo Louise Amaral e Daphne Fayad (2015), a partir dessas noções da falta nas teorias psicanalíticas criam-se duas figuras de mulher: “a mulher dita verdadeiramente feminina é marcada pelos signos da falta, como ilustram as pobres heroínas românticas, sempre sofredoras em nome do amor: dedicam-se, fazem sacrifícios, renunciam, compreendem, escutam, cuidam” e por outro lado as consideradas “transgressoras”:

Uma figura de mulher, aparentemente em contraponto à primeira, se presentifica por um excesso que é a marca de seu fascínio: é a “poderosa”, aquela que desconhece limites e que não se deixa intimidar pelos obstáculos, corajosa e decidida, sempre vai um pouco além, forçando os limites formais e informais postos pelas variadas formas de organização social. Sua coragem, sob esse ponto de vista, adviria do fato de que não tem mais nada a perder, pois já perdeu (AMARAL; FAYAD, 2015, p. 195).

Compreende-se assim que as visões masculinistas idealizavam a mulher feminina a partir da incompletude, estabelecendo papéis sexuais repressores, ao ponto que, aquelas e aqueles que ousavam “transgredir” a norma eram taxadas e taxados

como “mulher-macho, sapatão, macho-fêmea, Maria-João, traveco, travestido, afeminado”, entre outros estigmas e abjeções⁷. É perceptível o peso dos estigmas e outras violências vividas por mulheres travestis e transexuais no Brasil, o país foi responsável por 40% dos assassinatos de pessoas transgêneras no mundo inteiro nos últimos dez anos, segundo dados da Organização TransRespect.⁸ Como demonstra o relato da slammer Margarida, travesti, bissexual, preta que se declara transafrofeminista, moradora do interior de Minas Gerais: "Pelo fato de ser uma mulher preta e travesti, meu corpo não foi feito pra ocupar certos espaços e logo acabo sendo a única travesti preta do rolê e isso me incomoda bastante, lugares que tem muito homens e gente cisgênera me deixam meio travada" (2019).

Também foram relatadas situações de lesbofobia e assédio envolvendo homens slammers, o que demonstra como a sexualidade feminina ainda enfrenta dificuldades de ser respeitada. Girassol, lésbica, branca, poeta, slammer, moradora da Vila Autódromo no Bairro Cajuru em Curitiba, PR, Artista de Rua, artesã, em suas poesias sempre estão presentes denúncias das violências sofridas por razão de gênero e sexualidade: “Sejamos desacorrentadas do que o sistema produz, pois ser mulher nem de longe se reduz a amamentar, casar ou dar a luz”. “Queremos as mulheres fora dos relacionamentos abusivos, as sapatões de mãos dadas e o fim do estupro corretivo” (Marihu, 2017).

Um homem que eu nem conhecia recitou uma poesia romântica olhando para mim e para a minha amiga, depois insistiu em dizer coisas desrespeitando eu e minha esposa. Já fui perseguida por um poeta, que mandou mensagens para minhas amigas perguntando sobre mim mesmo tendo visto ele uma única vez. Também já recebi várias "cantadas" de poetas por mensagens. Tenho a impressão que muitos homens não me respeitam como mulher e lésbica (Girassol, 2019).

⁷ Termos que remetem à LGBTIfobia, discriminações por razões de identidade de gênero e sexualidade, associadas à heteronormatividade, e termos naturalizadores das questões de gênero e reprodução, como “históricas” para mulheres que não querem ser mães, ou “putas”, “mulheres mundanas”, “vadias”, “mulheres da vida” para mulheres que exerciam liberdade sexual ou trabalhavam com atividades sexuais. Sobre abjeções ver: Mirian Adelman, 2007, p. 28.

⁸THOMAZ, 2018.

Podemos analisar através dos estudos da sociolinguística como a língua também está dentro da binariedade dos sexos e do gênero confundido com o sexo biológico, assim, ao utilizarmos termos no masculino, como “homens” em referência aos seres humanos, ou “todos” em referência a uma totalidade de homens, mulheres e outros, acabamos criando generalizações e a prevalência do masculino⁹. Também no sentido da linguagem, notam-se as dificuldades de inclusão e acessibilidade de pessoas que não se comuniquem na Língua hegemônica de cada sociedade, como no caso do Brasil com relação à comunidade surda, marginalizando diversas pessoas através da imposição simbólica da oralidade e do português. Todas as entrevistadas consideram que por ocorrerem em espaços geralmente abertos, os slam’s possibilitam acesso democrático, no entanto, os relatos da poeta Orquídea nos coloca o questionamento de que até que ponto esses e outros espaços são de fato inclusivos e democráticos. Sendo ela bissexual, negra, surda, atriz, feminista, ativista pelos direitos e visibilidade da comunidade surda e também organizadora do Slam da Resistência Surda em Curitiba, moradora do Bairro Capão da Imbuia em Curitiba; relata que uma pessoa surda possui dificuldades de interação em locais com a maioria de ouvintes devido a falta do auxílio de intérpretes, como também pela limitação do ensino da Língua Brasileira de Sinais pelo país. Recaindo em estigmas, como por exemplo, a ideia que pessoas surdas são mudas, quando na verdade elas falam:

E a feminista surda? Ela não consegue perceber, ela quer abrir uma porta pra poder se entender. Eu tô olhando. 'Olha a mudinha aqui'. Eu não sou mudinha, eu tô falando, eu sou surda. [...] Nós surdas somos violentadas, bloqueio de comunicação, não tem como falar com a polícia, eu sofro, sou desrespeitada. [...] O médico não sabe sinalizar, cadê o intérprete? (Negabi, 2017).

A divisão sexual do trabalho baseada na superioridade masculina que “aprisionava a mulher ao lar” também não compreendia a realidade de muitas mulheres, tais quais as mulheres negras que há muito tempo já trabalhavam inclusive em funções consideradas pesadas e masculinas, e sofreram inúmeras opressões resultantes do Regime Escravagista, que no Brasil permaneceu por três séculos, sendo

⁹ Ver: FREITAG; SEVERO, 2015.

o país mais tardio em abolir a escravidão, e que no pós-abolição não forneceu nenhum tipo de amparo pra que as pessoas anteriormente escravizadas pudessem ter direitos básicos como moradia, emprego, educação e inserção na sociedade “livre”, dessa forma restringindo suas possibilidades em amplos setores.

Durante o Modernismo, o movimento feminista protagonizou as mulheres brancas e burguesas com narrativas que buscavam romper com a sociedade vitoriana que tinha sua base na dominação patriarcal, mas universalizavam as mulheres a partir de perspectivas eurocêntricas (CARNEIRO, 2003, p. 117-132). No entanto, essa oposição não representava uma visibilidade acerca das questões raciais e culturais que caracterizavam principalmente o tipo de patriarcalismo dos países colonizados como o Brasil, que passaram por regimes escravocratas, porque por mais que se buscasse a liberdade dos corpos, dos desejos, da sexualidade e do pensamento, as dimensões de raça, etnicidade, cultura, homoafetividade feminina ainda permaneciam à margem, mesmo que algumas mulheres já estivessem debatendo essas questões, como esclarece Sojourner Truth, que relata nunca ter sido tratada com “cavalheirismo”¹⁰ por parte dos homens, como eram retratados nos romances os tratamentos dados às “damas sulistas”. Diante disso ela faz um questionamento:

Trabalhei com o arado para plantar, levei os animais para as estribarias, e nenhum homem pôde mais do que eu. E não sou eu uma mulher? [...] Trabalhei e comi tanto quanto um homem o pode fazer – isto é, quando havia o que comer – e também agüentei o chicote tão bem quanto eles! [...] Tive treze filhos, e vi quase todos serem vendidos como escravos, e quando minha angústia de mãe me fez gritar apenas Jesus me ouviu, ninguém mais! E eu não sou eu mulher? (TRUTH, 1997 apud, ADELMAN, 2007, p. 29).

As mulheres negras encontraram-se diante de um paradoxo, uma vez que não se viam representadas pelo feminismo no Modernismo, devido ao não reconhecimento das opressões intragênero¹¹ e ao fato de que não se sentiam contempladas dentro do Movimento Negro que, por sua vez, não compreendia as opressões de gênero. Notamos

¹⁰O termo está entre aspas por essa diferenciação marcante nas relações entre homens e mulheres tanto na literatura, quanto historicamente, que mostrava “mulheres boas” como sendo gentis e dóceis e “homens bons” como sendo cavalheiros, representando as diferentes significações atribuídas à “gentileza” entre homens e mulheres.

¹¹Sobre opressões Intragênero, ver Sueli Carneiro, 2003.

que as duas entrevistadas que não se declaram feministas são negras e moradoras de periferias, enquanto a poeta Margarida ressignifica o termo acrescentando suas demandas, se posicionando como transafrofeminista. Nove das entrevistadas se declaram feministas, sendo uma feminista interseccional. Observamos a partir das narrativas de algumas entrevistadas que embora o feminismo tenha se modificado e avançado em novas questões ao longo da história (desde o modernismo até os dias atuais), ainda segue com falhas de representatividade, assim algumas mulheres ativistas em várias lutas sociais não se identificam como pertencentes desse movimento, pois atualmente muitas correntes do feminismo ainda destacam pautas, vivências e padrões relacionados com a branquitude, às classes médias e à heteronormatividade.

Todas as entrevistadas concordam que as mulheres têm pautas diferentes entre si, e estão produzindo novas narrativas que se refletem em transformações concretas e subjetivas da realidade social e das relações sociais. Interseccionando questões de gênero e raça há teorias como o “Mulherismo”, que segundo Alice Walker, estaria mais de acordo com as experiências de mulheres negras que lhes ocasionaria olhares “mulheristas”, expondo desigualdades e opressões intragênero, como por exemplo, no regime da escravidão no qual mulheres brancas exerciam dominação sobre as mulheres negras, e como até hoje acontece, quando percebemos que a maioria das patroas são brancas, enquanto as empregadas domésticas são negras¹².

No entanto, Patricia Hill Collins (2017), faz uma crítica ao Mulherismo, pois entende que faz prevalecer à questão de raça em detrimento da violência de gênero, pois segundo ela, algumas mulheres não reportavam casos de violência doméstica para proteger “seus irmãos de cor”; Angela Davis (2013) reconhece essas particularidades vividas pela população negra devido à escravidão, pois essa fez com que homens negros também fossem subordinados aos homens brancos, e como negras e negros eram vistas e vistos a partir da dimensão do trabalho pelos senhores, mulheres negras também eram “provedoras do lar”, assim a condição das mulheres, segundo ela, era mais próxima de um matriarcado. No entanto, Angela Davis não se considera

¹²Sobre o assunto ver COLLINS, 2017.

mulherista, mas feminista interseccional. Há também o Feminismo Negro, que surgiu na pós-modernidade buscando compreender as especificidades vividas por mulheres negras. Sueli Carneiro (2003, p. 118) descreve o Movimento como uma tentativa de “enegrecer o feminismo” interseccionando as pautas a partir do protagonismo de mulheres negras.

Conforme discutimos anteriormente, a própria ocupação dos espaços dos Slam's e o conceito de “Poesia Marginal” nos remetem à exclusão, principalmente quando os eventos ou as slammer's são de territórios estigmatizados, como o Complexo do Alemão no Rio de Janeiro retratado pelas grandes mídias como local de bandidagem, drogas e violência, fazendo com que moradoras e moradores sofram processos de criminalização, negligência e genocídio, que atingem principalmente a população negra. No caso de Curitiba, algumas regiões carregam “essas mesmas marcas”, como por exemplo, a Vila Torres e o Bairro Parolin, que embora estejam localizados geograficamente próximos ao Centro da cidade, são compreendidas como periferias pois, como expõe Teixeira com base na discussão realizada por Lúcio Kowarick a partir do conceito de “cidade excludente” que considera “tomando exclusão não apenas no sentido econômico, mas também no tocante aos direitos básicos” (TEIXEIRA, 2019, p. 158-159). Três das entrevistadas moram nas regiões citadas acima, além de serem mulheres negras, são elas: Lírio, Tulipa e Lótus que também é lésbica.

Outra característica que essas slammers têm em comum é de chegarem “Com o pé na porta” como dizia Virginia Woolf, não só do patriarcado, mas também do racismo e outras desigualdades, lutando para transformar e denunciar as realidades sociais, políticas e culturais perversas, presentes na sociedade brasileira. As slammers também se apropriam e ressignificam os estigmas sofridos por elas conforme demonstra a poesia a seguir:

Mesmo em silêncio eu consigo ouvir os gritos de sofrimento, é tenso ver mais uma mãe enterrar seu filho.

Zona Norte ou Faixa de Gaza, não sei mais do que chamam, mas ainda é minha casa.

Bem aventurado o favelado que consegue sobreviver ao genocídio de 2018.

No mês da consciência negra onde a apropriação cultural reina, acabam de matar mais uma pérola preta (MC Martina, 2018).

Lótus, realiza intervenções poéticas nos transportes e espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro, compõe também um grupo que reúne jovens de várias favelas do Rio para debaterem novas políticas que substituam a chamada “guerra às drogas”¹³, ela se declara favorável à legalização da maconha como uma reparação histórica com a população negra. Mulher preta, lésbica e “cria” do Complexo do Alemão (RJ), “graduada em rualogia” como ela declara, Lótus também é rapper, produtora cultural e organizadora de um slam no Rio, batalha realizada mensalmente de forma itinerante em cada Comunidade do Conjunto de Favelas do Alemão.

Tulipa é heterossexual, negra, compositora, rapper, mora no bairro Parolin (periferia de Curitiba). Lírio é hétero, negra, moradora da Vila Torres (periferia de Curitiba). Além das proximidades já demonstradas entre as poetas Tulipa e Lótus, são as únicas que não se posicionaram politicamente nem como direita, nem como esquerda. “Pessoas negras ocupam apenas 6,3% dos cargos de gerência e 4,7% de cargos executivos em empresas brasileiras. Quando há inclusão de gênero, ela é de mulheres brancas, e não de negras.” (ONU, 2019)¹⁴. “O feminicídio está crescendo entre as mulheres negras e indígenas, embora esteja diminuindo entre as mulheres brancas, segundo a pesquisadora Jackeline Ap. Romio” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018). As opressões raciais e de gênero também aparecem em outras poesias:

‘Ama de leite é coisa ultrapassada’
Então me diz playboy, qual é a cor da tua empregada? [...]
Burgueses bateram panela porque não tinham o que fazer,
E na quebrada que tem panela, mas não tem o que comer? (Melina Serra, 2018).
Até quando vai continuar?
O negro só serve pro pesado
E a negra pra faxina e para cozinhar (Nick Rodrigues, 2019).

¹³Termo utilizado pelas instituições repressivas do Estado e pelas mídias que se refere ao encarceramento e assassinatos de pessoas suspeitas de relação com o tráfico de drogas, e que, no entanto, reflete a seletividade penal e o racismo institucional no Brasil, pois a maioria das pessoas presas ou assassinadas são negras e pobres, enquanto os traficantes ricos e brancos ficam, no geral, impunes.

¹⁴ Pesquisa realizada pelo Instituto Ethos, mas publicada na página da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/evento-discute-desigualdades-de-genero-e-raca-no-mercado-de-trabalho-brasileiro/>. Último acesso em 27 de nov. de 2019.

Sobre lugares dos quais as slammers se sentem mais a vontade para se apresentarem, apareceram alguns relatos sobre não gostarem de lugares de classe média alta no caso de mulheres pobres; lugares com prevalência de homens; conservadores, e por fim, algumas mulheres negras disseram sentirem-se constrangidas em lugares frequentados por maioria branca. Quatro das poetisas relataram já terem sentido desconforto ao falar de algum assunto nos slams, uma com relação ao aborto, outra com relação a sua travestilidade e as outras duas por questões pessoais. As discussões relativas ao aborto, identidade de gênero e diversidade são ainda hoje temas tabus no Brasil, algo que fica evidente em diversas situações que inclusive perpassam a política, como por exemplo, o Projeto de Lei 10577-2018, que prevê a proibição da chamada “ideologia de gênero”¹⁵ nas escolas do país. Outro tema tabu no Brasil é a maternidade solo¹⁶ que estigmatiza muitas mães divorciadas, viúvas e outras que em geral não recebem apoio dos pais no sustento e cuidado dos filhos; Azaleia é bissexual, branca, mãe solo, moradora do bairro Cabral em Curitiba, compositora, rapper, ativista pela visibilidade e reconhecimento da mulher “na cena do hip hop”, em suas poesias ela discute bastante questões referentes à maternidade e aborto, nesse sentido ela aponta que “não existe mãe solteira porque mãe não é estado civil”. Todas as mulheres consideram que os slams possibilitam mais empatia e respeito entre homens e mulheres, e entre mulheres. No entanto, relatam que em alguns casos não se realiza: cinco das mulheres já se sentiram constrangidas, desrespeitadas ou assediadas em Slam's, ou enquanto poetisas, conforme a poeta Lírio (2019): "Homens sempre são muito machistas e falam mal do feminismo como se quiséssemos eliminá-los da Terra e mesmo se dizendo de esquerda o machismo e a homofobia ainda estão enraizadas na maioria dos homens". "Acho desnecessário falar palavrão ou falar de órgão sexual [...] se a pessoa realmente é poeta e quer seguir em frente com Slam deveria abordar sobre vários assuntos até mesmo sobre felicidade, alegria assuntos que ficam faltando". (Tulipa, 2019). Sobre a perspectiva da slammer Tulipa podemos

¹⁵O termo foi difundido principalmente no período que antecedeu as eleições presidenciais de 2019, por políticos e apoiadores de extrema direita, buscando proibir discussões relativas à sexualidade, violência de gênero e identidade de gênero, pois segundo eles, se tratam de doutrinações que influenciam as crianças.

¹⁶ Entendemos por maternidade solo mães que criam os filhos sozinhas.

também perceber a permanência de certos tabus relativos a assuntos da sexualidade e dos corpos, principalmente para mulheres cis ou trans.

O movimento, segundo as slammers, é importante também para a ocupação de espaços e a tomada de lugares de fala¹⁷ condizentes com suas vivências, pois, nove poetisas disseram que se sentem incomodadas quando homens falam de assuntos que não são de suas vivências, duas não se incomodam e uma se incomoda dependendo do assunto. Conforme as entrevistadas são essenciais as participações de mulheres nos slam's para se "fazerem ouvidas"¹⁸, expressarem suas demandas, vivências, interesses, suas produções artísticas e também para as suas representatividades e empoderamento.

Sinto-me muito incomodada quando homens falam de assuntos que não são das suas vivências, refuto publicamente se possível no momento, se não, reclamo nas redes sociais e em outros eventos que eu seja convidada e o tal homem também. O que me chama a atenção é a fragilidade em que se encontra a masculinidade do homem e o descaso em que eles tratam as pautas feministas, como aborto, desigualdade salarial e principalmente a liberdade sexual e de expressão das mulheres (Rosa, 2019).

Uma menina falou sobre isso né, sobre se apropriar dos temas, vivências alheias, me sinto desconfortável nesse sentido assim, de ter uma pessoa, principalmente mulher branca assim, falando umas coisas que não cabem a ela sabe? Daí eu fiquei 'meio assim'. Mas nunca constrangida, ou de falar: nossa que tabu (Amarílis, 2019).

Todas acreditam que o Slam ajuda a dar visibilidade para questões sociais. Sobre isso: "Nele podemos falar a realidade que a mídia não mostra. Ele nos dá a voz, empodera o nosso povo, mostra a verdade nua e crua " (Lírio , 2019). "Tira o peso didático. É outra forma de falar que não trazendo estatística, trazendo como arte as pessoas absorvem" (Amarílis, 2019). Todas concordam que o Slam é um movimento empoderador, "importante surdos e ouvintes" (Orquídea, 2019). Notamos assim que as

¹⁷Optou-se por utilizar a palavra "fala" nos termos definidos no Dicionário, segundo o qual a fala não se restringe à oralidade ou à emissão de palavras sonoras, mas também corresponde a expressão, comunicação e significado. A linguagem em geral, contemplando assim o uso de libras. DICIONÁRIO ONLINE. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/fala/>>. Acesso dia 24 de jun. de 2019.

¹⁸Optou-se pela utilização do termo entre aspas no sentido de que há mulheres não ouvintes e da preocupação de até que ponto certos termos excluem diversas mulheres com vivências diferentes.

poetas acreditam que os slam's são também ferramentas de transformação social, disputando narrativas.

Poesia marginal é verdade e resistência. O mundo precisa nos ouvir. A transformação da sociedade virá pela cultura de periferia e pela educação que ela está criando nos moldes das quebradas. Vivência empírica e intelectual está se criando dentro da cultura periférica e o slam com a poesia marginal vem para concretizar esse projeto (Rosa, 2019).

O relato acima nos remete a discussão feita por Fleury acerca do reconhecimento de culturas, demonstrando que mulheres, negros, LGBTI's, pobres e outras populações estão inventando, reinventando e ressignificando suas próprias culturas, assim como estão legitimando mesmo que não sejam em vias institucionais, essas práticas culturais.

Relativo ao que as slammers pensam de slam's específicos para mulheres, as entrevistadas consideram importante, pois, trata-se de um espaço de fala feito por e para mulheres, que é empoderador e possibilita “dominar”¹⁹ espaços que no geral são dominados por homens. Jasmin é heterossexual, parda, escritora, mestre de cerimônia, blogueira, moradora do bairro Uberaba (periferia de Curitiba) e uma das organizadoras do Slam das Gurias, que segundo ela é um espaço de acolhimento para as slammers.

Conclusão

O Movimento Slam expõe múltiplas narrativas que ressignificam os estigmas direcionados às culturas ditas populares e periféricas. Conforme todas as entrevistadas responderam, as mulheres possuem pautas diferentes entre si, como é o caso por exemplo, da poeta Azaleia, que aborda em suas poesias e letras musicais o fato de ser mãe solo, da poeta Orquídea, que reivindica a visibilidade da comunidade surda a partir de sua experiência como mulher surda e negra, de Margarida que relata suas experiências de ser uma mulher negra e travesti na sociedade brasileira e nas batalhas de poesia. São mulheres que estão se colocando a partir de lugares e experiências

¹⁹ Termo utilizado pela slammer Luiza Louge.

próprias, unindo as dimensões intelectuais envolvidas na produção de poesias com as dimensões empíricas da vida de cada uma, elas estão falando de si mesmas, umas para as outras e delas “para o mundo”, enfraquecendo as bases machistas, sexistas, misóginas e LGBTI’fóbicas das relações de poder entre gêneros, além de representar parte essencial para a emancipação de outras opressões. As mulheres não são mais apenas as musas que idealizavam, as mulheres são artistas.

Historicamente as mulheres sofreram inúmeras opressões e violências do patriarcado, mas isso não significou que elas foram passivas nem a esses processos e nem mesmo à idealização masculina acerca do que significava “ser mulher”. Muitas mulheres sempre desafiaram a norma, mostrando que ninguém cedeu lugar a elas, e sim que seus espaços foram conquistados a partir das lutas de “mulheres transgressoras” como eram chamadas, e que na verdade eram somente mulheres em busca de equidade. O Movimento Feminista por muito tempo marginalizou as injustiças vividas por mulheres que escapassem dos padrões eurocêntricos e heteronormativos, privilegiando apenas as desigualdades entre os gêneros e não outras opressões cometidas entre as próprias mulheres, como as opressões vividas pelas mulheres negras, principalmente em um país como o Brasil, que passou por um longo período de escravização. A luta das mulheres e a persistência em ocupar espaços têm dado visibilidade cada vez maior às múltiplas vivências e demandas femininas, não no sentido essencializador do “ser mulher”, mas enquanto uma série de subjetividades e particularidades de cada uma: gordas, magras, altas, fortes, ouvintes, surdas, brancas, indígenas, negras, jovens, idosas, deficientes, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, pobres, ricas, artistas, cientistas, bailarinas, donas de casa, mães, são literalmente “mulheres”, plurais e entre aspas, construindo e interpretando suas próprias opressões e agindo no mundo. “Mulher escreva; Você não é só poesia, você é poeta.” (Marihu, 2019).

Referências

- ADELMAN, Mirian. **Modernismo e pós-modernidade em vozes feminina**. In: CODATO, A. (org). Para viver no Século XXI. Curitiba: SESC Paraná, 2007. Cap. 1. p. 23-46.
- BEAUVOUIR, Simone. **O segundo sexo**. Vol 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BRITTO, Clovis C. **Mulheres e Memória Poética: opressão à flor da letra**. Cad. Pagu, nº 35, Campinas, 2010.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Feminicídio cresce entre mulheres negras e indígenas e diminui entre brancas, aponta pesquisadora**. Pasta de Direitos Humanos. 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/565155-FEMINICIDIO-CRESCE-ENTRE-MULHERES-NEGRAS-E-INDIGENAS-E-DIMINUI-ENTRE-BRANCAS,-APONTA-PESQUISADORA.html>>. Acesso em 21 de jun. de 2019.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados vol. 17, nº49, São Paulo, 2003.
- COLLINS, Patricia H. **O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e, além disso**. Cad. Pagu. n. 51. 2017.
- DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Trad. Gueto. 2013.
- DICIONÁRIO ONLINE, consultado em 24 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/fala/>>.
- FIGUEIREDO, E. **Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler**. Ver. Criação e Crítica. nº 20. 2018.
- FLEURY, Laurent. **Sociologia da cultura e das práticas culturais**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.
- FREITAG, Raquel M. K.; SEVERO, Cristine G. Severo. **Mulheres, Linguagem e Poder**. 1º ed. São Paulo. 2015.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- HIRAMI, Anni C. H. B. **Meu Corpo, Minhas Regras: travestis e transexuais em Curitiba**. Tese de Conclusão de Curso de Ciências Sociais. Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná. Curitiba 2015.

LHULLIER, Louise. A.; CASTRO, Daphne. **À flor da pele: posições femininas de dizer o amor**. Rev. Subj. 2015, vol.15, n.2, pp. 191-200. ISSN 2359-0769.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Evento discute desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. 07 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/evento-discute-desigualdades-de-genero-e-raca-no-mercado-de-trabalho-brasileiro/>>. Acesso em 21 de jun. de 2019.

PARKER, R.; AGGLETON, P. **Estigma, Discriminação e Aids**. Coleção ABIA, Cidadania e Direitos, n. 1. Rio de Janeiro, ABIA, 2001; v. 57, n. 1, p. 13-24, 2003. Disponível em: http://www.abiaids.org.br/_img/media/colecao%20cidadania%20direito.pdf. Acesso em 27 de nov. de 2019.

ROUDINESCO, Eurídice. **A Família em Desordem**. Ed. 01. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2002.

SOUZA, Natália. S.; PEREIRA, V. C. **A escrita da mulher/a escrita feminina na poesia de Maria Teresa Horta**. Rev. Estud. Fem., vol.26, no.2, Florianópolis, 2018.

TEIXEIRA, Luiz B. Tese de Doutorado: **Da Lama ao Caos: A urbanização de Curitiba vista do Bolsão Audi-União**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019. Acessada diretamente com o autor.

THOMAZ, D. **O Globo**. Época. Reduzida por homicídios, a expectativa de vida de um transexual no Brasil é de apenas 35 anos. 30 de jan. de 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2018/01/reduzida-por-homicidios-expectativa-de-vida-de-um-transexual-no-brasil-e-de-apenas-35-anos.html>>. Acesso em 21 de jun. de 2019.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Lista de Pareceristas

Alexandre Jerônimo Correia de Lima
Ana Carolina Vila Ramos dos Santos
Ana Leticia Padeski Ferreira
Andressa Fontana Pires
Arilda Arboleya
Carolina Simões Pacheco
Crislaine Franco da Rocha
Daniela Rocha Drummond
Diego Ramon Souza Pereira
Fabiano Atenas
Fábio Bacarat
Fernando Lajus
Flávia de Rosa Melo
Helciane de Fátima Abreu Araújo
Joseanne Zengleara Soares Marinho
Juliana Lapa Rizza
Lais Celis Merissi
Larissa de Cássia Ribeiro
Lauri Eduardo dos Santos
Lays Matias Mazoti
Leila Salvini
Lucas Buosi
Luiz Belmiro
Marcela Guedes Carsten da Silva
Mariana Bettega Braunert
Miriam Adelman
Paula Alegria Bento
Pedro Henrique Frasson
Rafael Gustavo de Oliveira
Ramiro Gabriel Garcia
Roberto de Sousa Miranda
Ronan de Almeida Siqueira
Rondinely Gomes Medeiros
Talita Cristine Rugeri
Tatiana Araújo Berghauser
Vinícius Tadeu Milani